Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ
CAPITAL DO FEIJÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 41/2024

SECRETARIA E/OU DIVISÃO:
Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

TIPO DE LICITAÇÃO
Empreitada por Preço Global - Menor Preço Global

OBJETO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMIITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82M A KM 194+137M

PRAZO DE VIGÊNCIA:
12 (doze) meses

VALOR
R$ 556.550,93 (quinhentos e cinquenta e seis mil quinhentos e cinquenta reais e noventa e três centavos).

FORMA DE PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após apresentação da Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, nos termos do Cronograma Físico-Financeiro.

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ
CAPITAL DO FEIJÃO

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Três Barras do Paraná, 02 de maio de 2024

ÁREA REQUISITANTE: **Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos**

PARA: **Gabinete do Prefeito Municipal**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82M A KM 194+137M

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO - *Artigo 18, Inciso I, Lei N° 14133/21*

O Município de Três Barras do Paraná pretende realizar implantação de Pista de Caminhada de acesso ao Cemitério Municipal na PR-471, melhorando as condições de trânsito de pedestres, que atualmente, necessitam transitar sobre a via, devido a ausência de área especifica ou com condições ideais de tráfego, tornando o trajeto perigoso para os pedestres, como para os veículos que circulam na via.

A pista será implantada entre o KM 193+82,33m, no limite do perímetro urbano, mais especificamente o cruzamento da avenida brasil, com a Rua General Olivério, e o KM 194+141,95m da PR-471, com extensão total de 1.059,62m.

2. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES - *Artigo 18, Inciso IV, Lei N° 14133/21*

Para o dimensionamento do quantitativo a ser registrado, o Departamento de Engenharia apresentou projetos técnicos, executivos e memorial descritivo na qual encontra-se em anexo, juntamente com QCI - Quadro De Composição De Investimentos, BDI e Cronograma Físico-Financeiro.

3. PESQUISA DE PREÇOS – *Artigo 23, Inciso IV e V, Lei N° 14133/21*

O investimento máximo a ser realizado toma-se por base planilha orçamentária, com composição de referência da Tabela SINAPI em anexo, resultando em um investimento aproximado de R$ 556.550,93 (quinhentos e cinquenta e seis mil quinhentos e cinquenta reais e noventa e três centavos).

4. SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Departamento de Engenharia e Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos.

5. ANEXOS

Memorial Descritivo

Planilha Orçamentária

Planilha de Composições

QCI - Quadro De Composição De Investimentos

Relatório de Resumo do Empreendimento

Anotação de Responsabilidade Técnica

Projetos de Engenharia

Cronograma Físico-Financeiro

Memória de Cálculo Dimensionamento do Pavimento/Quantitativo/D.M.T.

BDI

WALDIR ANTONIO TODESCATTO
Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

PLANILHA DE SERVIÇOS

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ						BDI PADRÃO:	30,64%	BDI LIGANTES:	20,64%	
OBJETO: PISTA DE CAMINHADA - ACESSO CEMITÉRIO MUNICIPAL						DATA BASE REFERENCIAL DER-PR:			set/23	
LOCALIZAÇÃO: PR-471 (471M0111MUN - 47150112EPR) - Km 193+82m A Km 194+137						DATA DO ORÇAMENTO:			dez/23	
REF. DE PREÇOS		ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	EXECUÇÃO	BDI
REF	CÓDIGO									
		1	SERVIÇOS PRELIMINARES					4.042,40		
SANEPAR	001805001	1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA METÁLICA	M²	8,00	386,79	505,30	4.042,40	I	P
DER-PR	512050	2.2	DEMOLIÇÃO MECÂNICA DE PAVIMENTO	M³	0,36	44,55	58,20	20,95	I	P
		2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA					34.960,01		
DER-PR	410200	2.1	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE 1ª CATEGORIA - 0 A 200 m	M³	195,58	8,29	10,83	2.118,13	I	P
DER-PR	411000	2.2	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE 1ª CATEGORIA - 800 A 1000 m (BOTA-FORA)	M³	158,93	9,55	12,48	1.983,45	I	P
DER-PR	415000	2.3	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE 1ª CATEGORIA - 4000 A 5000 m	M³	914,36	17,89	23,37	21.368,59	I	P
DER-PR	401000	2.4	COMPACTAÇÃO DE ATERROS 100% PN (A)	M³	951,01	6,58	8,60	8.178,69	I	P
DER-PR	401160	2.5	REGULARIZAÇÃO, CONFORMAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE LEITO	M²	3.973,19	0,25	0,33	1.311,15	I	P
		3	DRENAGEM					259.964,82		
DER-PR	810250	3.1	MEIO-FIO DE CONCRETO TIPO 03 (PRÉ-MOLDADO) - (IDEM MFC 05/DNIT)	M	88,24	38,75	50,62	4.466,71	I	P
DER-PR	653500	3.2	SARJETA TRAPEZOIDAL DE CONCRETO - TIPO 3A	M	489,00	63,29	82,68	40.430,52	I	P
DER-PR	610400	3.3	CORPO DE BSTC D = 0,40m SEM BERÇO	M	186,70	139,46	182,19	34.014,87	I	P
DER-PR	610600	3.4	CORPO DE BSTC D = 0,60m SEM BERÇO	M	3,70	328,95	429,74	1.590,04	I	P
DER-PR	610800	3.5	CORPO DE BSTC D = 0,80m SEM BERÇO	M	237,00	522,72	682,88	161.842,56	I	P
COMP	PMTB-001	3.6	CAIXA COLETORA DE SARJETA - CCS	UD	8,00	1.359,48	1.776,02	14.208,16	I	P
COMP	PMTB-002	3.7	CAIXA DE QUEDA / PASSAGEM	UD	1,00	1.074,53	1.403,77	1.403,77	I	P
DER-PR	620000	3.8	BOCA DE BSTC = 0,40m	UD	1,00	615,44	804,01	804,01	I	P
COMP	PMTB-003	3.9	DISSIPADOR DE ENERGIA - 0,70x2,00M	UD	2,00	460,88	602,09	1.204,18	I	P
		4	PAVIMENTAÇÃO					165.357,51		
		4.1	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE ÁREAS COM TRÂNSITO DE PEDESTRES							
DER-PR	531000	4.1.1	BRITA GRADUADA 100% PI- (INCL. TRANSPORTE - VIDE COMPOSIÇÃO)	M³	76,50	385,97	504,23	38.573,60	I	P
DER-PR	560400	4.1.2	IMPRIMAÇÃO IMPERMEAB. EXCL. FORNEC. DO CM - (INCL. TRANSPORTE - VIDE COMPOSIÇÃO)	M²	1.092,82	0,95	1,24	1.355,10	I	P
DER-PR	561100	4.1.3	PINTURA DE LIGAÇÃO EXCL. FORNECIMENTO DA EMULSÃO - (INCL. TRANSPORTE - VIDE COMPOSIÇÃO)	M²	1.092,82	0,53	0,69	754,05	I	P
DER-PR	570000	4.1.4	C.B.U.Q. - EXCL. FORNEC. DO CAP (até 10.000t) - (INCL. TRANSP. - VIDE COMPOSIÇÃO)	T	81,96	351,70	459,46	37.657,34	I	P
		4.2	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE ÁREAS COM TRÂNSITO DE VEÍCULOS							
DER-PR	531350	4.2.1	MACADAME SECO BRITADO PREENCHIDO COM BICA CORRIDA - (INCL. TRANSPORTE - VIDE COMPOSIÇÃO)	M³	22,64	320,77	419,05	9.487,29	I	P
DER-PR	531000	4.2.2	BRITA GRADUADA 100% PI - (INCL. TRANSPORTE - VIDE COMPOSIÇÃO)	M³	19,40	385,97	504,23	9.782,06	I	P
DER-PR	560400	4.2.3	IMPRIMAÇÃO IMPERMEAB. EXCL. FORNEC. DO CM - (INCL. TRANSPORTE - VIDE COMPOSIÇÃO)	M²	161,70	0,95	1,24	200,51	I	P
DER-PR	561100	4.2.4	PINTURA DE LIGAÇÃO EXCL. FORNECIMENTO DA EMULSÃO - (INCL. TRANSPORTE - VIDE COMPOSIÇÃO)	M²	161,70	0,53	0,69	111,57	I	P
DER-PR	570000	4.2.5	C.B.U.Q. - EXCL. FORNEC. DO CAP (até 10.000t) - (INCL. TRANSP. - VIDE COMPOSIÇÃO)	T	16,17	351,70	459,46	7.429,47	I	P
		4.3	LIGANTES BETUMINOSOS							
DER-PR	589420	4.3.1	FORNECIMENTO DE DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR-1C (PINTURA DE LIGAÇÃO - 0,0005T/M²)	T	0,63	4.520,62	5.453,68	3.435,82	I	L
DER-PR	589100	4.3.2	FORNECIMENTO DE ASFALTO DILUÍDO CM-30 (IMPRIMAÇÃO - 0,0012T/M²)	T	1,51	7.777,80	9.383,14	14.168,54	I	L
DER-PR	589000	4.3.3	FORNECIMENTO DE CAP 50/70 (CBUQ - 0,057T/T)	T	5,59	6.287,60	7.585,36	42.402,16	I	L
		4.4	CALÇADAS							
DER-PR	534916	4.4.1	PAVIMENTO C/ BLOCO INTERTRAVADO DE CONCRETO (PAVER COR NATURAL) E=8CM, INCL. COLCHÃO DE PÓ-DE-PEDRA	M²	99,82	77,55	101,31	10.112,76	I	P
		5	SINALIZAÇÃO					40.360,80		
		5.1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL							
DER-PR	822000	5.1.1	FAIXA DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL C/ TINTA RESINA ACRÍLICA A BASE DE SOLVENTE (FAIXAS/ZEBRADOS/SETAS)	M²	576,17	30,68	40,08	23.092,89	I	P
DER-PR	873000	5.1.2	TACHÃO REFLETIVO BIDIRECIONAL	UD	84,00	30,28	39,56	3.323,04	I	P
		5.2	SINALIZAÇÃO VERTICAL							
DER-PR	820000	5.2.1	PLACA DE SINALIZAÇÃO COM PELÍCULA REFLETIVA (ADVERTÊNCIA - LADO DE 1,00m - 1,00m²/UD)	M²	6,00	576,96	753,74	4.522,44	I	P
DER-PR	820000	5.2.3	PLACA DE SINALIZAÇÃO COM PELÍCULA REFLETIVA (REGULAMENTAÇÃO - D = 1,00m - 1,00m²/UD)	M²	3,00	576,96	753,74	2.261,22	I	P
DER-PR	820000	5.2.4	PLACA DE SINALIZAÇÃO COM PELÍCULA REFLETIVA (REGULAMENTAÇÃO - R1 - LADO 0,414 m - 1,00m²/UD)	M²	4,00	576,96	753,74	3.014,96	I	P
DER-PR	820000	5.2.5	PLACA DE SINALIZAÇÃO COM PELÍCULA REFLETIVA (REGULAMENTAÇÃO - R2 - 0,43m²/UD)	M²	1,00	576,96	753,74	753,74	I	P
DER-PR	820000	5.2.7	PLACA DE SINALIZAÇÃO COM PELÍCULA REFLETIVA (DELINEADOR 0,30x0,90m - 0,27m²/UD)	UD	0,27	576,96	753,74	203,51	I	P
DER-PR	821000	5.2.8	SUPORTE DE MADEIRA 3"x3" P/ PLACA DE SINALIZAÇÃO, H=3,00M	UD	15,00	162,74	212,60	3.189,00	I	P
		6	PROTEÇÃO VEGETAL					27.901,45		
DER-PR	800000	6.1	ENLEIVAMENTO	M²	1.857,62	11,50	15,02	27.901,45	I	P
		7	PROTEÇÕES					23.963,94		
DER-PR	823000	7.1	DEFENSA SIMPLES MALEÁVEL C/ ESPAÇADOR E CALÇO	M	38,00	482,72	630,63	23.963,94	I	P
			TOTAL DA OBRA COM BDI					556.550,93		

LEGENDA:

REGIME DE EXECUÇÃO: (I) INDIRETA - (D) DIRETA

BDI: (P) PADRÃO - (L) - LIGANTES

RODRIGO LUDWIG:02719902950 Assinado de forma digital por RODRIGO LUDWIG:02719902950 Dados: 2024.01.31 15:52:06 -03'00'

RODRIGO LUDWIG
Engenheiro Civil
CREA: SC-642808/D

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

CADERNO DE COMPOSIÇÕES

CÓDIGO	DESCRIÇÃO				UNIDADE
PMTB-001	CAIXA COLETORA DE SARJETA - CCS				UD
		Custo	Unid.	Cons.	Custo Unit.
DER-740000	CONCRETO MAGRO, PREPARO EM BETONEIRA E LANÇAMENTO	400,42	M³	0,05	20,02
DER-602100	FORMA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA	70,84	M²	3,25	230,23
DER-730000	AÇO CA-50 FORNEC. DOBRA E COLOCAÇÃO	15,51	KG	16,75	259,79
DER-730600	AÇO CA-60 FORNEC. DOBRA E COLOCAÇÃO	16,92	KG	3,17	53,64
DER-742000	CONCRETO FCK=20MPa, PREPARO EM BETONEIRA E LANÇAMENTO	506,06	M³	0,40	202,42
DER-603500	ALVENARIA DE TIJOLOS MACIÇOS	1318,63	M³	0,45	593,38
CUSTO UNITÁRIO FINAL					1.359,48

CÓDIGO	DESCRIÇÃO				UNIDADE
PMTB-002	CAIXA DE QUEDA / PASSAGEM				UD
		Custo	Unid.	Cons.	Custo Unit.
DER-740000	CONCRETO MAGRO, PREPARO EM BETONEIRA E LANÇAMENTO	400,42	M³	0,05	20,02
DER-602100	FORMA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA	70,84	M²	2,59	183,48
DER-730000	AÇO CA-50 FORNEC. DOBRA E COLOCAÇÃO	15,51	KG	14,22	220,55
DER-730600	AÇO CA-60 FORNEC. DOBRA E COLOCAÇÃO	16,92	KG	2,44	41,28
DER-742000	CONCRETO FCK=20MPa, PREPARO EM BETONEIRA E LANÇAMENTO	506,06	M³	0,37	187,24
DER-603500	ALVENARIA DE TIJOLOS MACIÇOS	1318,63	M³	0,32	421,96
CUSTO UNITÁRIO FINAL					1.074,53

CÓDIGO	DESCRIÇÃO				UNIDADE
PMTB-003	DISSIPADOR DE ENERGIA - 0,70x2,00M				UD
		Custo	Unid.	Cons.	Custo Unit.
DER-740000	CONCRETO MAGRO, PREPARO EM BETONEIRA E LANÇAMENTO	400,42	M³	0,10	40,04
DER-602100	FORMA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA	70,84	M²	2,85	201,89
DER-742000	CONCRETO FCK=20MPa, PREPARO EM BETONEIRA E LANÇAMENTO	506,06	M³	0,31	156,88
DER-530160	RACHÃO SEM BRITAGEM	45,60	M³	0,21	9,58
DER-741500	CONCRETO FCK=15MPa, PREPARO EM BETONEIRA E LANÇAMENTO	477,15	M³	0,11	52,49
CUSTO UNITÁRIO FINAL					460,88

CÓDIGO	DESCRIÇÃO				UNIDADE
512050	DEMOLIÇÃO MECÂNICA DE PAVIMENTO				M³
(A) CUSTO DIRETO TOTAL (vide composição DER)					39,33
(B) TRANSPORTE					
	Fórmula	X1	X2	Custo	Unid.	Cons.	Custo Unit.
Material de pavim. demolido	Loc.: 1,00x1 + 1,21x2 + 2,52	0,50	0,20	3,26	t	1,6000	5,22
CUSTO UNITÁRIO FINAL (A) + (B)							44,55

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

CADERNO DE COMPOSIÇÕES

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE
531000	BRITA GRADUADA 100% PI	M³

(A) CUSTO DIRETO TOTAL (vide composição DER) 130,32

(B) TRANSPORTE

	Fórmula	X1	X2	Custo	Unid.	Cons.	Custo Unit.
Massa (brita graduada)	Loc.: 1,00x1 + 1,21x2 + 2,52	30,00	0,00	106,52	t	2,4000	255,65
	Com.: 1,00x1 + 1,21x2	74,00	0,00				

CUSTO UNITÁRIO FINAL (A) + (B) 385,97

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE
570100	C.B.U.Q. - NA USINA EXCL. FORNEC. DO CAP (até 10.000t)	T

(A) CUSTO DIRETO TOTAL (vide composição DER) 158,15

(C) TRANSPORTE

	Fórmula	X1	X2	Custo	Unid.	Cons.	Custo Unit.
Areia (usina)	Loc.: 1,00x1 + 1,21x2 + 2,52	30,00	0,00	147,52	t	0,1000	14,75
	Com.: 1,00x1 + 1,21x2	115,00	0,00				
Cal Hidratada CH-I (usina)	Loc.: 0,73x1 + 0,87x2 + 7,32	30,00	0,00	392,03	t	0,0150	5,88
	Com.: 0,73x1 + 0,87x2	497,00	0,00				
Cimento asfáltico CAP 50/70 (usina)	0,91x1 + 44,50	504,00	0,00	503,14	t	0,0570	28,68
Pedra britada (Usina asfalto)	Loc.: 1,00x1 + 1,21x2 + 2,52	0,00	0,00	0,00	t	0,8280	0,00
	Com.: 1,00x1 + 1,21x2	0,00	0,00				

CUSTO UNITÁRIO FINAL (A) + (B) 207,46

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE
570000	C.B.U.Q. - INCL. FORNEC. DO CAP (até 10.000t)	T

(A) CUSTO UNITÁRIO DE EXECUÇÃO (vide composição DER) 34,19

(B) C.B.U.Q. - NA USINA EXCL. FORNEC. DO CAP (até 10.000t) 207,46

(C) TRANSPORTE

	Fórmula	X1	X2	Custo	Unid.	Cons.	Custo Unit.
Massa (CBUQ)	Loc.: 1,00x1 + 1,21x2 + 6,05	30,00	0,00	110,05	t	1,0000	110,05
	Com.: 1,00x1 + 1,21x2	74,00	0,00				

CUSTO UNITÁRIO FINAL (A) + (B) + (C) 351,70

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE
531350	MACADAME SECO BRITADO PREENCHIDO COM BICA CORRIDA	M³

(A) CUSTO DIRETO TOTAL (vide composição DER) 104,54

(B) TRANSPORTE

	Fórmula	X1	X2	Custo	Unid.	Cons.	Custo Unit.
Bica corrida p/ macadame seco	Loc.: 1,00x1 + 1,21x2 + 2,52	30,00	0,00	106,52	t	0,6800	72,43
	Com.: 1,00x1 + 1,21x2	74,00	0,00				
Pedra britada 4" (Rachão)	Loc.: 1,00x1 + 1,21x2 + 2,52	30,00	0,00	106,52	t	1,3500	143,8
	Com.: 1,00x1 + 1,21x2	74,00	0,00				

CUSTO UNITÁRIO FINAL (A) + (B) 320,77

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

CADERNO DE COMPOSIÇÕES

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE
560400	IMPRIMAÇÃO IMPERMEAB. EXCL. FORNEC. DO CM	M²

(A) CUSTO DIRETO TOTAL (vide composição DER) 0,49

(B) TRANSPORTE

	Fórmula	X1	X2	Custo	Unid.	Cons.	Custo Unit.
Asfalto diluído CM-30	0,82x + 40,05	415,00	0,00	380,35	t	0,0012	0,46

CUSTO UNITÁRIO FINAL (A) + (B) 0,95

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE
561100	PINTURA DE LIGAÇÃO EXCL. FORNECIMENTO DA EMULSÃO	M²

(A) CUSTO DIRETO TOTAL (vide composição DER) 0,34

(B) TRANSPORTE

	Fórmula	X1	X2	Custo	Unid.	Cons.	Custo Unit.
Emulsão (Trecho)	0,82x + 40,05	415,00	0,00	380,35	t	0,0005	0,19

CUSTO UNITÁRIO FINAL (A) + (B) 0,53

RODRIGO LUDWIG:02719902950

Assinado de forma digital por RODRIGO LUDWIG:02719902950
Dados: 2024.01.31 15:51:51 -03'00'

RODRIGO LUDWIG
Engenheiro Civil
CREA: SC-642808/D

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ
OBJETO: PISTA DE CAMINHADA - ACESSO CEMITÉRIO MUNICIPAL
LOCALIZAÇÃO: PR-471 (471M0111MUN - 471S0112EPR) - Km 193+82m A Km 194+137

ITEM	DESCRIÇÃO DOS AGRUPADORES DE SERVIÇO	ÍNDICE	1° MÊS		2° MÊS		3° MÊS		4° MÊS		5° MÊS		TOTAL
			%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	0,01	100,00%	4.042,40		0,00		0,00		0,00		0,00	4.042,40
2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA	0,06	100,00%	34.960,01		0,00		0,00		0,00		0,00	34.960,01
3	DRENAGEM	0,47	20,00%	51.992,96	45,00%	116.984,17	35,00%	90.987,69		0,00		0,00	259.964,82
4	PAVIMENTAÇÃO	0,30		0,00		0,00	40,00%	66.143,00	60,00%	99.214,51		0,00	165.357,51
5	SINALIZAÇÃO	0,07		0,00		0,00		0,00	20,00%	8.072,16	80,00%	32.288,64	40.360,80
6	PROTEÇÃO VEGETAL	0,05		0,00		0,00		0,00		0,00	100,00%	27.901,45	27.901,45
7	PROTEÇÕES	0,04		0,00		0,00		0,00		0,00	100,00%	23.963,94	23.963,94
	TOTAL	1,00											556.550,93

TOTAIS MENSAIS	16,35%	90.995,37	21,02%	116.984,17	28,23%	157.130,69	19,28%	107.286,67	15,12%	84.154,03	
TOTAIS ACUMULADOS	16,35%	90.995,37	37,37%	207.979,54	65,60%	365.110,23	84,88%	472.396,90	100,00%	556.550,93	

Referencial de preços serviços:
DER-PR - SETEMBRO/23
BDI: 33,41%

RODRIGO LUDWIG:02719902950

Assinado de forma digital por RODRIGO LUDWIG:02719902950
Dados: 2024.01.31 15:51:39 -03'00'

RODRIGO LUDWIG
Engenheiro Civil
CREA: SC-642808/D

MUNICÍPIO TRÊS BARRAS DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

CÁLCULO DE BDI

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ
OBJETO: PISTA DE CAMINHADA - ACESSO CEMITÉRIO MUNICIPAL
LOCALIZAÇÃO: PR-471 (471M0111MUN - 471S0112EPR) - Km 193+82m A Km 194+137

Identifique o tipo de obra:	2	
		Informe a base de cálculo do ISSQN.
Construção de praças urbanas, rodovias, ferrovias, recapeamento e pavimentação:	2	(0) Sobre os serviços. X Sobre a mão-de-obra.
		Informe a ocorrência da DESONERAÇÃO da folha de pagamento. Lei 12844/2013.
		0 SEM Desoneração. X COM Desoneração.

Item Componente do BDI	Intervalo de admissibilidade			Valores Propostos
	1º Quartil	Médio	3º Quartil	
Administração Central	3,80%	4,01%	4,67%	**4,00%**
Seguro e Garantia	0,32%	0,40%	0,74%	**0,66%**
Risco	0,50%	0,56%	0,97%	**0,95%**
Despesas Financeiras	1,02%	1,11%	1,21%	**1,20%**
Lucro	6,64%	7,30%	8,69%	**6,16%**
I1: PIS e COFINS				**3,65%**
I2: ISSQN (conforme legislação municipal)				**5,00%**
I3: Cont.Prev s/Rec.Bruta (Lei 12844/13 - Desoneração)				**4,50%**

BDI - SEM Desoneração da folha de pagamento	24,20%
BDI - COM Desoneração da folha de pagamento	**30,64%**

Declaramos que esta planilha foi elaborada conforme equação para cálculo do percentual do BDI recomendada pelo Acórdão 2622/2013 - TCU, representada pela fórmula abaixo.

BDI - SEM Desoneração = [(1+AC+S+G+R)X(1+DF)X(1+L)/(1-I1-I2)]-1

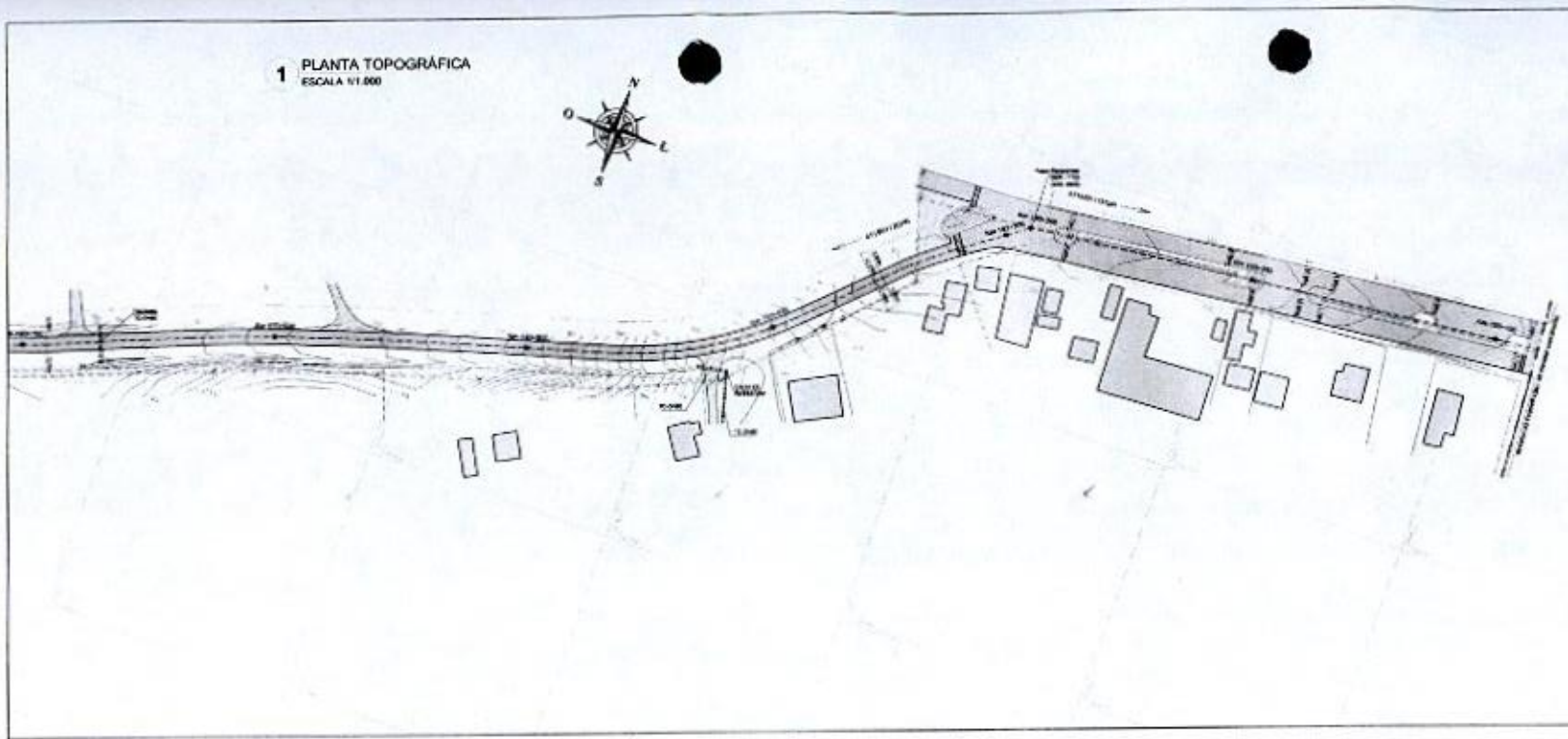
BDI - COM Desoneração = [(1+AC+S+G+R)X(1+DF)X(1+L)/(1-I1-I2-I3)]-1

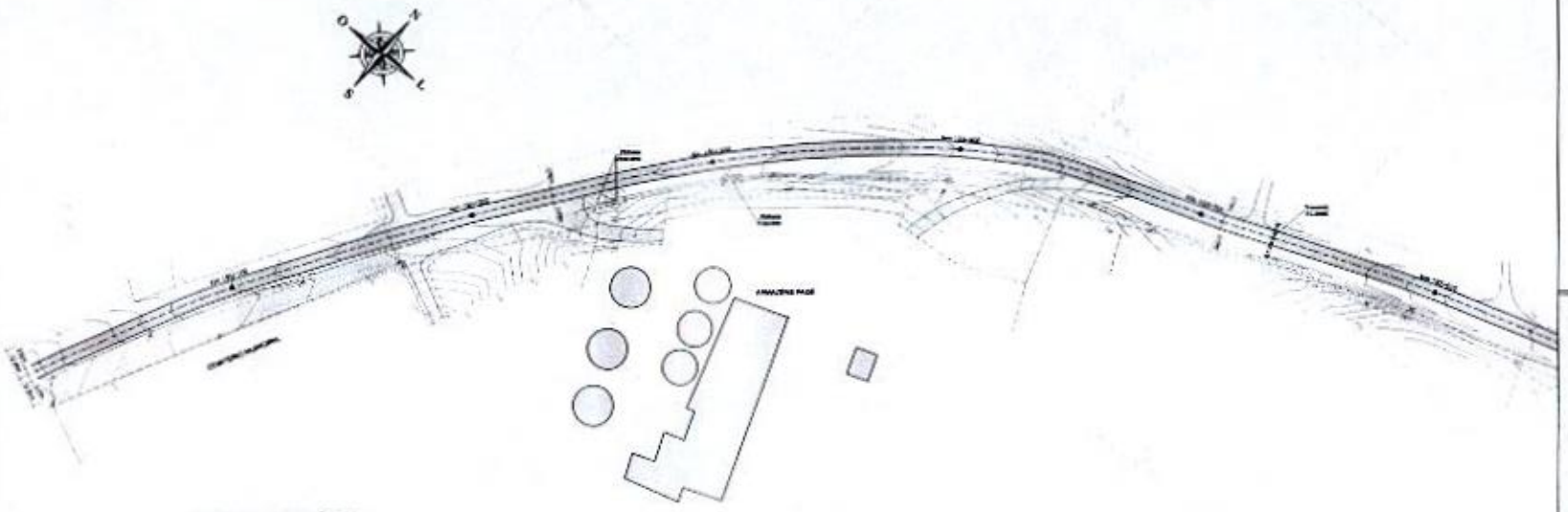
RODRIGO LUDWIG:02719902950

Assinado de forma digital por RODRIGO LUDWIG:02719902950
Dados: 2024.01.31 15:51:25 -03'00'

RODRIGO LUDWIG
Engenheiro Civil
CREA: SC-642808/D

1 PLANTA TOPOGRÁFICA
ESCALA 1/1.000





2 PLANTA TOPOGRÁFICA
ESCALA 1/1.000

APROVAÇÕES

IRD ENGENHARIA

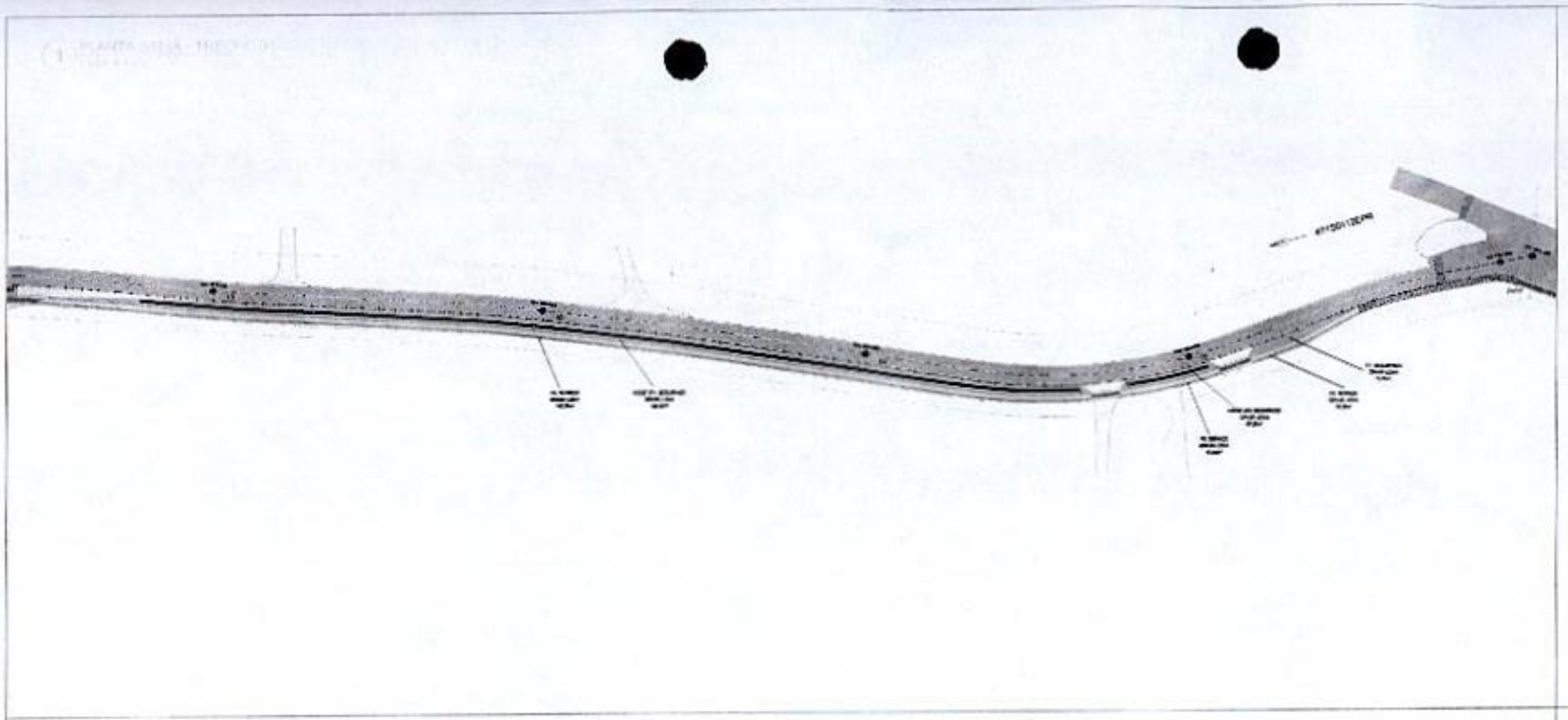
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

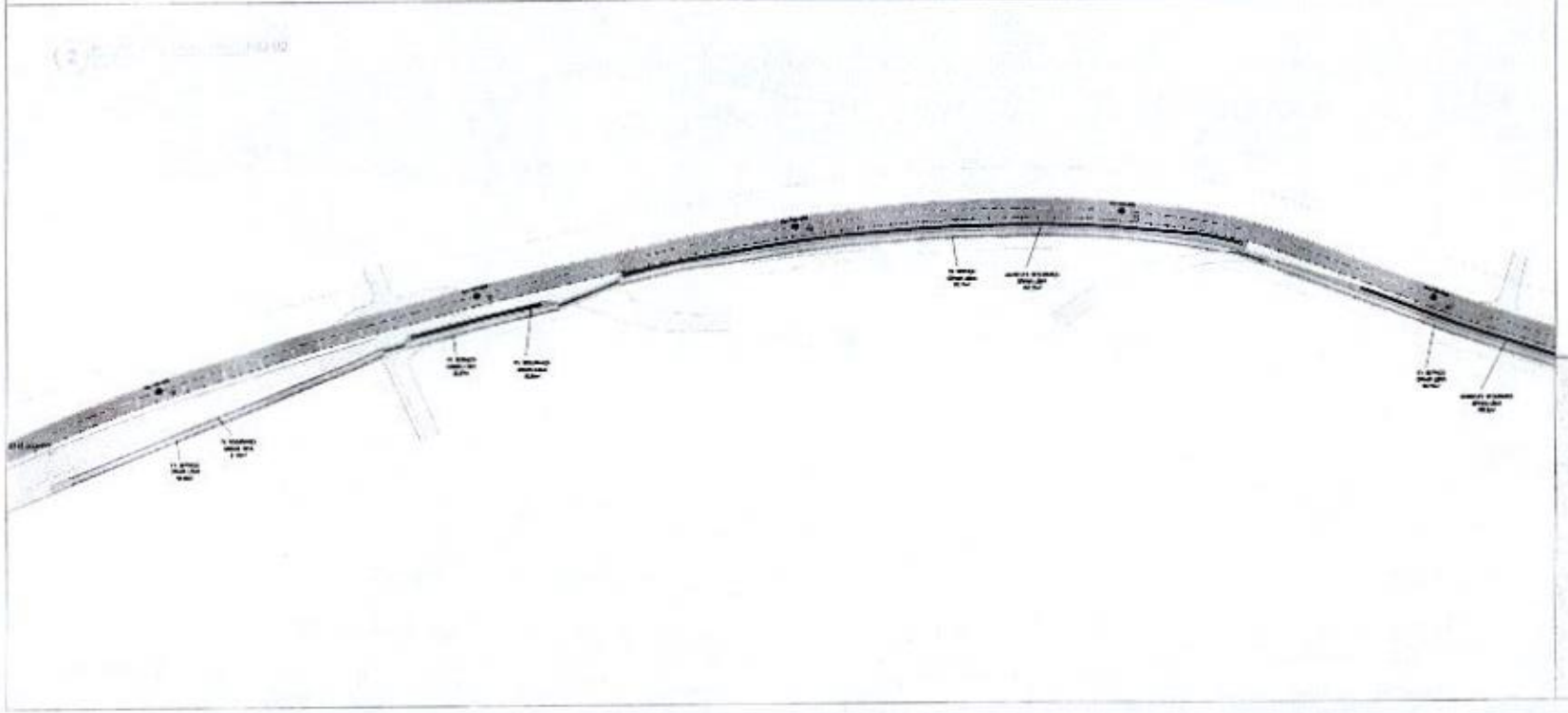
PISTA DE CAMINHADA - ACESSO CEMITÉRIO MUNICIPAL

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO - LEGENDA

01

600000





APROVAÇÕES

IRD ENGENHARIA

PROTEÇÃO VEGETAL

PISTA DE CAMINHADA - ACESSO CEMITÉRIO MUNICIPAL

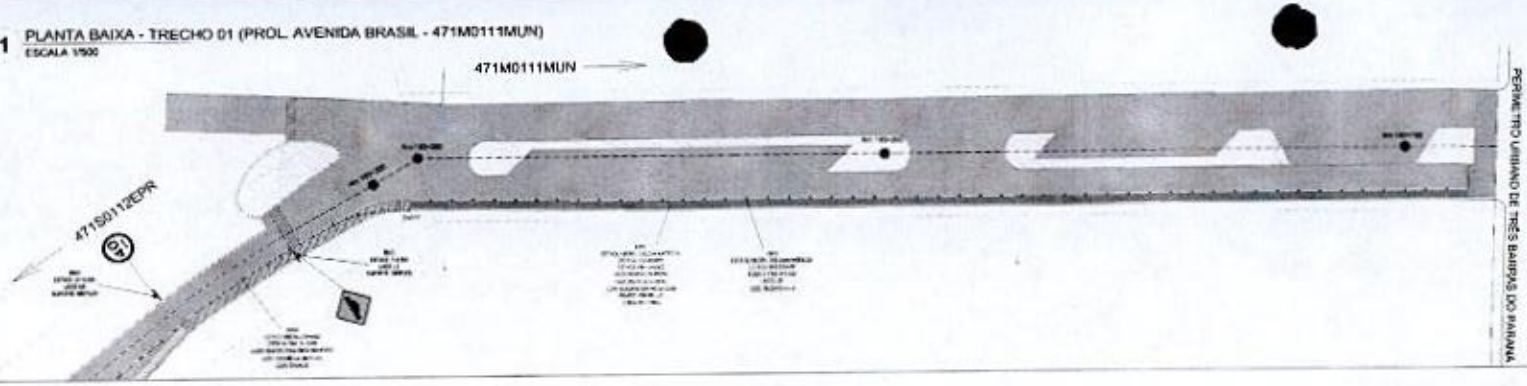
PR 471 - Km 189+82,23m À Km 194+141,35m
(472482/7234638 / 471501/7229192) - TRÊS BARRAS DO PARANÁ - PR

PLANTAS BAIXAS - TRECHOS 01 E 02

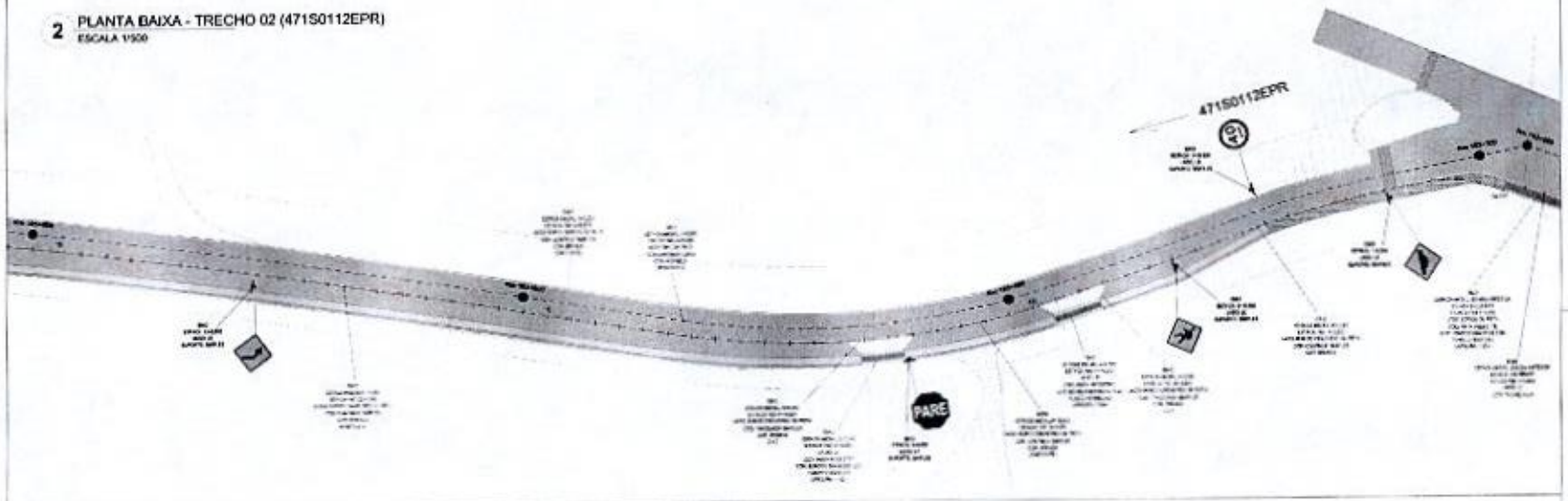
01

000010

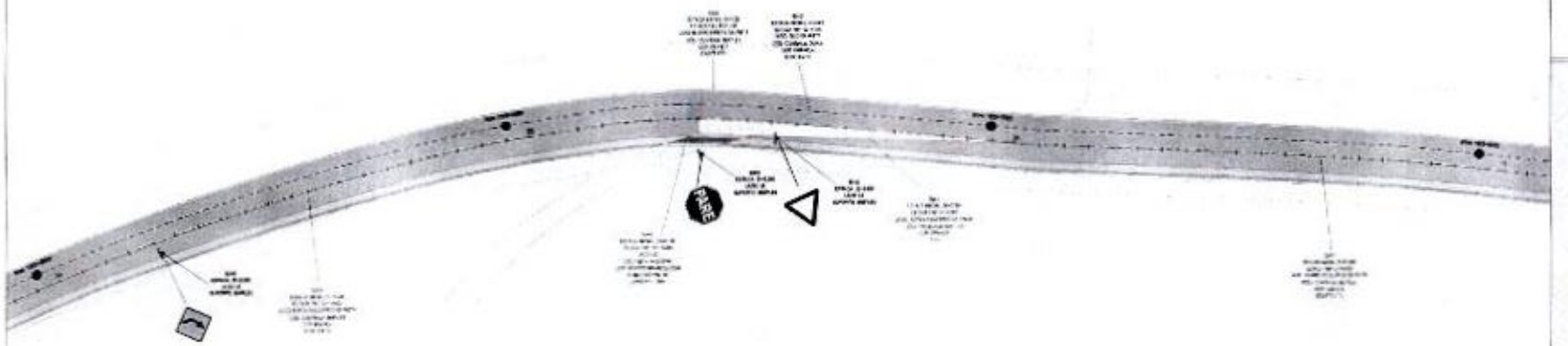
1 PLANTA BAIXA - TRECHO 01 (PROL. AVENIDA BRASIL - 471M0111MUN)
ESCALA 1/500



2 PLANTA BAIXA - TRECHO 02 (471S0112EPR)
ESCALA 1/500



3 PLANTA BAIXA - TRECHO 03 (471S0112EPR)
ESCALA 1/500



LEGENDA

APROVAÇÕES

IRD ENGENHARIA

SINALIZAÇÃO

PISTA DE CAMINHADA - ACESSO CEMITÉRIO MUNICIPAL

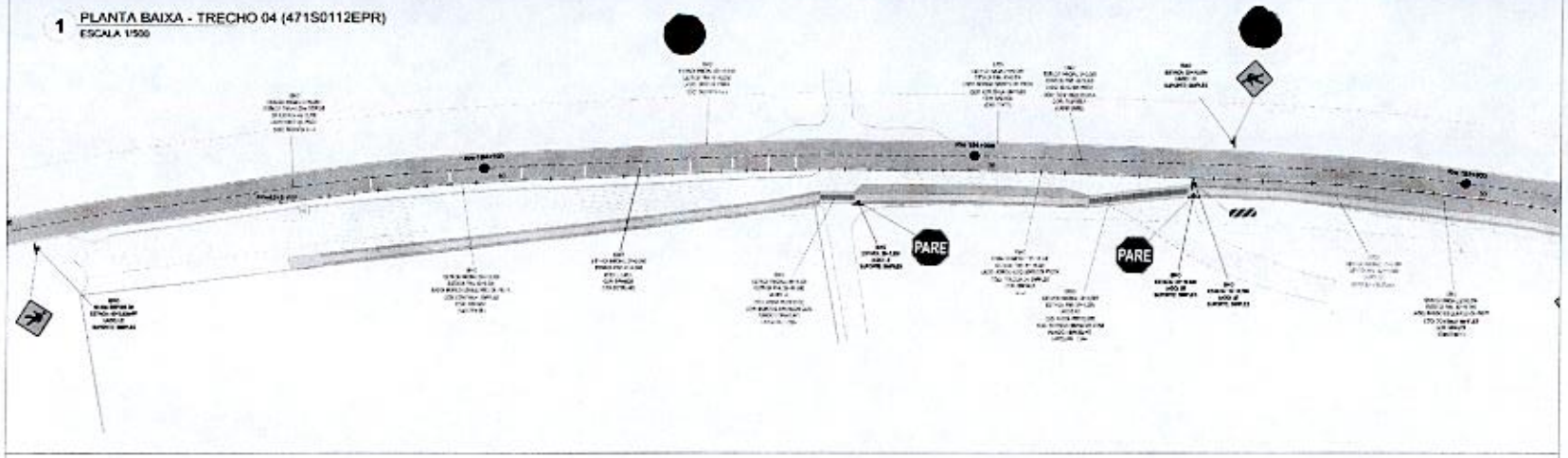
PR-471 - km 193+62,33m À km 194+240,95m
(471M0111MUN / 471S0112EPR) - TRÊS BARRAS DO PARANÁ - PR

PLANTAS BAIXAS - TRECHOS 01, 02 E 03

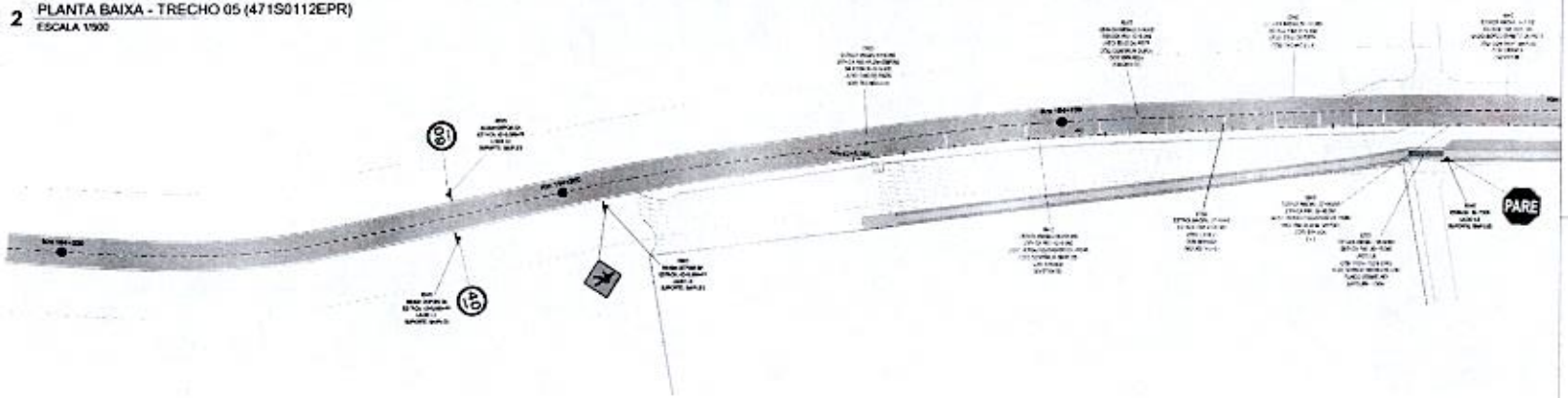
01

10001

1 PLANTA BAIXA - TRECHO 04 (471S0112EPR)
ESCALA 1/500

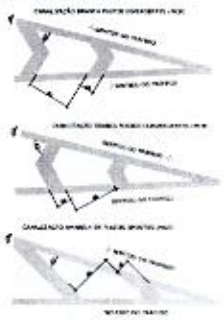


2 PLANTA BAIXA - TRECHO 05 (471S0112EPR)
ESCALA 1/500

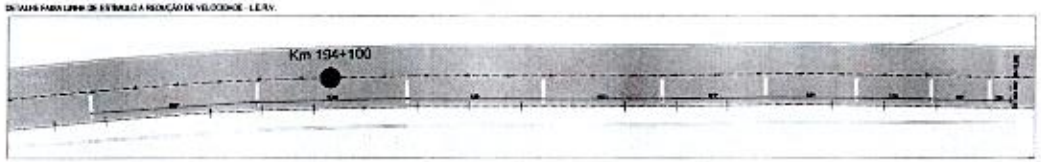


3 DETALHES SINALIZAÇÃO HORIZONTAL
SEM ESCALA

DETALHE CANALIZAÇÕES - ZEBRADO



DETALHE FAIXA LIMITE DE ESTREITA A REDUÇÃO DE VELOCIDADE - L.E.R.V.



DETALHE FAIXA CENTRO COM TACHÃO



DETALHE FAIXA SEMI-BORDO



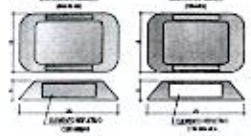
DETALHE FAIXA BORDO



DETALHE PISTA PEDESTRE



DETALHE TACHÕES



DETALHE SINALIZAÇÃO PREVENTIVA



LEGENDA



OBSERVAÇÕES:

APROVAÇÕES

IRD ENGENHARIA

SINALIZAÇÃO

PISTA DE CAMINHADA - ACESSO CEMITÉRIO MUNICIPAL

PR 471 - Km 193+82,53m À Km 194+141,95m
(471M0113MUM / 471S0112EPR) - TRÊS BARRAS DO PARANÁ - PR

PLANTAS BAIXAS - TRECHOS 04, 05
DETALHES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

NOVEMBRO/2021

R. JUDIVO

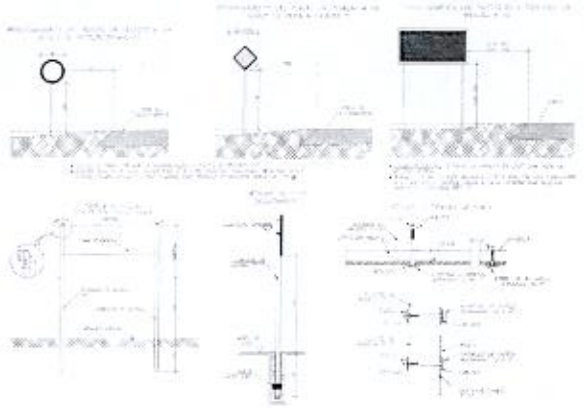
1.809,42m²

02

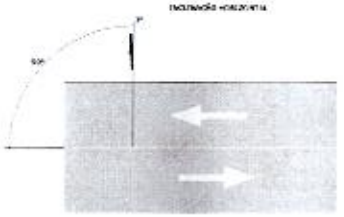
000012

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ - CNPJ: 75.115.836/0001-60

1 DETALHES SINALIZAÇÃO VERTICAL
SEM ESCALA

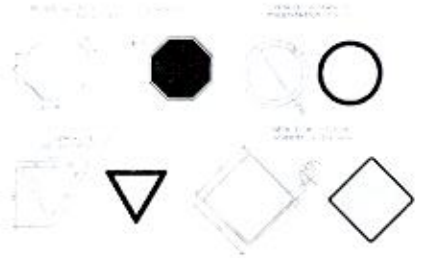


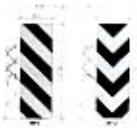
INCLINAÇÃO HORIZONTAL



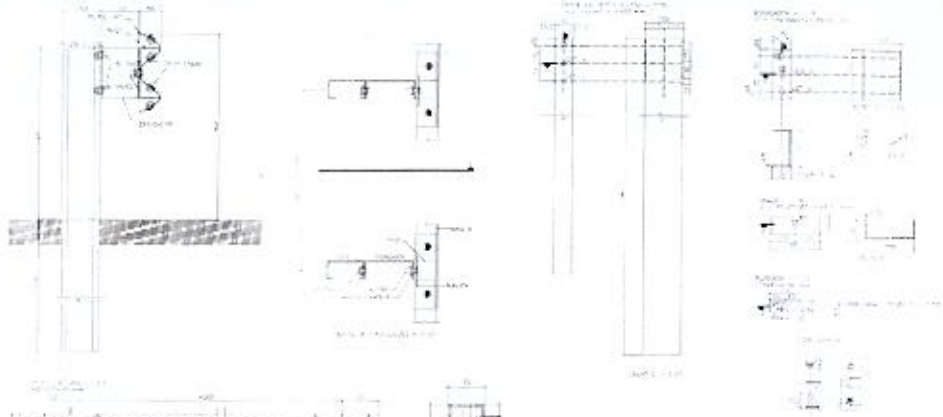
INCLINAÇÃO VERTICAL





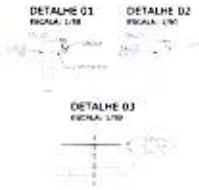


2 DETALHE DEFENSA METÁLICA
ESCALA



TERMINAL ABATIDO - ANCORAGEM





DETALHE 01
ESCALA: 1/10

DETALHE 02
ESCALA: 1/10

DETALHE 03
ESCALA: 1/10



3 RESUMO PLACAS
SEM ESCALA





APROVAÇÕES

IRD ENGENHARIA

SINALIZAÇÃO

PISTA DE CAMINHADA - ACESSO CEMITÉRIO MUNICIPAL

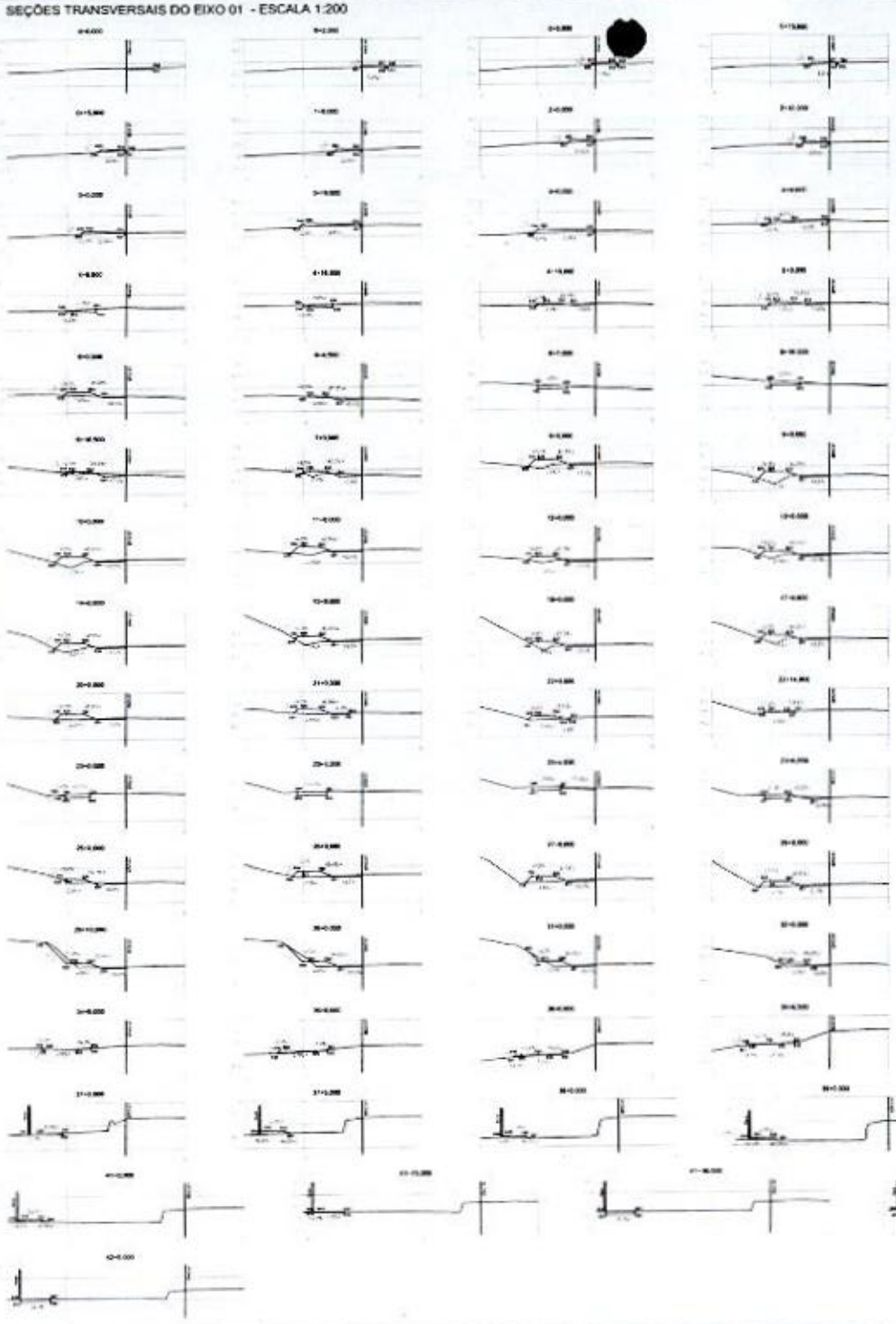
PR 471 - Km 193+02,33m À Km 194+141,95m
(6715401134KLM / 6715401139PR) - TRÊS BARRAS DO PARANÁ - PR

DETALHES SINALIZAÇÃO VERTICAL
DETALHE DEFENSA METÁLICA

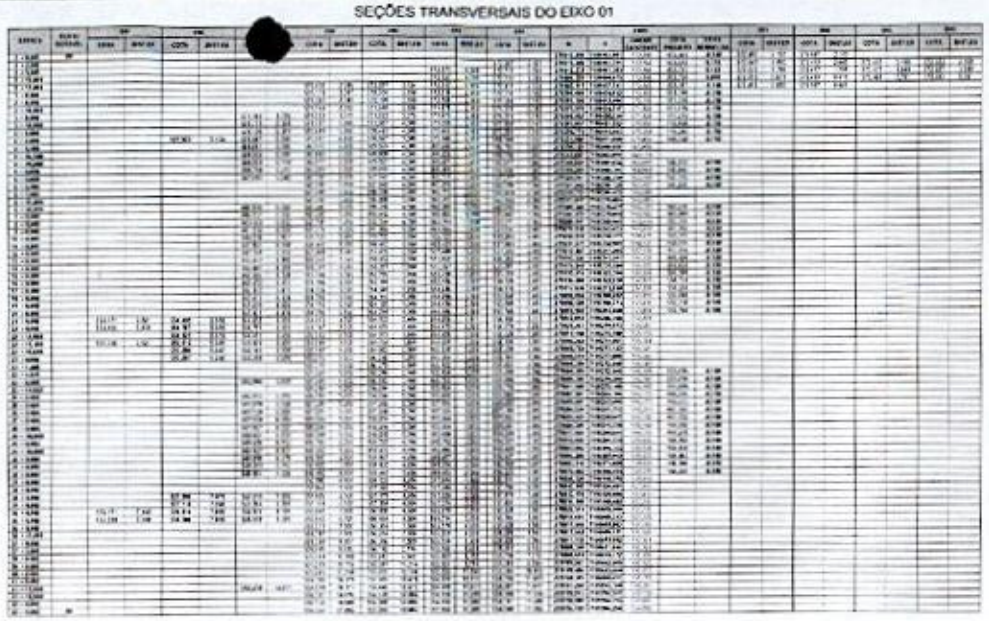
03

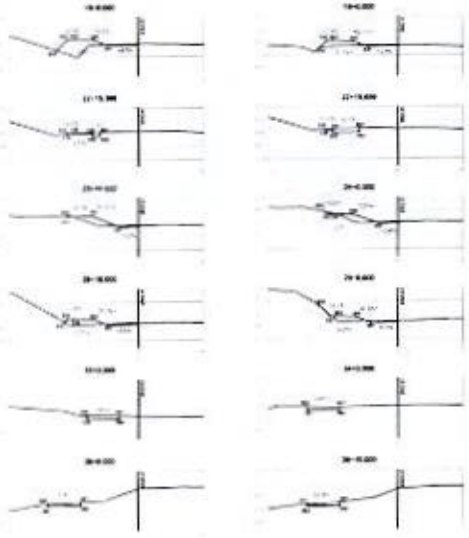
00003

SEÇÕES TRANSVERSAIS DO EIXO 01 - ESCALA 1:200



SEÇÕES TRANSVERSAIS DO EIXO 01





APROVAÇÕES

IRD ENGENHARIA

TERRAPLENAGEM

PISTA DE CAMINHADA - ACESSO CEMITÉRIO MUNICIPAL

PR 671 - km 350+662,33m À km 356+147,99m
(-47°24'00.11"W,LN / -47°23'51.33"PR) - TRÊS BARRAS DO PARANÁ - PR

SEÇÕES TRANSVERSAIS

ESCALA

1:200/1:2000

FOLHA

01

000014

IRD ENGENHARIA

irdengenharia.com.br

PISTA DE CAMINHADA DE ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL

MEMORIA JUSTIFICATIVA
MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROJETO GEOMÉTRICO
DIMENSIONAMENTO DO PAVIMENTO

Rodovia:	PR-471
Código:	471M0111MUN / 471S0112EPR
Trecho:	Km 193 + 82,33m a 194 + 141,95m
Extensão:	1.059,62m
Área a Pavimentar:	1.687,27m²
Proponente:	MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
Elaboração:	IVAN RODRIGO DAL-BERTI & CIA LTDA
Responsável Técnico:	RODRIGO LUDWIG - CREA: SC-642808/D

RODRIGO LUDWIG:02719902950

Assinado de forma digital por RODRIGO LUDWIG:02719902950
Dados: 2024.02.02 15:32:44 -03'00'

RODRIGO LUDWIG
Eng. Civil – CREA: SC-642808/D
RESPONSÁVEL TÉCNICO

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
CNPJ: 78.121.936/0001-68
PROPONENTE

INTRODUÇÃO

O presente memorial descritivo tem por objetivo discriminar os serviços a executar no projeto de implantação de PISTA DE CAMINHADA DE ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL do município de Três Barras do Paraná, melhorando as condições de trânsito de pedestres, que atualmente, especialmente em dias chuvosos, por vezes necessitam transitar sobre a via, devido à ausência de área específica ou com condições ideais de tráfego, o que torna o trajeto perigoso tanto para os pedestres, como para os veículos que circulam na via.

A pista será implantada entre o Km 193+82,33m, no limite do perimetro urbano, mais especificamente o cruzamento da Avenida Brasil, com a Rua General Olivério, e o Km 194+141,95m da PR 471, com extensão total de 1.059,62m.

No entanto, a obra se divide em duas partes, visto que a primeira parte, localizado entre o Km 193+82,33m e o Km 193+290,0m faz parte de trecho municipalizado da PR-471, o trecho 471M0111MUN, conforme Sistema Rodoviário Estadual de 2022 publicado pelo DER. Neste trecho, devido à urbanização adjacente, a pista será conformada através de obras de sinalização sobre a pavimentação existente.

Na segunda parte localizada sobre o trecho 471S0112EPR (vide SRE 2022 / DER-PR) da PR-471, serão realizadas obras de terraplenagem e pavimentação para implantação da pista de caminhada, bem como, cruzamento das vias de acesso adequadas à conformação existente do terreno.

De forma geral o projeto foi concebido com apenas um eixo principal, tendo como base o bordo da via existente e traçará as coordenadas para todas as obras.

São contemplados neste memorial os serviços referentes a:

- PROJETO GEOMÉTRICO

- PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

Para a elaboração dos projetos, seguiu-se basicamente normativas e instruções técnicas do DER-PR, e manuais de projeto do DNIT.

A execução da obra, em todos os seus itens, deve obedecer rigorosamente aos projetos, seus respectivos detalhes e as especificações constantes neste memorial.

Em casos de divergências deve ser seguida a hierarquia (em ordem decrescente) conforme segue, devendo, entretanto serem ouvidos os respectivos autores e o proprietário:

1º Memorial descritivo;

2º Projeto Geométrico;

3º Demais projetos complementares

Todos os materiais e serviços aplicados na obra serão comprovadamente de primeira qualidade, satisfazendo as condições estipuladas neste memorial, os códigos, normas e especificações brasileiras, quando cabíveis. Os materiais e serviços aqui especificados somente poderão alterados mediante consulta prévia aos autores do projeto e proprietários, por escrito, havendo falta dos mesmos no mercado, ou retirado de linha pelo fabricante.

IRD ENGENHARIA

PROJETO GEOMÉTRICO

irdengenharia10@gmail.com - (46) 99972-0444 - Avenida Getúlio Vargas, 458 - Centro - Verê - Paraná

Para o desenvolvimento do projeto, não foram tomadas considerações sobre desenvolvimento longitudinal, sendo que devido à declividade existente no trecho, fora concebida pista com declividades longitudinais que mantivessem semelhança com a pista existente.

No que diz respeito à segurança, fora concebido o afastamento máximo possível, considerando-se as benfeitorias existentes, vegetações com proteção ambiental assegurada pelo código florestal e demais fatores que impedissem o maior afastamento da pista em relação à via.

De forma a melhorar as condições de segurança dos pedestres, será realizada o reforço da sinalização, bem como, onde necessário, a implantação de dispositivos de proteção tais como defensas metálicas.

1. ELEMENTOS DE PROJETO

1.1 - Transversal

O projeto contempla a implantação de pista de caminhada com trechos de cruzamento por vias de acesso. A seção transversal foi definida com base na NBR 9050, composto genericamente de pista com 1,50m de largura com inclinação de 2% chegando ao máximo de 3% em local de cruzamento com vias de acesso.

Em todos os trechos, exceto cruzamento de acessos, após a pista de caminhada fora mantida faixa gramada, com largura de 0,50m e inclinação de 2,0%, para contenção e uso como faixa de serviço, visando-se a implantação de iluminação da pista.

Várias seções transversais compõem o projeto, sendo que na grande maioria, a separação entre a pista de caminhada e a pista de veículos, é dado por faixa gramada com 3,50m de largura, sendo 2,40m, com inclinação 2%, para acostamento, e mais 1,10m, com inclinação de -40%, de faixa de segurança, no qual realiza-se a elevação da pista de caminhada em relação ao acostamento, melhorando as condições de segurança.

Em alguns trechos esta distância é reduzida para 3,00m sendo que a faixa de acostamento é diminuída para 1,90m , mantendo-se a faixa de segurança com 1,10m de largura.

Em um pequeno trecho, a distância total de afastamento entre a pista de caminhada e a pista de veículos é reduzida para 2,00m (1,40m acostamento + 0,60m de faixa de segurança). Neste local será implantada defensa metálica, de forma a garantir a segurança.

Na primeiros 50,0m da pista, devido à urbanização a pista será executada junto à via, com pavimentação em PAVER, com separação e elevação através de meio-fio, assemelhando-se à uma área de passeio de via pública, com largura de 2,00m e inclinação de 2,0%.

A partir deste ponto, mantém-se o meio-fio, e realiza-se o afastamento por faixa gramada até a largura de 3,00m, até que seja atingido o primeiro cruzamento de acesso.

Nas proximidades da área do cemitério, tendo em vista a proximidade de cruzamento de 02 acessos consecutivos, o afastamento da via aumenta para 5,0m, no qual são respeitados, uma faixa de circulação de veículos, servindo como área de segurança de manobra para os acessos, com largura de 3,00m, além de faixa gramada com 2,0m de largura e inclinações de 5,0 e 2,0% no sentido do centro da faixa gramada.

Junto à área do cemitério, a pista de caminhada segue o alinhamento do muro de divisa do cemitério, com faixa gramada (serviço) afastando-se 0,50m em relação ao muro, a pista de caminhada, com largura de 1,50m e inclinação de 2,0%, e mais faixa gramada em relação à área de estacionamento de veículos, no qual realiza-se a elevação da pista em relação ao estacionamento, com inclinação de 40%.

Os trechos de cruzamento dos acessos de veículos foram concebidos, observando-se a largura compatível com os acessos existentes, bem como, o tipo de tráfego do local, com inclinações de forma a realizar o encaixe entre a via existente, a pista de caminhada e o acesso.

1.2 Horizontal

Como já citado anteriormente, as considerações sobre alinhamento longitudinal foram dispensadas, seguindo-se basicamente traçado paralelo à via existente, buscando-se no entanto, que tratando-se de variações no alinhamento, estas possuam deflexões inferiores à 3°.

1.3 Vertical

Da mesma forma como citado em 1.2, fora estabelecido rampas concomitantes com o alinhamento vertical da via, bem como na adequação de encaixes nos cruzamentos de acessos de veículos, mantendo-se, no entanto, visto que a topografia, não permitiria outra condição, observou-se que a inclinação não ultrapassasse 10%.

2. Interseções / Acessos

O projeto prevê o cruzamento com 05 acessos à estradas vicinais ou acessos à empreendimentos localizados nas margens da rodovia.

Todos os acessos à estradas vicinais, possuem interligação perpendicular à via, e foram tratados da mesma forma como se encontram, apenas com a criação de chanfros de abertura, de forma a melhorar a forma de conversão.

No entanto, para o empreendimento tipo cerealista localizado nas proximidades da estaca 27, este possui 02 acessos, inseridos de forma oblíqua ao eixo da via, e em função da tipologia de veículo predominante, merecem tratamento especial, respeitando-se portanto, áreas de manobra com segurança, nos quais não será realizado intervenção.

DIMENSIONAMENTO ESTRUTURAL DOS PAVIMENTOS

1. Metodologia Adotada

Para o tráfego de pedestres, basicamente não há considerações a serem levantadas, no entanto, visto à interferência de cruzamento com áreas com trânsito de veículos, nestes pontos, faz-se necessária a realização de cálculo para determinação das camadas do pavimento, buscando uma maior vida útil do projeto.

Para a elaboração do projeto admitiu-se uma capacidade de suporte do solo empírica de 9,0%. Este dado foi adotado levando-se em consideração que a região sudoeste do Paraná, possui uma predominância geral de Nitossolo Vermelho, a qual pode ser observada em aproximadamente 70% da região. Ademais, sondagens realizadas em empreendimentos próximos à área de intervenção, comprova esta caracterização de solo, com camada argilosa, seguida de camada onde verifica-se um aumento de parcela siltosa na composição, atingindo camadas de pedregulhos e transição para leito rochoso, o qual ocorre frequentemente após os 5,00m de profundidade, sem qualquer presença de acúmulos de matéria orgânica.

Diante desta similaridade na morfologia do solo, verifica-se também que diversos projetos de pavimentação executados na região, apresentam índices de suporte, em locais com material semelhante, variando entre 13 e 18%.

Isto tudo, levando-se em consideração o baixo índice de tráfego a qual estará sujeita a pavimentação, nos apresenta a certeza de que a adoção de CBR=9,0%, apresenta elevada margem de segurança para o dimensionamento do pavimento.

Levando-se em conta estes fatores optou-se por adotar a solução de pavimento asfáltico composto sub-base, base e revestimento em CBUQ, removendo eventuais borrachudos e complementando com material de jazida (CBR>20%) até atingir a cota determinada tanto no eixo quanto nos alargamentos efetuados, conforme item de pavimento proposto.

Para tal, durante a execução dos serviços de terraplenagem, todo o sub-leito deverá ser regularizado e compactado a 100% do Proctor Normal, indiferentemente de localizar-se em áreas de corte ou aterro.

2. Caracterização do Tráfego

Tendo em vista a celeridade do processo, não houve tempo hábil para elaboração de estudo de tráfego.

Considerando-se, diversos fatores como sazonalidade, bem como variedade de tipologias de veículos em cada um dos acessos, e especialmente por tratar-se de obra localizada em área caracterizada como rural, na pior das hipóteses este número não deve ser elevado, nos dando a certeza de que o um valor de $N=10^5$, atende a todos os tipos de fluxos para os acessos estudados.

3. Coeficiente de Equivalência Estrutural

São recomendados pela Tabela 31 do Método de Dimensionamento de Pavimento Flexível adotado pelo DNIT (2006), os seguintes coeficientes para os diferentes materiais indicados para constituírem a estrutura do pavimento.

O quadro abaixo, representa os valores da supracitada tabela para determinação dos valores de coeficiente estrutural:

Componentes	Materiais	K
Revestimentos e bases betuminosas	Concreto betuminoso usinado a quente	2,0
	Pré-misturado a quente	1,7
	Pré-misturado a frio	1,4
	Macadame betuminoso de penetração	1,2
Camadas granulares (não cimentadas, não betuminosas)	Base de macadame hidráulico	1,0
	Base e sub-base estabilizada granulometricamente	1,0
	Base e sub-base de solo melhorado com cimento	1,0
	Reforço de subleito	1,0
Solo cimento	Rcs, 7 dias, superior a 45 kgf/cm²	1,7
	Rcs, 7 dias, entre a 45 e 28 kgf/cm²	1,4
	Rcs, 7 dias, entre 28 e 21 kgf/cm²	1,2

Adotamos, genericamente, para designação dos coeficientes estruturais a simbologia a seguir apresentada:

KR = Coeficiente estrutural do revestimento betuminoso
KR = 2,0 (Revestimento de concreto betuminoso – CBUQ – Faixa "C")

KB = Coeficiente estrutural da base
KB = 1,0 (Brita Graduada 100% PM)

KS = Coeficiente estrutural da sub-base
KS = 1,0 (Macadame seco britado com bica corrida)

4. Espessura Mínima do Revestimento Betuminoso

A espessura mínima a adotar visa especificamente às bases de comportamento puramente granular e são ditados pelo que se tem observado.

N	Espessura Mínima de Revestimento Betuminoso
$N \leq 10^6$	Tratamentos superficiais betuminosos
$10^6 < N \leq 5 \times 10^6$	Revestimentos betuminosos com 5,0 cm de espessura
$5 \times 10^6 < N \leq 10^7$	Concreto betuminoso com 7,5 cm de espessura
$10^7 < N \leq 5 \times 10^7$	Concreto betuminoso com 10,0 cm de espessura
$N > 5 \times 10^7$	Concreto betuminoso com 12,5 cm de espessura

Mesmo que o "ISC" do material de sub-base seja maior que 20%, a espessura do pavimento necessária para protegê-los, é determinada como se fosse esse valor igual a 20%.

Com a determinação da espessura do revestimento (R), com base na tabela apresentada em 4.6, a espessura da base (B) e da sub-base (h20) são obtidos pela resolução sucessiva das inequações:

$R \cdot Kr + B \cdot Kb > H_{20}$ (1)
$R \cdot Kr + B \cdot Kb + h_{20} \cdot Ks > Hm$ (2)

3. Dimensionamento

O Método de Dimensionamento de Pavimento Flexível adotado pelo DNIT (2006), vale-se de um gráfico, com auxílio do qual se obtém a espessura total do pavimento, em função do número "N" e do "ISC"; Tal espessura total é obtida no gráfico, e em termos de K=1,00 ou seja, de camada granular; Para outros constituintes há que se multiplicá-los pelos respectivos valores de "K".

Diante disto, e fixando-se a espessura do revestimento (R) em 5,0cm e considerando-se o número de operações de eixo padrão, caracterizada em 4.3, no valor de 10^5, através da utilização do ábaco, disponível na Figura 43 do Manual de Pavimentação do DNIT (2006), o qual trata-se da representação da equação:

$$H_t = 77{,}67 \cdot N^{0{,}0482} \cdot CBR^{-0{,}598}$$

Disto, obtemos os valores de H_{20} e Hm, conforme segue:

$$H_{20} = 22cm$$

$$Hm = 35cm$$

4. Dimensionamento das Camadas

Com todos os dados levantados, e considerando-se a espessura do revestimento em R=5,0cm, para se conhecer a espessura da base aplica-se os valores conhecidos na inequação (1) apresentadas em 5.7, e temos que:

$R \cdot Kr + B \cdot Kb > H_{20}$ (1)
$5 \cdot 2{,}0 + B \cdot 1{,}0 > 22cm$
$B > 22cm$

Da mesma forma, para determinação da espessura da camada de sub-base aplica-se os valores conhecidos na inequação (2) também apresentada em 5.7, e temos que:

$R \cdot Kr + B \cdot Kb + h_{20} \cdot Ks > Hm$ (2)
$5 \cdot 2{,}0 + 15 \cdot 1{,}0 + h_{20} \cdot 1{,}0 > 35cm$
$h_{20} > 13cm$

Sendo assim, com todos os parâmetros estabelecidos, adotamos as seguintes espessuras apresentadas na tabela abaixo:

Camada	Material	Espessura Minima (cm)	Coeficiente Estrutural	Espessura Equivalente (cm)
Revestimento	Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ)	**5,00**	2,00	10,00
Base	Brita Graduada	**12,00**	1,00	12,00
Sub-base	Macadame seco britado com com bica corrida	**13,00**	1,00	14,00
		30,00		**35,00**

5. Pavimento da Pista de Caminhada

Para a pista de caminhada, índices de tráfego são irrelevantes, visto que não haverá fluxo de veículos sobre esta, para tanto observou-se minimamente a condição de execução para que possa ser executado com equipamento adequado.

Para tanto, foram determinadas as seguintes camadas e espessuras, observando-se no entanto, que a base de aplicação deverá ser devidamente, regularizada e compactada a 100% do Proctor Normal, indiferentemente de localizar-se em áreas de corte ou aterro.

Camada	Material	Espessura Mínima (cm)	Coeficiente Estrutural	Espessura Equivalente (cm)
Revestimento	Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ)	**3,00**	2,00	6,00
Base	Brita Graduada	**7,00**	1,00	7,00
		10,00		**13,00**

PISTA DE CAMINHADA DE ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL

MEMORIA JUSTIFICATIVA
MEMÓRIA DE CÁLCULO
DESCRITIVO DE SERVIÇOS

TERRAPLENAGEM
DRENAGEM
PAVIMENTAÇÃO
SINALIZAÇÃO
PROTEÇÃO VEGETAL

Rodovia:	PR-471
Código:	471M0111MUN / 471S0112EPR
Trecho:	Km 193 + 82,33m a 194 + 141,95m
Extensão:	1.059,62m
Área a Pavimentar:	1.687,27m²
Proponente:	MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
Elaboração:	IVAN RODRIGO DAL-BERTI & CIA LTDA
Responsável Técnico:	RODRIGO LUDWIG - CREA: SC-642808/D

RODRIGO LUDWIG:02719902950

Assinado de forma digital por RODRIGO LUDWIG:02719902950
Dados: 2024.02.02 15:32:59 -03'00'

RODRIGO LUDWIG
Eng. Civil – CREA: SC-642808/D
RESPONSÁVEL TÉCNICO

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
CNPJ: 78.121.936/0001-68
PROPONENTE

INTRODUÇÃO

O presente memorial descritivo tem por objetivo discriminar os serviços a executar no projeto de implantação de PISTA DE CAMINHADA DE ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL do município de Três Barras do Paraná, melhorando as condições de trânsito de pedestres, que atualmente, especialmente em dias chuvosos, por vezes necessitam transitar sobre a via, devido à ausência de área específica ou com condições ideais de tráfego, o que torna o trajeto perigoso tanto para os pedestres, como para os veículos que circulam na via.

A pista será implantada entre o Km 193+82,33m, no limite do perímetro urbano, mais especificamente o cruzamento da Avenida Brasil, com a Rua General Olivério, e o Km 194+141,95m da PR 471, com extensão total de 1.059,62m.

No entanto, a obra se divide em duas partes, visto que a primeira parte, localizado entre o Km 193+82,33m e o Km 193+290,0m faz parte de trecho municipalizado da PR-471, o trecho 471M0111MUN, conforme Sistema Rodoviário Estadual de 2022 publicado pelo DER. Neste trecho, devido à urbanização adjacente, a pista será conformada através de obras de sinalização sobre a pavimentação existente.

Na segunda parte localizada sobre o trecho 471S0112EPR (vide SRE 2022 / DER-PR) da PR-471, serão realizadas obras de terraplenagem e pavimentação para implantação da pista de caminhada, bem como, cruzamento das vias de acesso adequadas à conformação existente do terreno.

De forma geral o projeto foi concebido com apenas um eixo principal, tendo como base o bordo da via existente e traçará as coordenadas para todas as obras.

São contemplados neste memorial os serviços referentes a:

- PROJETO DE TERRAPLENAGEM

- PROJETO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

- PROJETO DE SINALIZAÇÃO

- PROJETO DE PAISAGISMO

Para a elaboração dos projetos, seguiu-se basicamente normativas e instruções técnicas do DER-PR, e manuais de projeto do DNIT.

A execução da obra, em todos os seus itens, deve obedecer rigorosamente aos projetos, seus respectivos detalhes e as especificações constantes neste memorial.

Em casos de divergências deve ser seguida a hierarquia (em ordem decrescente) conforme segue, devendo, entretanto serem ouvidos os respectivos autores e o proprietário:

1º Memorial descritivo;

2º Projeto Geométrico;

3º Demais projetos complementares

Todos os materiais e serviços aplicados na obra serão comprovadamente de primeira qualidade, satisfazendo as condições estipuladas neste memorial, os códigos, normas e especificações brasileiras, quando cabíveis. Os materiais e serviços aqui especificados somente poderão alterados mediante consulta prévia aos autores do projeto e proprietários, por escrito, havendo falta dos mesmos no mercado, ou retirado de linha pelo fabricante.

irdengenharia.com.br

IRD
ENGENHARIA

TERRAPLENAGEM

irdengenharia10@gmail.com - (46) 99972-0444 - Avenida Getúlio Vargas, 458 - Centro - Verê - Paraná

MEMÓRIA JUSTIFICATIVA E DE CÁLCULO

1 - GENERALIDADES

O projeto apresentado se refere às intervenções de terraplenagem necessárias para implantação da obra proposta, incluindo todos os eixos e faixas projetadas. O projeto consiste da verificação das condições de campo, como: solos, rochas, vegetação, condicionantes, definição dos taludes de corte e aterro e plataforma de terraplenagem.

2 - DEFINIÇÃO E ANÁLISE DE TALUDES

Foi realizada uma análise da estabilidade global dos taludes projetados com base na tipologia do solo local e dados obtidos de estudos em empreendimentos próximos à obra.

Devido aos pequenos volumes de terraplenagem, os pouco locais onde será necessário escavação apresentam perfil de solo resumindo-se em camadas de argila siltosa (1ª categoria), seguida de camada com aumento da parcela siltosa, com presença de pedregulhos (2ª categoria, sem presença de matéria orgânica.

2.1 - Taludes

Após análise das estabilidades, foram definidas as inclinações dos taludes, sendo:

- Cortes: 1:1 (H:V);
- Aterro: 1:1 (H:V).

Todos as inclinações dos taludes foram preconizados, tendo como ponto de partida, essencialmente características de projetos já executados, e inclinações clássicas recorrentes em projetos de terraplenagem.

Os material disponível, proveniente de corte executado no mesmo trecho, poderá ser utilizado para a composição do aterro, visto que, apresenta características coesivas, devido ao teor argiloso;

3 - SEÇÕES TRANSVERSAIS

A partir das características técnicas do traçado foram definidas as plataformas de terraplenagem com seções transversais variadas, conforme detalhes apresentados nos projetos geométrico e de terraplenagem.

4 - CÁLCULO DOS VOLUMES

O cálculo para levantamento de volumes de corte e aterro, bem como geração de projeto planialtimétrico com a patamarização dos trechos, fora realizado através de sobreposição e cruzamento do levantamento planialtimétrico existente da área, com cotas determinadas para as

pistas, através do software "POSIÇÃO – Sistema de Automação Topográfica", Módulo de Cálculo, de direito de "Manfra & Cia Ltda", licenciado para Ivan Rodrigo Dal-Berti & Cia Ltda.

O cálculo realizado considerando-se o presente projeto retornou os seguintes valores:

- Área Total de Intervenção	:	3.973,19m²
- Volume de Raspagem Superficial e Inservíveis	:	158,93m³
- Volume Total de Corte	:	195,58m³
- Volume Total de Aterro	:	703,35m³

A tipologia do material não foi levada em consideração sendo que será apreciada quando da elaboração de quantitativos orçamentários, após sondagem investigativa das profundidades das camadas existentes.

Considerando-se o que o volume de aterro é superior ao volume de corte, o município deverá disponibilizar área de jazida, em distância não superior à 15Km da localização da obra

A seguir apresentamos relatório de cálculo de volumes emitido pelo software posição.

IRD ENGENHARIA

irdengenharia.com.br

RELATÓRIO DE VOLUME POR SUPERFÍCIE

Cliente:
Obra:
Município:
Estado:
Local:

SUPERFÍCIE: **\\Toplagro2\arquivos compartilhados\RODRIGO\TRÊS BARRAS DO PARANÁ\PISTA DE CAMINHADA\SECU**
REFERÊNCIA: **Superfície: \\Toplagro2\arquivos compartilhados\RODRIGO\TRÊS BARRAS DO PARANÁ\PISTA DE CAMINH**

ÁREA DE CÁLCULO:	**Área Comum**	ÁREA (m2):	**3973.19**
VOLUME DE CORTE (m3):	**195.584**	N. TRIÂNGULOS SUPERFÍCIE:	**19093**
VOLUME DE ATERRO (m3):	**703.352**	N. TRIÂNGULOS REFERÊNCIA:	**1189**
DENSIDADE:	**1.08**	N. TRIÂNGULOS TOTAL:	**20282**
PESO (ton):	**760**		



irdengenharia10@gmail.com - (46) 99972-0444 - Avenida Getúlio Vargas, 458 - Centro - Verê - Paraná

DESCRITICO DE SERVIÇOS

1. SERVIÇOS PRELIMINARES

Todas as operações de preparação das áreas destinadas à implantação do corpo das vias, pela remoção de material vegetal e outros, tais como: árvores, arbustos, tocos, raízes, entulhos, matacões, além de qualquer outro considerado como elemento de obstrução.

1.1. Equipamentos

As operações devem ser executadas utilizando-se equipamentos adequados, complementados com o emprego de serviço manual. A escolha do equipamento deve ser em função da densidade e do tipo de vegetação local e dos prazos exigidos para a execução da obra.

A seleção do equipamento deve considerar o seguinte:

- Preferencialmente, devem ser utilizados tratores de esteiras, com lâminas ou com implementos especiais apropriados às tarefas, e motosserras;
- O equipamento empregado deve dispor de estruturas metálicas de proteção à cabine do operador e à própria máquina, para protegê-los de eventual queda de galhos e ramos secos ou mesmo de árvores que venham a ser derrubadas

1.2. Execução

Os serviços de limpeza dos elementos / áreas compreendem três itens principais, a saber: a) derrubada, remoção da vegetação e destocamento; b) retirada da camada de terra vegetal; c) remoção de blocos de rocha, pedras isoladas, matacões, etc, observando-se a destinação do material removido e no atendimento aos condicionamentos ambientais.

1.2.1. Desmatamento Destocamento e limpeza

Compreendem o corte e remoção de toda vegetação de qualquer densidade, operações de escavação e remoção total dos tocos e raízes e da camada de solo orgânico, na profundidade necessária até o nível do terreno considerado apto para terraplenagem das áreas destinadas à implantação da plataforma a ser construída.

A limpeza deve ser sempre iniciada pelo corte das árvores e arbustos de maior porte, tomando-se os cuidados necessários para evitar danos às árvores a serem preservadas, linhas físicas aéreas ou construções nas vizinhanças.

1.2.2. Retirada da Camada de Terra Vegetal e Blocos de Rocha

As operações pertinentes, no caso das faixas referente às área de trabalho, devem restringir-se aos limites definidos pelo estaqueamento acrescidos de uma faixa adicional mínima de operação.

Nas áreas destinadas a cortes, a exigência é de que a camada de 60 cm abaixo do greide projetado fique totalmente isenta de tocos ou raízes.

Na operação de limpeza, quando o terreno for inclinado, o trator deve trabalhar sempre de cima para baixo.

2. CORTES

O processo de execução dos cortes compreende a escavação do terreno natural, cuja constituição envolve formações de solos, de alteração de rocha, rocha ou associações destes tipos, de forma a atingir-se os níveis de plataforma previstos em projeto.

2.1. Equipamentos

A seleção do equipamento deve obedecer às indicações seguintes:

- Corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação deve incluir, complementarmente, a utilização de tratores e moto-niveladoras para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").
- Corte em rocha – empregam-se perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para
- o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da
- praça de trabalho, e carregadores conjugados com transportadores para a carga e transporte do material extraído.
- Remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, utilizam-se retro-escavadeiras e escavadeiras com implementos adequados, e complementados por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

2.2. Execução

A escavação dos cortes deve subordinar-se aos elementos técnicos fornecidos ao executante, e constantes do projeto de engenharia.

Todo o material proveniente dos serviços de corte poderá ser utilizado na constituição dos aterros. Entretanto, cumpre observar que apenas devem ser transportados e utilizados, os materiais que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes, sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros.

Se for verificada a ocorrência de solos de expansão maior que 2% e baixa capacidade de suporte, deve-se promover sua remoção, com rebaixamento de 0,60m, em se tratando de solos orgânicos, o projeto ou sua revisão fixarão a espessura a ser removida. Em todos os casos, deve-se proceder à execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados.

No dos cortes em solo, considerando o preconizado no projeto de engenharia, devem ser verificadas as condições do solo "in natura" nas camadas superficiais (0,60 m superiores, equivalente à camada final do aterro), em termos de grau de compactação. Os segmentos que não atingirem as condições mínimas de compactação devem ser escarificados, homogeneizados, levados à umidade adequada e, então, devidamente compactados.

Os taludes dos cortes devem apresentar, após a operação de terraplenagem, a inclinação nunca superior a 45° (100% ou 1/1), para cuja definição foram consideradas as características observadas in loco do solo.

Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de materiais escavados nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, deve ser procedido o depósito dos referidos materiais, para sua oportuna utilização.

Atendido o projeto e, desde que técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, que resultariam em bota-foras, podem ser integradas aos aterros, constituindo alargamentos da plataforma ou adoçamento dos taludes.

3. ATERROS

Trata-se da execução de segmentos de obra cuja implantação requer depósito de materiais provenientes de cortes e/ou de empréstimos no interior dos limites das seções de projeto, o qual corresponde à faixa terraplenada.

Os materiais a serem utilizados na execução dos aterros devem ser provenientes das escavações referentes à execução dos cortes e da utilização de empréstimos, devidamente caracterizados e selecionados.

Tais materiais, que ordinariamente devem se enquadrar nas classificações de 1ª categoria e de 2ª categoria deve atender a vários requisitos, em termos de características mecânicas e físicas, conforme se registra a seguir:

- Ser isentos de matérias orgânicas, micáceas e diatomáceas. Não devem ser constituídos de turfas ou argilas orgânicas.
- Para efeito de execução do corpo do aterro, apresentar capacidade de suporte adequada (ISC ≥ 2%) e expansão menor ou igual a 4%.
- Para efeito de execução da camada final dos aterros, apresentar dentro das disponibilidades e em consonância com os preceitos de ordem técnico-econômica, a melhor capacidade de suporte e expansão ≤ 2%.

O atendimento aos mencionados preceitos deve ser efetivado através de análise técnico-econômica, considerando as alternativas de disponibilidade de materiais ocorrentes e incluindo-se, pelo menos, 01 (uma) alternativa com a utilização de material com índice de suporte ≥ 6%.

3.1. Equipamentos

Podem ser empregados tratores de lâmina, escavo-transportadores, moto-escavo-transportadores , caminhões basculantes, moto-niveladoras, rolos lisos, de pneus e pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

3.2. Execução

O início e o desenvolvimento dos serviços de execução dos aterros devem obedecer, rigorosamente, à programação de obras estabelecida e consignada na "Segmentação do Diagrama de

Bruckner" enfocada na subseção 4.2.7 da Norma DNIT 104/2009 - ES - Terraplenagem - Serviços Preliminares.

Uma vez atendida esta condição, a execução dos aterros deve ser procedida, atendendo ao contido nos itens a seguir:

Descarga, espalhamento em camadas, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados procedentes de cortes ou empréstimos, para a construção do corpo do aterro, ou substituição de solos, até a cota correspondente ao greide de terraplenagem.

O lançamento do material para a construção dos aterros deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais que permitam seu umedecimento e compactação. Para o corpo dos aterros, a espessura de cada camada compactada não deve ultrapassar de 0,30 m. Para as camadas finais essa espessura não deve ultrapassar de 0,20 m.

Todas as camadas do solo devem ser convenientemente compactadas. Ordinariamente, o preconizado é o seguinte: a) Para o corpo dos aterros, na umidade ótima, mais ou menos 3%, até se obter a massa específica aparente seca correspondente a 100% da massa específica aparente máxima seca. b) Para as camadas finais, aquela massa específica aparente seca deve corresponder a 100% da massa específica aparente máxima seca. c) Os trechos que não atingirem às condições mínimas de compactação devem ser escarificados, homogeneizados, levados à umidade adequada e novamente compactados.

A inclinação dos taludes de aterro, tendo em vista a natureza dos solos e as condições locais, deve ser de 45° (100% ou 1/1).

A fim de proteger os taludes contra os efeitos da erosão, deve ser procedida a sua conveniente drenagem e obras de proteção, mediante a plantação de gramíneas, com o objetivo de diminuir o efeito erosivo da água.

4. ESTUDOS TÉCNICOS E DE SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS

Compreendem os serviços de topografia a locação do eixo e bordos da via procedendo-se ao piqueteamento e estaqueamento.

As marcações do eixo e bordos da via, bem como as referências de nível (RN) relacionadas, devem, durante os serviços de corte e aterro, ser devidamente checadas e, se for o caso, revistas, de sorte a guardarem consonância com a nova configuração da superfície do terreno e com o projeto geométrico.

5. INSPEÇÕES

5.1. Quanto ao Controle Geométrico

O controle geométrico de execução dos serviços deve ser feito por meio de levantamento topográfico, orientado pelos elementos geométricos estabelecidos em projeto com as quais deve ser feito o acompanhamento da execução dos serviços.

Quanto à largura, admite-se variação máxima de + 0,30m, da área prevista em projeto, não se admitindo variação negativa.

A variação de altura máxima, para eixo e bordas, nos serviços de corte e aterro são:

- Cortes em solo: ± 0,05 m;
- Aterros: ± 0,04 m.

5.2. Quanto à Configuração dos Taludes e Acabamento

Nos serviços preliminares, deve ser feito o controle qualitativo de forma visual, avaliando-se se a área superficial tratada se encontra efetivamente isenta da camada vegetal e/ou de outros elementos suscetíveis de impedir ou prejudicar o pleno desenvolvimento e a qualidade dos serviços de terraplenagem.

Nos serviços de corte e aterro, o controle deve ser visual, considerando-se o definido no projeto de engenharia e o constante nos itens 2.2. e 3.2. deste memorial.

5.3. Quanto à Compactação dos Aterros

Devem ser adotados os seguintes procedimentos:

- Ensaio de massa específica aparente seca "in situ", em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, distribuídos regularmente ao longo do segmento, pelos Métodos de Ensaios das Normas DNER-ME 092/94 e DNER-ME 037/94. Devem ser feitas, pelo menos, cinco determinações para o cálculo do grau de compactação (GC).
- As determinações do grau de compactação (GC) devem ser realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca de laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo. Devem ser obedecidos os limites seguintes:

  - Corpo do aterro: GC ≥ 100%;
  - Camadas finais GC ≥ 100%;

IRD ENGENHARIA

irdengenharia.com.br

DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

MEMÓRIA JUSTIFICATIVA E DE CÁLCULO

1. DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS BÁSICOS DE CÁLCULO

Os parâmetros básicos necessários ao cálculo das vazões para o dimensionamento hidráulico das obras de arte correntes e especiais, e dos dispositivos de drenagem superficial, a serem definidos na sequência, compreendem:

- Tempo de Recorrência;
- Coeficientes de Escoamento;
- Tempo de Concentração;
- Intensidade de Precipitação.

1.1. Tempo de Recorrência

Conforme a tabela 3.1, do Manual de Drenagem Urbana (2002) do Águas Paraná, o valor recomendado para áreas urbanizadas, é de 02 anos.

Tabela 3.1- TEMPO DE RETORNO PARA SISTEMAS URBANOS

Sistema	Caracteristica	Intervalo (anos)	Valor recomendado (anos)
Microdrenagem	Residencial	2 - 5	2
	Comercial	2 - 5	2
	Áreas de prédios públicos	2 - 5	2
	Áreas comerciais e Avenidas	2 - 10	2
	Aeroporto	5 - 10	5
Macrodrenagem		10 - 50	10
Zoneamento de áreas ribeirinhas		5 -100	50 *

* limite da área de regulamentação

Entretanto, conforme disposições apresentadas na alínea "e", do item 4, do Anexo 7 da Resolução SEDEST 068/2019, recomenda-se a adoção de 03 anos para tempo de recorrência, sendo portanto, adotado neste projeto, para os projetos de galerias na área urbanizada.

No restante do trecho do contorno será adotado tempo de recorrência igual a 10 anos, considerando-se o prazo de vida do projeto proposto.

1.2. Coeficiente de Escoamento

A definição do coeficiente de escoamento superficial foi feita com o auxilio da tabela a seguir e adotado em função das características fisiográficas das bacias de contribuição em análise. Este coeficiente define a parcela do volume precipitado que se transforma em escoamento superficial.

Valores do coeficiente de escoamento superficial direto adotados pela Prefeitura do Município de São Paulo (P.S. Wilken, 1978).

ZONAS	C
Edificação muito densa: Partes centrais, densamente construídas de uma cidade com ruas e calçadas pavimentadas	0,70 – 0,95
Edificação não muito densa: Partes adjacente ao centro, de menos densidade de habitações, mas com ruas e calçadas pavimentadas	0,60 – 0,70
Edificações com poucas superfícies livres: Partes residenciais com construções cerradas, ruas pavimentadas	0,50 – 0,60
Edificações com muitas superfícies livres: Partes residenciais com ruas macadamizadas ou pavimentadas	0,25 – 0,50
Subúrios com alguma edificação: Partes arrebaldes e subúrbios com pequena densidade de construção	0,10 – 0,25
Matas, parques e campos de esporte: Partes rurais, áreas verdes, superfícies arborizadas, parques ajardinados, campos de esporte sem pavimentação	0,05 – 0,20

Para o caso deste projeto foram adotados os seguintes coeficientes de escoamento:

Área urbanizada : 0,60 (geral);

Demais áreas : 0,90 (pavimentação asfáltica)
0,50 (pavimentação revestimento primário)
0,15 (áreas com vegetação ou descobertas)

1.3. Tempo de Concentração

O tempo de concentração foi obtido através da soma do tempo inicial de concentração da bacia, mais o somatório dos tempos de translação da água através dos trechos de galeria.

O tempo de concentração inicial da bacia, foi determinado com base no *Manual de Instruções Técnicas para Elaboração de Estudos Hidrológicos e Dimensionamento Hidráulico de Sistemas de Drenagem Urbana,* da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro – RJ, a qual segue o seguintes parâmetros:

Tabela 2. Tempo de concentração para áreas urbanizadas

Tipologia da área a montante	*Declividade da sarjeta*	
	< 3%	> 3%
Áreas de construções densas	10 min.	7 min.
Áreas residenciais	12 min	10 min
Parques, jardins, campos	15 min	12 min

Neste caso adotamos tempo inicial de concentração de 10 minutos para galerias, e de 5 minutos para sarjetas.

Para o tempo de translação, ou seja para determinação do tempo de concentração em pontos a jusante do início da galeria considerou-se o somatório dos tempos de translação da água nas galerias, através de relação entre a velocidade obtida nos trechos e o seu comprimento correspondente

1.4. Intensidade de Precipitação

A fórmula da intensidade de precipitação, foi retirada do software PLUVIO 2.1 da Universidade Federal de Viçosa para a cidade de Três Barras do Paraná – PR e segue abaixo:

$$I = \frac{1137{,}117 \cdot Tr^{0{,}147}}{(Tc + 6{,}760)^{0{,}782}}$$

Onde:
I = intensidade de precipitação (mm/h)
Tr = tempo de recorrência (anos);
Tc = tempo de concentração da bacia (min);

2. DETERMINAÇÃO DAS VAZÕES DE PROJETO

As vazões necessárias ao dimensionamento hidráulico dos bueiros que compõem o sistema de drenagem foram obtidas através do método racional por se tratarem de bacias com áreas ≤ 5 km². Os princípios básicos desta metodologia são:

- considera a duração da precipitação intensa de projeto igual ao tempo de concentração. Ao considerar esta igualdade admite-se que a bacia é suficientemente pequena para que esta situação ocorra, pois a duração é inversamente proporcional à intensidade. Em bacias pequenas, as condições mais críticas ocorrem devido a precipitações convectivas que possuem pequena duração e grande intensidade;

- Adota um coeficiente único de perdas, denominado C, estimado com base nas características da bacia;

- não avalia o volume da cheia e a distribuição temporal das vazões.

A equação do método racional é a seguinte:

$$Q = 2{,}778 \cdot C \cdot I \cdot A$$

Onde:
Q = vazão de contribuição (l/s);
C = coeficiente de escoamento - (vide item 1.2);
I = intensidade de precipitação (mm/h);
A = área da bacia de contribuição (ha).

3. DIMENSIONAMENTO DAS SARJETAS

Considerando-se as características da seção transversal das sarjetas adotadas para o projeto, é possível determinar a vazão máxima do escoamento na sarjeta.

3.1. Cálculo da Vazão Máxima na Sarjeta

Os cálculos são desenvolvidos com a utilização da fórmula de Manning, empregada para o dimensionamento em regimes uniformes e definida pela expressão:

$$Q = \frac{1}{n} . A . R^{2/3} . I^{1/2}$$

Onde:
Q = descarga em m^3/s;
A = área da seção molhada em m^2;
n = coeficiente de rugosidade, n = 0,013;
R = raio hidráulico da seção em m;
I = declividade do trecho a ser adotado em m/m.

A verificação quanto à efetividade do escoamento dá-se pelo comparativo das vazões calculadas em determinado ponto crítico do escoamento, sendo este o ponto final de descarga, caracterizado pela maior concentração de volume, e caso verificado, local onde a declividade seja pequena o suficiente para reduzir a velocidade de escoamento e consequentemente a vazão neste ponto.

Esta vazão obtida será comparada com a vazão máxima de escoamento, permitindo-se uma vazão igual ou inferior à vazão suportada pela sarjeta.

4. DIMENSIONAMENTO DAS GALERIAS TUBULARES

Para o dimensionamento das galerias de águas pluviais pelo Método Racional, em síntese, baseamo-nos na equação de Manning que fornece o valor da velocidade e vazão para um certo diâmetro comercial arbitrado. Esta escolha obedece frequentemente a decisão mais econômica adotando-se inicialmente a declividade do terreno conduzindo a menores custos relacionados à escavação. Com o cálculo da vazão à seção plena e tendo a vazão a ser escoada pela tubulação determina-se a razão Q/Qp e pela tabela determina-se por interpolação a velocidade do escoamento. Caso os valores ultrapassem os limites estabelecidos para a velocidade e também para a relação altura/diâmetro, galerias dimensionadas como condutos livres, deve-se decidir pela troca de diâmetro ou proceder a alterações na declividade da galeria.

4.1. Determinação da Velocidade Máxima de Escoamento no Trecho

Para a determinação da velocidade, utilizaremos a equação mais usada para micro e macro drenagem que sem dúvida alguma é a equação de Manning a seguir:

$$V = \frac{Rh^{(2/3)} . I^{(1/2)}}{n}$$

Onde:

V = velocidade de escoamento no trecho (m/s);
Rh = raio hidráulico (m);
I = declividade do trecho (m/m);
n = coeficiente de rugosidade de Manning.

Para a utilização neste projeto, de acordo com a literatura existente, adotaremos a utilização de "n" para tubos de concreto, como: 0,015.

4.1.1. Raio Hidráulico

O raio hidráulico é descrito como a relação entre a Área Molhada (m^2) e o Perímetro Molhado (m). Tendo em vista que o método racional considera o cálculo da vazão em seção plena, temos que o raio hidráulico é a relação entre a área interna da seção da tubulação e a circunferência da seção da tubulação, conforme abaixo:

$$Rh = \frac{Am}{Pm} = \frac{\pi . (D^2/4)}{\pi . D} = \frac{D}{4}$$

Onde:
Rh = raio hidráulico (m);
Am = área molhada (m^2);
Pm = perímetro molhado (m);
D = diâmetro da tubulação (m).

4.2. Cálculo da Vazão Máxima Admissível

Considerando que serão previamente adotados os diâmetros comerciais para utilização em projeto, e também que dispomos das declividades de projeto é possível determinar a vazão máxima admissível para um determinado diâmetro de tubulação baseado na equação de continuidade.

Qs = V. Am

Onde:
Qs = vazão máxima suportada pela tubulação no trecho (m^3/s)
V = velocidade de escoamento no trecho (m/s);
A = área interna da tubulação (m^2).

Para efeitos de verificação, será realizado comparativo entre a vazão máxima admissível e a vazão de projeto.

4.3. Determinação da Velocidade Real/Corrigida

Tendo em vista que o valor da velocidade obtida pela fórmula de Manning, expressa o valor da velocidade para a seção plena, finalmente podemos obter o valor real da velocidade de escoamento, através da relação Q/Qp, ou seja, a relação entre a vazão real de projeto e a vazão a seção plena do conduto. Para tanto, foi utilizada uma tabela de valores calculados para seções circulares, apresentada por MENEZES FILHO e COSTA (2012), baseada no Método de Saatçi, o qual por sua vez, baseia-se no Método Racional. A tabela apresenta relação entre

h/D, V/Vp e Q/Qp, o que torna possível obter por interpolação, os valores reais/corrigidos de velocidade de escoamento.

Valores calculados para seção circular		
h/D	Q/Qp	V/Vp
0,01	0,0001	0,08
0,05	0,0048	0,25
0,10	0,0208	0,40
0,20	0,0875	0,61
0,25	0,1369	0,70
0,30	0,1958	0,77
0,35	0,2629	0,84
0,40	0,3369	0,90
0,45	0,4165	0,95
0,50	0,5000	1,00
0,55	0,5857	1,03
0,60	0,6718	1,07

Como parâmetro final de verificação, ficam adotadas as velocidades mínima de 0,75 m/s, e máxima de 7,0 m/s conforme Resolução SEDEST N° 068/2019.

Ademais, adotou-se Q/Qp menor ou igual a 66,67% de forma a proporcionar margem de segurança nas galerias propostas.

Ao final desta memória são apresentadas as planilhas de cálculo de verificação de todos os tópicos listados.

DESCRITIVO DE SERVIÇOS

1. EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

1.1. Escavações e Reaterro

Deverão ser executadas escavações com auxílio de retroescavadeira de modo a obter-se as profundidades de fundo de vala descritas em projeto. Praticamente, toda a tubulação, seguirá superficialmente, em virtude da declividade natural dos trechos, observando-se apenas o cobrimento mínimo de 70cm, sendo que nas travessias o cobrimento deverá ser de 1,00m, descontando-se a altura do pavimento.

Os reaterros deverão ser compactados mecanicamente, de modo a prover o suporte necessário ao tráfego de veículos, sendo que nas laterais dos tubos deverá haver compactação manual promovendo uma perfeita ancoragem do tubo.

1.2. Galerias

As galerias serão executadas com tubos de concreto, sem armadura, com diâmetro nominal variando entre 40, 60 e 80cm, conforme indicações em projeto.

Nos fundos das valas o solo deverá ser preparado de forma que acomode perfeitamente o tubo, sem pedras, ou protuberâncias que porventura possam danificar o tubo, após a compactação do solo na parte superior.

1.3. Dispositivos de Captação de Descarga

Serão executados, bueiros, sarjetas, caixas coletoras, caixas de passagem e dissipador de energia, todos em alvenaria, nos pontos e descrições indicados em projeto, de forma a absorver e descarregar o acúmulo de águas pluviais. Deverão ser respeitadas todas as condições descritas em projeto.

Todos os dispositivos serão construídos com estrutura de concreto armado, e fechamento em alvenaria de blocos de concreto, com pilares e vigas, conforme desenho, sendo que, as lajes das caixas de passagem poderão ser pré-moldadas. (Sobrecarga - 400Kg/m2)

Todos os dispositivos foram projetados com base no Álbum de Projetos (Tipo de Dispositivos de Drenagem) do IPR-DNIT, disponível no site "ipr.dnit.gov.br".

1.4. Especificações Técnicas Utilizadas

DER/PR ES-D 10/18 – Bueiros Celulares de Concreto
DER-PR-ES-D-01-18 - Sarjetas e Valetas;
DER-PR-ES-D-04-18 - Dissipadores de Energia;
DER-PR-ES-D-05-18 - Bocas e Caixas para Bueiros Tubulares;
DER-PR-ES-D-09-18 - Bueiros Tubulares de Concreto;
DER-PR-ES-D-12-18 - Dispositivos de Drenagem Pluvial Urbana;
DNIT-IPR-763 - Álbum de Projetos – Tipos de Dispositivos de Drenagem

IVAN RODRIGO DAL-BERTI ME

CNPJ: 11.651.182/0001-87 - Av. Luiz Francisco Paggi, 1015 - 1° Andar - Centro - Verê - PR

CALCULO:	RODRIGO
CONFERIDO:	RODRIGO
DATA:	DEZEMBRO/23

PLANILHA DE CÁLCULO DE GALERIAS - DRENAGEM URBANA

DIMENSIONAMENTO PARA TUBOS EM CONCRETO

OBRA: PISTA DE CAMINHADA — **LOCAL:** TRÊS BARRAS DO PARANÁ — **COLETOR:**

TRECHO	EXTENSÃO	ÁREA DE CONTRIBUIÇÃO (ha)				TEMPO DE CONCENTR.	INTENSIDADE	DEFLUVIO	DIAMETRO	COEFICIENTE DE DEFLUVIO	DECLIV.	VELOC.	COLETOR	VELOCID. REAL	TERRENO (COTAS)		GALERIAS (COTAS)		GALERIAS (PROFUNDIDADES)		TEMPO DE PERCURSO	VERIFICAÇÃO 0,75 < Vr < 7,0 Q/Qp < 66,67%
	m	C	A	CA	CA ac.	min.	mm/h	l/s	m	%	%	m/s	l/s	m/s	MONTANTE	JUSANTE	MONTANTE	JUSANTE	MONTANTE	JUSANTE	(min)	
GALERIA 01 - ENTRONCAMENTO EIXO 01/EIXO 02 E ÁREA URBANA																						
A - B	14,50	0,90	0,015	0,01	0,02	10,00	175,96	7,48	1 x 0,40	1,34%	8,62	4,22	556	1,40	566,95	566,20	565,55	564,30	1,40	1,90	0,17	OK
		0,20	0,009	0,00																		
B - C	70,00	0,60	0,598	0,36	0,37	10,17	174,56	181,41	1 x 0,80	4,67%	10,43	7,36	3.884	3,55	566,20	558,75	564,00	556,70	2,20	2,05	0,33	OK
C - D	100,00	0,90	0,031	0,03	0,41	10,50	171,95	194,40	1 x 0,80	8,40%	3,70	4,39	2.313	2,63	558,75	555,10	556,70	553,00	2,05	2,10	0,63	OK
		0,20	0,023	0,00																		
D - H	67,00	0,90	0,031	0,03	0,44	11,14	167,16	204,26	1 x 0,80	14,65%	1,34	2,64	1.394	1,88	555,10	553,70	553,00	552,10	2,10	1,60	0,59	OK
		0,20	0,023	0,00																		
GALERIA 02 - INTERSEÇÃO LADO ESQUERDO																						
E - F	7,10	0,40	0,380	0,15	0,15	10,00	175,96	74,30	1 x 0,40	8,68%	20,42	6,49	856	3,95	555,95	555,45	554,75	553,30	1,20	2,15	0,03	OK
F - H	92,10	0,90	0,05	0,04	0,20	10,03	175,72	96,85	1 x 0,40	44,80%	1,30	1,64	216	1,59	555,45	553,70	553,30	552,10	2,15	1,60	0,97	OK
		0,20	0,02	0,00																		
GALERIA 03 - INTERSEÇÃO LADO DIREITO																						
G - H	4,00	0,40	5,258	2,10	2,10	10,00	175,96	1.028,10	1 x 0,60	45,67%	16,25	7,59	2.251	6,96	553,90	553,70	553,00	552,35	0,90	1,35	0,01	OK
H - I	11,50	0,90	0,086	0,08	2,19	10,01	175,88	1.068,98	1 x 0,80	37,39%	5,65	5,42	2.859	5,00	553,70	551,45	552,10	551,45	1,60	-	0,04	OK
		0,20	0,037	0,01																		
GALERIA 01 - ENTRONCAMENTO EIXO 01/EIXO 02 E ÁREA URBANA																						
J - K	67,00	0,90	0,02	0,02	0,02	10,00	175,96	11,91	1 x 0,40	5,42%	1,34	1,66	219	0,84	558,10	557,40	556,50	555,60	1,60	1,80	1,33	OK
		0,20	0,01	0,00																		
K - L	6,00	0,90	0,05	0,05	0,08	10,00	175,96	37,77	1 x 0,40	15,45%	1,67	1,85	244	1,34	557,40	556,10	555,60	555,50	1,80	0,60	0,07	OK
		0,20	0,03	0,01																		

RODRIGO LUDWIG:02719902950

Assinado de forma digital por RODRIGO LUDWIG:02719902950
Dados: 2024.02.02 15:33:20 -03'00'

IVAN RODRIGO DAL-BERTI & CIA LTDA

CNPJ: 11.651.182/0001-87 - Av. Luiz Francisco Paggi, 1015 - 1° Andar - Centro - Verê - PR

CALCULO:	RODRIGO
CONFERIDO:	RODRIGO
DATA:	DEZEMBRO/23

PLANILHA DE CÁLCULO DE EFICIÊNCIA DE SARJETAS - DRENAGEM

DIMENSIONAMENTO PARA SARJETAS DE CONCRETO

OBRA: PISTA DE CAMINHADA **LOCAL:** TRÊS BARRAS DO PARANÁ **COLETOR:**

NOME	LADO	TIPO	ESTACA INICIAL	ESTACA FINAL	EXTENSÃO	PONTO CRÍTICO	ÁREA DE CONTRIBUIÇÃO ha				TEMPO DE CONCENTR.	INTENSIDADE	DEFLUVIO	ÁREA MOLHADA	PERÍMETRO	RAIO HIDRÁULICO	DECLIV. FINAL	VAZÃO MÁXIMA	VAZÃO MÁXIMA	VERIFICAÇÃO
					m		C	A	CA	CA ac.	min.	I mm/h	Q l/s	A m²	P m	Rh m	i m/m	Qmáx. m³/s	Qmáx. l/s	Qmáx > Q
SARJETAS																				
ST03A-1	LE	TRIANGULAR	4+19,500	6+4,000	24,500	ESTACA FINAL	0,90	0,015	0,01	0,02	5,00	232,14	9,87	0,1200	1,007	0,1191	0,080	0,632	632,01	OK
							0,20	0,009	0,00											
ST03A-2	LE	TRIANGULAR	7+0,000	10+7,000	67,000	ESTACA FINAL	0,90	0,031	0,03	0,03	5,00	232,14	21,20	0,1200	1,007	0,1191	0,068	0,583	582,68	OK
							0,20	0,023	0,00											
ST03A-3	LE	TRIANGULAR	10+8,000	15+7,000	99,000	ESTACA FINAL	0,90	0,047	0,04	0,05	5,00	232,14	31,84	0,1200	1,007	0,1191	0,030	0,387	387,03	OK
							0,20	0,035	0,01											
ST03A-4	LE	TRIANGULAR	15+8,000	18+13,500	65,500	ESTACA FINAL	0,90	0,039	0,04	0,04	5,00	232,14	24,64	0,1200	1,007	0,1191	0,010	0,223	223,45	OK
							0,20	0,014	0,00											
ST03A-5	LE	TRIANGULAR	18+14,500	21+7,500	53,000	ESTACA INICIAL	0,90	0,046	0,04	0,05	5,00	232,14	29,92	0,1200	1,007	0,1191	0,001	0,071	70,66	OK
							0,20	0,023	0,00											
ST03A-6	LE	TRIANGULAR	23+7,000	30+5,000	138,000	ESTACA INICIAL	0,90	0,059	0,05	0,06	5,00	232,14	40,33	0,1200	1,007	0,1191	0,037	0,430	429,81	OK
							0,20	0,047	0,01											
ST03A-7	LE	TRIANGULAR	30+5,000	32+7,000	42,000	ESTACA FINAL	0,90	0,024	0,02	0,02	5,00	232,14	15,71	0,1200	1,007	0,1191	0,008	0,200	199,86	OK
							0,20	0,013	0,00											
ST03A-8	LE	TRIANGULAR	34+10,000	36+4,000	34,000	ESTACA FINAL	0,90	0,053	0,05	0,05	5,00	232,14	34,12	0,1200	1,007	0,1191	0,003	0,122	122,39	OK
							0,20	0,028	0,01											

RODRIGO LUDWIG:02719902950

Assinado de forma digital por RODRIGO LUDWIG:02719902950
Dados: 2024.02.02 15:33:30 -03'00'

000045

irdengenharia.com.br

PAVIMENTAÇÃO

irdengenharia10@gmail.com - (46) 99972-0444 - Avenida Getúlio Vargas, 458 - Centro - Verê - Paraná

DESCRITIVO DE SERVIÇOS

1. SUB-BASE DE MACADAME SECO BRITADO COM BICA CORRIDA

Nos locais destinados à pavimentação para trânsito de veículos, após a realização dos serviços de terraplenagem, regularização e compactação do sub-leito, deverá ser executada a camada inicial, composta de Macadame Seco, com espessura conforme previsto em projeto, que se trata de uma camada granular composta de agregados graúdos, preenchidos agregados miúdos, cuja estabilidade é obtida pela ação mecânica enérgica da compactação.

Todos os serviços devem obedecer às especificações dispostas na ES-P 04-05 do DER-PR.

2. BASE DE BRITA GRADUADA

Sobre a Sub-Base, deverá ser executada uma camada Brita Graduada, composta por mistura em usina de produtos de britagem, apresentando granulometria contínua, cuja estabilização é obtida pelo umedecimento da massa e ação mecânica de equipamento de compactação. O grau de compactação desejado é de 100%. Neste serviço deverão ser observadas rigorosamente as inclinações de projeto e nivelamento com o pavimento existente, visto que sobre esta camadas será realizado o revestimento final.

Todos os serviços devem obedecer às especificações dispostas na ES-P 05-18 do DER-PR.

3. IMPRIMAÇÃO

Sobre a base de brita graduada será realizada Imprimação que consiste na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície da base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado; impermeabilizar a base; e promover condições de aderência entre a base e o revestimento. Para a imprimação será utilizado asfalto diluído de cura média (CM-30) ou emulsão tipo EAI, que será aplicada com caminhão espargidor sobre a base previamente submetida a processo de varredura, para eliminação de pó e materiais soltos.

Todos os serviços devem obedecer às especificações dispostas na ES-P 17-17 do DER-PR.

4. CAPA DE REVESTIMENTO

Finalmente será executada a camada de revestimento em CAUQ Faixa "C", com auxílio de vibro-acabadora com espessura mínima de 5cm, nas áreas de trânsito de veículos, e de 3cm nas áreas para trânsito de pedestres, sobre imprimação, sendo que esta deverá ser impermeável de forma a impedir a absorção de água e a conseqüente deterioração da base do pavimento. Esta camada deverá compactada, com auxílio de rolo de tambor e de pneus de forma a obter o perfeito nivelamento da superfície e o adensamento das partículas do revestimento, devendo ser respeitadas as inclinações e condições indicadas em projeto. Todos os serviços devem obedecer às especificações dispostas na ES-P 21-17 do DER-PR.

5. CONTROLE TECNOLÓGICO

Compete à CONTRATADA a realização de testes e ensaios, para controle tecnológico de todos os serviços executados, que demonstrem a seleção adequada dos insumos e a realização do serviço de boa qualidade e em conformidade com as especificações de serviço supracitadas.

IRD ENGENHARIA

irdengenharia.com.br

SINALIZAÇÃO VIÁRIA

irdengenharia10@gmail.com - (46) 99972-0444 - Avenida Getúlio Vargas, 458 - Centro - Verê - Paraná

MEMÓRIA JUSTIFICATIVA E DESCRITIVO DE SERVIÇOS

Visto que trata-se essencialmente de uma obra para uma pista de caminhada, e não necessariamente uma obra viárias, exceto pelos acessos construídos de forma a garantir condições de segurança aos usuários, o projeto de sinalização proposto, visa unicamente suprir as necessidades ocasionadas pela implantação do projeto, bem como corrigir eventuais alterações em função desta, não levando em considerações falhas existentes na sinalização da rodovia.

1 - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

A sinalização horizontal é o conjunto de sinais constituído por linhas, marcações, sinais, símbolos e legendas, posicionados sobre o pavimento, com a função de regulamentar, advertir ou indicar o modo seguro de transitar na via.

O projeto de sinalização definiu os dispositivos empregados na sinalização horizontal, largura e extensões de faixas, tachas, localização e necessidade de intervenções.

A sinalização horizontal é composta de:

- Faixa de divisão de fluxos no mesmo sentido e sentidos opostos;
- Linhas de bordo;
- Linhas de continuidade
- Faixa de retenção;
- Zebrados;
- Legenda;
- Setas.

A sinalização horizontal é materializada na via através de diferentes sinais marcados na pista, cujos principais tipos utilizados no presente projeto e suas características são apresentados em pranchas.

As demarcações em pista serão realizadas com aplicação de tinta à base de resina acrílica por aspersão com espessura 1,5mm. As pinturas de setas e zebrados utilizará tinta termoplástica por extrusão com espessura de 3mm. As tintas devem obedecer às especificações e sistemática empregada pelo DER/PR, conforme disposto na especificação de serviço DER/PR ES-OC 03/18.

1.1 - Marcações

Utilizaram-se basicamente linhas na cor amarela para separação dos fluxos contrários e na cor branca para bordos e demarcação das faixas de tráfego. Para demarcar os bordos da pista foram utilizadas as linhas de limitação de pistas de trânsito, que serão executadas na cor branco-neve, em faixa contínua, com 0,15m de largura posicionada a 0,20m do bordo da pista.

A largura das faixas foi adotada levando em consideração a segurança da via, na rodovia haverá a predominância de veículos de grande porte (caminhões, bitrem, etc.), uma faixa mais larga ajuda na visibilidade, ademais o trecho não possui iluminação, existe a possibilidade da prática de velocidades maiores que 60km/h, mesmo que proibido.

Para as linhas seccionadas na cor branco-neve segue conforme dimensionamento do Manual de Sinalização Rodoviária - DNIT, linha simples seccionada com traço de 2,00m e espaçamento de 2,00m. As marcações utilizadas são basicamente as linhas de limitação de pistas de trânsito, linhas de parada e linhas de continuidade.

As cores adotadas no projeto são: branca que é utilizada quando direciona fluxo de mesmo sentido e a amarela quando direciona fluxo de sentido oposto.

2 - SINALIZAÇÃO VERTICAL

A sinalização vertical tem por finalidade controlar o trânsito através da comunicação visual pela aplicação de placas e painéis sobre as faixas de trânsito ou em pontos laterais à rodovia. É um subsistema da sinalização viária que se utiliza de sinais apostos sobre placas fixadas na posição vertical, ao lado ou suspensas sobre a pista, transmitindo mensagem de caráter permanente ou, eventualmente, variável, mediante símbolos e/ou legendas preestabelecidas e legalmente instituídas.

Todos os serviços de sinalização vertical devem obedecer ao disposto na especificação de serviço DER/PR ES-OC 09/18.

A função da sinalização vertical é de:

- Informar sobre as obrigações, limitações, proibições ou restrições que regulamentam o uso da via;
- Advertir sobre os riscos ou mudanças de condições da via, presença de escolas, passagem de pedestres ou travessias urbanas;
- Indicar direções, distâncias, serviços e pontos de interesse;
- Educar.

Quanto à sinalização vertical é composta de:

- Placas de regulamentação;
- Placas de advertência;
- Placas indicativas;
- Marcadores de perigo.

Quanto a estrutura das placas:

- Suportes de madeira 3"x3".
- Chapas de aço n. 18 com película totalmente refletiva tipo III. Letras, Tarjas, Orlas e setas também com película totalmente refletiva tipo III.

2.1 - Posicionamento na via

Como regra geral de posicionamento, as placas de sinalização devem ser posicionadas na margem direita da rodovia, no sentido do fluxo a que sinalizam, exceto em casos especiais onde se identifique uma necessidade de mudança.

Para todos os sinais posicionados lateralmente à via deve-se garantir uma pequena deflexão horizontal (em torno de 3°) em relação à direção ortogonal ao trajeto dos veículos que se aproximam de forma a minimizar problemas de reflexo.

Adicionalmente, os sinais devem ser inclinados em relação à vertical em trechos de rampa, para frente ou para trás conforme a rampa seja ascendente ou descendente, também de forma a melhorar a refletividade. As placas de regulamentação devem ser implantadas a uma altura de 1,20m a contar da borda inferior da placa à superfície da pista e as placas de advertências. O afastamento lateral do bordo do acostamento é 1,20m para placas de regulamentação e 1,50m para placas de advertências.

As placas indicativas devem ser implantadas a uma altura de 1,50 metros a contar da borda inferior da placa à superfície da pista e um afastamento lateral de, no mínimo 1,50 metros e no máximo 3,0 metros a partir do bordo do acostamento, até a projeção vertical da borda lateral mais próxima da placa.

2.2 - Sinais de regulamentação

Os sinais de regulamentação possuem formato circular com fundo na cor branca e borda vermelha.

Têm por objetivo notificar o usuário sobre as restrições, proibições e obrigações que governam o uso da via e cuja violação constitui infração prevista no Código de Trânsito Brasileiro.

Além da forma e cores mencionadas, os sinais de regulamentação possuem o símbolo ou legenda na cor preta e, ainda, uma tarja diagonal vermelha quando indicar proibição.

As exceções são o sinal de "Parada Obrigatória" que, além da forma octogonal e fundo na cor vermelha possui legenda em letras brancas e o sinal de "Dê a Preferência", que se destaca pela forma triangular.

As dimensões das placas foram definidas em função da velocidade de operação, conforme o Manual de Sinalização Rodoviária, sendo as placas de regulamentação de forma circular em trechos rurais, deverão ter diâmetro de 1,00 metro.

Sendo necessário acrescentar informações para complementar os sinais de regulamentação deve ser utilizada uma placa adicional ou incorporada à placa principal formando um só conjunto, na forma retangular, com as mesmas cores do sinal de regulamentação. Os tipos, padrões e espaçamentos de letras utilizados deverão seguir o padrão Série D do Standard Alphabets for Highway Signs and Pavement Markings - FHWA.

2.3 - Sinais de Advertência

Os sinais de advertência possuem forma quadrada e estão dispostos com uma das diagonais na vertical. A cor de fundo é o amarelo, com o símbolo ou legenda na cor preta.

Os sinais de advertência são utilizados para informar o usuário sobre situações adiante que requeiram maior atenção de sua parte. As medidas a serem tomadas vão desde um estado de alerta para uma situação eventual a uma operação mais complexa de direção, redução de velocidade ou até uma parada do veículo.

As dimensões das placas foram definidas em função da velocidade de operação, conforme o Manual de Sinalização Rodoviária, sendo as placas de advertência de forma quadrada em trechos rurais, deverão ter lados de 1,00 metro.

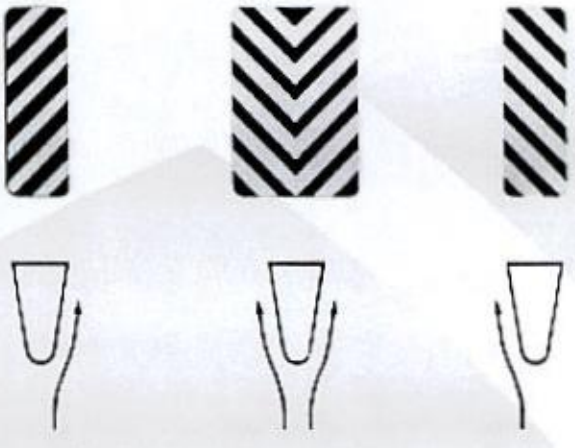
Para sinalização especial de advertência deverão ser adotadas placas no formato retangular, de tamanho variável em função das informações nelas contidas. A cor de fundo é o amarelo com o símbolo ou legenda na cor preta. Os tipos, padrões e espaçamentos de letras utilizados deverão seguir o padrão Série D do Standard Alphabets for Highway Signs and Pavement Markings - FHWA.

2.4 - Dispositivos de Sinalização de Alerta

São dispositivos capazes de melhorar, em condições apropriadas, a percepção do condutor quanto aos obstáculos e situações geradoras de perigo potencial à sua circulação que estejam na via ou adjacente à mesma.

2.4.1 – Marcadores de Perigo

São unidades refletivas em suportes, destinadas a alertar o condutor do veículo quanto a uma possível situação de risco, conforme figura abaixo.



3 - SINALIZAÇÃO POR CONDUÇÃO ÓTICA

A sinalização por condução ótica constitui-se de elementos aplicados ao pavimento da via, ou junto a ela, como reforço da sinalização convencional. Alertam os motoristas sobre as situações de perigo potencial ou lhes servem de referência para seu posicionamento na pista. No projeto em questão foram utilizadas tachões.

3.1 - Tachões

São delineadores constituídos de superfícies refletoras, aplicadas a suportes de pequenas dimensões, de forma circular ou quadrada, fixada ao pavimento por colagem. Devem ser empregadas para a melhoria da visibilidade das marcas viárias.

O espaçamento das tachas adotado foi variável, conforme localização e velocidade de circulação do local.

Os serviços de implantação de tachões deverá seguir as disposições contidas na especificação de serviço DER/PR ES-OC 08/18.

4 - DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA

Os dispositivos de segurança aqui apresentados estão detalhados no projeto de sinalização.

4.1 - Defensas Metálicas

Defensas são dispositivos posicionados ao longo da via objetivando fornecer proteção aos ocupantes dos veículos em função das características de risco das margens da estrada pela contenção dos veículos que perdem a trajetória e que criam possibilidades de risco de acidentes, seja por choque com veículos que trafegam em sentido contrário ou pela queda nos taludes dos acostamentos e colisões com obstáculos permanentes.

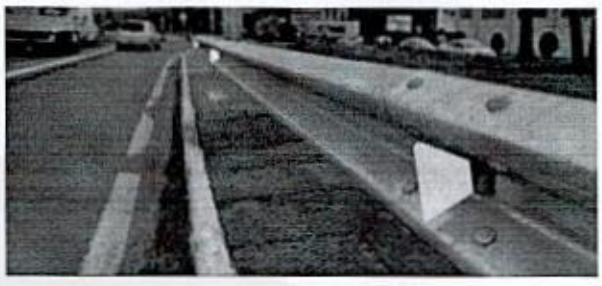
Em virtude de alguns desníveis e obstáculos perigosos ao longo do trecho, está sendo previsto a implantação de defensas metálicas.



O desempenho de uma defensa deve ter como objetivo:

- Evitar danos às pessoas dentro e fora dos veículos;
- Impedir que os veículos deixassem o leito da via;
- Fazer com que os esforços a que sejam submetidos os ocupantes do veículo se mantenham dentro de limites suportáveis;
- Minimizar o custo dos danos.

São indicadas quando as consequências de um eventual choque contra as mesmas forem menos graves que aquelas que ocorreriam sem a sua implantação. As defensas serão sinalizadas por refletivos (balizadores) conforme ilustrado na Figura a seguir.



O fornecimento e implantação das defensas metálicas, deverá obedecer as disposições contidas na especificação de serviço DER/PR ES-OC 07/18.

IRD ENGENHARIA

irdengenharia.com.br

PROTEÇÃO VEGETAL

irdengenharia10@gmail.com - (46) 99972-0444 - Avenida Getúlio Vargas, 458 - Centro - Verê - Paraná

MEMÓRIA JUSTIFICATIVA E ESPECIFICAÇÃO DE SERVIÇOS

1 - PROTEÇÃO VEGETAL/ PAISAGISMO

Foram previstas medidas de proteção ambiental através de proteção vegetal e paisagismo.

Foi previsto em projeto que as áreas de canteiros, acostamentos, faixas de segurança e faixas de serviço serão protegidas por revestimento vegetal.

O revestimento vegetal será realizado através de enleivamento por grama tipo esmeralda, sobre camada, com espessura de 5cm, composto de solo argiloso com adição de adubo vegetal.

IRD ENGENHARIA

irdengenharia.com.br

PISTA DE CAMINHADA DE ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL

NOTAS DE SERVIÇO

TERRAPLENAGEM

Rodovia:	PR-471
Código:	471M0111MUN / 471S0112EPR
Trecho:	Km 193 + 82,33m a 194 + 141,95m
Extensão:	1.059,62m
Área a Pavimentar:	1.687,27m²
Proponente:	MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
Elaboração:	IVAN RODRIGO DAL-BERTI & CIA LTDA
Responsável Técnico:	RODRIGO LUDWIG - CREA: SC-642808/D

RODRIGO LUDWIG:02719902950

Assinado de forma digital por RODRIGO LUDWIG:02719902950
Dados: 2024.02.02 15:33:49 -03'00'

RODRIGO LUDWIG
Eng. Civil – CREA: SC-642808/D
RESPONSÁVEL TÉCNICO

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
CNPJ: 78.121.936/0001-68
PROPONENTE

PROJETO DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PISTA DE CAMINHADA DE ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL

NOTA DE SERVIÇO DE TERRAPLENAGEM

IRD ENGENHARIA

Trecho: PR 471 - Km 193+82,33m À Km 194+141,95m (471M0111MRUN / 471S0112(PR) - TRÊS BARRAS DO PARANÁ - PR

Data: Dezembro/2023

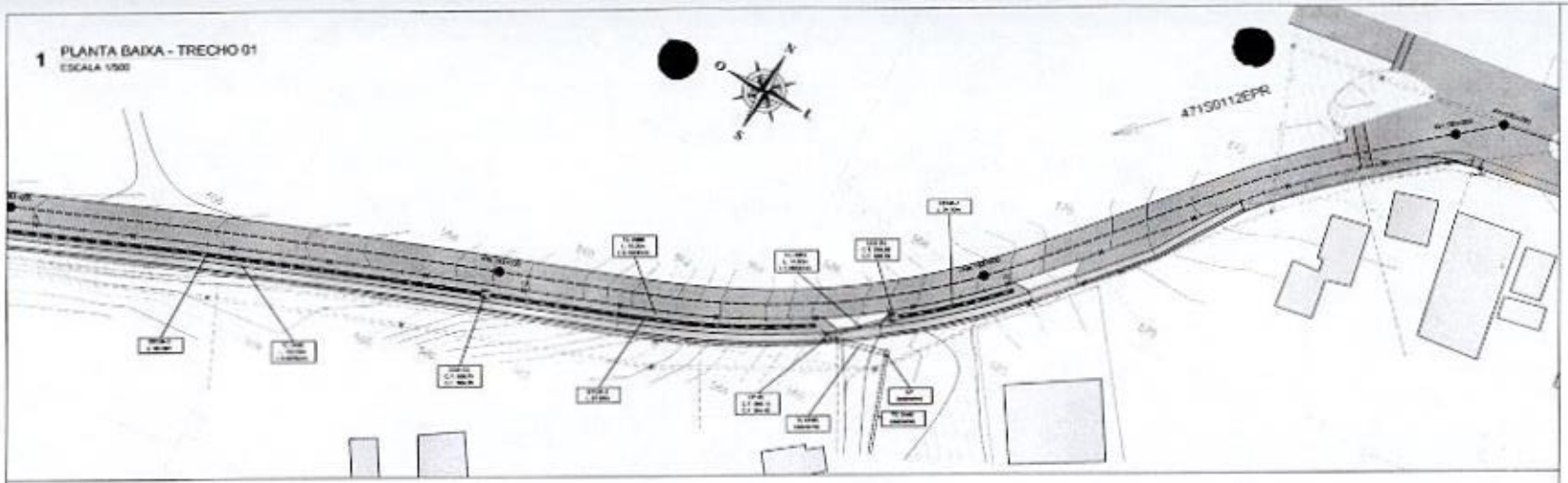
ESTACA	PONTO NOTÁVEL	E07		E06		E05		E04		E03		E02		E01		EIXO					DI1		DI2		DI3		DI4	
		COTA	DIST.EX	COTA	DIST.EX	COTA	DIST.EX	COTA	DIST.EX	COTA	DIST.EX	COTA	DIST.EX	COTA	DIST.EX	N	E	GREIDE EXISTENTE	COTA PROJETO	COTA VERMELHA	COTA	DIST.EX	COTA	DIST.EX	COTA	DIST.EX	COTA	DIST.EX
0 + 0,000	PP															279417,299	7186461,981	572,541	572,441	-0,100	572,487	2,150	572,587	2,150				
0 + 2,000														572,557	0,127	279415,309	7186461,791	572,564	572,663	0,119	572,643	2,000	572,443	2,000	572,443	2,150	572,593	2,150
0 + 5,000												572,573	0,345	572,717	0,201	279412,338	7186461,383	572,591	572,713	0,122	572,677	1,799	572,477	1,799	572,477	1,949	572,627	1,949
0 + 10,000												572,527	1,595	572,733	1,389	279407,537	7186460,075	572,606	572,705	0,099	572,093	0,611	572,493	0,611	572,493	0,761	572,643	0,761
0 + 15,000								572,432	2,389	572,657	3,124	572,617	0,124	572,417	0,124	279403,117	7186457,741	572,565	572,417	-0,148	572,417	0,026	572,567	0,026				
1 + 0,000								572,319	2,387	572,556	2,150	572,516	0,150	572,316	0,150	279399,066	7186454,812	572,466	572,316	-0,150								
2 + 0,000								571,997	2,349	572,196	2,150	572,156	0,150	571,956	0,150	279383,326	7186442,486	572,106	571,956	-0,150								
2 + 10,000								571,744	2,322	571,916	2,150	571,876	0,150	571,676	0,150	279375,976	7186435,717	571,826	571,676	-0,150								
3 + 0,000						571,313	3,785	571,523	3,575	571,533	3,076	571,474	0,150	571,274	0,150	279368,922	7186430,630	571,424	571,274	-0,150								
3 + 10,000						570,773	5,304	571,077	5,000	571,087	4,500	571,000	0,150	570,800	0,150	279361,857	7186421,552	570,950	570,800	-0,150								
4 + 0,000						570,120	5,361	570,481	5,000	570,491	4,500	570,404	0,150	570,204	0,150	279354,774	7186414,493	570,354	570,204	-0,150								
4 + 4,000				569,852	5,134	570,047	5,000	570,057	4,500	570,027	3,000	570,148	0,150	569,948	0,150	279351,926	7186411,696	570,090	569,940	-0,150								
4 + 6,500						569,681	5,000	569,575	5,000	569,585	4,500	569,545	2,500	569,795	2,500	279350,125	7186409,951	569,599										
4 + 10,500						569,625	5,000	569,858	5,000	569,868	4,500	569,828	2,500	569,078	2,500	279342,887	7186403,051	569,181										
4 + 15,000						569,863	5,194	569,017	5,000	569,027	4,500	568,997	3,000	568,877	1,900	279340,664	7186401,836	569,015	568,915	-0,100								
5 + 0,000						569,708	5,209	569,001	5,000	569,011	4,500	568,981	3,000	568,806	1,900	279340,295	7186400,701	568,944	568,844	-0,100								
6 + 0,000						567,495	5,242	567,737	5,000	567,747	4,500	567,717	3,000	567,277	1,900	279324,591	7186388,339	567,415	567,315	-0,100								
6 + 4,500								567,239	5,000	567,249	4,500	567,219	3,000	566,919	1,900	279321,262	7186386,122	567,057	566,957	-0,100								
6 + 7,000								567,098	5,000	566,788	5,000	566,713	2,500	566,963	2,500	279318,758	7186384,475	566,888										
6 + 16,000								566,337	5,000	565,988	5,000	565,913	2,500	566,163	2,500	279311,817	7186379,881	565,981										
6 + 18,500						565,910	5,890	566,809	5,000	566,819	4,500	565,980	3,000	565,580	1,900	279308,396	7186378,477	565,727	565,631	-0,100								
7 + 0,000						565,737	5,165	565,902	5,000	565,912	4,500	565,882	3,000	565,442	1,900	279307,479	7186378,016	565,580	565,480	-0,100								
8 + 0,000						563,169	5,812	563,731	5,250	563,741	4,750	563,711	3,250	563,271	2,150	279289,191	7186369,841	563,414	563,314	-0,100								
9 + 0,000						561,019	6,055	561,574	5,500	561,584	5,000	561,554	3,500	561,114	2,400	279270,138	7186363,873	561,262	561,162	-0,100								
10 + 0,000						559,236	5,987	559,723	5,500	559,733	5,000	559,703	3,500	559,263	2,400	279250,916	7186358,371	559,411	559,311	-0,100								
11 + 0,000						557,695	6,048	558,443	5,500	558,453	5,000	558,423	3,500	557,983	2,400	279231,673	7186352,901	558,131	558,031	-0,100								
12 + 0,000						557,199	5,769	557,468	5,500	557,478	5,000	557,448	3,500	557,008	2,400	279212,483	7186347,265	557,156	557,056	-0,100								
13 + 0,000						556,482	5,860	556,842	5,500	556,852	5,000	556,822	3,500	556,382	2,400	279193,320	7186341,541	556,530	556,430	-0,100								
14 + 0,000						555,847	6,000	556,347	5,500	556,357	5,000	556,327	3,500	555,887	2,400	279174,249	7186335,520	556,035	555,935	-0,100								
15 + 0,000						555,554	5,726	555,780	5,500	555,790	5,000	555,760	3,500	555,320	2,400	279155,212	7186329,390	555,468	555,368	-0,100								
16 + 0,000						555,033	5,653	555,186	5,500	555,196	5,000	555,166	3,500	554,726	2,400	279136,284	7186322,930	554,874	554,774	-0,100								
17 + 0,000						554,303	5,833	554,636	5,500	554,646	5,000	554,616	3,500	554,176	2,400	279117,630	7186315,726	554,324	554,224	-0,100								
18 + 0,000						553,472	6,328	554,300	5,500	554,310	5,000	554,280	3,500	553,840	2,400	279099,242	7186308,282	553,988	553,888	-0,100								
19 + 0,000						553,630	6,020	554,150	5,500	554,160	5,000	554,130	3,500	553,690	2,400	279080,526	7186300,773	553,838	553,738	-0,100								
20 + 0,000						553,807	5,899	554,286	5,500	554,296	5,000	554,266	3,500	553,746	2,400	279061,940	7186293,406	553,894	553,794	-0,100								
21 + 0,000		554,171	5,821	554,492	5,500	554,902	5,000	554,472	3,500	554,032	2,400	554,054	1,111	554,165	3,111	279043,093	7186286,708	554,201										
22 + 0,000		554,454	5,833	554,787	5,500	554,797	5,000	554,767	3,500	554,477	2,400	554,479	2,222	554,579	2,222	279024,291	7186278,573	554,669										
22 + 14,000				554,521	5,572	554,993	5,500	555,003	5,000	554,973	3,500	554,929	3,000	555,029	3,000	279011,108	7186275,180	555,112										
22 + 15,388		555,035	5,521	555,014	5,500	555,024	5,000	554,994	3,500	554,784	3,500	554,806	3,000	555,106	3,000	279009,242	7186274,461	555,164										
22 + 19,388				555,280	5,567	555,183	5,500	555,193	5,000	554,983	5,000	555,038	3,000	555,338	3,000	279005,792	7186273,123	555,329										
22 + 19,699				555,297	5,595	555,202	5,500	555,212	5,000	555,003	5,000	555,055	3,000	555,355	3,000	279005,514	7186273,008	555,340										
23 + 0,000								555,376	5,500	555,026	5,500	555,122	3,000	555,422	3,000	279004,399	7186272,545	555,385										
23 + 1,208								555,666	5,500	555,360	5,500	555,406	3,000	555,606	3,000	279004,399	7186272,545	555,526	555,426	-0,100								
23 + 4,938								555,846	5,500	555,583	3,500	555,783	3,500	555,460	1,500	278999,396	7186270,389	555,590	555,490	-0,100								
23 + 6,658						555,846	5,500	555,546	5,500	555,584	5,500	556,674	3,500	555,770	1,500	279011,108	7186275,180	555,900	555,800	-0,100								
23 + 14,622								556,664	5,500	556,698	5,500	556,660	3,500	555,985	1,500	278987,591	7186264,186	556,115	556,015	-0,100								
24 + 0,000						556,935	5,755	556,698	5,500	556,698	5,000	557,065	3,500	556,625	2,400	278970,691	7186253,899	556,773	556,673	-0,100								
25 + 0,000						557,079	5,506	557,085	5,500	557,095	5,000	557,065	3,500	557,145	2,400	278954,536	7186241,713	557,283	557,183	-0,100								
26 + 0,000						557,180	5,925	557,625	5,500	557,615	5,000	557,585	3,500	557,604	2,400	278939,169	7186228,917	557,752	557,652	-0,100								
27 + 0,000						557,560	6,064	558,064	5,500	558,074	5,000	558,044	3,500	558,044	2,400	278924,308	7186215,536	558,192	558,092	-0,100								
28 + 0,000						557,967	6,037	558,504	5,500	558,514	5,000	558,484	3,500	558,228	2,400	278917,064	7186208,641	558,376	558,276	-0,100								
28 + 10,000						558,454	5,734	558,686	5,500	558,696	5,000	558,668	3,500	558,428	2,400	278910,029	7186201,535	558,466	558,366	-0,100								
29 + 0,000						559,636	6,103	558,783	5,250	558,793	4,750	558,763	3,250	558,323	2,150	278903,012	7186194,333	558,538	558,438	-0,100								
29 + 10,000						560,697	6,817	558,860	5,000	558,870	4,500	558,840	3,000	558,400	1,900	278896,280	7186187,012	558,565	558,465	-0,100								
30 + 0,000						560,296	6,379	558,887	5,000	558,897	4,500	558,867	3,000	558,427	1,900	278883,116	7186171,958	558,499	558,399	-0,100								
31 + 0,000						559,603	5,783	558,820	5,000	558,830	4,500	558,800	3,000	558,360	1,900	278870,442	7186156,455	558,351	558,251	-0,100								
32 + 0,000						558,454	4,029	558,483	4,000	558,493	3,500	558,463	2,000	558,223	1,400	278858,326	7186146,578	558,214										
33 + 0,000								558,285	4,000	558,035	4,000	557,994	1,500	558,244	1,500	278846,185	7186124,681	557,963										
34 + 0,000								557,842	7,000	557,592	7,000	557,546	4,500	557,796	4,500	278843,176	7186120,688	557,893										
34 + 1,000				557,698	7,079	557,619	7,000	557,629	6,500	557,579	4,000	557,529	3,000	557,679	3,000	278834,186	7186108,685	557,740										
35 + 0,000				557,118	7,246	557,364	7,000	557,374	6,500	557,324	4,000	557,374	3,000	557,424	3,000	278822,572	7186092,406	557,237										
36 + 0,000		556,621	7,143	556,814	7,000	556,824	6,500	556,848	5,000	556,828	4,000	556,714	3,000	556,764	3,000	278815,691	7186088,313	557,222										
36 + 6,565		556,539	7,049	556,588	7,000	556,600	6,500	556,643	5,000	556,664	4,000	556,379	4,500	556,829	4,500	278817,986	7186085,863	557,661										
36 + 8,000								556,511	7,000	556,354	7,000	556,259	4,500	556,589	4,500	278813,642	7186080,131	557,099										
36 + 15,000								556,387	7,000	556,274	7,000	556,326	5,309	556,426	5,309	278811,138	7186075,992	557,374										
37 + 0,000								556,356	8,057	556,368	7,309	556,326	6,152	556,253	6,152	278808,546	7186071,844	557,551										
37 + 5,000								556,185	8,615	556,195	8,115	556,165	6,615	556,253	7,789	278800,614	7186059,372	557,456										
38 + 0,000								555,983	10,402	555,913	9,602	555,883	8,102	555,736	7,789	278799,261	7186042,509	557,039										
39 + 0,000								555,571	11,744	555,581	11,214	555,551	9,714	555,383	9,264	278778,484	7186025,660	556,473										
40 + 0,000								555,245	13,258	555,255	12,758	555,225	11,258	555,044	10,685	278768,301	7186008,451	555,774										
41 + 0,000								554,990	14,119	555,000	13,619	554,970	12,119	554,796	11,683	278761,258	7185995,188	555,247										
41 + 15,000						554,486	14,111	554,488	14,111	554,498	13,611	554,468	11,611	554,467	11,611	278759,913	7185992,527	555,138										
41 + 18,000								554,387	14,096	554,138	14,096	554,138	11,596	554,366	11,596	278758,689	7185990,753	555,066										
42 + 0,000								554,318	14,096	554,098	14,096	554,098	11,585	554,317	11,596	278756,729	7185988,294	554,974										
42 + 5,000	PF							554,242	13,885	553,990	13,885	553,990	11,585	554,248	11,585													

RODRIGO LUDWIG:02719902950

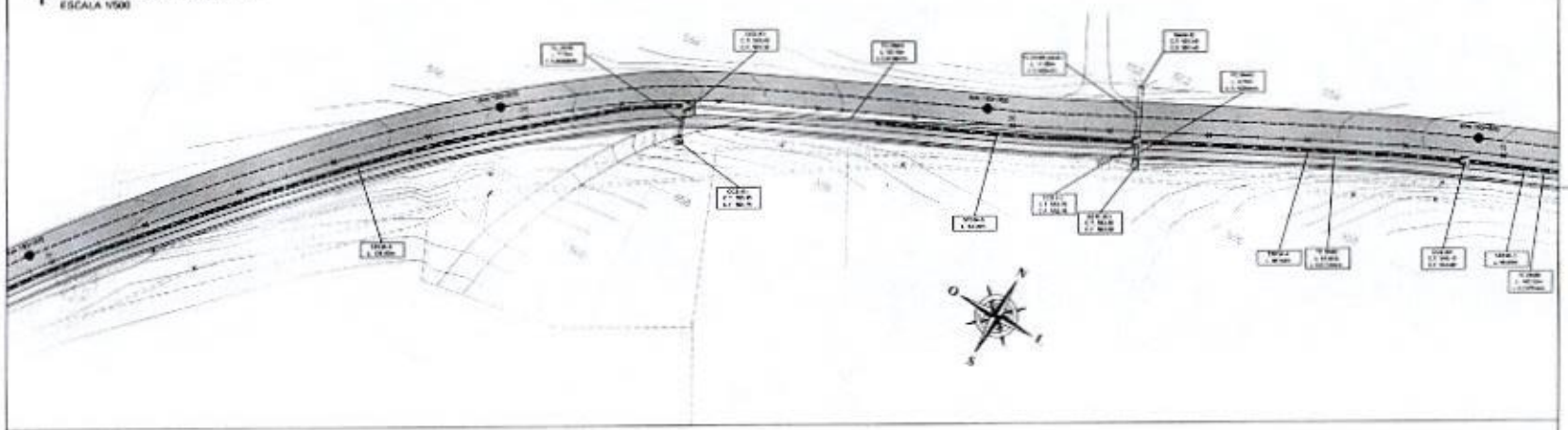
Assinado de forma digital por RODRIGO LUDWIG:02719902950
Dados: 2024.02.02 15:34:00 -03'00'

000059

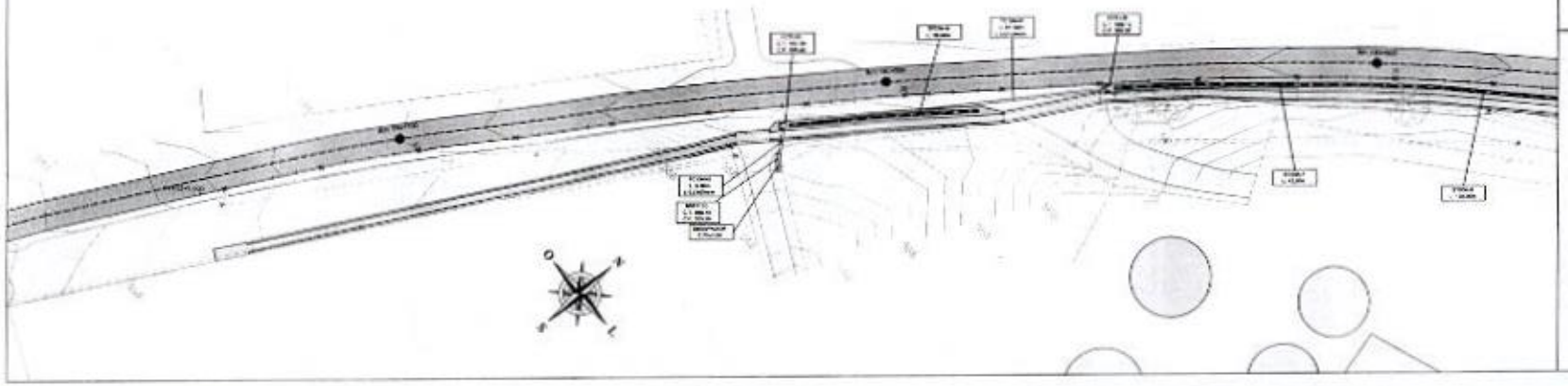
1 PLANTA BAIXA - TRECHO 01
ESCALA 1/500



1 PLANTA BAIXA - TRECHO 02
ESCALA 1/500



1 PLANTA BAIXA - TRECHO 03
ESCALA 1/500





APROVAÇÕES

IRD ENGENHARIA

DRENAGEM

PISTA DE CAMINHADA - ACESSO CEMITÉRIO MUNICIPAL

PR 471 - Km 193+82,53m À Km 194+141,99m
(471N0111MUN / 471S0112EPR) - TRÊS BARRAS DO PARANÁ - PR

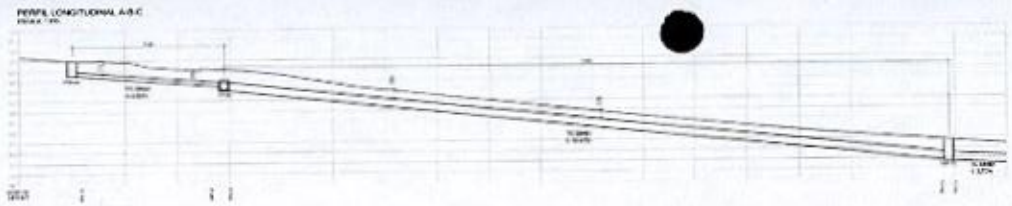
PLANTAS BAIXAS - TRECHOS 01, 02 E 03

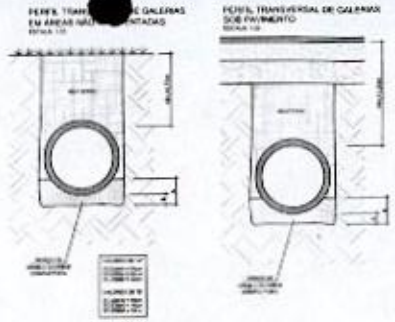
NOVEMBRO/2023

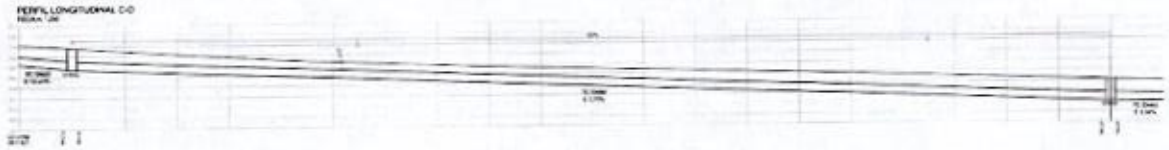
1:500 (A1)

01

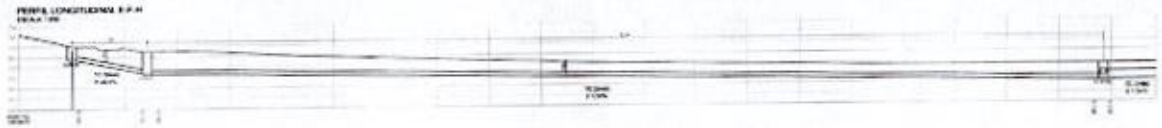
000000

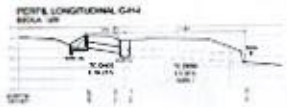










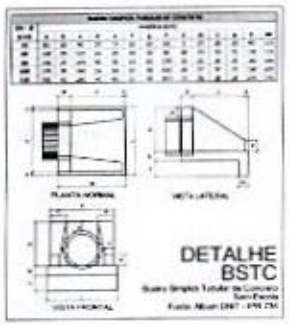


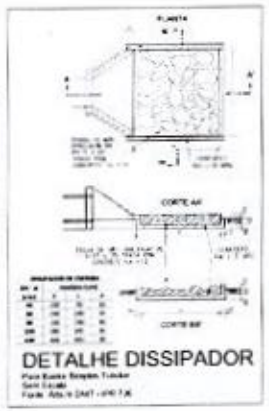




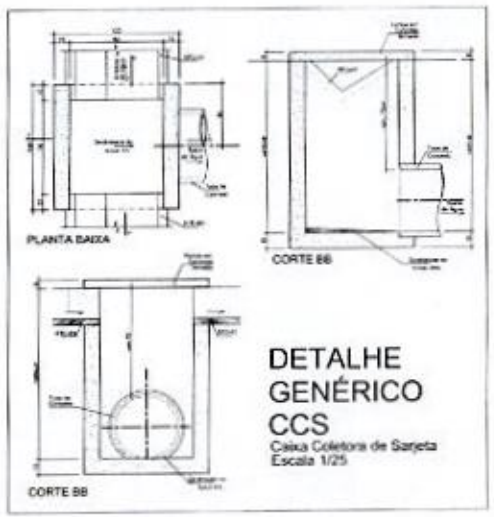
APROVAÇÕES











IRD ENGENHARIA

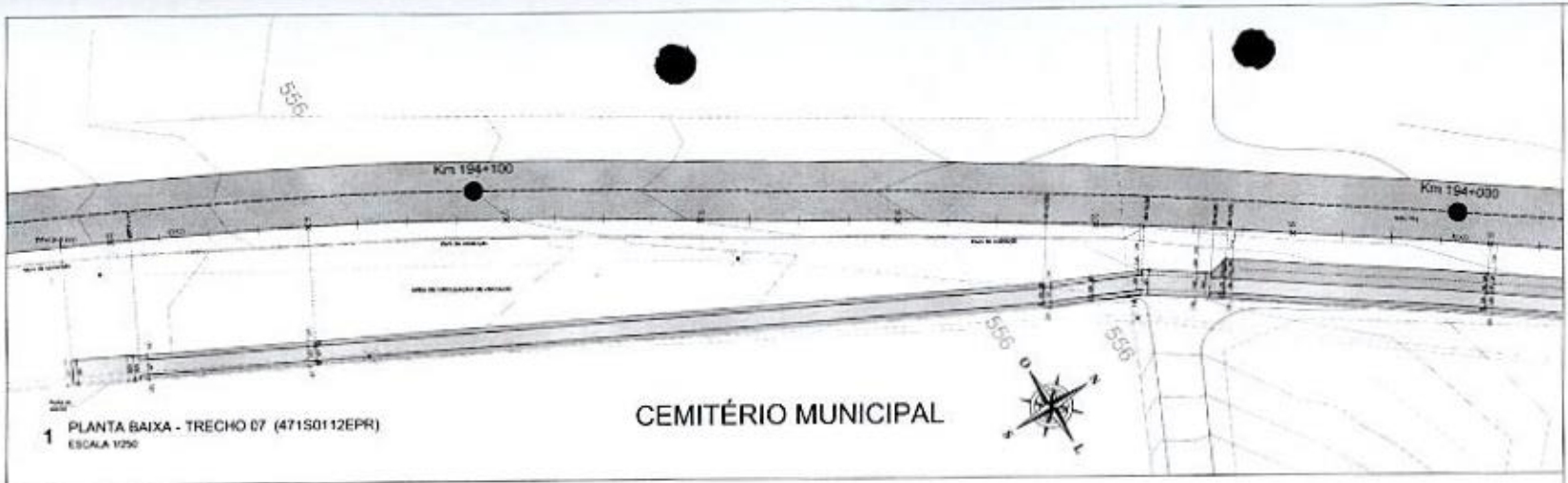
DRENAGEM

PISTA DE CAMINHADA - ACESSO CEMITÉRIO MUNICIPAL

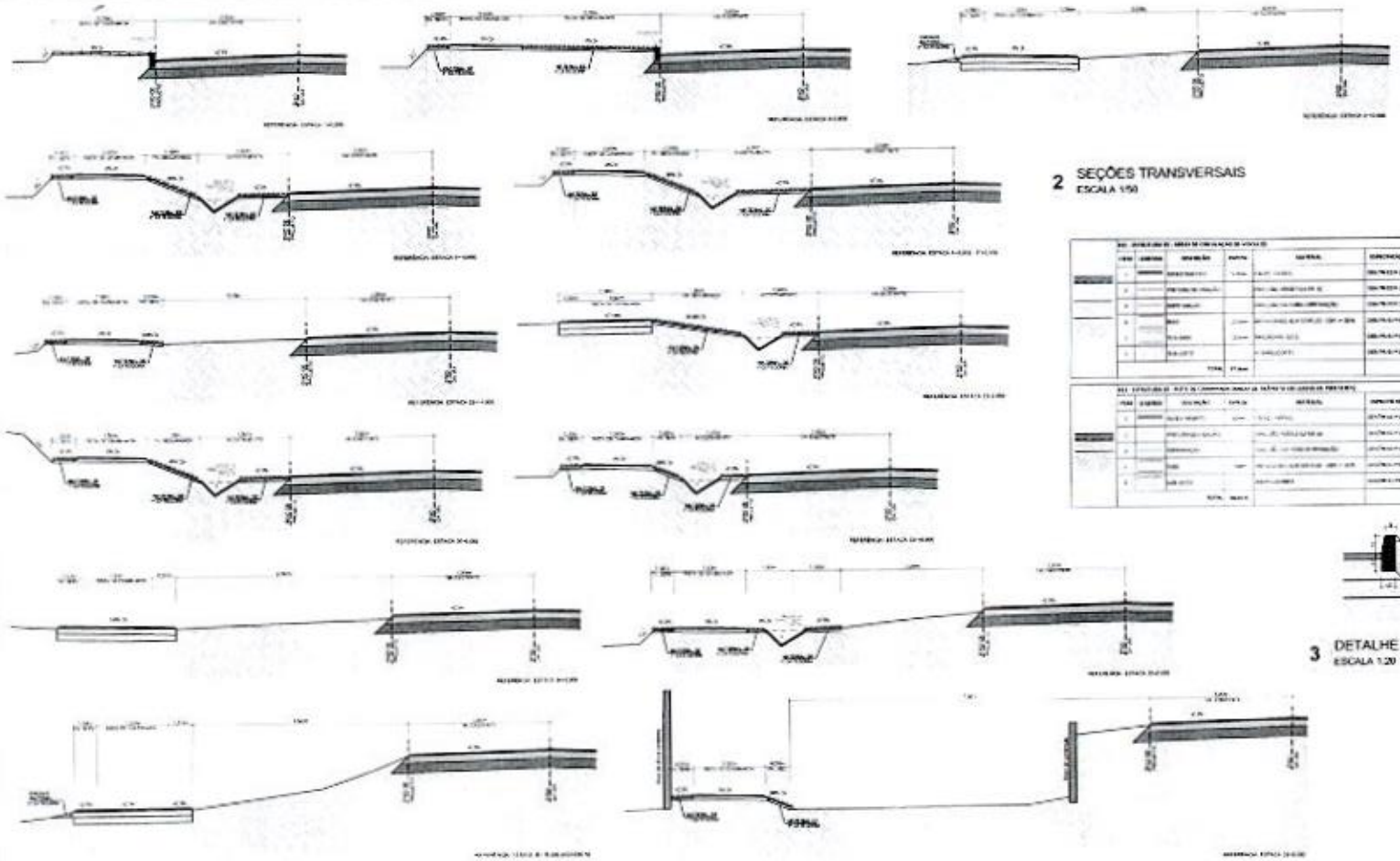
PERFIS LONGITUDINAIS - DETALHES DE DISPOSITIVOS

02

900000



1 PLANTA BAIXA - TRECHO 07 (471S0112EPR)
ESCALA 1/250



2 SEÇÕES TRANSVERSAIS
ESCALA 1/50

3 DETALHE MEIO-FIO
ESCALA 1:20

APROVAÇÕES

IRD ENGENHARIA

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

PISTA DE CAMINHADA - ACESSO CEMITÉRIO MUNICIPAL

PR 471 - Km 193+943,3 dm À Km 194+043,16dm
(471S0112EPR/PI / 471S0112EPR) - TRÊS BARRAS DO PARANÁ - PR

PLANTA BAIXA - TRECHO 07
SEÇÕES TRANSVERSAIS

03

Z900000

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720240066263

1. Responsável Técnico

RODRIGO LUDWIG

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **2502720974**
Carteira: **SC-642808/D**
Registro/Visto: **50139**

Empresa Contratada: **IVAN RODRIGO DAL BERTI & CIA LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** CNPJ: **78.121.936/0001-68**

AVENIDA BRASIL, 245
CENTRO - TRES BARRAS DO PARANA/PR 85485-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 11/06/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

PR-471 (471M0111MUN / 471S0112EPR), S/N
KM 193+82,33 A KM 194+141,95 ZONA RURAL - TRES BARRAS DO PARANA/PR 85485-000

Data de Início: 01/11/2023 **Previsão de término:** 30/06/2024 **Coordenadas Geográficas:** -25,423079 x -53,194125

Finalidade: Infra-estrutura

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ CNPJ: **78.121.936/0001-68**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
[Levantamento] *de levantamento topográfico planialtimétrico*	33000,00	M2
[Projeto] *de traçado viário para rodovias*	845,00	METRO
[Projeto] *de obras de terra terraplenagem*	845,00	M3
[Projeto] *de sistemas de drenagem para obras civis*	61450,00	M2
[Projeto] *de defensas para rodovias*	38,00	METRO
[Projeto] *de sinalização viária*	1139,62	METRO
[Projeto] *de pavimentação asfáltica para rodovias*	1687,27	M2
[Elaboração de orçamento] *de infraestrutura rodoviária*	1,00	UNID

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por RODRIGO LUDWIG, registro Crea-PR SC-642808/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 04/01/2024 e hora 16h59.

GERSO FRANCISCO GUSSO:40988660059

Digitally signed by GERSO FRANCISCO GUSSO:40988660059
DN: c=BR, ou=Presencial, ou=44176499000168, ou=AC SyngularID Multipla, o=ICP-Brasil, cn=GERSO FRANCISCO GUSSO:40988660059
Date: 2024.02.08 07:58:50 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ - CNPJ: 78.121.936/0001-68

8. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 99,64 **Registrada em : 04/01/2024** **Valor Pago: R$ 99,64**

Três Barras do Paraná, 02 de maio de 2024.

De: **Gabinete do Prefeito Municipal**

Para: **Departamento de Licitações**

Considerando a aprovação do Documento de Formalização de Demanda, os autos do presente processo deverão tramitar pelos seguintes Departamentos:

1 – Departamento de Contabilidade para indicação de recursos de ordem orçamentária para a despesa;

2 – Secretaria da Fazenda para elaboração e aprovação de demonstrativo do impacto financeiro;

3 – Encaminhem-se os autos para a Secretaria demandante para elaboração caso seja pertinente do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, contemplando os recursos de ordem orçamentária;

4 – Concluso os documentos constantes nos itens "1 ao 3", retorne-me os autos para aprovação do Termo de Referência e, após encaminhem-se para o Departamento de Licitações para elaboração da Minuta do Edital e Minuta de Contrato;

5 – Parecer Jurídico analisando as etapas do processo licitatório;

6 - Após, volte-me conclusos.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 07 de maio de 2024.

De: Dpto de Contabilidade
Para: Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor,

Em atenção ao contido no Processo Administrativo sob nº 041/2024, em especial, a página nº 064, informa a existência de previsão orçamentária suficiente para a realização das despesas pretendidas até o limite requerido, ou seja, R$ 556.550,93 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e cinquenta reais e noventa e três centavos), conforme dotação abaixo relacionada:

a) 05.03.15.451.0007.1.003.000.4.4.90.51.00

Atenciosamente,

Leomar A. Rotta
Contador
CRC Nº PR - 052743/O

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE – ARTIGO 18, § 1°, INCISO I

1.1. O Município de Três Barras do Paraná pretende realizar implantação de Pista de Caminhada de acesso ao Cemitério Municipal na PR-471, melhorando as condições de trânsito de pedestres, que atualmente, necessitam transitar sobre a via, devido a ausência de área especifica ou com condições ideais de tráfego, tornando o trajeto perigoso para os pedestres, como para os veículos que circulam na via.

1.2. A pista será implantada entre o KM 193+82,33m, no limite do perímetro urbano, mais especificamente o cruzamento da avenida brasil, com a Rua General Olivério, e o KM 194+141,95m da PR-471, com extensão total de 1.059,62m.

2. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO II

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar possui fulcro na Lei Orçamentária Anual, que prevê despesas com obra de Pista de Caminhada em acesso ao Cemitério do Município de Três Barras do Paraná.

2.2. A presente contratação consta no Plano Anual de Contratações, através do Decreto N° 5789 de 12 de abril de 2024.

3. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO III

3.1. O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, se dará por meio de licitação, na modalidade de Concorrência Pública, menor preço global, executada pelo regime de empreitada por preço global, onde estará se empenhando para oferecer serviços de infraestrutura, para executar obra de Pista de Caminhada em acesso ao Cemitério Municipal na PR-471 KM 193+82m a KM 194+137m.

3.2. A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnica operacional e técnico profissional, apresentando as documentações abaixo:

a) **Certificado de Registro da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou equivalente**, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede. As proponentes que forem sediadas em outra jurisdição e, consequentemente, inscritos no CREA/CAU de origem, deverão apresentar, obrigatoriamente, visto junto ao CREA/CAU do Estado do Paraná, por força do disposto na Lei N° 5.194 de 24 de dezembro de 1.966, em

consonância com a Resolução N° 413 de 27 de junho de 1997, do CONFEA;

b) **Comprovação de possuir em nome da proponente, Atestado ou Declaração, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de execução de no mínimo uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional**, em quantitativos iguais ou superiores, conforme definido a seguir:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE MÍNIMA
PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ	500 M²

b.1). Entende-se como obra semelhante a que apresenta complexidade tecnológica e operacional aos serviços previstos no objeto deste Edital, ou seja, execução de pavimentação em CBUQ;

c) **Indicação do responsável técnico** pelos serviços, através de declaração assinada pela licitante.

d) **Comprovante de vínculo entre a empresa licitante e o responsável Técnico indicado**, mediante cópia do registro em carteira de trabalho ou cópia da ficha de registro de empregados da empresa ou Contrato de Trabalho. Caso o responsável Técnico pelos serviços, seja dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação deverá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou cópia do contrato social;

e) **Certificado de Registro de Pessoa Física, do responsável técnico indicado** pela licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou outro equivalente, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede;

f) **Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT do responsável técnico indicado**, emitido pelo CREA/CAU, referente à execução de atividade pertinente e compatível, de semelhante complexidade tecnológica operacional, com o objeto desta licitação, **comprovação de Construção de Edificação de no mínimo 150,00 m².**

g) **Declaração assinada pelo representante legal do proponente, que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais** para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação;

h) **Atestado de Visita Técnica ou Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica**.

4. ESTIMATIVAS E QUANTIDADES DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO IV

4.1. Para o dimensionamento do quantitativo a ser registrado, o Departamento de Engenharia elaborou projetos técnicos, executivos e memorial descritivo na qual encontra-se em anexo, juntamente com QCI - Quadro De Composição De Investimentos, BDI e Cronograma Físico-Financeiro.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO – ARTIGO 18, § INCISO V

5.1. Considerando a natureza do objeto, no mercado nacional há diversas empresas de engenharia para realização de obras de pavimentação asfáltica em pistas de caminhada, o que possibilita ampla concorrência e vantagens à administração pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação.

5.2. Assim, será elaborada pela equipe técnica responsável pelo Departamento de Engenharia, planilha orçamentária acompanhada de sua memória de cálculo onde sejam discriminados os valores unitários estimados de todos os materiais e serviços que serão aplicados na contratação, projeto básico e plantas.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1°, INCISO VI

6.1. O investimento máximo a ser realizado toma-se por base planilha orçamentária, com composição de referência da Tabela SINAPI em anexo, resultando em um investimento aproximado de R$ 556.550,93 (quinhentos e cinquenta e seis mil quinhentos e cinquenta reais e noventa e três centavos).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – ARTIGO 18, 1° INCISO VII

7.1. A contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Obra de Pista de Caminhada, encontra-se delimitada neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) a partir da memória de cálculo de quantitativos disposta na Pasta Técnica.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, ° 1° INCISO VIII

8.1. O não parcelamento das obras é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica, por manter a qualidade do investimento, haja vista que o gerenciamento permanece o tempo todo a cargo de um mesmo administrador, oferecendo um maior nível de controle

pela Administração na execução das obras e serviços, cumprimento de cronograma e observância de prazos com a concentração da responsabilidade da construção e garantia dos resultados.

8.2. Ressalta-se que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediário e final de entrega da obra. Pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS – ARTIGO 18, § 1° INCISO IX

9.1. Com a realização da obra, será melhorado as condições de trânsito de pedestres que necessitam transitar sobre a via.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PELA ADMINISTRAÇÃO – ARTIGO 18, § 1°, INCISO X

10.1. A administração tomará as seguintes providências no decorrer do processo licitatório:

a) Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização das obras;

b) Indicar servidores devidamente capacitados para exercer a fiscalização;

c) Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES – ARTIGO 18, § 1° INCISO XI

11.1. Durante a etapa de planejamento da contratação, foi definido que a adjudicação do objeto será feita a uma única empresa vencedora, uma vez que as licitantes deverão apresentar atestados de capacidade técnica para a realização do objeto a ser contratado, não havendo contratações correlatas ou interdependentes.

12. – ARTIGO 18, § 1° INCISO XII

12.1. Execução de pista de caminhada, embora essencial para o desenvolvimento urbano e a mobilidade, pode gerar impactos ambientais significativos. Abaixo, estão descritos alguns desses impactos e possíveis medidas mitigadoras.

12.2. A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo o material e

equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO XIII

13.1. Diante do exposto, conclui-se, pela viabilidade da contratação pretendida com base neste Estudo Técnico Preliminar, Planilha Orçamentária, e Projetos Básicos e Memorial Descritivo.

Três Barras do Paraná, 07 de maio de 2024.

WALDIR ANTONIO TODESCATTO
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m.

2. QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A e I"

2.1. A pista será implantada entre o KM 193+82,33m, no limite do perímetro urbano, mais especificamente o cruzamento da avenida brasil, com a Rua General Olivério, e o KM 194+141,95m da PR-471, com extensão total de 1.059,62m.

2.2. O investimento máximo a ser realizado toma-se por base planilha orçamentária, com composição de referência da Tabela SINAPI em anexo, resultando em um investimento aproximado de R$ 556.550,93 (quinhentos e cinquenta e seis mil quinhentos e cinquenta reais e noventa e três centavos).

2.3. A empresa licitante que apresentar os valores superiores conforme o item 2.2. deste Termo de Referência será desclassificada automaticamente do item que se apresentar irregular, perdendo assim o direito de participação na etapa de lances.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "B"

3.1. O Município de Três Barras do Paraná pretende realizar implantação de Pista de Caminhada de acesso ao Cemitério Municipal na PR-471, melhorando as condições de trânsito de pedestres, que atualmente, necessitam transitar sobre a via, devido a ausência de área especifica ou com condições ideais de tráfego, tornando o trajeto perigoso para os pedestres, como para os veículos que circulam na via.

4. LOCAIS DE EXECUÇÃO DA OBRA

4.1. A pista será implantada entre o KM 193+82,33m, no limite do perímetro urbano, mais especificamente o cruzamento da avenida brasil, com a Rua General Olivério, e o KM 194+141,95m da PR-471, com extensão total de 1.059,62m.

5. PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO- ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

5.1. A validade do Contrato será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "C"

6.1. A contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Obra de Pista de Caminhada, encontra-se delimitada neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) a partir da memória de cálculo de quantitativos disposta na Pasta Técnica.

7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "D"

7.1. O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, se dará por meio de licitação, na modalidade de Concorrência Pública, menor preço global, executada pelo regime de empreitada por preço global, onde estará se empenhando para oferecer serviços de infraestrutura, para executar obra de Pista de Caminhada em acesso ao Cemitério Municipal na PR-471 KM 193+82m a KM 194+137m.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnica operacional e técnico profissional, apresentando as documentações abaixo:

a) **Certificado de Registro da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou equivalente**, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede. As proponentes que forem sediadas em outra jurisdição e, consequentemente, inscritos no CREA/CAU de origem, deverão apresentar, obrigatoriamente, visto junto ao CREA/CAU do Estado do Paraná, por força do disposto na Lei N° 5.194 de 24 de dezembro de 1.966, em consonância com a Resolução N° 413 de 27 de junho de 1997, do CONFEA;

b) **Comprovação de possuir em nome da proponente, Atestado ou Declaração, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de execução de no mínimo uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional**, em quantitativos iguais ou superiores, conforme definido a seguir:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE MÍNIMA
PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ	500 M^2

b.1). Entende-se como obra semelhante a que apresenta complexidade tecnológica e operacional aos serviços previstos no objeto deste Edital, ou seja, execução de Obra de Pavimentação em CBUQ.

c) **Indicação do responsável técnico** pelos serviços, através de declaração assinada pela licitante.

d) **Comprovante de vínculo entre a empresa licitante e o responsável Técnico indicado,** mediante cópia do registro em carteira de trabalho ou cópia da ficha de registro de empregados da empresa ou Contrato de Trabalho. Caso o responsável Técnico pelos serviços, seja dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação deverá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou cópia do contrato social;

e) **Certificado de Registro de Pessoa Física, do responsável técnico indicado** pela licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou outro equivalente, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede;

f) **Certificado de Acervo Técnico Profissional - CAT do responsável técnico indicado,** emitido pelo CREA/CAU, referente à execução de atividade pertinente e compatível, de semelhante complexidade tecnológica operacional, com o objeto desta licitação, **comprovação de Obra de Pavimentação em CBUQ de no mínimo 500 m².**

g) **Declaração assinada pelo representante legal do proponente, que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais** para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação;

h) **Atestado de Visita Técnica ou Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica.**

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "E"

9.1. A obra deverá ser executada, observando os seguintes projetos:

a) Projeto Arquitetônico;

b) Memorial Descritivo;

c) Planilha Orçamentária.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ARTIGO 6°, § XXIII, ALÍNEA "G"

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e conferência de quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, nos termos do Cronograma Físico-Financeiro, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

I - Atestado de recebimento emitido pelo órgão solicitante;

II - Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

10.2. O município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

10.3. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

10.4. Somente será efetivamente pago os quantitativos devidamente utilizados por esta municipalidade.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "H"

11.1. O processo licitatório ocorrerá na modalidade CONCORRÊNCIA, forma ELETRÔNICA, tipo avaliação **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.**

12. DOS PREÇOS E ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "I"

12.1. As quantidades estimadas de contratação e valores constam na Planilha Orçamentária e pasta técnica.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "J"

13.1. Os pagamentos decorrentes do objeto deste termo correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

a) 05.03.15.451.0007.1.003.000.4.4.90.51.00

14. PRAZO DE ENTREGA

14.1. A Obra deverá ser concluída nos termos do Cronograma Físico-Financeiro.

15. PENALIDADES

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

15.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública

direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

15.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

15.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.3. As aplicações de quaisquer das sanções previstas não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

17. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "F"

17.1. O gerenciamento das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberá às

Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7° da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

17.1.1. Fica designado como gestor deste contrato:

a) Sr. WALDIR ANTONIO TODESCATTO, Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, CPF/MF 906.363.509-59;

17.1.2. Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

a) JEAN CARLOS DE LIMA, Engenheiro Civil, CPF N° 088.693.709-41, fiscal titular

b) CAMILA CRISTINA THEISEN, Chefe da Divisão de Contratos e Convênios, CPF N° 108.348.229-70, fiscal suplente.

17.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

17.2. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

17.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

17.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

17.5. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

17.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e

imputados às falhas em suas atividades.

Três Barras do Paraná, 07 de maio de 2024.

WALDIR ANTONIO TODESCATTO
Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 08 de maio de 2024.

De: **Gabinete do Prefeito Municipal**

Para: **Departamento de Licitações**

Considerando retorno dos autos cujo objeto é a CONTRATAÇÃ DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m, aprovo o Termo de Referência nos moldes do Artigo 28 § 2° do Decreto Municipal N° 5302/2023.

O presente processo licitatório deverá ser regido nos pela Lei N° 14.133/2021.

Após, volte-me conclusos.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GOVERNO MUNICIPAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° XX/2024

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 556.550,93 (quinhentos e cinquenta e seis mil quinhentos e cinquenta reais e noventa e três centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: XX/XX/2024 – XX:XX horas

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

EXCLUSIVIDADE ME/EPP: NÃO

REGIONALIDADE: NÃO

NOS TERMOS DA LEI N° 14.133/2021 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

MINUTA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° XX/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 41/2024

TIPO DE AVALIAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o n° 78.121.936/0001-68, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Complementar Municipal 003/2023 de 21 de agosto de 2023, Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores, realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, forma **ELETRÔNICA**, tipo avaliação **MENOR PREÇO**, empreitada por preço **GLOBAL**, objetivando a proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m.**

1.2. O recebimento das propostas será até às **XXhXXm DO DIA XX DE XXXX DE 2024.**

1.3. A abertura e julgamento das propostas terá início às **XXhXXm até as XXhXXm DO DIA XX DE XXXX DE 2024.**

1.4. A sessão de disputa dos preços terá início às **XXhXXm DO DIA XX DE XXXX DE 2024.**

1.5. O local para realização dos atos relativos a esta licitação será o Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".

1.6. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF.

1.6.1. O licitante interessado deverá observar as datas e horários limites previstos nos itens 1.2 1.3 e 1.4 deste Edital.

1.7. Se no dia supracitado não houver expediente, ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, a mesma ocorrerá no primeiro dia útil subsequente em que houver expediente no Município de Três Barras do Paraná, no mesmo local e horários, ou em outro a ser definido pelo pregoeiro e devidamente informado aos interessados.

1.8. A Concorrência Eletrônica será realizada em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Concorrência Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil. A utilização do sistema de Concorrência Eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil está consubstanciada no § 2º do Artigo 17º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m**, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A execução da obra deverá atender rigorosamente a quantidade e exigências técnicas constantes na Pasta Técnica.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da (s) dotação (ões) orçamentária (s):

a) 05.03.15.451.0007.1.003.000.4.4.90.51.00

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

a) Lei Federal N° 14.133 de 01 de abril de 2021;

b) Lei Complementar N° 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;

c) Decretos Municipais N° 5478 e 5479 de 30 de agosto de 2023;

d) Decretos Municipais N° 5302, 5303, 5304, 5305, 5306, 5307, 5308 e 5309 de 27 de março de 2023.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. A participação na Concorrência Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

5.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Três Barras do Paraná por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acessou, ainda que por terceiros.

5.4. Poderão participar desta Concorrência interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

5.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei N° 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar N° 123/2006 e no artigo 4° da Lei N° 14.133/2021.

5.6. É vedada a participação de:

5.6.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

5.6.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.6.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

5.6.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

5.6.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.6.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.6.6. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.6.7. Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Três Barras do Paraná;

5.6.8. Empresas com falência decretadas ou concordatárias;

5.6.9. Empresas estrangeiras que não funcionem no país;

5.6.10. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal ou ocupante de cargo de confiança no Município de Três Barras do Paraná/PR;

5.6.11. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

5.6.12. Que se enquadrem nas vedações abaixo, previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021:

5.6.12.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou

afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF N° 13, art. 5°, inciso V, da Lei N° 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2°, inciso III, do Decreto N° 7.203, de 04 de junho de 2010).

5.6.12.2. É proibida a participação de empresa que já esteja contratada para serviços de assistência a fiscalização e gerenciamento de obras do Município, se o objeto da presente licitação estiver entre os contratos a serem fiscalizados ou gerenciados

5.7. Como requisito para a participação na licitação, a licitante deverá manifestar, através de declarações, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital e que a empresa está enquadrada no regime de microempresa (ME) e/ou empresa de pequeno porte (EPP).

5.8. Ressalta-se que o não cumprimento desta etapa acarretará a desclassificação da licitante.

6. ELEMENTOS INSTRUTORES

6.1. O caderno de Instruções para esta licitação está disponível aos interessados no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná, sito à AVENIDA BRASIL, 245, CENTRO, TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR, no horário de expediente, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30.

6.2. Os interessados no certame também poderão ter acesso ao Edital através do Portal de Transparência localizado no site do Município de Três Barras do Paraná/PR, ou seja, www.tresbarras.pr.gov.br, ou www.bll.org.br.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

7.2. Para poder participar do certame e usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual (quando for o caso permitido pra MEI), deverão identificar o seu enquadramento, informando em campo próprio do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema.

7.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além de apresentar declaração de enquadramento e certidão simplificada emitida pela Junta Comercial para fins de habilitação, deverá quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito aos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006.

7.3. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

7.3.1. A participação do licitante na Concorrência Eletrônica se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL-Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento as exigências de habilitação previstas no Edital.

7.3.2. O acesso do operador ao Concorrência Eletrônica, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de sena privativa.

7.3.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizados em qualquer Concorrência Eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

7.3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL-Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.3.5. O credenciamento do fornecedor e seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Concorrência Eletrônica.

7.3.6. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecido através de empresa associada ou da Bolsa de Licitações do Brasil, por contato pelo telefone (41) 3097-4600 ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

8.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Artigo 43, parágrafo 1° da LC N° 123/2006.

8.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

8.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

9.1.1. Caso a marca possa identificar a proposta, este campo pode ser preenchido com informações tais como: "a definir" ou "não se aplica", para que a proponente não seja desclassificada.

9.2. Para aquisição/contratação de obras ou serviços de engenharia, a Proposta de Preços anexada com os demais documentos exigidos no edital deverá conter:

9.2.1. Proposta endereçada ao Município de Três Barras do Paraná em papel timbrado da empresa contendo a razão social, CNPJ, endereço completo, CEP, telefone e e-mail do Licitante, bem como o número da conta corrente, número do banco, número e nome da agência pela qual ocorrerá o crédito dos pagamentos a serem efetuados na hipótese de sagrar-se vencedor desta Licitação, conforme modelo do Anexo I, relacionando ainda os seguintes itens:

a) Preço global em valor numérico e por extenso;

b) Prazo de validade da Proposta (mínimo de 60 dias);

c) Planilha Orçamentária (com BDI) e Cronograma físico financeiro

d) Planilha de Composição Unitária

9.2.1.1. TODAS AS PLANILHAS QUE COMPÕEM A PROPOSTA DE PREÇOS DEVERÃO ESTAR ASSINADAS PELO ENGENHEIRO DA EMPRESA CONTENDO: NOME COMPLETO DO ENGENHEIRO/QUALIFICAÇÃO.

9.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.5. Nos preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização dos órgãos de controle interno e externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: (i) assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou (ii) condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que:

a) Contiverem vícios insanáveis;

b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.3. A Administração Municipal poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

10.4. Também será desclassificada a proposta que possa ser identificada.

10.4.1. Qualquer forma de identificação da proponente, tais como: marcas, cabeçalhos e rodapés, CNPJ, timbre, logotipos, entre outros, será motivo de desclassificação da proposta.

10.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.5.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

10.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor **GLOBAL**.

10.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

10.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser livre, cabendo aos licitantes à responsabilidade da sua oferta apresentada.

10.13. Será adotado para o envio de lances na Concorrência o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.14. Fica previsto o intervalo mínimo de diferença de valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, podendo ser alterado pelo agente de contratação ou comissão de contratação.

10.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 02 (dois) minutos.

10.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor de menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.18. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL** conforme definido neste Edital e seus anexos.

10.. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

10.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.25.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.25.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado, que no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

10.26. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10.27. Entende-se por empate, nos termos da LC 123/06, aquelas situações em que as propostas ou lances apresentados pelas ME e EPP sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta ou lance melhor classificado durante a etapa de lances.

10.28. NA OCORRÊNCIA DE EMPATE, PROCEDER-SE-Á DA SEGUINTE FORMA:

10.28.1. A ME ou EPP melhor classificada no intervalo percentual de até 10% (dez por cento), definido nos termos deste subitem, será convocada automaticamente pelo sistema eletrônico para, desejando, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão. É de responsabilidade da licitante a sua conexão com o sistema eletrônico durante o prazo acima referido para o exercício do direito sob comento. Apresentada a proposta nas condições acima referidas, será analisada sua documentação de habilitação;

10.28.2. Não sendo declarada vencedora a ME ou EPP, na forma da alínea anterior, serão convocadas automaticamente pelo sistema eletrônico as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem **"10.27."** , na ordem classificatória, com vistas ao exercício do mesmo direito;

10.28.3. No caso de equivalência dos valores apresentados por ME ou EPP que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem **"10.27."**, será realizado sorteio eletrônico entre as mesmas, pelo próprio sistema, definindo e convocando automaticamente a vencedora para, caso queira, encaminhar uma melhor proposta.

10.28.4. Na hipótese da não contratação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, após a negociação do preço ofertado para que seja obtido preço melhor.

10.28.5. Após o encerramento da etapa de lances, o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital;

10.28.6. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.28.7. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.28.8. É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas nas leis pertinentes.

11. DA ANÁLISE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação e ou comissão de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

11.2. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada aquela que:

11.3. Contenha vícios insanáveis;

11.4. Não obedeça às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;

11.5. Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;

11.6. Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública;

11.7. Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

11.8. O Agente de Contratação ou comissão de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta mais bem classificada ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada.

11.9. No caso de obras e serviços de engenharia, **SERÃO CONSIDERADAS INEXEQUÍVEIS AS PROPOSTAS CUJOS VALORES FOREM INFERIORES A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DO VALOR ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO**, conforme disposto no Artigo 59, parágrafo 4° da Lei 14.133/2021.

11.10. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme disposto no art. 59 §5º da Lei 14.133/2021.

11.11. A Administração conferirá ao Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários relevantes.

11.12. Na hipótese acima, o Licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições do valor global.

11.13. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

11.14. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.15. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.16. O Agente de Contratação ou comissão de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.17. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação ou comissão de contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita.

11.18. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação ou comissão de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.19. Havendo necessidade, o Agente de Contratação ou comissão de contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.20. Após o julgamento das propostas, o licitante arrematante será convocado para reelaborar e apresentar ao Agente de Contratação ou comissão de contratação, por meio eletrônico pela aba "documentos complementares", **a PROPOSTA DE PREÇOS adequada ao seu último lance, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, juntamente com as planilhas indicando os quantitativos e custos unitários, o Cronograma Físico-Financeiro e Critérios de Pagamentos, bem como o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), no que couber. Planilha está fornecida pelo município a qual faz parte da pasta técnica integrante do edital, disponibilizada no Portal Transparência do Município.**

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) *(http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx)*.

12.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.

12.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condições de participação.

12.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

12.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for filiar, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.5. Ressalvado o benefício concedido nos termos do artigo 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.6. A Habilitação Jurídica será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:

12.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.6.2. Os documentos de habilitação jurídica deverão ser acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

12.6.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

12.6.5. No caso de sociedade simples: inscrição de ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

12.6.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764/1971.

12.6.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

12.7. A Regularidade Fiscal e Trabalhista será demonstrada pela apresentação dos documentos abaixo:

12.7.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.7.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

12.7.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

12.7.4. Prova de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei 12.440/2011;

12.7.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

12.7.6. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.

12.8. A Qualificação Econômico-Financeira exigirá a apresentação do seguinte documento:

12.8.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento.

12.9. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL exigirá a apresentação dos seguintes documentos, nos termos do Artigo 67 da Lei N° 14.133/2021:

12.9.1. Certificado de Registro da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou equivalente, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede. As proponentes que forem sediadas em outra jurisdição e, consequentemente, inscritos no CREA/CAU de origem, deverão apresentar, obrigatoriamente, visto junto ao CREA/CAU do Estado do Paraná, por força do disposto na Lei N° 5.194 de 24 de dezembro de 1.966, em consonância com a Resolução N° 413 de 27 de junho de 1997, do CONFEA.

12.9.2. Comprovação de possuir em nome da proponente, Atestado ou Declaração, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de execução de no mínimo uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional, em quantitativos iguais ou superiores, conforme definido a seguir:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE MÍNIMA
PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ	500 M^2

12.9.2.1. Entende-se como obra semelhante a que apresenta complexidade

tecnológica e operacional aos serviços previstos no objeto deste Edital, ou seja, execução de edificação em alvenaria;

12.9.3. Indicação do responsável técnico pelos serviços, através de declaração assinada pela licitante.

12.9.4. Comprovante de vínculo entre a empresa licitante e o responsável Técnico indicado, mediante cópia do registro em carteira de trabalho ou cópia da ficha de registro de empregados da empresa ou Contrato de Trabalho. Caso o responsável Técnico pelos serviços, seja dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação deverá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou cópia do contrato social;

12.9.5. Certificado de Registro de Pessoa Física, do responsável técnico indicado pela licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou outro equivalente, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede;

12.9.6. Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT do responsável técnico indicado, emitido pelo CREA/CAU, referente à execução de atividade pertinente e compatível, de semelhante complexidade tecnológica operacional, com o objeto desta licitação, **comprovação de Pavimentação Asfáltica de no mínimo 5.500 m².**

12.10. DEVERÁ AINDA, APRESENTAR AS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

12.10.1. Deverão ser apresentados **ANEXO I - Carta Proposta, juntamente com a "Planilha Orçamentária", "Cronograma" e "Planilha de Composição do BDI".**

12.10.2. ANEXO II - Declaração de Responsabilidade Técnica.

12.10.3. ANEXO III - Modelo De Declaração Tratamento Diferenciado Lei 123/2006.

12.10.4. ANEXO IV - Modelo De Declaração Formal De Visita/Dispensa De Visita Técnica.

12.10.5. ANEXO V - Declaração De Cumprimento Dos Requisitos De Habilitação.

12.10.6. ANEXO VI - Declaração De Não Utilização De Trabalho De Menor.

12.10.7. ANEXO VII - Declaração De Inexistência De Fato Impeditivo Para Licitar.

12.10. DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

12.10.1. As Microempresas, Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição.

12.10.2. Será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as ME ou EPP.

12.10.3. Considerar-se-á empate quando as propostas apresentadas por microempresa, empresas de pequeno porte ou empresa individual de responsabilidade limitada sejam iguais ou até 10% (dez por cento) inferiores à proposta de maior preço classificada, desde que esta não tenha sido apresentada por outra ME ou EPP.

12.10.4. Ocorrendo o empate acima descrito, a ME ou EPP melhor classificada poderá apresentar nova proposta de preço inferior à menor proposta classificada, na própria sessão se presente o representante com poder para ofertar nova proposta ou no prazo de 24 horas se não estiver presente. Uma vez apresentada nova proposta em valor inferior será considerada vencedora do certame e adjudicado o objeto em seu favor.

12.10.5. No caso de ME ou EPP ser declarada vencedora do certame e havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, ser-lhe-á concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do licitador, para a regularização da restrição e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa.

12.10.6. Após a entrega das certidões e análise quanto à regularidade fiscal e trabalhista da proponente, a Comissão de contratação decidirá quanto à habilitação final da mesma, que será comunicada às proponentes por meio dos meios usuais de comunicação (edital, e-mail e publicação na imprensa oficial).

12.10.7. Caso a proponente vencedora não apresente os documentos exigidos neste item, ou não ocorrendo a contratação ou a apresentação de nova proposta de preços pela ME ou EPP melhor classificada, serão convocadas as ME, EPP remanescentes que se enquadrem nesta hipótese, segundo a ordem de classificação.

12.10.8. Na hipótese de não contratação de ME ou EPP, nos termos dos itens anteriores, o objeto será adjudicado em favor da proposta de menor preço originalmente vencedora do certame.

12.10.9. Havendo a necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.10.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

12.10.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

13. DA MANIFESTAÇÃO DOS RECURSOS DO PROCESSO

13.1. Após declarar o vencedor, será concedido o prazo de 15 (quinze) minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual decisão pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.3. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Divisão de Licitações e Contratos e no Portal Transparência, da Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, sito à Avenida Brasil, N° 245, Centro, Três Barras do Paraná.

13.4. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. Os documentos comprobatórios do representante legal (que comprovam os poderes legais) deverão ser enviados juntamente com o recurso.

13.5. Ao final da sessão, divulgada a decisão do Agente de Contratação ou Comissão de Contratação, em face do ato de julgamento das propostas ou ato de habilitação ou inabilitação de licitante, se dela discordar, caberá recurso, em conformidade com o que dispõe o Artigo 165, inciso I da Lei N° 14.133/2021, devendo a licitante **manifestar motivadamente** em campo próprio do sistema da BLL sua intenção de recorrer, explicitando sucintamente suas razões.

13.6. Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Contratação ou Comissão de Contratação, verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.7. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Agente de Contratação à vencedora.

13.8. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS PARA APRESENTAR AS RAZÕES, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, **apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (TRÊS) DIAS**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.9. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Caso o Agente de Contratação ou a Comissão de Licitação não reconsidere o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme disposto no Artigo 165, parágrafo 2° da Lei N° 14.133/2021.

13.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.12. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.13. Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

13.14. Os prazos previstos iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do Município de Umuarama.

14. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no praz de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos (limitada a 2 (duas) casas decimais após a vírgula) e o valor global em algarismos e por extenso (Artigo 12° da Lei N° 14.133/2021).

14.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve a anulação de atos anteriores a realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do Artigo 43, parágrafo 1°, da Lei Complementar N° 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico "chat", e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Finalizada a fase recursal e definido o resultado de julgamento o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação fará a adjudicação do objeto do presente certame à Licitante vencedora.

16.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Agente de Contratação ou Comissão de Licitação, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

16.3. Será facultado à Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.4. Na hipótese de nenhum dos Licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem acima, a Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná poderá convocar os Licitantes remanescentes, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o Termo de Contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei N° 14.133/2021.

17.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração Municipal.

17.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.2.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do Item *"17.2."*, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou em retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

17.4.1. A regra estabelecida no Item ***"17.4."*** não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados.

17.5. A execução do Contrato, bem como os casos nela omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do TITULO III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – da Lei Federal 14.133/2021.

17.6. Se, durante a vigência do Contrato, houver inexecução contratual por parte do vencedor da licitação por qualquer motivo, dando ensejo ao cancelamento do Contrato, a Administração poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para assinar Contrato.

17.7. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no Artigo 137, incisos I ao IX da Lei N° 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no mesmo diploma legal.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. O licitante vencedor deverá executar a obra, objeto desta licitação nos termos do Cronograma Físico-Financeiro.

18.2. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade da obra com as exigências contratuais;

18.1.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

18.1.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

18.1.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

18.3. O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

19. PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado em moeda brasileira corrente, **em até 30 (trinta) dias,** após a apresentação correta da fatura dos serviços executados e documentos pertinentes, desde que atendidas às condições para liberação das parcelas.

19.2. A fiscalização procederá mensalmente, a contar da formalização do contrato de empreitada, à medição mensal baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico-financeiro, para que se permita a elaboração do processo de faturamento.

19.3. O faturamento de cada parcela mensal deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

a) Nota Fiscal com discriminação resumida dos serviços executados, especificando em separados cada obra, período de execução da etapa, número da licitação e termo de contrato de empreitada, observação referente a retenção do INSS e outros dados que julgar convenientes, na apresente rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo licitador.

b) Fatura com discriminação resumida dos serviços executados, especificando em separados cada obra, período de execução da etapa, número da licitação e do termo de contrato de empreitada e outros dados que julgar convenientes, na apresente rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo licitador.

c) Cópia da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do último recolhimento devido, devidamente quitada e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para cada obra.

19.4. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

19.4.1. Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA/IBGE** do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do parágrafo 7°, do Artigo 25 da Lei N° 14.133/2021.

20. DA CAUÇÃO CONTRATUAL

20.1. A licitante vencedora prestará **garantia ao Contrato, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor global**, nas modalidades definidas no Artigo 96, parágrafo 1°, da Lei N° 14.133/2021, que lhe será devolvida após o término da vigência contratual, mediante solicitação por escrito, descontado, se for o caso, o valor das multas por ventura aplicadas e ainda não pagas pela empresa licitante vencedora.

20.2. Caberá à licitante vencedora optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) **Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural**, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) **Seguro-Garantia** – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da SEMOB, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato;

c) **Fiança bancária** emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

20.3. Caso a Licitante opte pela prestação da garantia na modalidade prevista na alínea **"b"** do item **"20.2."**, deverá fazê-lo no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato. O comprovante de que a contratada prestou garantia nas demais modalidades deverão ser entregue ao Gestor e Fiscal do Contrato, em até 10 (dez) dias corridos, após a data de assinatura do contrato. A ordem de serviço só será emitida após a constituição da garantia.

20.4. A Prefeitura restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme Artigo 100 da Lei N° 14.133/2021, mediante requerimento.

20.5. Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com a Prefeitura, nos termos da legislação vigente.

20.6. Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá o Contratado apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

20.7. Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

20.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

21. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

21.1. São obrigações do Município de Três Barras do Paraná:

21.1.1. Permitir o acesso de funcionários do fornecedor às suas dependências, para a execução do objeto e a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

21.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

21.1.3. Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Concorrência Eletrônica;

21.1.4. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do (s) produto/serviço (s), desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

21.1.5. Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do fornecimento.

21.1.6. Solicitar a entrega do (s) material (is);

21.1.7. Verificação das quantidades e qualidade do (s) produto/serviço (s) entregues;

21.1.8. Fiscalizar a correta execução do cumprimento do objeto.

21.2. São obrigações do Fornecedor.

21.2.1. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;

21.2.2. Dispor da quantidade suficiente do material solicitado ao fornecimento, o qual deverá sujeitar-se à condição de depositário do (s) material (is) adquirido (s) até que totalmente requisitado (s), sem que nenhum ônus seja debitado ao Município pelo armazenamento;

21.2.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

21.2.4. Garantir a qualidade do (s) material (is), obrigando-se a repor aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

21.2.4.1. Substituir no prazo de 02 (dois) dias qualquer produto que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município de Três Barras do Paraná;

21.2.5. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

21.2.6. Entregar o (s) material (is) no prazo e formas ajustados;

21.2.7. Entregar o (s) material (is), conforme solicitação da Secretaria competente, do Município de Três Barras do Paraná.

21.2.8. Indicar o responsável por representá-la na execução do Contrato, assim como a (s) pessoa (s) que, na ausência do responsável, poderá (ao) substituí-lo (s);

21.2.9. Efetuar a entrega do produto dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Concorrência Eletrônica e em seus Anexos;

21.2.10. Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;

21.2.11. Ser responsável por danos causados diretamente ao Município de Três Barras do Paraná ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto;

21.2.12. Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município de Três Barras do Paraná, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do objeto.

21.2.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Três Barras do Paraná, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços;

21.2.14. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

21.3. Adicionalmente, o fornecedor deverá:

21.3.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Três Barras do Paraná.

21.3.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município de Três Barras do Paraná;

21.3.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e,

21.3.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Concorrência Eletrônica.

21.4. A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem 20.3, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município de Três Barras do Paraná, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Município de Três Barras do Paraná.

21.5. Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:

21.5.1. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município de Três Barras do Paraná, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato;

21.5.2. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município de Três Barras do Paraná.

21.5.3. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

22. PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

22.1. O **PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL** terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato nos Diários Oficiais, nos termos do parágrafo 1° do Artigo 54 da Lei N° 14.133/2021, e terá duração de **12 (doze) meses,** nos termos do Artigo 105 da Lei N° 14.133/2021.

22.1.1. O prazo de vigência da contratação é destinado ao período necessário para cumprimento das formalidades legais decorrentes.

22.2. A Ordem de serviço será emitida em até 10 (dez) dias após a publicação do Extrato do Contrato, salvo prorrogação justificada pelo Departamento de Engenharia.

22.3. Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Artigo 183 da Lei N° 14.133/2021.

22.4. Só se iniciam e vencem os prazos previstos neste instrumento em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná.

22.5. A critério da Administração, os objetos da presente licitação poderão sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o Artigo 125 da Lei Federal N° 14.133/21.

22.6. O **PRAZO MÁXIMO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** será de **150 (cento e cinquenta) dias,** contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

23. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

23.1. Os preços deverão ser fixos e irreajustáveis, pelo período mínimo de 01 ano a contar da data base da proposta;

23.2. Os preços referentes a mão de obra deverão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

I - A da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

II - Ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

23.3. Os preços referentes a materiais deverão ser reajustados conforme índice IPCA/IBGE, atualização da Tabela de referência SINAPI ou outro índice previsto em contrato.

23.4. A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

23.5. O pleito de reequilíbrio econômico-financeiro não será acolhido quando a parte interessada falhar em comprovar os requisitos previstos no caput desta Cláusula, em especial nas seguintes hipóteses:

a) A efetiva elevação dos encargos não resultar em onerosidade excessiva ou não restar comprovada e quantificada por memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada;

b) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio houver ocorrido em data anterior à sessão pública de disputa ou posterior à expiração da vigência do contrato;

c) Não for comprovado o nexo de causalidade entre o evento e a majoração dos encargos suportados pela parte interessada;

d) A parte interessada houver, direta ou indiretamente, contribuído para a majoração de seus próprios encargos, seja pela previsibilidade do evento, seja pela possibilidade de evitar a sua ocorrência;

e) A elevação dos encargos decorrer exclusivamente de variação inflacionária, hipótese já contemplada nos critérios de reajuste previstos neste instrumento;

f) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio constituir álea ordinária imputável à CONTRATADA, quando o pleito houver sido apresentado por esta.

23.6. O prazo para manifestação quanto aos pedidos de reajuste, reequilíbrio e repactuação será de 30 dias, a contar da data de protocolo do requerimento.

23.7. Caso faltem informações e a administração solicite complementação do pedido, o prazo irá reiniciar, a contar da data do novo protocolo com os documentos faltantes.

24. PREÇO MÁXIMO

24.1. O valor máximo estimado para esta licitação são os valores fixados na Planilha Orçamentária, sendo que o valor total do investimento soma a importância de R$ 556.550,93 (quinhentos e cinquenta e seis mil quinhentos e cinquenta reais e noventa e três centavos).

24.3. O preço unitário deve incluir, além do lucro, todas as despesas e custos de frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas, diretas ou indiretas, relacionadas.

25. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

25.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

25.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

25.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

25.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

25.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

25.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

25.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

25.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

25.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

25.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

25.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas

jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

25.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

25.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

25.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

25.2.3. A aplicação das sanções previstas no item "23.2." não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

25.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

25.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

25.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

25.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

25.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

26. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

26.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de impugnações e requerimentos de esclarecimentos sobre o ato convocatório da Concorrência e seus Anexos, desde que seja protocolado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

26.2. O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento, neste caso, de taxa para cobrir o custo de reprodução gráfica.

26.3. O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida ao Pregoeiro/Agente de Contratação, devidamente protocolado no Sistema BLL, dentro dos prazos previstos.

25.4. Os esclarecimentos e impugnações deverão ser prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento do requerimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do

Edital, passando eles a integrar, juntamente com o requerimento que lhes deu origem, os autos do processo.

26.5. As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital, resguardando-se o sigilo quanto à identificação da empresa consulente.

26.6. As respostas aos pedidos e esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão aos participantes e a Administração.

27. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

27.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

27.1.1. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

27.1.2. Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

27.1.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

28. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

28.1. O gerenciamento e a fiscalização das contratações decorrentes deste processo licitatório caberão a Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

28.1.1. Fica designado como gestor deste contrato:

a) Sr. WALDIR ANTONIO TODESCATTO, Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, CPF/MF 906.363.509-59

28.1.2. Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) JEAN CARLOS DE LIMA, Engenheiro Civil, CPF nº 088.693.709-41, fiscal titular;

b) CAMILA CRISTINA THEISEN, Departamento de Engenharia, CPF nº 108.348.229-70, fiscal suplente;

28.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização da obra realizada. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

28.2. Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução do objeto disposto no presente processo licitatório, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

28.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

28.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela fornecedora, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

28.5. O fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

28.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única,

integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

29. DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Três Barras do Paraná revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Município de Três Barras do Paraná poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

29.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

29.3. É facultado ao pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

29.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

29.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

29.6. As normas que disciplinam este Concorrência Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

29.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

29.8. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

29.9. Não cabe à Licitanet qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

29.10. O pregoeiro e equipe de apoio atenderá aos interessados no horário das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no Departamento de Licitações, sito a Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, para maiores esclarecimentos.

29.11. Os usuários dos sistemas de que trata o §2º do artigo 5º do Decreto Federal nº 10.024/2019, poderão utilizar o SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores para fins habilitatórios.

29.12. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Agente de Contratação, nos termos da legislação pertinente em vigência.

30. DO FORO

28.1. Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca da cidade de Catanduvas/PR, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

31. ANEXOS DO EDITAL

31.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

a) **ANEXO I** - Carta Proposta;
b) **ANEXO II** - Declaração de Responsabilidade Técnica;
c) **ANEXO III** - Modelo De Declaração Tratamento Diferenciado Lei 123/2006;
d) **ANEXO IV** - Modelo De Declaração Formal De Visita/Dispensa De Visita Técnica;
e) **ANEXO V** - Declaração De Cumprimento Dos Requisitos De Habilitação;
f) **ANEXO VI** - Declaração De Não Utilização De Trabalho De Menor;
g) **ANEXO VII** - Declaração De Inexistência De Fato Impeditivo Para Licitar.
h) **ANEXO VIII** - Estudo Técnico Preliminar;
i) **ANEXO IX** - Termo de Referência;
j) **ANEXO X** - Minuta do Contrato.

Três Barras do Paraná, XX de XXXX de 2024

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ANEXO I - CARTA PROPOSTA

CONCORRÊNCIA N° XX/2024

A Comissão de Contratação do Município de Três Barras do Paraná/PR.

CARTA PROPOSTA

A empresa **(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA),** com sede à **(endereço completo)**, CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, apresenta sua proposta de preço para a execução do objeto da **CONCORRÊNCIA N° XX/2024,** ficando assim estabelecido:

1. Considera como proposta, a importância total de R$ **X,XX (valor por extenso)**, conforme a planilha orçamentária em anexo.

2. Condições de pagamento conforme edital.

3. O prazo de execução conforme edital.

4. O prazo de validade da proposta é 60 (sessenta) dias, a contar da abertura da licitação.

5. Se vencedora da licitação, assinará o contrato de execução de obra, na qualidade de representante legal o (a) Sr (a). **(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL),** portador (a) da Carteira de Identidade RG nº **X.XXX.XXX-X** e CPF nº **XXX.XXX.XXX-XX**.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

Assinatura devidamente identificada do **representante legal da empresa proponente** apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos.

Deverão ser apresentados a "Planilha Orçamentária", "Cronograma" e "Planilha de Composição do BDI" juntamente com a Carta Proposta

A Pasta Técnica poderá ser solicitada pelo e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br ou pelo telefone (45) 3235-1212

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

À Comissão de Contratação do Município de Três Barras do Paraná.
CONCORRÊNCIA N° XX/2024

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, sediada **(ENDEREÇO COMPLETO)**, declara, sob as penas da Lei, conforme o disposto no edital em epígrafe, caso venhamos a vencer a licitação, o responsável técnico será:

NOME	FORMAÇÃO	Nº REGISTRO	DATA DO REGISTRO

Declara também, que a empresa se responsabiliza em emitir Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART) de execução até o início dos serviços.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
Carimbo e Assinatura

RESPONSÁVEL TÉCNICO
Carimbo e Assinatura

OBS.: Se for indicado mais de um responsável técnico, todos deverão assinar esta Declaração em conjunto com o Representante Legal da empresa licitante.

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO TRATAMENTO DIFERENCIADO LEI 123/2006

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° XX/2024

A empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob o N° XXXX, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a) XXXX, portador(a) da Carteira de Identidade N° XXX, do CPF N° XXX.XXX.XXX-XX, DECLARA, para fins do disposto no edital supracitado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

( ) **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme art. 1º do Decreto nº 8.538/2015.

Afirma ainda que quer participar da referida licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006 e que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Que do capital da Empresa não participa pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar;

Que o titular ou sócio da Empresa não participa com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar.

Que estará observando as disposições do § 2º do art. 4, não tendo celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, no ano-calendário de realização da licitação.

_____

Local e data.

_____

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

CONCORRÊNCIA N° XX/2024

A Comissão de Contratação do Município de Três Barras do Paraná.

DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

O representante legal e responsável técnico da empresa **(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**, inscrita no CNPJ/MF nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, **declaram**, sob as penas da Lei, que renunciam à Visita Técnica ao local da obra do objeto licitado e, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e/ou financeiras para com o Município de Três Barras do Paraná.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO
FORMAÇÃO
CREA Nº

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ao

Agente de Contratação do Município de Três Barras do Paraná

CONCORRÊNCIA N° XX/2024

(RAZÃO SOCIAL COMPLETA), inscrita no CNPJ/MF nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada (ENDEREÇO COMPLETO), declara para fins de participação na CONCORRÊNCIA N° 04/2024, e sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos em seu edital, conforme previsto no artigo 63º, inciso I, da Lei 14.133/2021.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Carimbo e Assinatura

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE TRABALHO DE MENOR

Ao

Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná

CONCORRÊNCIA N° XX/2024

(RAZÃO SOCIAL COMPLETA), inscrita no CNPJ/MF nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada (ENDEREÇO COMPLETO), declara sob as penas da Lei, que cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, ou seja, não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso, ou menores de 16 (dezesseis) anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

A empresa está ciente de que o descumprimento do disposto acima, durante a vigência do contrato, acarretará a sua rescisão.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
Carimbo e Assinatura

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR

Ao

Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná

CONCORRÊNCIA N° XX/2024

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

Declara também, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Carimbo e Assinatura

ANEXO VIII - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE – ARTIGO 18, § 1°, INCISO I

1.1. O Município de Três Barras do Paraná pretende realizar implantação de Pista de Caminhada de acesso ao Cemitério Municipal na PR-471, melhorando as condições de trânsito de pedestres, que atualmente, necessitam transitar sobre a via, devido a ausência de área especifica ou com condições ideais de tráfego, tornando o trajeto perigoso para os pedestres, como para os veículos que circulam na via.

1.2. A pista será implantada entre o KM 193+82,33m, no limite do perímetro urbano, mais especificamente o cruzamento da avenida brasil, com a Rua General Olivério, e o KM 194+141,95m da PR-471, com extensão total de 1.059,62m.

2. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO II

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar possui fulcro na Lei Orçamentária Anual, que prevê despesas com obra de Pista de Caminhada em acesso ao Cemitério do Município de Três Barras do Paraná.

2.2. A presente contratação consta no Plano Anual de Contratações, através do Decreto N° 5789 de 12 de abril de 2024.

3. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO III

3.1. O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, se dará por meio de licitação, na modalidade de Concorrência Pública, menor preço global, executada pelo regime de empreitada por preço global, onde estará se empenhando para oferecer serviços de infraestrutura, para executar obra de Pista de Caminhada em acesso ao Cemitério Municipal na PR-471 KM 193+82m a KM 194+137m.

3.2. A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnica operacional e técnico profissional, apresentando as documentações abaixo:

a) **Certificado de Registro da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou equivalente**, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede. As proponentes que forem sediadas em outra jurisdição e, consequentemente, inscritos no CREA/CAU de origem, deverão apresentar, obrigatoriamente, visto junto ao CREA/CAU do Estado do Paraná, por força do disposto na Lei N° 5.194 de 24 de dezembro de 1.966, em consonância com a Resolução N° 413 de 27 de junho de 1997, do CONFEA;

b) **Comprovação de possuir em nome da proponente, Atestado ou Declaração, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de execução de no mínimo**

uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional, em quantitativos iguais ou superiores, conforme definido a seguir:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE MÍNIMA
PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ	500 M^2

b.1). Entende-se como obra semelhante a que apresenta complexidade tecnológica e operacional aos serviços previstos no objeto deste Edital, ou seja, execução de pavimentação em CBUQ;

c) **Indicação do responsável técnico** pelos serviços, através de declaração assinada pela licitante.

d) **Comprovante de vínculo entre a empresa licitante e o responsável Técnico indicado**, mediante cópia do registro em carteira de trabalho ou cópia da ficha de registro de empregados da empresa ou Contrato de Trabalho. Caso o responsável Técnico pelos serviços, seja dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação deverá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou cópia do contrato social;

e) **Certificado de Registro de Pessoa Física, do responsável técnico indicado** pela licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou outro equivalente, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede;

f) **Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT do responsável técnico indicado**, emitido pelo CREA/CAU, referente à execução de atividade pertinente e compatível, de semelhante complexidade tecnológica operacional, com o objeto desta licitação, **comprovação de Construção de Edificação de no mínimo 150,00 m^2.**

g) **Declaração assinada pelo representante legal do proponente, que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais** para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação;

h) **Atestado de Visita Técnica ou Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica.**

4. ESTIMATIVAS E QUANTIDADES DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO IV

4.1. Para o dimensionamento do quantitativo a ser registrado, o Departamento de Engenharia elaborou projetos técnicos, executivos e memorial descritivo na qual encontra-se em anexo, juntamente com QCI - Quadro De Composição De Investimentos, BDI e Cronograma Físico-Financeiro.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO – ARTIGO 18, § INCISO V

5.1. Considerando a natureza do objeto, no mercado nacional há diversas empresas de engenharia para realização de obras de pavimentação asfáltica em pistas de caminhada, o que possibilita ampla concorrência e vantagens à administração pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação.

5.2. Assim, será elaborada pela equipe técnica responsável pelo Departamento de Engenharia, planilha orçamentária acompanhada de sua memória de cálculo onde sejam discriminados os valores unitários estimados de todos os materiais e serviços que serão aplicados na contratação, projeto básico e plantas.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1°, INCISO VI

6.1. O investimento máximo a ser realizado toma-se por base planilha orçamentária, com composição de referência da Tabela SINAPI em anexo, resultando em um investimento aproximado de R$ 556.550,93 (quinhentos e cinquenta e seis mil quinhentos e cinquenta reais e noventa e três centavos).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – ARTIGO 18, 1° INCISO VII

7.1. A contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Obra de Pista de Caminhada, encontra-se delimitada neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) a partir da memória de cálculo de quantitativos disposta na Pasta Técnica.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, ° 1° INCISO VIII

8.1. O não parcelamento das obras é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica, por manter a qualidade do investimento, haja vista que o gerenciamento permanece o tempo todo a cargo de um mesmo administrador, oferecendo um maior nível de controle pela Administração na execução das obras e serviços, cumprimento de cronograma e observância de prazos com a concentração da responsabilidade da construção e garantia dos resultados.

8.2. Ressalta-se que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediário e final de entrega da obra. Pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS – ARTIGO 18, § 1° INCISO IX

9.1. Com a realização da obra, será melhorado as condições de trânsito de pedestres que necessitam transitar sobre a via.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PELA ADMINISTRAÇÃO – ARTIGO 18, § 1°, INCISO X

10.1. A administração tomará as seguintes providências no decorrer do processo licitatório:

a) Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização das obras;

b) Indicar servidores devidamente capacitados para exercer a fiscalização;

c) Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES – ARTIGO 18, § 1° INCISO XI

11.1. Durante a etapa de planejamento da contratação, foi definido que a adjudicação do objeto será feita a uma única empresa vencedora, uma vez que as licitantes deverão apresentar atestados de capacidade técnica para a realização do objeto a ser contratado, não havendo contratações correlatas ou interdependentes.

12. – ARTIGO 18, § 1° INCISO XII

12.1. Execução de pista de caminhada, embora essencial para o desenvolvimento urbano e a mobilidade, pode gerar impactos ambientais significativos. Abaixo, estão descritos alguns desses impactos e possíveis medidas mitigadoras.

12.2. A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO XIII

13.1. Diante do exposto, conclui-se, pela viabilidade da contratação pretendida com base neste Estudo Técnico Preliminar, Planilha Orçamentária, e Projetos Básicos e Memorial Descritivo.

ANEXO IX - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m.

2. QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A e I"

2.1. A pista será implantada entre o KM 193+82,33m, no limite do perímetro urbano, mais especificamente o cruzamento da avenida brasil, com a Rua General Olivério, e o KM 194+141,95m da PR-471, com extensão total de 1.059,62m.

2.2. O investimento máximo a ser realizado toma-se por base planilha orçamentária, com composição de referência da Tabela SINAPI em anexo, resultando em um investimento aproximado de R$ 556.550,93 (quinhentos e cinquenta e seis mil quinhentos e cinquenta reais e noventa e três centavos).

2.3. A empresa licitante que apresentar os valores superiores conforme o item 2.2. deste Termo de Referência será desclassificada automaticamente do item que se apresentar irregular, perdendo assim o direito de participação na etapa de lances.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "B"

3.1. O Município de Três Barras do Paraná pretende realizar implantação de Pista de Caminhada de acesso ao Cemitério Municipal na PR-471, melhorando as condições de trânsito de pedestres, que atualmente, necessitam transitar sobre a via, devido a ausência de área especifica ou com condições ideais de tráfego, tornando o trajeto perigoso para os pedestres, como para os veículos que circulam na via.

4. LOCAIS DE EXECUÇÃO DA OBRA

4.1. A pista será implantada entre o KM 193+82,33m, no limite do perímetro urbano, mais especificamente o cruzamento da avenida brasil, com a Rua General Olivério, e o KM 194+141,95m da PR-471, com extensão total de 1.059,62m.

5. PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO- ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

5.1. A validade do Contrato será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "C"

6.1. A contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Obra de Pista de Caminhada, encontra-se delimitada neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) a partir da memória de cálculo de quantitativos disposta na Pasta Técnica.

7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "D"

7.1. O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, se dará por meio de licitação, na modalidade de Concorrência Pública, menor preço global, executada pelo regime de empreitada por preço global, onde estará se empenhando para oferecer serviços de infraestrutura, para executar obra de Pista de Caminhada em acesso ao Cemitério Municipal na PR-471 KM 193+82m a KM 194+137m.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnica operacional e técnico profissional, apresentando as documentações abaixo:

i) **Certificado de Registro da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou equivalente**, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede. As proponentes que forem sediadas em outra jurisdição e, consequentemente, inscritos no CREA/CAU de origem, deverão apresentar, obrigatoriamente, visto junto ao CREA/CAU do Estado do Paraná, por força do disposto na Lei N° 5.194 de 24 de dezembro de 1.966, em consonância com a Resolução N° 413 de 27 de junho de 1997, do CONFEA;

j) **Comprovação de possuir em nome da proponente, Atestado ou Declaração, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de execução de no mínimo uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional**, em quantitativos iguais ou superiores, conforme definido a seguir:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE MÍNIMA
PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ	500 M^2

b.1). Entende-se como obra semelhante a que apresenta complexidade tecnológica e operacional aos serviços previstos no objeto deste Edital, ou seja, execução de Obra de Pavimentação em CBUQ.

k) **Indicação do responsável técnico** pelos serviços, através de declaração assinada pela licitante.

l) **Comprovante de vínculo entre a empresa licitante e o responsável Técnico indicado**, mediante cópia do registro em carteira de trabalho ou cópia da ficha de registro de empregados da empresa ou Contrato de Trabalho. Caso o responsável Técnico pelos serviços,

seja dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação deverá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou cópia do contrato social;

m) **Certificado de Registro de Pessoa Física, do responsável técnico indicado** pela licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou outro equivalente, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede;

n) **Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT do responsável técnico indicado**, emitido pelo CREA/CAU, referente à execução de atividade pertinente e compatível, de semelhante complexidade tecnológica operacional, com o objeto desta licitação, **comprovação de Obra de Pavimentação em CBUQ de no mínimo 500 m².**

o) **Declaração assinada pelo representante legal do proponente, que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais** para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação;

p) **Atestado de Visita Técnica ou Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica.**

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "E"

9.1. A obra deverá ser executada, observando os seguintes projetos:

a) Projeto Arquitetônico;

b) Memorial Descritivo;

c) Planilha Orçamentária.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ARTIGO 6°, § XXIII, ALÍNEA "G"

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e conferência de quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, nos termos do Cronograma Físico-Financeiro, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

I - Atestado de recebimento emitido pelo órgão solicitante;

II - Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

10.2. O município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

10.3. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

10.4. Somente será efetivamente pago os quantitativos devidamente utilizados por esta municipalidade.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "H"

11.1. O processo licitatório ocorrerá na modalidade CONCORRÊNCIA, forma ELETRÔNICA, tipo avaliação **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.**

12. DOS PREÇOS E ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "I"

12.1. As quantidades estimadas de contratação e valores constam na Planilha Orçamentária e pasta técnica.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "J"

13.1. Os pagamentos decorrentes do objeto deste termo correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

b) 05.03.15.451.0007.1.003.000.4.4.90.51.00

14. PRAZO DE ENTREGA

14.1. A Obra deverá ser concluída nos termos do Cronograma Físico-Financeiro.

15. PENALIDADES

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

15.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas

jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

e) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

f) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

g) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

15.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

15.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.3. As aplicações de quaisquer das sanções previstas não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

f) A natureza e a gravidade da infração cometida;

g) As peculiaridades do caso concreto;

h) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

i) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

j) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

17. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "F"

17.1. O gerenciamento das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberá às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7° da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

17.1.1. Fica designado como gestor deste contrato:

a) Sr. WALDIR ANTONIO TODESCATTO, Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, CPF/MF 906.363.509-59;

17.1.2. Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

a) JEAN CARLOS DE LIMA, Engenheiro Civil, CPF N° 088.693.709-41, fiscal titular

b) CAMILA CRISTINA THEISEN, Chefe da Divisão de Contratos e Convênios, CPF N° 108.348.229-70, fiscal suplente.

17.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

17.2. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

17.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

17.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

17.5. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

17.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA N° XX/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 41/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° XX/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA, EM REGIME DE EXECUÇÃO **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** E A EMPRESA **XXXX.**

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n° 78.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, **Sr. GERSO FRANCISCO GUSSO**, brasileiro, casado, odontólogo, inscrito no CPF/MF N° 409.886.600-59 e portador da Carteira de Identidade N° 902.308.139-2 SSP/RS, residente e domiciliado nesta cidade de Três Barras do Paraná/PR, doravante designado **CONTRATANTE,** de um lado e, de outro, a empresa **XXXX**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida **XXXX**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o N° **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, neste ato representada por seu representante legal, ao fim assinado, **XXXX,** qualificação completa, profissão, inscrito no CPF N° XXX.XXX.XXX-XX e RG N° X.XXX.XXX-XX SSP/PR, residente e domiciliado a endereço completo, doravante designada **CONTRATADA;**

Estando às partes sujeitas as normas da **Lei Federal N° 14.133/2021,** suas alterações e demais legislações aplicáveis subsequentes, AJUSTAM o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA,** em decorrência da **Licitação Modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° XX/2024**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO E FUNDAMENTO LEGAL - *ARTIGO 92, INCISO I E II*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82M A KM 194+137M**, de acordo com projetos de engenharia, memoriais

descritivos e condições estabelecidas no Termo de Convênio firma com a Itaipu Binacional e no Edital de **Concorrência Eletrônica N° XX/2024.**

PARÁGRAFO ÚNICO – Integram e complementam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando e vinculando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de **CONCORRÊNCIA N° XX/2024,** juntamente com seus anexos, projetos, memoriais, cronograma, planilhas, Termo de Referência, Edital de Concorrência e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL - *ARTIGO 92, INCISOS IV, VII E XVIII*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O regime de execução do presente contrato dar-se-á em **REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA, EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, recaindo sobre a CONTRATADA a responsabilidade pela execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O **PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL** terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato nos Diários Oficiais, nos termos do parágrafo 1° do Artigo 54 da Lei N° 14.133/2021, e terá duração de **12 (doze) meses,** nos termos do Artigo 105 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

PARÁGRAFO QUARTO - Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Artigo 183 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - O **PRAZO MÁXIMO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** será de **150 (cento e cinquenta) dias,** contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

PARÁGRAFO SEXTO - A Ordem de serviço será emitida em até 10 (dez) dias após a publicação do Extrato do Contrato, salvo prorrogação justificada pelo Departamento de Engenharia.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR - *ARTIGO 92, INCISO V*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor global para a execução dos serviços é de **R$ XXXX (XXXX)**, daqui por diante denominado VALOR CONTRATUAL. Os custos estão previstos em planilhas constando no processo acima citado e arquivada no mesmo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Pelos serviços prestados a CONTRATADA receberá o valor total de **R$ XXX.XXX,XX (XXXX)**, sendo que:

a) Será retido ao INSS 11% (onze por cento). A alíquota será calculada conforme legislação vigente.

b) Na primeira medição será liberada mediante apresentação de ART/RRT de execução da obra, devidamente recolhida e quitada.

c) Os pagamentos serão liberados mediante apresentação das notas fiscais acompanhadas das medições e dos seguintes documentos:

***1** – Relação dos funcionários da obra;*

***2** – GPS por matrícula;*

***3** – FGTS;*

***4** – GEFIP ou SEFIP.*

d) Para liberação dos pagamentos será exigido do contratado a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

e) Para liberação da última parcela será obrigatória a apresentação do Certificado de Conclusão de Obra.

f) Os pagamentos serão efetuados preferencialmente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, na forma de avisos de crédito, ordens bancárias ou transferências eletrônicas, disponibilizados pelas Instituições Financeiras, em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor, devendo este ser obrigatoriamente o fornecedor contratado (IN nº 89/2013 – TCE/PR).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento será, após fiscalização das medições, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica

(ART), devidamente recolhida e quitada. Será retido ao INSS 11% (onze por cento), sobre o valor correspondente a mão de obra. **A alíquota será calculada conforme legislação vigente.**

PARÁGRAFO TERCEIRO - Não gerarão direito a reajustes e atualizações monetárias os serviços que forem entregues com atrasos imputáveis à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - RECURSO ORÇAMENTÁRIO - *ARTIGO 92, INCISO VIII*

PARÁGRAFO PRIMEIRO As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta das seguintes dotações orçamentárias:

a) 05.03.15.451.0007.1.003.000.4.4.90.51.00

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE - *ARTIGO 92, INCISO V DA LEI N° 14.133/2021*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais, elaboradas com base na **Tabela SINAPI com data base de 09/2023.**

PARÁGRAFO TERCEIRO - Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA/IBGE** do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do parágrafo 7°, do Artigo 25 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO OITAVO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO NONO - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO - *ARTIGO 92, INCISO XII*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do Artigo 96 da Lei N° 14.133/2021, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia, títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

PARÁGRAFO QUARTO - A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora

PARÁGRAFO SEXTO - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente

PARÁGRAFO OITAVO - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central

do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do Artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO NONO - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do Artigo 20 da Circular Susep N° 662/2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL - *ARTIGO 92, INCISO XIX*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- ***a)*** *Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;*
- ***b)*** *Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Artigo 137 da Lei N° 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os Artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO QUINTO - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme Artigo 131, caput, da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do Artigo 14, inciso IV, da Lei N° 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - *ARTIGO 92, INCISOS X, XI E XIV*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - São obrigações do Contratante:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

c) Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

d) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

f) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o Artigo 143 da Lei N° 14.133/2021;

g) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

h) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

j) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

k) Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do Artigo 93, parágrafo 2° da Lei N° 14.133/2021.

l) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

m) Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

n) Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

o) Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

p) Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO - *ARTIGO 92, INCISO XIV, XVI E XVII*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

b) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (Artigo 137, inciso II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

c) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei N° 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

f) Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

g) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do Artigo 48, parágrafo único da Lei N° 14.133/2021.

h) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

i) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

j) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

k) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

l) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

m) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

n) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação disposta no Artigo 116 da Lei N° 14.133/2021.

o) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, Artigo 116, parágrafo único da Lei N° 14.133/2021

p) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

q) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Artigo 124, inciso II, alínea "d" da Lei N° 14.133/2021;

r) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

s) Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

t) Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

u) Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

v) Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

w) Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

x) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

y) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

z) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

aa) Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidros-sanitárias, elétricas e de comunicação.

bb) Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

cc) Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

dd) Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

ee) Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

ff) Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

PARÁGRAFO QUARTO - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

PARÁGRAFO QUINTO - Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

PARÁGRAFO SEXTO - Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - *ARTIGO 92, INCISO XIV*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da Lei N° 14.133/2021 o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no Artigo 5° da Lei N° 12.846/2013 - A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As sanções previstas no Parágrafo Segundo poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme dispõe o Artigo 156, parágrafo 9° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, nos termos do Artigo 156, parágrafo 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme Artigo 157 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor,

a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme Artigo 156, parágrafo 8° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO OITAVO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do Artigo 158 da Lei N° 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO NONO - Na aplicação das sanções serão considerados as disposições do Artigo 156, parágrafo 1° da Lei N° 14.133/2021, sendo:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para o Contratante;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei N° 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei N° 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida, em seu Artigo 159.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do Artigo 160 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Artigo 163 da Lei N° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O gerenciamento e a fiscalização das contratações decorrentes deste processo licitatório caberá a Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, que

determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica designado como gestor deste contrato:

a) Sr. WALDIR ANTONIO TODESCATTO, Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, CPF/MF 906.363.509-59;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) JEAN CARLOS DE LIMA, Engenheiro Civil, CPF nº 088.693.709-41, fiscal titular.

b) CAMILA CRISTINA THEISEN, Departamento de Engenharia, CPF nº 108.348.229-70, fiscal suplente.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal titular será responsável pela fiscalização da obra realizada. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

PARÁGRAFO QUINTO - Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução do objeto disposto no presente processo licitatório, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela fornecedora, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO OITAVO - O fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

PARÁGRAFO NONO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Artigos 124 e seguintes da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do Artigo 132 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Artigo 136 da Lei N° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS - *ARTIGO 92, INCISO III*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei N° 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor e, normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO - *ARTIGO 92, PARÁGRAFO 1°*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica eleito o foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato e, possíveis os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme Artigo 92, parágrafo 1° da Lei N° 14.133/2021.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Três Barras do Paraná, XX de XXXX de 2024.

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

EMPRESA XXXX
NOME REPRESENTANTE LEGAL
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

_____ _____

Nome: Nome:
CPF CPF

PROCURADORIA JURÍDICA

Objeto: PARECER INICIAL

Repartição: Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos

A espécie: Concorrência Eletrônica nº 041/2024.

Objeto da Contratação: Contratação de empresa para executar obra de Pista de Caminhada em acesso ao Cemitério Municipal na PR-471 KM 193+82m a KM 194+137m.

Prazo: 12 (doze) meses podendo ser prorrogado

Atendendo ao solicitado no memorando do sr. Prefeito Municipal, datado de 02/05/2024, segue a manifestação desta Assessoria sobre a necessidade de elaboração de procedimento licitatório para fins de ser aferida a regularidade dos atos praticados para a realização da Licitação na modalidade Concorrência Pública, que tem como objeto a Contratação de empresa para executar obra de Pista de Caminhada em acesso ao Cemitério Municipal na PR-471 KM 193+82m a KM 194+137m.

Para instruir os autos, foi acostado ao presente pedido, além de outros, os seguintes documentos:

a) Documento de Formalização de Demanda;
b) Memorial Descritivo;
c) QCI - Quadro de Composição de Investimentos;
d) ART;
e) Projetos Técnicos e Executivos;
f) Cronograma-Físico Financeiro
g) Planilha Orçamentária
h) BDI;
i) Estudo Técnico Preliminar
j) Termo de Referência
k) Minuta do Edital de Concorrência Eletrônica.

Contém ainda, a comprovação de dotação orçamentária específica e autorização da autoridade administrativa, além das respectivas minutas a serem analisadas.

O preço estabelecido para os serviços supra identificados, indicados pela Administração Pública é na ordem de R$ 556.550,93 (quinhentos e cinquenta e seis mil quinhentos e cinquenta reais e noventa e três centavos).

Conveniente esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é pautado na documentação exibida, abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação em si. Nada obstante, recomenda-se que a área responsável atente sempre para o princípio da impessoalidade, que deve nortear as compras e contratações realizadas pela Administração Pública.

Ressalta-se, ainda, que a análise em comento toma por base os documentos e informações constantes dos autos, haja vista a presunção de veracidade e legitimidade dos atos administrativos prestados pelos agentes públicos consignatários.

É o relatório, passa-se ao parecer.

Para a adoção da modalidade Concorrência, conforme o art. 6° XXXVIII da Lei n° 14.133/2021, o objeto a ser licitado deve ser utilizado para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: a) menor preço; b) melhor técnica ou conteúdo artístico; c) técnica e preço; d) maior retorno econômico; e) maior desconto.

Sendo adotado no presente processo o critério de julgamento pelo menor preço global.

Colacionada nos autos a documentação referente a pesquisa de preços realizada, confeccionado pelo Departamento de Engenharia, atendendo ao Artigo 23, parágrafo 2°, inciso I, da Lei n° 14.133/2021 - (Tabela Sinapi).

O Estudo Técnico Preliminar - ETP da contratação contém, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido, atendendo aos requisitos do Artigo 18 da Lei n° 14.133/2021.

O Termo de Referência atende de maneira suficiente aos requisitos legais, nos termos do Artigo 6°, inciso XXIII da Lei n° 14.133/2021, fornecendo subsídios claros aos possíveis interessados em participar do certame licitatório.

Tendo em conta a ausência de dados desarrazoáveis, nos limites dos conhecimentos deste órgão consultivo, é oportuno registrar que a descrição técnica dos itens que compõem o objeto da presente contratação é de responsabilidade exclusiva do(s) subscritor(es) do documento; por se tratar de obra, tal é do Departamento de Engenharia.

Atendo-se às peculiaridades do objeto da presente contratação, vislumbra-se que o termo de referência prevê o prazo e as condições contratuais, havendo regras claras para os licitantes. O prazo de vigência e execução do contrato, previsto no termo de referência, está de acordo com as disposições legais. Também se previu regras específicas para o recebimento do objeto da contratação.

Quanto à fiscalização da contratação, evidenciada a relação de Gestor e Fiscais da contratação, devendo ser dado conhecimento deste à eles.

A justificativa constante no termo de referência, memorial descritivo e demais documentos que compõe a pasta técnica são suficientes para demonstrar a necessidade da contratação.

Considerando-se que o presente certame adotou o formato eletrônico e tendo em vista que a regra é justamente essa, não há outras considerações a serem apontadas nesta rubrica.

A documentação exigida na minuta do Edital está adequada ao objeto da contratação. Além disso, vislumbra-se que há a exigência de qualificação técnica-profissional, sendo exigido o Registro da licitante junto ao Conselho competente, Atestado de Capacidade Técnica, Indicação de Responsável Técnico vinculado à licitante com seus respectivos registros no Conselho e Acervo Técnico Profissional, nos termos do artigo 67, da NLLC.

Deve-se ressaltar que os autos contêm toda a documentação necessária para o procedimento. Assim, em atenção ao comando legal que determina a verificação de existência de recursos financeiros previamente à realização da contratação, consta nos autos que há previsão de crédito orçamentário para suportar tal despesa, conforme indicação nos autos, sob página nº 000065.

No mais, verifica-se que foram preenchidos os requisitos essenciais determinados pela Lei nº 14.133/2021.

Percebe-se adequada a minuta do contrato anexa ao edital, sendo que prevê as cláusulas essenciais dispostas no Art. 92 da Lei 14.133/21.

Por fim, assim entender Vossa Senhoria o Prefeito Municipal, para apreciação e autorização, ou não, nos termos da Lei nº 14.133/2021, acerca de todo o aqui referido, e entendendo necessário, remeta-se à Controladoria Interna para análise.

S.M.J.. É o parecer.

Três Barras do Paraná, 08 de maio de 2024.

Marcos Antonio Fernandes
OAB/PR 21.238

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 08 de maio de 2024.

De: **Gabinete do Prefeito Municipal**
Para: **Departamento de Licitações**

Considerando as informações e os pareceres contidos no presente processo, AUTORIZO o PROCESSO LICITATÓRIO, na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, nos termos da Lei N° 14.133/2021.

Solicito ainda, após autuação, que promova as formalidades necessárias à contratação, incluindo todas as publicidades dos atos conforme exigências da legislação vigente.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

DECRETO nº 5733/2024
DATA: 14/03/2024

PUBLICADO EM:
15/03/2024
Jornal AMP
Página 366
Edição 2982
Ass. Responsável

SÚMULA: Estende a competência da Comissão de Contratação, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná, nomeada pelo Decreto nº 5634/2024, de 09/01/2024, para a modalidade de Concorrência Pública, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estendida a competência da Comissão de Contratação, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná, nomeada pelo Decreto nº 5634/2024, de 09/01/2024, para a modalidade de Concorrência Pública.

Art. 2º. A Comissão de Contratação, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná, na modalidade de Concorrência Pública, será composta dos seguintes agentes públicos:
I-Vanessa Macagnan Acunha Oenning CPF 068.960.809-81;
II – Karine Fernanda Skorupa CPF nº 089.025.909-76;
III – Carlos Sniezko CPF nº 925.836.289-68;
IV – Miria Kuhnen Mencatto CFP nº 076.456,549-45 (suplente);
V – Luana Cistina Reffatti CPF 826.090.809-30 (suplente).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 14 de março de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

TERMO DE INDICAÇÃO E CIÊNCIA DE FISCAL DE CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Eu, GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, indico os servidores abaixo relacionados, para acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato/Ata de Registro de Preços disposto do Procedimento Licitatório com o objetivo de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMIHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82 A KM 194+137M**, resultantes do Processo Administrativo N° 41/2024.

FISCAL TITULAR: JEAN CARLOS DE LIMA, Engenheiro Civil, CPF N° 088.693.709-41, fiscal titular.

FISCAL SUPLENTE: CAMILA CRISTINA THEISEN, Chefe da Divisão de Contratos e Convênios, CPF N° 108.348.229-70, fiscal suplente.

Ficam cientes os fiscais designados para zelar pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Lei N° 14133/2021, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) Recusar os serviços/produtos executados/entregues em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

Na ausência do fiscal titular designado, fica o suplente responsável pela condução das atividades descritas neste termo.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

JEAN CARLOS DE LIMA
Fiscal Titular

CAMILA CRISTINA THEISEN
Fiscal suplente

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

GOVERNO MUNICIPAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 05/2024

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 556.550,93 (quinhentos e cinquenta e seis mil quinhentos e cinquenta reais e noventa e três centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 28/05/2024 – 09:00 horas

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

EXCLUSIVIDADE ME/EPP: NÃO

REGIONALIDADE: NÃO

NOS TERMOS DA LEI N° 14.133/2021 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 05/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 41/2024

TIPO DE AVALIAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o n° 78.121.936/0001-68, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Complementar Municipal 003/2023 de 21 de agosto de 2023, Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores, realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, forma **ELETRÔNICA**, tipo avaliação **MENOR PREÇO**, empreitada por preço **GLOBAL**, objetivando a proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m.**

1.2. O recebimento das propostas será até às **08h00m DO DIA 28 DE MAIO DE 2024.**

1.3. A abertura e julgamento das propostas terá início às **08h01m até as 08h59m DO DIA 28 DE MAIO DE 2024.**

1.4. A sessão de disputa dos preços terá início às **09h00m DO DIA 28 DE MAIO DE 2024.**

1.5. O local para realização dos atos relativos a esta licitação será o Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".

1.6. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF.

1.6.1. O licitante interessado deverá observar as datas e horários limites previstos nos itens 1.2 1.3 e 1.4 deste Edital.

1.7. Se no dia supracitado não houver expediente, ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, a mesma ocorrerá no primeiro dia útil subsequente em que houver expediente no Município de Três Barras do Paraná, no mesmo local e horários, ou em outro a ser definido pelo pregoeiro e devidamente informado aos interessados.

1.8. A Concorrência Eletrônica será realizada em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Concorrência Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil. A utilização do sistema de Concorrência Eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil está consubstanciada no § 2º do Artigo 17º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m**, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A execução da obra deverá atender rigorosamente a quantidade e exigências técnicas constantes na Pasta Técnica.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da (s) dotação (ões) orçamentária (s):

a) 05.03.15.451.0007.1.003.000.4.4.90.51.00

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

a) Lei Federal N° 14.133 de 01 de abril de 2021;

b) Lei Complementar N° 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;

c) Decretos Municipais N° 5478 e 5479 de 30 de agosto de 2023;

d) Decretos Municipais N° 5302, 5303, 5304, 5305, 5306, 5307, 5308 e 5309 de 27 de março de 2023.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. A participação na Concorrência Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

5.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Três Barras do Paraná por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acessou, ainda que por terceiros.

5.4. Poderão participar desta Concorrência interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

5.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei N° 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar N° 123/2006 e no artigo 4° da Lei N° 14.133/2021.

5.6. É vedada a participação de:

5.6.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

5.6.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.6.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

5.6.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

5.6.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.6.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.6.6. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.6.7. Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Três Barras do Paraná;

5.6.8. Empresas com falência decretadas ou concordatárias;

5.6.9. Empresas estrangeiras que não funcionem no país;

5.6.10. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal ou ocupante de cargo de confiança no Município de Três Barras do Paraná/PR;

5.6.11. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

5.6.12. Que se enquadrem nas vedações abaixo, previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021:

5.6.12.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou

afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF N° 13, art. 5°, inciso V, da Lei N° 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2°, inciso III, do Decreto N° 7.203, de 04 de junho de 2010).

5.6.12.2. É proibida a participação de empresa que já esteja contratada para serviços de assistência a fiscalização e gerenciamento de obras do Município, se o objeto da presente licitação estiver entre os contratos a serem fiscalizados ou gerenciados

5.7. Como requisito para a participação na licitação, a licitante deverá manifestar, através de declarações, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital e que a empresa está enquadrada no regime de microempresa (ME) e/ou empresa de pequeno porte (EPP).

5.8. Ressalta-se que o não cumprimento desta etapa acarretará a desclassificação da licitante.

6. ELEMENTOS INSTRUTORES

6.1. O caderno de Instruções para esta licitação está disponível aos interessados no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná, sito à AVENIDA BRASIL, 245, CENTRO, TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR, no horário de expediente, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30.

6.2. Os interessados no certame também poderão ter acesso ao Edital através do Portal de Transparência localizado no site do Município de Três Barras do Paraná/PR, ou seja, www.tresbarras.pr.gov.br, ou www.bll.org.br.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

7.2. Para poder participar do certame e usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual (quando for o caso permitido pra MEI), deverão identificar o seu enquadramento, informando em campo próprio do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema.

7.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além de apresentar declaração de enquadramento e certidão simplificada emitida pela Junta Comercial para fins de habilitação, deverá quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito aos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006.

7.3. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

7.3.1. A participação do licitante na Concorrência Eletrônica se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL-Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento as exigências de habilitação previstas no Edital.

7.3.2. O acesso do operador ao Concorrência Eletrônica, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de sena privativa.

7.3.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizados em qualquer Concorrência Eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

7.3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL-Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.3.5. O credenciamento do fornecedor e seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Concorrência Eletrônica.

7.3.6. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecido através de empresa associada ou da Bolsa de Licitações do Brasil, por contato pelo telefone (41) 3097-4600 ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

8.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Artigo 43, parágrafo 1° da LC N° 123/2006.

8.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

8.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

9.1.1. Caso a marca possa identificar a proposta, este campo pode ser preenchido com informações tais como: "a definir" ou "não se aplica", para que a proponente não seja desclassificada.

9.2. Para aquisição/contratação de obras ou serviços de engenharia, a Proposta de Preços anexada com os demais documentos exigidos no edital deverá conter:

9.2.1. Proposta endereçada ao Município de Três Barras do Paraná em papel timbrado da empresa contendo a razão social, CNPJ, endereço completo, CEP, telefone e e-mail do Licitante, bem como o número da conta corrente, número do banco, número e nome da agência pela qual ocorrerá o crédito dos pagamentos a serem efetuados na hipótese de sagrar-se vencedor desta Licitação, conforme modelo do Anexo I, relacionando ainda os seguintes itens:

a) Preço global em valor numérico e por extenso;

b) Prazo de validade da Proposta (mínimo de 60 dias);

c) Planilha Orçamentária (com BDI) e Cronograma físico financeiro

d) Planilha de Composição Unitária

9.2.1.1. TODAS AS PLANILHAS QUE COMPÕEM A PROPOSTA DE PREÇOS DEVERÃO ESTAR ASSINADAS PELO ENGENHEIRO DA EMPRESA CONTENDO: NOME COMPLETO DO ENGENHEIRO/QUALIFICAÇÃO.

9.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.5. Nos preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização dos órgãos de controle interno e externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: (i) assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou (ii) condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que:

a) Contiverem vícios insanáveis;

b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.3. A Administração Municipal poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

10.4. Também será desclassificada a proposta que possa ser identificada.

10.4.1. Qualquer forma de identificação da proponente, tais como: marcas, cabeçalhos e rodapés, CNPJ, timbre, logotipos, entre outros, será motivo de desclassificação da proposta.

10.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.5.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

10.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor **GLOBAL**.

10.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

10.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser livre, cabendo aos licitantes à responsabilidade da sua oferta apresentada.

10.13. Será adotado para o envio de lances na Concorrência o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.14. Fica previsto o intervalo mínimo de diferença de valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, podendo ser alterado pelo agente de contratação ou comissão de contratação.

10.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 02 (dois) minutos.

10.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor de menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.18. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL** conforme definido neste Edital e seus anexos.

10.. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

10.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.25.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.25.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado, que no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

10.26. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10.27. Entende-se por empate, nos termos da LC 123/06, aquelas situações em que as propostas ou lances apresentados pelas ME e EPP sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta ou lance melhor classificado durante a etapa de lances.

10.28. NA OCORRÊNCIA DE EMPATE, PROCEDER-SE-Á DA SEGUINTE FORMA:

10.28.1. A ME ou EPP melhor classificada no intervalo percentual de até 10% (dez por cento), definido nos termos deste subitem, será convocada automaticamente pelo sistema eletrônico para, desejando, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão. É de responsabilidade da licitante a sua conexão com o sistema eletrônico durante o prazo acima referido para o exercício do direito sob comento. Apresentada a proposta nas condições acima referidas, será analisada sua documentação de habilitação;

10.28.2. Não sendo declarada vencedora a ME ou EPP, na forma da alínea anterior, serão convocadas automaticamente pelo sistema eletrônico as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem **"10.27."** , na ordem classificatória, com vistas ao exercício do mesmo direito;

10.28.3. No caso de equivalência dos valores apresentados por ME ou EPP que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem **"10.27."**, será realizado sorteio eletrônico entre as mesmas, pelo próprio sistema, definindo e convocando automaticamente a vencedora para, caso queira, encaminhar uma melhor proposta.

10.28.4. Na hipótese da não contratação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, após a negociação do preço ofertado para que seja obtido preço melhor.

10.28.5. Após o encerramento da etapa de lances, o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital;

10.28.6. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.28.7. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.28.8. É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas nas leis pertinentes.

11. DA ANÁLISE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação e ou comissão de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

11.2. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada aquela que:

11.3. Contenha vícios insanáveis;

11.4. Não obedeça às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;

11.5. Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;

11.6. Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública;

11.7. Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

11.8. O Agente de Contratação ou comissão de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta mais bem classificada ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada.

11.9. No caso de obras e serviços de engenharia, **SERÃO CONSIDERADAS INEXEQUÍVEIS AS PROPOSTAS CUJOS VALORES FOREM INFERIORES A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DO VALOR ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO**, conforme disposto no Artigo 59, parágrafo 4° da Lei 14.133/2021.

11.10. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme disposto no art. 59 §5º da Lei 14.133/2021.

11.11. A Administração conferirá ao Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários relevantes.

11.12. Na hipótese acima, o Licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições do valor global.

11.13. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

11.14. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.15. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.16. O Agente de Contratação ou comissão de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.17. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação ou comissão de contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita.

11.18. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação ou comissão de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.19. Havendo necessidade, o Agente de Contratação ou comissão de contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.20. Após o julgamento das propostas, o licitante arrematante será convocado para reelaborar e apresentar ao Agente de Contratação ou comissão de contratação, por meio eletrônico pela aba "documentos complementares", **a PROPOSTA DE PREÇOS adequada ao seu último lance, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, juntamente com as planilhas indicando os quantitativos e custos unitários, o Cronograma Físico-Financeiro e Critérios de Pagamentos, bem como o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), no que couber. Planilha está fornecida pelo município a qual faz parte da pasta técnica integrante do edital, disponibilizada no Portal Transparência do Município.**

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) *(http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx).*

12.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.

12.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condições de participação.

12.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

12.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for filiar, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.5. Ressalvado o benefício concedido nos termos do artigo 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.6. A Habilitação Jurídica será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:

12.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.6.2. Os documentos de habilitação jurídica deverão ser acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

12.6.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

12.6.5. No caso de sociedade simples: inscrição de ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

12.6.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764/1971.

12.6.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

12.7. A Regularidade Fiscal e Trabalhista será demonstrada pela apresentação dos documentos abaixo:

12.7.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.7.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

12.7.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

12.7.4. Prova de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei 12.440/2011;

12.7.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

12.7.6. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.

12.8. A Qualificação Econômico-Financeira exigirá a apresentação do seguinte documento:

12.8.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento.

12.9. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL exigirá a apresentação dos seguintes documentos, nos termos do Artigo 67 da Lei N° 14.133/2021:

12.9.1. Certificado de Registro da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou equivalente, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede. As proponentes que forem sediadas em outra jurisdição e, consequentemente, inscritos no CREA/CAU de origem, deverão apresentar, obrigatoriamente, visto junto ao CREA/CAU do Estado do Paraná, por força do disposto na Lei N° 5.194 de 24 de dezembro de 1.966, em consonância com a Resolução N° 413 de 27 de junho de 1997, do CONFEA.

12.9.2. Comprovação de possuir em nome da proponente, Atestado ou Declaração, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de execução de no mínimo uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional, em quantitativos iguais ou superiores, conforme definido a seguir:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE MÍNIMA
PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ	500 M^2

12.9.2.1. Entende-se como obra semelhante a que apresenta complexidade

tecnológica e operacional aos serviços previstos no objeto deste Edital, ou seja, execução de Pavimentação em CBUQ;

12.9.3. Indicação do responsável técnico pelos serviços, através de declaração assinada pela licitante.

12.9.4. Comprovante de vínculo entre a empresa licitante e o responsável Técnico indicado, mediante cópia do registro em carteira de trabalho ou cópia da ficha de registro de empregados da empresa ou Contrato de Trabalho. Caso o responsável Técnico pelos serviços, seja dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação deverá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou cópia do contrato social;

12.9.5. Certificado de Registro de Pessoa Física, do responsável técnico indicado pela licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou outro equivalente, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede;

12.9.6. Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT do responsável técnico indicado, emitido pelo CREA/CAU, referente à execução de atividade pertinente e compatível, de semelhante complexidade tecnológica operacional, com o objeto desta licitação, **comprovação de Pavimentação em CBUQ de no mínimo 500,00 m²**.

12.10. DEVERÁ AINDA, APRESENTAR AS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

12.10.1. Deverão ser apresentados **ANEXO I - Carta Proposta, juntamente com a "Planilha Orçamentária", "Cronograma" e "Planilha de Composição do BDI".**

12.10.2. ANEXO II - Declaração de Responsabilidade Técnica.

12.10.3. ANEXO III - Modelo De Declaração Tratamento Diferenciado Lei 123/2006.

12.10.4. ANEXO IV - Modelo De Declaração Formal De Visita/Dispensa De Visita Técnica.

12.10.5. ANEXO V - Declaração De Cumprimento Dos Requisitos De Habilitação.

12.10.6. ANEXO VI - Declaração De Não Utilização De Trabalho De Menor.

12.10.7. ANEXO VII - Declaração De Inexistência De Fato Impeditivo Para Licitar.

12.10. DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

12.10.1. As Microempresas, Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição.

12.10.2. Será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as ME ou EPP.

12.10.3. Considerar-se-á empate quando as propostas apresentadas por microempresa, empresas de pequeno porte ou empresa individual de responsabilidade limitada sejam iguais ou até 10% (dez por cento) inferiores à proposta de maior preço classificada, desde que esta não tenha sido apresentada por outra ME ou EPP.

12.10.4. Ocorrendo o empate acima descrito, a ME ou EPP melhor classificada poderá apresentar nova proposta de preço inferior à menor proposta classificada, na própria sessão se presente o representante com poder para ofertar nova proposta ou no prazo de 24 horas se não estiver presente. Uma vez apresentada nova proposta em valor inferior será considerada vencedora do certame e adjudicado o objeto em seu favor.

12.10.5. No caso de ME ou EPP ser declarada vencedora do certame e havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, ser-lhe-á concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do licitador, para a regularização da restrição e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa.

12.10.6. Após a entrega das certidões e análise quanto à regularidade fiscal e trabalhista da proponente, a Comissão de contratação decidirá quanto à habilitação final da mesma, que será comunicada às proponentes por meio dos meios usuais de comunicação (edital, e-mail e publicação na imprensa oficial).

12.10.7. Caso a proponente vencedora não apresente os documentos exigidos neste item, ou não ocorrendo a contratação ou a apresentação de nova proposta de preços pela ME ou EPP melhor classificada, serão convocadas as ME, EPP remanescentes que se enquadrem nesta hipótese, segundo a ordem de classificação.

12.10.8. Na hipótese de não contratação de ME ou EPP, nos termos dos itens anteriores, o objeto será adjudicado em favor da proposta de menor preço originalmente vencedora do certame.

12.10.9. Havendo a necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.10.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

12.10.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

13. DA MANIFESTAÇÃO DOS RECURSOS DO PROCESSO

13.1. Após declarar o vencedor, será concedido o prazo de 15 (quinze) minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual decisão pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.3. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Divisão de Licitações e Contratos e no Portal Transparência, da Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, sito à Avenida Brasil, N° 245, Centro, Três Barras do Paraná.

13.4. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. Os documentos comprobatórios do representante legal (que comprovam os poderes legais) deverão ser enviados juntamente com o recurso.

13.5. Ao final da sessão, divulgada a decisão do Agente de Contratação ou Comissão de Contratação, em face do ato de julgamento das propostas ou ato de habilitação ou inabilitação de licitante, se dela discordar, caberá recurso, em conformidade com o que dispõe o Artigo 165, inciso I da Lei N° 14.133/2021, devendo a licitante **manifestar motivadamente** em campo próprio do sistema da BLL sua intenção de recorrer, explicitando sucintamente suas razões.

13.6. Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Contratação ou Comissão de Contratação, verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.7. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Agente de Contratação à vencedora.

13.8. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS PARA APRESENTAR AS RAZÕES, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, **apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (TRÊS) DIAS**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.9. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Caso o Agente de Contratação ou a Comissão de Licitação não reconsidere o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme disposto no Artigo 165, parágrafo 2° da Lei N° 14.133/2021.

13.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.12. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.13. Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

13.14. Os prazos previstos iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do Município de Umuarama.

14. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no praz de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos (limitada a 2 (duas) casas decimais após a vírgula) e o valor global em algarismos e por extenso (Artigo 12° da Lei N° 14.133/2021).

14.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve a anulação de atos anteriores a realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do Artigo 43, parágrafo 1°, da Lei Complementar N° 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico "chat", e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Finalizada a fase recursal e definido o resultado de julgamento o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação fará a adjudicação do objeto do presente certame à Licitante vencedora.

16.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Agente de Contratação ou Comissão de Licitação, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

16.3. Será facultado à Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.4. Na hipótese de nenhum dos Licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem acima, a Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná poderá convocar os Licitantes remanescentes, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o Termo de Contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei N° 14.133/2021.

17.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração Municipal.

17.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.2.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do Item *"17.2."*, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou em retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

17.4.1. A regra estabelecida no Item ***"17.4."*** não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados.

17.5. A execução do Contrato, bem como os casos nela omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do TITULO III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – da Lei Federal 14.133/2021.

17.6. Se, durante a vigência do Contrato, houver inexecução contratual por parte do vencedor da licitação por qualquer motivo, dando ensejo ao cancelamento do Contrato, a Administração poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para assinar Contrato.

17.7. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no Artigo 137, incisos I ao IX da Lei N° 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no mesmo diploma legal.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. O licitante vencedor deverá executar a obra, objeto desta licitação nos termos do Cronograma Físico-Financeiro.

18.2. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade da obra com as exigências contratuais;

18.1.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

18.1.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

18.1.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

18.3. O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

19. PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado em moeda brasileira corrente, **em até 30 (trinta) dias,** após a apresentação correta da fatura dos serviços executados e documentos pertinentes, desde que atendidas às condições para liberação das parcelas.

19.2. A fiscalização procederá mensalmente, a contar da formalização do contrato de empreitada, à medição mensal baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico-financeiro, para que se permita a elaboração do processo de faturamento.

19.3. O faturamento de cada parcela mensal deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

a) Nota Fiscal com discriminação resumida dos serviços executados, especificando em separados cada obra, período de execução da etapa, número da licitação e termo de contrato de empreitada, observação referente a retenção do INSS e outros dados que julgar convenientes, na apresente rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo licitador.

b) Fatura com discriminação resumida dos serviços executados, especificando em separados cada obra, período de execução da etapa, número da licitação e do termo de contrato de empreitada e outros dados que julgar convenientes, na apresente rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo licitador.

c) Cópia da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do último recolhimento devido, devidamente quitada e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para cada obra.

19.4. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

19.4.1. Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA/IBGE** do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do parágrafo 7°, do Artigo 25 da Lei N° 14.133/2021.

20. DA CAUÇÃO CONTRATUAL

20.1. A licitante vencedora prestará **garantia ao Contrato, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor global**, nas modalidades definidas no Artigo 96, parágrafo 1°, da Lei N° 14.133/2021, que lhe será devolvida após o término da vigência contratual, mediante solicitação por escrito, descontado, se for o caso, o valor das multas por ventura aplicadas e ainda não pagas pela empresa licitante vencedora.

20.2. Caberá à licitante vencedora optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) **Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural**, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) **Seguro-Garantia** – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da SEMOB, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato;

c) **Fiança bancária** emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

20.3. Caso a Licitante opte pela prestação da garantia na modalidade prevista na alínea **"b"** do item **"20.2."**, deverá fazê-lo no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato. O comprovante de que a contratada prestou garantia nas demais modalidades deverão ser entregue ao Gestor e Fiscal do Contrato, em até 10 (dez) dias corridos, após a data de assinatura do contrato. A ordem de serviço só será emitida após a constituição da garantia.

20.4. A Prefeitura restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme Artigo 100 da Lei N° 14.133/2021, mediante requerimento.

20.5. Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com a Prefeitura, nos termos da legislação vigente.

20.6. Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá o Contratado apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

20.7. Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

20.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

21. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

21.1. São obrigações do Município de Três Barras do Paraná:

21.1.1. Permitir o acesso de funcionários do fornecedor às suas dependências, para a execução do objeto e a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

21.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

21.1.3. Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Concorrência Eletrônica;

21.1.4. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do (s) produto/serviço (s), desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

21.1.5. Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do fornecimento.

21.1.6. Solicitar a entrega do (s) material (is);

21.1.7. Verificação das quantidades e qualidade do (s) produto/serviço (s) entregues;

21.1.8. Fiscalizar a correta execução do cumprimento do objeto.

21.2. São obrigações do Fornecedor.

21.2.1. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;

21.2.2. Dispor da quantidade suficiente do material solicitado ao fornecimento, o qual deverá sujeitar-se à condição de depositário do (s) material (is) adquirido (s) até que totalmente requisitado (s), sem que nenhum ônus seja debitado ao Município pelo armazenamento;

21.2.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

21.2.4. Garantir a qualidade do (s) material (is), obrigando-se a repor aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

21.2.4.1. Substituir no prazo de 02 (dois) dias qualquer produto que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município de Três Barras do Paraná;

21.2.5. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

21.2.6. Entregar o (s) material (is) no prazo e formas ajustados;

21.2.7. Entregar o (s) material (is), conforme solicitação da Secretaria competente, do Município de Três Barras do Paraná.

21.2.8. Indicar o responsável por representá-la na execução do Contrato, assim como a (s) pessoa (s) que, na ausência do responsável, poderá (ao) substituí-lo (s);

21.2.9. Efetuar a entrega do produto dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Concorrência Eletrônica e em seus Anexos;

21.2.10. Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;

21.2.11. Ser responsável por danos causados diretamente ao Município de Três Barras do Paraná ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto;

21.2.12. Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município de Três Barras do Paraná, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do objeto.

21.2.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Três Barras do Paraná, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços;

21.2.14. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

21.3. Adicionalmente, o fornecedor deverá:

21.3.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Três Barras do Paraná.

21.3.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município de Três Barras do Paraná;

21.3.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e,

21.3.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Concorrência Eletrônica.

21.4. A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem 20.3, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município de Três Barras do Paraná, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Município de Três Barras do Paraná.

21.5. Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:

21.5.1. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município de Três Barras do Paraná, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato;

21.5.2. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município de Três Barras do Paraná.

21.5.3. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

22. PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

22.1. O **PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL** terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato nos Diários Oficiais, nos termos do parágrafo 1° do Artigo 54 da Lei N° 14.133/2021, e terá duração de **12 (doze) meses**, nos termos do Artigo 105 da Lei N° 14.133/2021.

22.1.1. O prazo de vigência da contratação é destinado ao período necessário para cumprimento das formalidades legais decorrentes.

22.2. A Ordem de serviço será emitida em até 10 (dez) dias após a publicação do Extrato do Contrato, salvo prorrogação justificada pelo Departamento de Engenharia.

22.3. Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Artigo 183 da Lei N° 14.133/2021.

22.4. Só se iniciam e vencem os prazos previstos neste instrumento em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná.

22.5. A critério da Administração, os objetos da presente licitação poderão sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o Artigo 125 da Lei Federal N° 14.133/21.

22.6. O **PRAZO MÁXIMO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** será de **150 (cento e cinquenta) dias,** contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

23. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

23.1. Os preços deverão ser fixos e irreajustáveis, pelo período mínimo de 01 ano a contar da data base da proposta;

23.2. Os preços referentes a mão de obra deverão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

I - A da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

II - Ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

23.3. Os preços referentes a materiais deverão ser reajustados conforme índice IPCA/IBGE, atualização da Tabela de referência SINAPI ou outro índice previsto em contrato.

23.4. A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

23.5. O pleito de reequilíbrio econômico-financeiro não será acolhido quando a parte interessada falhar em comprovar os requisitos previstos no caput desta Cláusula, em especial nas seguintes hipóteses:

a) A efetiva elevação dos encargos não resultar em onerosidade excessiva ou não restar comprovada e quantificada por memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada;

b) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio houver ocorrido em data anterior à sessão pública de disputa ou posterior à expiração da vigência do contrato;

c) Não for comprovado o nexo de causalidade entre o evento e a majoração dos encargos suportados pela parte interessada;

d) A parte interessada houver, direta ou indiretamente, contribuído para a majoração de seus próprios encargos, seja pela previsibilidade do evento, seja pela possibilidade de evitar a sua ocorrência;

e) A elevação dos encargos decorrer exclusivamente de variação inflacionária, hipótese já contemplada nos critérios de reajuste previstos neste instrumento;

f) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio constituir álea ordinária imputável à CONTRATADA, quando o pleito houver sido apresentado por esta.

23.6. O prazo para manifestação quanto aos pedidos de reajuste, reequilíbrio e repactuação será de 30 dias, a contar da data de protocolo do requerimento.

23.7. Caso faltem informações e a administração solicite complementação do pedido, o prazo irá reiniciar, a contar da data do novo protocolo com os documentos faltantes.

24. PREÇO MÁXIMO

24.1. O valor máximo estimado para esta licitação são os valores fixados na Planilha Orçamentária, sendo que o valor total do investimento soma a importância de R$ 556.550,93 (quinhentos e cinquenta e seis mil quinhentos e cinquenta reais e noventa e três centavos).

24.3. O preço unitário deve incluir, além do lucro, todas as despesas e custos de frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas, diretas ou indiretas, relacionadas.

25. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

25.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

25.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

25.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

25.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

25.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

25.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

25.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

25.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

25.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

25.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

25.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas

jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

25.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

25.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

25.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

25.2.3. A aplicação das sanções previstas no item "23.2." não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

25.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

25.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

25.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

25.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

25.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

26. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

26.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de impugnações e requerimentos de esclarecimentos sobre o ato convocatório da Concorrência e seus Anexos, desde que seja protocolado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

26.2. O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento, neste caso, de taxa para cobrir o custo de reprodução gráfica.

26.3. O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida ao Pregoeiro/Agente de Contratação, devidamente protocolado no Sistema BLL, dentro dos prazos previstos.

25.4. Os esclarecimentos e impugnações deverão ser prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento do requerimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do

Edital, passando eles a integrar, juntamente com o requerimento que lhes deu origem, os autos do processo.

26.5. As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital, resguardando-se o sigilo quanto à identificação da empresa consulente.

26.6. As respostas aos pedidos e esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão aos participantes e a Administração.

27. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

27.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

27.1.1. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

27.1.2. Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

27.1.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

28. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

28.1. O gerenciamento e a fiscalização das contratações decorrentes deste processo licitatório caberão a Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

28.1.1. Fica designado como gestor deste contrato:

a) Sr. WALDIR ANTONIO TODESCATTO, Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, CPF/MF 906.363.509-59

28.1.2. Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) JEAN CARLOS DE LIMA, Engenheiro Civil, CPF nº 088.693.709-41, fiscal titular;

b) CAMILA CRISTINA THEISEN, Departamento de Engenharia, CPF nº 108.348.229-70, fiscal suplente;

28.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização da obra realizada. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

28.2. Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução do objeto disposto no presente processo licitatório, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

28.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

28.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela fornecedora, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

28.5. O fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

28.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única,

integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

29. DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Três Barras do Paraná revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Município de Três Barras do Paraná poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

29.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

29.3. É facultado ao pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

29.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

29.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

29.6. As normas que disciplinam este Concorrência Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

29.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

29.8. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

29.9. Não cabe à Licitanet qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

29.10. O pregoeiro e equipe de apoio atenderá aos interessados no horário das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no Departamento de Licitações, sito a Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, para maiores esclarecimentos.

29.11. Os usuários dos sistemas de que trata o §2º do artigo 5º do Decreto Federal nº 10.024/2019, poderão utilizar o SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores para fins habilitatórios.

29.12. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Agente de Contratação, nos termos da legislação pertinente em vigência.

30. DO FORO

28.1. Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca da cidade de Catanduvas/PR, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

31. ANEXOS DO EDITAL

31.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

a) **ANEXO I** - Carta Proposta;
b) **ANEXO II** - Declaração de Responsabilidade Técnica;
c) **ANEXO III** - Modelo De Declaração Tratamento Diferenciado Lei 123/2006;
d) **ANEXO IV** - Modelo De Declaração Formal De Visita/Dispensa De Visita Técnica;
e) **ANEXO V** - Declaração De Cumprimento Dos Requisitos De Habilitação;
f) **ANEXO VI** - Declaração De Não Utilização De Trabalho De Menor;
g) **ANEXO VII** - Declaração De Inexistência De Fato Impeditivo Para Licitar.
h) **ANEXO VIII** - Estudo Técnico Preliminar;
i) **ANEXO IX** - Termo de Referência;
j) **ANEXO X** - Minuta do Contrato.

Três Barras do Paraná, 08 de maio de 2024

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ANEXO I - CARTA PROPOSTA

CONCORRÊNCIA N° 05/2024

A Comissão de Contratação do Município de Três Barras do Paraná/PR.

CARTA PROPOSTA

A empresa **(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**, com sede à **(endereço completo)**, CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, apresenta sua proposta de preço para a execução do objeto da **CONCORRÊNCIA N° 05/2024**, ficando assim estabelecido:

1. Considera como proposta, a importância total de R$ **X,XX (valor por extenso)**, conforme a planilha orçamentária em anexo.

2. Condições de pagamento conforme edital.

3. O prazo de execução conforme edital.

4. O prazo de validade da proposta é 60 (sessenta) dias, a contar da abertura da licitação.

5. Se vencedora da licitação, assinará o contrato de execução de obra, na qualidade de representante legal o (a) Sr (a). **(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL)**, portador (a) da Carteira de Identidade RG nº **X.XXX.XXX-X** e CPF nº **XXX.XXX.XXX-XX**.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

Assinatura devidamente identificada do **representante legal da empresa proponente** apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos.

Deverão ser apresentados a "Planilha Orçamentária", "Cronograma" e "Planilha de Composição do BDI" juntamente com a Carta Proposta

A Pasta Técnica poderá ser solicitada pelo e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br ou pelo telefone (45) 3235-1212

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

À Comissão de Contratação do Município de Três Barras do Paraná.
CONCORRÊNCIA N° 05/2024

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, sediada **(ENDEREÇO COMPLETO)**, declara, sob as penas da Lei, conforme o disposto no edital em epígrafe, caso venhamos a vencer a licitação, o responsável técnico será:

NOME	FORMAÇÃO	Nº REGISTRO	DATA DO REGISTRO

Declara também, que a empresa se responsabiliza em emitir Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART) de execução até o início dos serviços.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
Carimbo e Assinatura

RESPONSÁVEL TÉCNICO
Carimbo e Assinatura

OBS.: Se for indicado mais de um responsável técnico, todos deverão assinar esta Declaração em conjunto com o Representante Legal da empresa licitante.

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO TRATAMENTO DIFERENCIADO LEI 123/2006

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024

A empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob o Nº XXXX, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a) XXXX, portador(a) da Carteira de Identidade Nº XXX, do CPF Nº XXX.XXX.XXX-XX, DECLARA, para fins do disposto no edital supracitado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

( ) **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme art. 1º do Decreto nº 8.538/2015.

Afirma ainda que quer participar da referida licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006 e que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Que do capital da Empresa não participa pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar;

Que o titular ou sócio da Empresa não participa com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar.

Que estará observando as disposições do § 2º do art. 4, não tendo celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, no ano-calendário de realização da licitação.

_____

Local e data.

_____

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

CONCORRÊNCIA N° 05/2024

A Comissão de Contratação do Município de Três Barras do Paraná.

DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

O representante legal e responsável técnico da empresa **(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**, inscrita no CNPJ/MF nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, **declaram**, sob as penas da Lei, que renunciam à Visita Técnica ao local da obra do objeto licitado e, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e/ou financeiras para com o Município de Três Barras do Paraná.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO
FORMAÇÃO
CREA Nº

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ao

Agente de Contratação do Município de Três Barras do Paraná

CONCORRÊNCIA N° 05/2024

(RAZÃO SOCIAL COMPLETA), inscrita no CNPJ/MF nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada (ENDEREÇO COMPLETO), declara para fins de participação na CONCORRÊNCIA Nº 05/2024, e sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos em seu edital, conforme previsto no artigo 63º, inciso I, da Lei 14.133/2021.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Carimbo e Assinatura

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE TRABALHO DE MENOR

Ao

Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná

CONCORRÊNCIA N° 05/2024

(RAZÃO SOCIAL COMPLETA), inscrita no CNPJ/MF nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada (ENDEREÇO COMPLETO), declara sob as penas da Lei, que cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, ou seja, não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso, ou menores de 16 (dezesseis) anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

A empresa está ciente de que o descumprimento do disposto acima, durante a vigência do contrato, acarretará a sua rescisão.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Carimbo e Assinatura

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR

Ao

Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná

CONCORRÊNCIA Nº 05/2024

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

Declara também, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Carimbo e Assinatura

ANEXO VIII - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE – ARTIGO 18, § 1°, INCISO I

1.1. O Município de Três Barras do Paraná pretende realizar implantação de Pista de Caminhada de acesso ao Cemitério Municipal na PR-471, melhorando as condições de trânsito de pedestres, que atualmente, necessitam transitar sobre a via, devido a ausência de área especifica ou com condições ideais de tráfego, tornando o trajeto perigoso para os pedestres, como para os veículos que circulam na via.

1.2. A pista será implantada entre o KM 193+82,33m, no limite do perímetro urbano, mais especificamente o cruzamento da avenida brasil, com a Rua General Olivério, e o KM 194+141,95m da PR-471, com extensão total de 1.059,62m.

2. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO II

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar possui fulcro na Lei Orçamentária Anual, que prevê despesas com obra de Pista de Caminhada em acesso ao Cemitério do Município de Três Barras do Paraná.

2.2. A presente contratação consta no Plano Anual de Contratações, através do Decreto N° 5789 de 12 de abril de 2024.

3. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO III

3.1. O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, se dará por meio de licitação, na modalidade de Concorrência Pública, menor preço global, executada pelo regime de empreitada por preço global, onde estará se empenhando para oferecer serviços de infraestrutura, para executar obra de Pista de Caminhada em acesso ao Cemitério Municipal na PR-471 KM 193+82m a KM 194+137m.

3.2. A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnica operacional e técnico profissional, apresentando as documentações abaixo:

a) **Certificado de Registro da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou equivalente**, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede. As proponentes que forem sediadas em outra jurisdição e, consequentemente, inscritos no CREA/CAU de origem, deverão apresentar, obrigatoriamente, visto junto ao CREA/CAU do Estado do Paraná, por força do disposto na Lei N° 5.194 de 24 de dezembro de 1.966, em consonância com a Resolução N° 413 de 27 de junho de 1997, do CONFEA;

b) **Comprovação de possuir em nome da proponente, Atestado ou Declaração, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de execução de no mínimo**

uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional, em quantitativos iguais ou superiores, conforme definido a seguir:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE MÍNIMA
PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ	500 M^2

b.1). Entende-se como obra semelhante a que apresenta complexidade tecnológica e operacional aos serviços previstos no objeto deste Edital, ou seja, execução de pavimentação em CBUQ;

c) Indicação do responsável técnico pelos serviços, através de declaração assinada pela licitante.

d) Comprovante de vínculo entre a empresa licitante e o responsável Técnico indicado, mediante cópia do registro em carteira de trabalho ou cópia da ficha de registro de empregados da empresa ou Contrato de Trabalho. Caso o responsável Técnico pelos serviços, seja dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação deverá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou cópia do contrato social;

e) Certificado de Registro de Pessoa Física, do responsável técnico indicado pela licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou outro equivalente, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede;

f) Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT do responsável técnico indicado, emitido pelo CREA/CAU, referente à execução de atividade pertinente e compatível, de semelhante complexidade tecnológica operacional, com o objeto desta licitação, **comprovação de Pavimentação em CBUQ de no mínimo 500,00 m^2.**

g) Declaração assinada pelo representante legal do proponente, que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação;

h) Atestado de Visita Técnica ou Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica.

4. ESTIMATIVAS E QUANTIDADES DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO IV

4.1. Para o dimensionamento do quantitativo a ser registrado, o Departamento de Engenharia elaborou projetos técnicos, executivos e memorial descritivo na qual encontra-se em anexo, juntamente com QCI - Quadro De Composição De Investimentos, BDI e Cronograma Físico-Financeiro.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO – ARTIGO 18, § INCISO V

5.1. Considerando a natureza do objeto, no mercado nacional há diversas empresas de engenharia para realização de obras de pavimentação asfáltica em pistas de caminhada, o que possibilita ampla concorrência e vantagens à administração pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação.

5.2. Assim, será elaborada pela equipe técnica responsável pelo Departamento de Engenharia, planilha orçamentária acompanhada de sua memória de cálculo onde sejam discriminados os valores unitários estimados de todos os materiais e serviços que serão aplicados na contratação, projeto básico e plantas.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1°, INCISO VI

6.1. O investimento máximo a ser realizado toma-se por base planilha orçamentária, com composição de referência da Tabela SINAPI em anexo, resultando em um investimento aproximado de R$ 556.550,93 (quinhentos e cinquenta e seis mil quinhentos e cinquenta reais e noventa e três centavos).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – ARTIGO 18, 1° INCISO VII

7.1. A contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Obra de Pista de Caminhada, encontra-se delimitada neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) a partir da memória de cálculo de quantitativos disposta na Pasta Técnica.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, ° 1° INCISO VIII

8.1. O não parcelamento das obras é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica, por manter a qualidade do investimento, haja vista que o gerenciamento permanece o tempo todo a cargo de um mesmo administrador, oferecendo um maior nível de controle pela Administração na execução das obras e serviços, cumprimento de cronograma e observância de prazos com a concentração da responsabilidade da construção e garantia dos resultados.

8.2. Ressalta-se que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediário e final de entrega da obra. Pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS – ARTIGO 18, § 1° INCISO IX

9.1. Com a realização da obra, será melhorado as condições de trânsito de pedestres que necessitam transitar sobre a via.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PELA ADMINISTRAÇÃO – ARTIGO 18, § 1°, INCISO X

10.1. A administração tomará as seguintes providências no decorrer do processo licitatório:

a) Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização das obras;

b) Indicar servidores devidamente capacitados para exercer a fiscalização;

c) Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES – ARTIGO 18, § 1° INCISO XI

11.1. Durante a etapa de planejamento da contratação, foi definido que a adjudicação do objeto será feita a uma única empresa vencedora, uma vez que as licitantes deverão apresentar atestados de capacidade técnica para a realização do objeto a ser contratado, não havendo contratações correlatas ou interdependentes.

12. – ARTIGO 18, § 1° INCISO XII

12.1. Execução de pista de caminhada, embora essencial para o desenvolvimento urbano e a mobilidade, pode gerar impactos ambientais significativos. Abaixo, estão descritos alguns desses impactos e possíveis medidas mitigadoras.

12.2. A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO XIII

13.1. Diante do exposto, conclui-se, pela viabilidade da contratação pretendida com base neste Estudo Técnico Preliminar, Planilha Orçamentária, e Projetos Básicos e Memorial Descritivo.

ANEXO IX - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m.

2. QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A e I"

2.1. A pista será implantada entre o KM 193+82,33m, no limite do perímetro urbano, mais especificamente o cruzamento da avenida brasil, com a Rua General Olivério, e o KM 194+141,95m da PR-471, com extensão total de 1.059,62m.

2.2. O investimento máximo a ser realizado toma-se por base planilha orçamentária, com composição de referência da Tabela SINAPI em anexo, resultando em um investimento aproximado de R$ 556.550,93 (quinhentos e cinquenta e seis mil quinhentos e cinquenta reais e noventa e três centavos).

2.3. A empresa licitante que apresentar os valores superiores conforme o item 2.2. deste Termo de Referência será desclassificada automaticamente do item que se apresentar irregular, perdendo assim o direito de participação na etapa de lances.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "B"

3.1. O Município de Três Barras do Paraná pretende realizar implantação de Pista de Caminhada de acesso ao Cemitério Municipal na PR-471, melhorando as condições de trânsito de pedestres, que atualmente, necessitam transitar sobre a via, devido a ausência de área especifica ou com condições ideais de tráfego, tornando o trajeto perigoso para os pedestres, como para os veículos que circulam na via.

4. LOCAIS DE EXECUÇÃO DA OBRA

4.1. A pista será implantada entre o KM 193+82,33m, no limite do perímetro urbano, mais especificamente o cruzamento da avenida brasil, com a Rua General Olivério, e o KM 194+141,95m da PR-471, com extensão total de 1.059,62m.

5. PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO- ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

5.1. A validade do Contrato será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "C"

6.1. A contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Obra de Pista de Caminhada, encontra-se delimitada neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) a partir da memória de cálculo de quantitativos disposta na Pasta Técnica.

7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "D"

7.1. O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, se dará por meio de licitação, na modalidade de Concorrência Pública, menor preço global, executada pelo regime de empreitada por preço global, onde estará se empenhando para oferecer serviços de infraestrutura, para executar obra de Pista de Caminhada em acesso ao Cemitério Municipal na PR-471 KM 193+82m a KM 194+137m.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnica operacional e técnico profissional, apresentando as documentações abaixo:

i) **Certificado de Registro da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou equivalente**, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede. As proponentes que forem sediadas em outra jurisdição e, consequentemente, inscritos no CREA/CAU de origem, deverão apresentar, obrigatoriamente, visto junto ao CREA/CAU do Estado do Paraná, por força do disposto na Lei N° 5.194 de 24 de dezembro de 1.966, em consonância com a Resolução N° 413 de 27 de junho de 1997, do CONFEA;

j) **Comprovação de possuir em nome da proponente, Atestado ou Declaração, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de execução de no mínimo uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional**, em quantitativos iguais ou superiores, conforme definido a seguir:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE MÍNIMA
PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ	500 M^2

b.1). Entende-se como obra semelhante a que apresenta complexidade tecnológica e operacional aos serviços previstos no objeto deste Edital, ou seja, execução de Obra de Pavimentação em CBUQ.

k) **Indicação do responsável técnico** pelos serviços, através de declaração assinada pela licitante.

l) **Comprovante de vínculo entre a empresa licitante e o responsável Técnico indicado**, mediante cópia do registro em carteira de trabalho ou cópia da ficha de registro de empregados da empresa ou Contrato de Trabalho. Caso o responsável Técnico pelos serviços,

seja dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação deverá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou cópia do contrato social;

m) **Certificado de Registro de Pessoa Física, do responsável técnico indicado** pela licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou outro equivalente, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede;

n) **Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT do responsável técnico indicado**, emitido pelo CREA/CAU, referente à execução de atividade pertinente e compatível, de semelhante complexidade tecnológica operacional, com o objeto desta licitação, **comprovação de Obra de Pavimentação em CBUQ de no mínimo 500 m².**

o) **Declaração assinada pelo representante legal do proponente, que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais** para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação;

p) **Atestado de Visita Técnica ou Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica**.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "E"

9.1. A obra deverá ser executada, observando os seguintes projetos:

a) Projeto Arquitetônico;

b) Memorial Descritivo;

c) Planilha Orçamentária.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ARTIGO 6°, § XXIII, ALÍNEA "G"

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e conferência de quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, nos termos do Cronograma Físico-Financeiro, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

I - Atestado de recebimento emitido pelo órgão solicitante;

II - Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

10.2. O município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

10.3. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

10.4. Somente será efetivamente pago os quantitativos devidamente utilizados por esta municipalidade.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "H"

11.1. O processo licitatório ocorrerá na modalidade CONCORRÊNCIA, forma ELETRÔNICA, tipo avaliação **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.**

12. DOS PREÇOS E ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "I"

12.1. As quantidades estimadas de contratação e valores constam na Planilha Orçamentária e pasta técnica.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "J"

13.1. Os pagamentos decorrentes do objeto deste termo correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

b) 05.03.15.451.0007.1.003.000.4.4.90.51.00

14. PRAZO DE ENTREGA

14.1. A Obra deverá ser concluída nos termos do Cronograma Físico-Financeiro.

15. PENALIDADES

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

15.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas

jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

e) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

f) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

g) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

15.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

15.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.3. As aplicações de quaisquer das sanções previstas não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

f) A natureza e a gravidade da infração cometida;

g) As peculiaridades do caso concreto;

h) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

i) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

j) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

17. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "F"

17.1. O gerenciamento das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberá às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7° da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

17.1.1. Fica designado como gestor deste contrato:

a) Sr. WALDIR ANTONIO TODESCATTO, Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, CPF/MF 906.363.509-59;

17.1.2. Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

a) JEAN CARLOS DE LIMA, Engenheiro Civil, CPF N° 088.693.709-41, fiscal titular

b) CAMILA CRISTINA THEISEN, Chefe da Divisão de Contratos e Convênios, CPF N° 108.348.229-70, fiscal suplente.

17.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

17.2. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

17.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

17.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

17.5. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

17.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA N° XX/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 41/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 05/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA, EM REGIME DE EXECUÇÃO **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** E A EMPRESA **XXXX.**

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n° 78.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, **Sr. GERSO FRANCISCO GUSSO**, brasileiro, casado, odontólogo, inscrito no CPF/MF N° 409.886.600-59 e portador da Carteira de Identidade N° 902.308.139-2 SSP/RS, residente e domiciliado nesta cidade de Três Barras do Paraná/PR, doravante designado **CONTRATANTE,** de um lado e, de outro, a empresa **XXXX**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida **XXXX**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o N° **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, neste ato representada por seu representante legal, ao fim assinado, **XXXX,** qualificação completa, profissão, inscrito no CPF N° XXX.XXX.XXX-XX e RG N° X.XXX.XXX-XX SSP/PR, residente e domiciliado a endereço completo, doravante designada **CONTRATADA;**

Estando às partes sujeitas as normas da **Lei Federal N° 14.133/2021,** suas alterações e demais legislações aplicáveis subsequentes, AJUSTAM o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA,** em decorrência da **Licitação Modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 05/2024**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO E FUNDAMENTO LEGAL - *ARTIGO 92, INCISO I E II*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82M A KM 194+137M**, de acordo com projetos de engenharia, memoriais

descritivos e condições estabelecidas no Termo de Convênio firma com a Itaipu Binacional e no Edital de **Concorrência Eletrônica N° 05/2024.**

PARÁGRAFO ÚNICO – Integram e complementam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando e vinculando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de **CONCORRÊNCIA N° 05/2024,** juntamente com seus anexos, projetos, memoriais, cronograma, planilhas, Termo de Referência, Edital de Concorrência e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL - *ARTIGO 92, INCISOS IV, VII E XVIII*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O regime de execução do presente contrato dar-se-á em **REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA, EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, recaindo sobre a CONTRATADA a responsabilidade pela execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O **PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL** terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato nos Diários Oficiais, nos termos do parágrafo 1° do Artigo 54 da Lei N° 14.133/2021, e terá duração de **12 (doze) meses,** nos termos do Artigo 105 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

PARÁGRAFO QUARTO - Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Artigo 183 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - O **PRAZO MÁXIMO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** será de **150 (cento e cinquenta) dias,** contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

PARÁGRAFO SEXTO - A Ordem de serviço será emitida em até 10 (dez) dias após a publicação do Extrato do Contrato, salvo prorrogação justificada pelo Departamento de Engenharia.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR - *ARTIGO 92, INCISO V*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor global para a execução dos serviços é de **R$ XXXX (XXXX)**, daqui por diante denominado VALOR CONTRATUAL. Os custos estão previstos em planilhas constando no processo acima citado e arquivada no mesmo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Pelos serviços prestados a CONTRATADA receberá o valor total de **R$ XXX.XXX,XX (XXXX)**, sendo que:

a) Será retido ao INSS 11% (onze por cento). A alíquota será calculada conforme legislação vigente.

b) Na primeira medição será liberada mediante apresentação de ART/RRT de execução da obra, devidamente recolhida e quitada.

c) Os pagamentos serão liberados mediante apresentação das notas fiscais acompanhadas das medições e dos seguintes documentos:

***1** – Relação dos funcionários da obra;*

***2** – GPS por matrícula;*

***3** – FGTS;*

***4** – GEFIP ou SEFIP.*

d) Para liberação dos pagamentos será exigido do contratado a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

e) Para liberação da última parcela será obrigatória a apresentação do Certificado de Conclusão de Obra.

f) Os pagamentos serão efetuados preferencialmente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, na forma de avisos de crédito, ordens bancárias ou transferências eletrônicas, disponibilizados pelas Instituições Financeiras, em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor, devendo este ser obrigatoriamente o fornecedor contratado (IN nº 89/2013 – TCE/PR).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento será, após fiscalização das medições, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica

(ART), devidamente recolhida e quitada. Será retido ao INSS 11% (onze por cento), sobre o valor correspondente a mão de obra. **A alíquota será calculada conforme legislação vigente.**

PARÁGRAFO TERCEIRO - Não gerarão direito a reajustes e atualizações monetárias os serviços que forem entregues com atrasos imputáveis à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - RECURSO ORÇAMENTÁRIO - *ARTIGO 92, INCISO VIII*

PARÁGRAFO PRIMEIRO As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta das seguintes dotações orçamentárias:

a) 05.03.15.451.0007.1.003.000.4.4.90.51.00

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE - *ARTIGO 92, INCISO V DA LEI N° 14.133/2021*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais, elaboradas com base na **Tabela SINAPI com data base de 09/2023.**

PARÁGRAFO TERCEIRO - Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA/IBGE** do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do parágrafo 7°, do Artigo 25 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO OITAVO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO NONO - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO - *ARTIGO 92, INCISO XII*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do Artigo 96 da Lei N° 14.133/2021, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia, títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

PARÁGRAFO QUARTO - A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora

PARÁGRAFO SEXTO - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente

PARÁGRAFO OITAVO - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central

do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do Artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO NONO - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do Artigo 20 da Circular Susep N° 662/2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL - *ARTIGO 92, INCISO XIX*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- ***a)*** *Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;*
- ***b)*** *Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Artigo 137 da Lei N° 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os Artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO QUINTO - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme Artigo 131, caput, da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do Artigo 14, inciso IV, da Lei N° 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - *ARTIGO 92, INCISOS X, XI E XIV*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - São obrigações do Contratante:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

c) Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

d) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

f) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o Artigo 143 da Lei N° 14.133/2021;

g) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

h) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

j) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

k) Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do Artigo 93, parágrafo 2° da Lei N° 14.133/2021.

l) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

m) Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

n) Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

o) Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

p) Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO - *ARTIGO 92, INCISO XIV, XVI E XVII*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

b) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (Artigo 137, inciso II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

c) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

f) Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

g) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do Artigo 48, parágrafo único da Lei Nº 14.133/2021.

h) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

i) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

j) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

k) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

l) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

m) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

aa) Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, ou concessionárias, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidro-sanitárias, elétricas e de comunicação.

bb) Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

cc) Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

dd) Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

ee) Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

ff) Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

PARÁGRAFO QUARTO - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

PARÁGRAFO QUINTO - Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

PARÁGRAFO SEXTO - Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - *ARTIGO 92, INCISO XIV*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da Lei N° 14.133/2021 o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Praticar ato lesivo previsto no Artigo 5° da Lei N° 12.846/2013 - A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As sanções previstas no Parágrafo Segundo poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme dispõe o Artigo 156, parágrafo 9° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, nos termos do Artigo 156, parágrafo 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme Artigo 157 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor,

a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme Artigo 156, parágrafo 8° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO OITAVO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do Artigo 158 da Lei N° 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO NONO - Na aplicação das sanções serão considerados as disposições do Artigo 156, parágrafo 1° da Lei N° 14.133/2021, sendo:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para o Contratante;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei N° 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei N° 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida, em seu Artigo 159.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do Artigo 160 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Artigo 163 da Lei N° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O gerenciamento e a fiscalização das contratações decorrentes deste processo licitatório caberá a Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, que

determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica designado como gestor deste contrato:

a) Sr. WALDIR ANTONIO TODESCATTO, Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, CPF/MF 906.363.509-59;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) JEAN CARLOS DE LIMA, Engenheiro Civil, CPF nº 088.693.709-41, fiscal titular.

b) CAMILA CRISTINA THEISEN, Departamento de Engenharia, CPF nº 108.348.229-70, fiscal suplente.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal titular será responsável pela fiscalização da obra realizada. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

PARÁGRAFO QUINTO - Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução do objeto disposto no presente processo licitatório, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela fornecedora, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO OITAVO - O fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

PARÁGRAFO NONO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Artigos 124 e seguintes da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do Artigo 132 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Artigo 136 da Lei N° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS - *ARTIGO 92, INCISO III*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei N° 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor e, normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO - *ARTIGO 92, PARÁGRAFO 1°*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica eleito o foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato e, possíveis os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme Artigo 92, parágrafo 1° da Lei N° 14.133/2021.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Três Barras do Paraná, XX de XXXX de 2024.

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

EMPRESA XXXX
NOME REPRESENTANTE LEGAL
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

_____	_____
Nome:	Nome:
CPF	CPF

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 05/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 41/2024

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h** do dia **28 DE MAIO DE 2024**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL - MENOR PREÇO GLOBAL**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m.**

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitação@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17 horas.

Três Barras do Paraná-PR, 08 de maio de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

##ATO **AVISO DE LICITAÇÃO**
##EME CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 05/2024

##TEX **O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às 09h do dia 28 DE MAIO DE 2024, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, forma ELETRÔNICA, do tipo EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL - MENOR PREÇO GLOBAL, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m.**
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitação@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17 horas.

##DAT Três Barras do Paraná/PR, 08 de maio de 2024.

##ASS GERSO FRANCISCO GUSSO
##CAR Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024

O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ torna público que às 09h do dia 28 DE MAIO DE 2024, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, forma **ELETRÔNICA**, do tipo **EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL - MENOR PREÇO GLOBAL**, regidos pela Lei Nº 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m**.

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitação@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado das 8h30 às 17 horas.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

CMDM - MARIPÁ

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2024

Ementa: Dispõe sobre aprovação do Edital e do Plano de Aplicação referente ao Repasse Fundo a fundo do Recurso e Enfrentamento as Violências contra as Mulheres.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) do Município de Maripá, Estado do Paraná, instituído pela Lei Municipal nº 1.291, de 04 de julho de 2021, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, e CONSIDERANDO:

- Deliberação nº 094/2023 do CEDM/PR.
- A deliberação da unilateral do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em reunião extraordinária no dia 07 de maio de 2024, conforme ata nº 04.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o **TERMO DE ADESÃO MUNICIPAL** e o **PLANO DE AÇÃO** referente ao Repasse *Fundo/municipal do Rede de Proteção e Enfrentamento de Violências contra as Mulheres* – exercício Deliberação nº 094/2023 do CEDM/PR.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Maripá/PR, 08 de maio de 2024.

Juliana Parent Mascarello
Presidente do CMDM

Rua Fernandes Vieira, 350 - Fone (44) 3607-1700 - CEP 85.950-000 - Maripá - Paraná

CMDM - MARIPÁ

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2024

Ementa: Dispõe sobre aprovação da aplicação de recurso oriundo da Deliberação nº 048/2023 do CEDM/PR para a despesa do custeio/investimento.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) do Município de Maripá, Estado do Paraná, instituído pela Lei Municipal nº 1.291, de 04 de julho de 2021, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, e CONSIDERANDO:

- **TERMO DE ADESÃO MUNICIPAL** e o **PLANO DE AÇÃO** referente ao repasse do *fundo a Fundo/municipal da Política Pública dos Direitos da Mulher* – Deliberação nº 048/2023 do CEDM/PR.
- A deliberação da unilateral do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em reunião extraordinária no dia 07 de maio de 2024, conforme ata nº 04.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a aplicação de recurso (custeio/investimento) no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Maripá/PR, 08 de maio de 2024.

Juliana Parent Mascarello
Presidente do CMDM

Rua Fernandes Vieira, 350 - Fone (44) 3607-1700 - CEP 85.950-000 - Maripá - Paraná

CMDM - MARIPÁ

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2024

Ementa: Dispõe sobre composição do Conselho de substituição do Regimento Interno do CMDM.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) do Município de Maripá, Estado do Paraná, instituído pela Lei Municipal nº 1.291, de 04 de julho de 2021, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, e CONSIDERANDO:

- A deliberação da unilateral do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em reunião extraordinária no dia 07 de maio de 2024, conforme ata nº 04.

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir a Comissão de elaboração de Regimento Interno do CMDM:

- Juliana Parent Mascarello (Gestão / Secretaria de Assistência Social);
- Adriana Paula Rizzo Ribeiro (Suplente da Gestão / Secretaria de Saúde);
- Luci Terezinha Dillon Martins (Sociedade Civil/ Sindicato dos Trabalhadores Rurais);
- Vanderlei de Freitas Anderson Wolf (Sociedade Civil/ Lanchonete Mulher MC/MARIA).

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Maripá/PR, 08 de maio de 2024.

Juliana Parent Mascarello
Presidente do CMDM

Rua Fernandes Vieira, 350 - Fone (44) 3607-1700 - CEP 85.950-000 - Maripá - Paraná

MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 429 - CEP 85.950-000 - Fone/Fax: (44) 3267-1262
e-mail: gmaripa@maripa.pr.gov.br - site: www.maripa.pr.gov.br
CNPJ 80.560.571/0001-02

EXTRATO DE PUBLICAÇÕES

ERRATA

No Edital nº 47/2024, publicado em 24 de abril de 2024 O Paraná, na página 83, ONDE se lê: EDITAL Nº 47/2024. Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 03/2024, visando para Edital de Processo Seletivo nº 03/2024 de 12 de março de 2024 e de outras providências. O Prefeito do Município de Maripá, no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do resultado final do processo seletivo, publicado pelo Edital nº 03/2024 em 12 de abril de 2024. LEIA-SE: EDITAL Nº 47/2024. Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 03/2024, visando para Edital de Processo Seletivo nº 03/2024 de 12 de março de 2024 e de outras providências. O Prefeito do Município de Maripá, no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do resultado final do processo seletivo, publicado pelo Edital nº 03/2024 em 19 de abril de 2024. PALÁCIO DAS ORQUÍDEAS EM 23 de maio de 2024. RODRIGO ANDRÉ SCHIANDEL Prefeito.

EDITAL Nº 058/2024 - AUDIÊNCIA PÚBLICA

Convocação a cargo de Responsabilidade Fiscal e dando cumprimento às ações públicas, o Município de Maripá, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICA, a realização de Audiência abrangendo o que e a Data de uma Ocorrências para o Exercício 2025. Data 24 de Maio de 2024. Horas: 13h. Local: Casa de Reuniões do Paço Municipal. PALÁCIO DAS ORQUÍDEAS EM: 08 DE MAIO DE 2024. ADEMIRSO ANDRÉ SCHIANDEL Prefeito.

PORTARIA Nº 213/2024

Dispõe sobre a autorização para concessão de diárias e dá outras providências. PALÁCIO DAS ORQUÍDEAS em 06 de maio de 2024. RODRIGO A. SCHIANDEL Prefeito. JONES SPAGNOL Secretário de Administração.

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO - PROPOSTA DE PREÇOS - CONCORRÊNCIA Nº 004/2023

O Município de Maripá, através da Presidente designada pela Portaria nº 008/2024, tendo em vista o que consta do processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA nº 004/2023, visando a "Contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a concretização, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e supervisão de execução externa e a distribuição de ações publicitárias junto a públicos de interesse do Município de Maripá/PR", teve em conhecimento dos interessados a inabilitação quanto ao item de preço(s) Número: 1º Lugar: a empresa BLANCOLINA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA. com soma da pontuação de honorários de 10% (quinze por cento) e percentual de Bonificação de 60% (sessenta e por cento), e 2º Lugar a empresa ZUDADOM MARKETING INTEGRADO EIRELI com soma da pontuação de honorários de 25% (vinte e cinco por cento) e percentual de bonificação 50% (cinquenta por cento). Fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, contados do dia 10 de maio de 2024. Maripá/PR, 08 de maio de 2024. Jones Spagnol - Presidente - Port. 008/2024.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2024 - SRP. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0 OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de mudas de árvores nativas e plantio adubo e sua posterior de mudas de forma ornamentais, visando a continuidade do Plano de Arborização, reflorestamento da ornamentação e paisagismo de projeto, jardins, lagos e canteiros do Município de Maripá/PR. Considerando o julgamento da Pregoeira que acatou a classificação e habilitação em epígrafe sendo: VIVEIRO DE MUDAS MELHER LTDA. itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 no valor Global de R$ 108.072,00 (Cento e Oito e Dois reais e oitenta e dois reais). Considerando, que o segundo o Parecer do Controlador Interno e processo licitatório e seguiu as diretrizes da legislação pertinente, ADJUDICO E HOMOLOGO o resultado da Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 61/2024 - SRP para que produza seus efeitos legais. Diligencie-se. Publique-se. Comunique-se aos interessados. Cumpra-se. Para constar e Empresa mencionada assumirá a ata da Relação de Preços no prazo previsto no edital. Maripá, 08 de maio de 2024. Rodrigo Schiandel. PREFEITO.

Documentos na íntegra disponíveis no diário oficial eletrônico do Município de Maripá - Endereço: www.maripa.pr.gov.br.

1

MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 429 - CEP 85.950-000 - Fone/Fax: (44) 3267-1262
e-mail: gmaripa@maripa.pr.gov.br - site: www.maripa.pr.gov.br
CNPJ 80.560.571/0001-02

EXTRATO DE PUBLICAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

O MUNICÍPIO DE MARIPÁ, Estado do Paraná, (...) considerando o julgamento da licitação, Processo Licitatório nº 013/2024, na modalidade de Pregão nº 001/2024, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, resolve registrar os preços da empresa E A FERREIRA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME inscrita no CNPJ 45.348.941/0001-22, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, (...) A presente Ata tem por objeto o registro de preços de serviços de Contratação de serviços de pintura, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para manutenção corretiva, preventiva e adequações de pinturas e adequações prediais do Município de Maripá/PR. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem: (...) Prazo de vigência: 1 (um) ano. Assinaturas: Rodrigo Schiandel, Superintendente MUNICÍPIO DE MARIPÁ CONTRATANTE. Marcia Aline Ferreira R.A FERREIRA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. Maripá/PR, 08 de maio de 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024

O MUN. DE MARIPÁ, Estado do Paraná, (...) considerando o julgamento da licitação, Processo Licitatório nº 016/2024, na modalidade de Pregão nº 004/2024, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, resolve registrar os preços da empresa JOSE ROBERTO BARROS FAVRETO CNPJ nº 30.317.603/0001-08, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, (...) A presente Ata tem por objeto o registro de preços de serviços de Contratação de serviços de pintura, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para manutenção corretiva, preventiva e adequações de pinturas e adequações prediais do Município de Maripá/PR. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem: (...) Prazo de vigência: 1 (um) ano. Rodrigo Schiandel, MUN. DE MARIPÁ CONTRATANTE. Assinatura Leader Assis Marcelo VICTORINO FIGUEIREDO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. Maripá/PR, 08 de maio de 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2024

O MUN. DE MARIPÁ, Estado do Paraná, (...) considerando o julgamento da licitação, Processo Licitatório nº 016/2024, na modalidade de Pregão nº 004/2024, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, resolve registrar os preços da empresa VICTORINO FIGUEIREDO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA CNPJ nº 27.758.483/0001-27, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, (...) A presente Ata tem por objeto o registro de preços de serviços de Contratação de serviços de pedreiro, servente de pedreiro e encanador, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para manutenção corretiva, preventiva e adequações de prédios e imóveis públicos do Município de Maripá/PR. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem: (...) Prazo de vigência: 1 (um) ano. Rodrigo Schiandel, MUN. DE MARIPÁ CONTRATANTE. Assinatura Leader Assis Marcelo VICTORINO FIGUEIREDO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. Maripá/PR, 08 de maio de 2024.

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Processo Licitatório nº 024/2024 - Pregão Eletrônico nº 012/2024. Decisão: Diante do Pedido de Impugnação aos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 011/2024 apresentado pela empresa ATA SOLUÇÕES COMERCIAIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA, a Pregoeira foi notificada a analisar o pedido e realizar em o que lhe na forma que segue 1. Trata-se o certame de PREGÃO ELETRÔNICO nº 012/2024, para formalização de atas de registro de preços para eventual aquisição de lubrificantes, conforme especificado no (01 (um) unidade/litros, cada, com os valores 07 lotes), para atender as demandas da Secretaria de Educação do Município de Maripá/PR. O Diário do Município, devido confirmar da impugnação e, no mérito, que lhe foi devidamente, ALTERANDO o Edital nos itens 1 - Termo de Referência num 1.1 letra "c" o parcelamento da entrega somente em que for solicitado (pedido) requisitado ou encaminhado via e-mail/telefone/mensagem. 2 - Formação de proposta. Não designada licitação para o exercício eletrônico, que ocorrerá a partir do dia 24 de maio de 2024, às 08:00min. 3. O edital retificado poderá ser obtido através do Portal de Compras Governamentais www.comprasgovernamentais.gov.br/, ou através da página da Município de Maripá no mesmo www.maripa.pr.gov.br, no site LICITAÇÕES, e informações pelo e-mail: compras@maripa.pr.gov.br ainda nos fone (44) 3607-1262. 4. Publique-se e comunique-se o presente decisão no compromisso e ciência ao representante Maripá/PR. 08 de maio de 2024. Nilda Rodrigo Zardo Prof. 004/2024. Pregoeira.

Documentos na íntegra disponíveis no diário oficial eletrônico do Município de Maripá - Endereço: www.maripa.pr.gov.br.

2

CI1228729-E24

Prefeitura Municipal de Corbélia

Estado do Paraná

Rua Arthur Ferreira Filho - Centro - Corbélia - Paraná | CEP 85.820-000 - Fone: (45) 3242-8500
www.corbelia.pr.gov.br - e-mail: licitacao@corbelia.pr.gov.br | CNPJ nº 76.240.629/0001-02

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2024
COM BASE NO ART. 75, INCISO VIII, DA LEI Nº 14.133/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE CORBÉLIA/PR. CNPJ nº 76.240.629/0001-02

Contratada: UNIFRIED SERVIÇOS MEDICOS S/S LTDA. CNPJ nº 51.912.262/0001-63.

Objeto: Constitui objeto do presente processo a contratação **EMERGENCIAL** de empresa para prestação de serviços de profissional médico com registro junto ao conselho de classe e vigência, em atendimento a demanda da Secretaria de Saúde, na Unidade Básica de Saúde – UBS Maria do Carmo Richardt, localizada no Distrito de Nossa Senhora da Penha, por menor preço/ mês, sendo estes como serviços de apoio em procedimentos preventivos e curativos básicos, além de consultas domiciliares, tendo em vista que desde o final de 2022, o Município de Corbélia/PR teve seus pregões para a contratação de serviços médicos impugnados e suspensos por decisão judicial, e no ano de 2023, em nova licitação, ocorreram interposições de recursos e examinaram a navegação dos pregões que visavam a contratação destes serviços. Esta contratação justifica-se na importância e na essencialidade da manutenção dos atendimentos realizados a população Corbelense, para que esta não fique desamparada na saúde pública, efetivando o e aplicação do direito à saúde que é previsto no art. 196, da Constituição Federal, sendo este, um caso de emergência ou de calamidade pública caracterizado na urgência de atendimento da situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas. Desta forma, considerando a não existência de contratos vigentes que supram a falta de profissionais efetivos e também considerando que o Município de Corbélia/PR, está em fase de ajustes para a realização de concursos públicos para a futura contratação desses serviços, esta contratação se faz indispensável.

Dotação Orçamentária: Órgão: 7 – Secretaria Mun. De Saúde
Unidade: 2 – Fundo Municipal de Saúde
Ação: 2020 – Execução do Programa de Vigilância em Saúde
Funcional: 0010.0304.0360
Referência: não
Modalidade de Aplicação: 3030903000000
Vínculo: 2149
Fundamento Jurídico: art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

Valor da Dispensa R$: 120,00 (cento e vinte e cinco reais) a hora.

Corbélia/PR, 08 de maio de 2024.

Giovani Miguel Wolf Nhatuve
Prefeito Municipal

CI1228716-E24

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.747.335/0001-46

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 001/2024

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 001/2024 PUBLICADO NO JORNAL UMUARAMA ILUSTRADO, JORNAL O PARANÁ E DIOE no dia 23 de maio de 2024.

Trata-se o presente processo da contratação de empresa de engenharia para execução de pavimentação de via vicinal em CBUQ de 9.944,02 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, pinturas, sinalização de trânsito, estudos tecnológicos e placas de comunicação visual.

Entretanto após a publicação do Aviso de Licitação fora constatado um erro formal na data do início do referido documento, onde o mesmo do presente aviso de licitação fora digitado de forma errônea, como 22 de maio de 2024.

Ante o Exposto, por se tratar de mero erro formal, e por todos as demais informações retarrim corretas no aviso e demais anexos do edital:

ONDE SE LÊ:

"22 de maio de 2024".

LEIA-SE:

22 de abril de 2024.

Os demais itens do citado Aviso permanecem inalterados, não havendo necessidade de republicação por não haver alteração substancial do mesmo.

Icaraíma, 08 de Maio de 2024

CI1228718-E24

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA ROSA

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

O Município de Nova Santa Rosa-PR torna público que fará realizar, às 08:30 horas do dia 18 de junho do ano de 2024, na plataforma (COMPRASNET) www.compras.gov.br, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local de objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Sede, Planalto e Vila Cristal	Pavimentação em CBUQ	18.926,05 m²	215 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Nova Santa Rosa no site do Município, www.novasantarosa.pr.gov.br; Link Licitações; Consulta Licitações ou na sede administrativa do Município de Nova Santa Rosa, junto ao Setor de Compras e Licitações durante o período de publicação, de segunda a sexta-feira, das 8:00h às 11h30min e das 13h30min às 17:00h (horário de Brasília e na plataforma do Compresnet(www.compras.go.br). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Nova Santa Rosa, 08 de Maio de 2024.
Pedro Henrique Dichmer-Agente de Contratação
Norberto Penz-Prefeito

CI1228732-E24

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 05/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 61/2024

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que no dia 28 de MAIO de 2024, na Sala de Licitações do Prédio [illegible], sito [illegible], realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, forma **ELETRÔNICA**, do tipo **EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL - MENOR PREÇO GLOBAL**, regida pela Lei Nº 14.133/2021, por meio de utilização de recursos de tecnologia de informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR 471 KM 250+020m A KM 250+140m.**

O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados, gratuitamente, no endereço acima indicado junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (42) 3235-1211 - e-mail: [illegible]@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, anexos e memorial descritivo estarão disponíveis no Portal da Transparência localizado no sítio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma de BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail [illegible]@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 08 às 11 e 13 às 17 horas.

Três Barras do Paraná/PR, 08 de maio de 2024.

GIOVANI FRANCISCO LUISO
Prefeito Municipal

Av. Brasil, 245 - Três Barras (PR) (42) 3235-1212 - CNPJ 95.995.930/0001 - Três Barras do Paraná – PR
CNPJ (MEI) 13.865.901/0001-60 - e-mail: [illegible]@tresbarras.pr.gov.br

CI1228724-E24

MUNICÍPIO DE CFE AZUL M.C.A.
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 19/2024 - M.C.A.
PROCESSO Nº 51/2024 - M.C.A.

O Município de Cfe Azul, Dispensa a Licitação por Inexigibilidade, em conformidade com o Artigo 74, Inciso I, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, objetivando a Contratação de serviço para Manutenção corretiva e preventiva de AUTO CLAVE HOSPITALAR MICROPROCESSADA Barras - BIG - 6100 com autoclave de ART. Inclusive: Serviço de manutenção corretiva e preventiva utilizado nos serviços de esterilização de materiais, instrumentais de uso hospitalar, dentro saúde (ou em equipamentos similares às demandas de todas as Unidades Básicas de Saúde Sendo necessário e plena funcionamento para que o Bom dos atividades permanecem em contínua execução.

FORNECEDOR	CNPJ	Valor Total
BIOEQUIPAMENTOS HOSPITALAR LTDA	10.442.723/0001-05	10.700,00

Cfe Azul, 11 de abril de 2024. LAURINDO SPEROTTO Prefeito Municipal

CI1228736-E24

O VALOR DA CONTRATAÇÃO TOTALIZA R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)

PRAZO DE VIGÊNCIA
O PRAZO DE VIGÊNCIA SERÁ DE 06 (SEIS) MESES.

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:4576CFAD

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 03/2024

O Município de Três Barras do Paraná, inscrito no CNPJ nº 68.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor Gerso Francisco Gusso, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o dispositivo do inciso VIII, do artigo 72, da Lei Nº 14.133/2021, HOMOLOGA o procedimento de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, embasado no Artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ademais, concorda com o Parecer Jurídico e Parecer favorável da Agente de Contratação e Equipe de Apoio, para o procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, por meio da INEXIGIBILIDADE nº 03/2024, embasado no Artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, referente à contratação da empresa SÉCULO 22 – ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.572.196/0001-38, cujo objetivo é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO (CARTILHAS, BANNERS, FAIXAS, CDS E LIXEIRINHAS DE CARRO) PARA PROGRAMA DE COMBATE AO ABUSO SEXUAL, A SER USADO NA CAMPANHA ALUSIVA DE 18 DE MAIO "*MAIO LARANJA – FAÇA BONITO*" com o valor total de R$ 8.000,00 (oito mil reais).

Três Barras do Paraná-PR, 07 de maio de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:BED6F335

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 5817/2024

Data: 03 de maio de 2024

Ementa: Regulamenta o Artigo 86 da Lei Nº 14.133/2021 que dispõe sobre a Adesão de Atas de Registro de Preços na forma de Carona e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, regulamenta o Sistema de Registro de Preços na forma de *"carona"* a que se refere o Artigo 86 da Lei Nº 14.133/2021, DECRETA:

Artigo 1º - A adesão a atas de registro de preços *(carona)* gerenciadas pela Administração Pública dos Estados, do Distrito Federal e da União pelo município de Três Barras do Paraná, será regulamentada por este Decreto.
Artigo 2º - A adesão a Ata de Registro de Preços, desde que devidamente justificada a vantagem, durante sua vigência, poderá ser utilizada pela Administração Pública Municipal, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
§ 1º - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
Artigo 3º - O processo de intenção de adesão a Atas de Registros de Preços de outros órgãos deverá ser instruído com, no mínimo, os seguintes documentos:
I - Edital do Órgão Gerenciador;
II - Termo de Referência do Órgão Gerenciador;
III - Ata de Registro de Preços do Órgão Gerenciador;
IV - Ofício com anuência do fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, aceitando o fornecimento da adesão;
V - Orçamentos que comprovem a vantajosidade;
VI - Justificativa assinada pelo ordenador, atestando a vantajosidade econômica e o interesse público, em especial da motivação da adesão em detrimento do procedimento licitatório;
VI - Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista do Fornecedor;
VIII - Processo de Inexigibilidade;
IX - Contrato ou Termo de Adesão da Ata de Registro de Preços;
X - Publicação do Extrato do Contrato ou Termo de Adesão no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Três Barras do Paraná, 03 de maio de 2024

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:C05EAD7F

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 41/2024

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h** do dia **28 DE MAIO DE 2024,** na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL - MENOR PREÇO GLOBAL**, regidos pela Lei Nº 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m.**
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitação@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17 horas.

Três Barras do Paraná-PR, 08 de maio de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:B45E707F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2662/2024

Data: 08/05/2024

Tomazina

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº 10/2024
Processo Administrativo nº 17/2024
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Biodigestor de Pequeno Porte a ser instalado na Escola Municipal Ademar Haruo Ishii.
EMPRESA: GAIATEC COMERCIO E SERVICOS DE AUTOMACAO E SISTEMA DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 06.176.620/0001-62.
VALOR TOTAL: R$14.000,00 (quatorze mil reais)

Tomazina, 08 de maio de 2024
Flavio Xavier de Lima Zanrosso
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA
EXTRATO CONTRATO Nº 23/2024

Processo Administrativo nº 17/2024
Contratado: GAIATEC COMERCIO E SERVICOS DE AUTOMACAO E SISTEMA DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 06.176.620/0001-62.
Dispensa Nº: 10/2024
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Biodigestor de Pequeno Porte a ser instalado na Escola Municipal Ademar Haruo Ishii.
VALOR TOTAL: R$14.000,00 (quatorze mil reais)
VIGENCIA: 08/05/2025

Tomazina, 08 de maio de 2024
Flavio Xavier de Lima Zanrosso
Prefeito

47988/2024

Três Barras do Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às 09h do dia 28 DE MAIO DE 2024, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, forma **ELETRÔNICA**, do tipo **EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL - MENOR PREÇO GLOBAL**, regidos pela Lei Nº 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m.**

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitação@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17 horas.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

48054/2024

Tupãssi

Aviso de Licitação
Município de Tupãssi, Estado do Paraná, torna público a realização do seguinte processo licitatório:
UASG: 987993. Modalidade Concorrência Eletrônica nº 06/2024. Processo Licitatório nº 22/2024. Modo de Disputa: ABERTO E FECHADO.
Síntese do seu objeto: Contratação por Concorrência Eletrônica, Menor Preço por Lote, Ampla Concorrência de empreitada especializada em fornecimento de materiais e mão de obra visando: **LOTE 01:** Composto pelos itens 01, 02, 03 e 04, sendo: **ITEM 01:** Execução de passeio público em piso intertravado, com área de 9.953,12 m²; regularização e compactação de solo, com área de 14.287,82 m²; instalação de grama, com área de 4.337,60 m²; construção de 41 rampas acessíveis de concreto; instalação de sinalização podotátil, com área de 838,01 m²; demolição parcial de passeio existente de piso intertravado, com área de 5.450,75 m²; remoção parcial de piso intertravado em passeio existente (para reaproveitamento), com área de 940,27 m²; demolição de guias de contenção e meio-fio existentes, com extensão de 5.316,14 m; limpeza de vegetação, com área de 584,21 m²; instalação de meio-fio em concreto pré-moldado, com extensão de 3.744,82 m; instalação de guias de contenção para piso intertravado, com extensão de 4.058,37 m; instalação de CBUQ, com 103,54 m³. Passeios situados na sede do município, nas ruas 24 de Julho (saída para Cascavel); Av. Presidente Castelo Branco (canteiro central); Rua dos Professores; Rua dos Estudantes; Rua da Cultura; Rua Maria Elita; Rua Etelvina B. de Oliveira; Praça Issao Mori; Praça de Todos os Poderes. **ITEM 02:** Execução de passeio público em piso intertravado, com área de 1.012,41 m²; regularização e compactação de solo, com área de 1.279,35 m²; instalação de grama, com área de 49,09 m²; construção de 7 rampas acessíveis de concreto; instalação de sinalização podotátil, com área de 104,91 m²; demolição parcial de passeio existente de piso intertravado, com área de 856,25 m²; demolição de guias de contenção e meio-fio existentes, com extensão de 357,85 m; instalação de meio-fio em concreto pré-moldado, com extensão de 324,37 m; instalação de guias de contenção para piso intertravado, com extensão de 464,49 m; instalação de CBUQ, com 7,44 m³; Passeio situado em Jotaesse, distrito do município, na Rua Bélgica (ao lado do cemitério), e na Avenida Noruega, na Rua França e na Rua Suíça (entorno da igreja católica). **ITEM 03:** Execução de passeio público em piso intertravado, com área de 752,51 m²; regularização e compactação de solo, com área de 897,08 m²; construção de 6 rampas acessíveis de concreto; instalação de sinalização podotátil, com área de 79,56 m²; demolição parcial de passeio existente de piso intertravado, com área de 1.085,75 m²; demolição de guias de contenção e meio-fio existentes, com extensão de 229,82 m; instalação de meio-fio em concreto pré-moldado, com extensão de 292,67 m; instalação de guias de contenção para piso intertravado, com extensão de 227,83 m; instalação de CBUQ, com 16,27 m³; Passeio situado em Palmitolândia, distrito do município, na Avenida Brasil, na Rua Colômbia e na Rua México (entorno da igreja católica). **ITEM 04:** Execução de passeio público em piso intertravado, com área de 971,29 m²; regularização e compactação de solo, com área de 1.071,89 m²; construção de 7 rampas acessíveis de concreto; instalação de sinalização podotátil, com área de 107,81 m²; demolição parcial de passeio existente de piso intertravado, com área de 274,50 m²; demolição de guias de contenção e meio-fio existentes, com extensão de 525,79 m; instalação de meio-fio em concreto pré-moldado, com extensão de 374,61 m; instalação de guias de contenção para piso intertravado, com extensão de 631,42 m; instalação de CBUQ, com 22,68 m³. Passeio situado em Brasilinha, distrito do município, na Rua Inconfidência, na Rua Egipcialinda, na Rua Joanice e na Rua Carmen (entorno da Igreja católica). **LOTE 02:** Composto pelo item 05, sendo: **ITEM 05:** Execução de vestiário (edificação), incluindo infraestrutura e superestrutura de concreto armado, acabamento e demais itens e especificações constantes em projeto, com área construída de 56,02 m². Vestiário situado na Praça de Todos os Poderes, na região central do município. **Valor Máximo da Licitação: R$ 3.259.168,41** (três milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, cento e sessenta e oito reais e quarenta e um centavos). **Tipo de Licitação:** Menor Preço por Lote, Ampla Concorrência. Com prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte LOCAL, ou seja, sediadas no Município de Tupãssi, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido. **Abertura das propostas e recebimento dos lances:** a partir das **09:00 horas do dia 27/05/2024**, no endereço eletrônico **https://www.gov.br/compras/pt-br/**. **Edital na íntegra:** O Edital, todas as documentações e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: **https://www.gov.br/compras/pt-br/ e tupassi.atende.net, no link "Portal da Transparência" ou "Licitações".** Demais informações através do telefone (44) 3544-8000, ramal 8004.
Tupãssi/PR, 07 de maio de 2024.
Juliano Marques Borges
Pregoeiro/Agente de Contratação
Diretor do Departamento de Suprimentos

47488/2024

União da Vitória

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PR
CNPJ: 75.967.760/0001- 71 – Rua: Dr. Cruz Machado, n. ° 205 – CEP: 84.600-900
União da Vitória – Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus novos (primeira vida), destinados à manutenção de veículos, máquinas e equipamentos da frota do município de União da Vitória/PR, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

ATENÇÃO: Em razão do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, a participação dos itens 1 a 6, 11 a 23, 26 a 31, 34 e 35 é exclusiva a ME/EPP. Em razão do artigo 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, para os itens 8, 10, 25 e 33, reservam-se cotas de 25% para participação exclusiva de ME/EPP. Destarte, apenas os itens 7, 9, 24 e 32 são de ampla participação (cotas principais).

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item.

MODO DE DISPUTA: "Aberto"

DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08h30min

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA DO OESTE

EXTRATO DE INTERRUPÇÃO DE CONTRATO

PARALIZAÇÃO/SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO N. 269/2023 DECORRENTE DA TOMADA DE PREÇOS N. 012/2023
CONTRATANTE: Municipio de Santa Tereza do Oeste - Pr
CONTRATADA: Luz de Prata Construtora de Obras Eireli
OBJETO: O presente aditivo encontra fulcrado no art. 125, da Lei nº 14.133/2021. A Administração Municipal se viu obrigada a Paralisar/Suspender a execução da obra referente ao contrato nº 269/2023, devido ao fato de que a o local previsto para execução dos serviços está passando por revitalização dentre outros serviços e, quando forem finalizados, a empresa Luz de Prata Construtora de Obras Elétricas Eireli dará continuidade a execução do contrato.
Elio Marciniak. Prefeito Municipal. Santa Tereza do Oeste, 7 de maio de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ITARARÉ

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 2/2024

O Município de Santana do Itararé, Estado do Paraná torna público que fará realizar, às 09:30 horas do dia 19 de junho do ano de 2024, na plataforma meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, pelo site www.bll.org.br, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto: Lago Maluf / Objeto: Construção de ciclovia em concreto / Quantidade e unidade de medida: 2.293,93 m² / Prazo de execução: 300 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sitio eletrônico da Prefeitura Municipal de Santana do Itararé - PR e na plataforma www.bll.org.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Santana do Itararé - PR, 9 de maio de 2024.
JOSÉ DE JESUZ IZAC
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERONIMO DA SERRA

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 9/2024

OBJETO MENOR PREÇO GLOBAL. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NO MUNICIPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA. Valor Máximo: R$ 382.605,44 (trezentos e oitenta e dois mil seiscentos e cinco reais e quarenta e quatro centavos). CONCORRÊNCIA - menor preço GLOBAL. Realização dia 24/05/2024 as 09:00 horas. Informações complementares, bem como, a retirada do Edital Completo, poderão ser obtidas no site:www.saojeronimodaserra.pr.gov.br http://www.compras.gov.br ou e-mail licitacao@saojeronimodaserra.pr.gov.br. (Informações: Unidade Compras / Licitação - (43) 3267-1074.

São Jerônimo da Serra, 8 de abril de 2024.
ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 2/2024

O Prefeito do Município de São João - Estado do Paraná, CLOVIS MATEUS CUCCOLOTTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e em conformidade com a Lei nº 14.133/21, HOMOLOGA o Procedimento Licitatório na modalidade Concorrência nº 002/2024, referente a contratação de pessoa jurídica especializada para execução de tratamento superficial triplo - TST em estrada vicinal rural no Município de São João/PR, de acordo com as especificações constantes do Edital e Termo de Referência - Anexo I do Edital, com a adjudicação do objeto da licitação à proponente: PEDREIRA SANTIAGO LTDA CNPJ: 77.744.134/0001-41.

São João, 9 de maio de 2024.
CLOVIS MATEUS CUCCOLOTTO
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 3/2024

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO - ESTADO DO PARANÁ torna público que fará realizar, às 08h30min horas do dia 28 de maio do ano de 2024, na plataforma Compras.gov.br, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Lot. Industrial, Santa Isabel, Distritos de Ouro Verde e Vila Paraíso	Pavimentação em CBUQ	19735,44 m²	300 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sitio eletrônico da Prefeitura de São João e na plataforma Compras.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

São João/PR, 8 de maio de 2024.
CLOVIS MATEUS CUCCOLOTTO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 11/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ/PR, com sede à Praça Santa Cruz, nº 249, centro em São Jorge do Ivaí - Paraná, comunica aos interessados que se encontra aberta a Licitação na Modalidade de Pregão Eletronico nº 11/2024 no Departamento de Licitação, sito à Praça Santa Cruz, nº 249, 1º andar, Edifício anexo, cujo objeto é o Fornecimento de equipamentos médicos hospitalares, material permanente e veículo, destinados a Unidade Básica de Saúde- UBS Terezinha Soares Muzulon, objeto vinculado a Resolução MS nº 22/2017 Proposta 08654.419000/1230-01 - Ministério da Saúde - Município de São Jorge do Ivaí/Pr. O Edital de Pregão Eletrônico nº 11/2024 completo encontra-se à disposição dos interessados no portal da transparência http://www.ingadigital.com.br/transparencia/?id_cliente=136 e local de abertura do certame: https://bll.org.br/, de acordo com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021. Horário da abertura do certame dos documentos de habilitação e da proposta comercial: as 14:00 horas do dia 27 de maio de 2024.

São Jorge do Ivaí, 30 de abril de 2024.
WESLEY RODRIGO MULATI
Secretario Municipal de Esportes e Lazer

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 10/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ/PR, com sede à Praça Santa Cruz, nº 249, centro em São Jorge do Ivaí - Paraná, comunica aos interessados que se encontra aberta a Licitação na Modalidade de Pregão Eletronico nº 09/2024 no Departamento de Licitação, sito à Praça Santa Cruz, nº 249, 1º andar, Edifício anexo, cujo objeto é o Fornecimento e instalação de assentos plásticos para eventos esportivos, destinados ao Complexo Esportivo/Ginásio de Esportes de São Jorge do Ivaí/Pr. O Edital de Pregão Eletrônico nº10/2024 completo encontra-se à disposição dos interessados no portal da transparência http://www.ingadigital.com.br/transparencia/?id_cliente=136 e local de abertura do certame: https://bll.org.br/, de acordo com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021. Horário da abertura do certame dos documentos de habilitação e da proposta comercial: as 09:00 horas do dia 27 de maio de 2024.

São Jorge do Ivaí, 30 de abril de 2024.
CLAUDEMIR JUVENCIO
Secretario Municipal de Esportes e Lazer

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0021/2024 - PMS - UASG 988461

OBJETO: Aquisições de equipamentos: máquina de algodão doce, pipoqueira e inflador de balões, destinados às Secretarias do Municipio de Sarandi/PR. Abertura: 24 de maio de 2024 às 09:00 h. Informações e edital: www.sarandi.pr.gov.br, www.compras.gov.br, e-mail: pregoeiro1@sarandi.pr.gov.br

Sarandi, 7 de maio de 2024.
RENAN BATISTA MEYRING
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAGI

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2024

O Município de Tibagi/PR, torna público, licitação na modalidade de Pregão, tipo menor preço, às 9 horas, do dia 24 de maio de 2024, para aquisição de material de expediente. Valor R$ 36.881,91. O Edital completo será fornecido, no Setor de Licitações, da Prefeitura Municipal de Tibagi, no e-mail licitacaotbg@hotmail.com, no site www.tibagi.pr.gov.br ou www.licitanet.com.br.

Tibagi, 26 de abril de 2024
ARTUR RICARDO NOLTE
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

AVISO DE DISPENA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 11/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para a executar o serviço de recuperação e proteção de 20 (vinte) nascentes no município de Tomazina. A Prefeitura Municipal de Tomazina, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação referente a DISPENSA ELETRÔNICA Nº 11/2024, no portal: (www.bll.org.br).

Valor Total de Referência: R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Abertura da Licitação: 08 horas do dia 16/05/2024.

Local da Abertura: Prefeitura Municipal de Tomazina - Praça Tenente João José Ribeiro, 99 - Tomazina - PR. O Edital completo está disponível no site http://tomazina.pr.gov.br, no PNCP no site https://pncp.gov.br/ e no portal: www.bll.org.br. Maiores esclarecimentos estarão à disposição dos interessados de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo telefone (43) 3563-1133 e pelo e-mail: comprastmz@hotmail.com.

Tomazina, 7 de maio de 2024.
FLÁVIO XAVIER DE LIMA ZANROSSO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 5/2024

O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ torna público que às 09h do dia 28 DE MAIO DE 2024, na Bolsa de Licitações do Brasil - BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link - licitações", realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, forma ELETRÔNICA, do tipo EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL - MENOR PREÇO GLOBAL, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m.

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 - e-mail: licitação@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17 horas.

Três Barras do Paraná/PR, 8 de maio de 2024.
GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPÃSSI

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2024 - UASG: 987993.

Processo Licitatório nº 22/2024. Modo de Disputa: ABERTO E FECHADO

Síntese do seu objeto: Contratação por Concorrência Eletrônica, Menor Preço por Lote, Ampla Concorrência de empresa especializada em fornecimento de materiais e mão de obra visando: LOTE 01: Composto pelos itens 01, 02, 03 e 04, sendo: ITEM 01: Execução de passeio público em piso intertravado, com área de 9.953,12 m²; regularização e compactação de solo, com área de 14.287,82 m²; instalação de grama, com área de 4.337,60 m²; construção de 41 rampas acessíveis de concreto; instalação de sinalização podotátil, com área de 838,01 m²; demolição parcial de passeio existente de piso intertravado, com área de 5.450,75 m²; remoção parcial de piso intertravado em passeio existente (para reaproveitamento), com área de 940,27 m²; demolição de guias de contenção e meio-fio existentes, com extensão de 5.316,14 m; limpeza de vegetação, com área de 584,21 m²; instalação de meio-fio em concreto pré-moldado, com extensão de 3.744,82 m; instalação de guias de contenção para piso intertravado, com extensão de 4.058,37 m; instalação de CBUQ, com 103,54 m³. Passeios situados na sede do município, nas ruas 24 de Julho (saída para Cascavel); Av. Presidente Castelo Branco (canteiro central); Rua dos Professores; Rua dos Estudantes; Rua da Cultura; Rua Maria Elita; Rua Etelvina B. de Oliveira; Praça Issao

Município de Três Barras do Paraná

Administração Municipal

Pesquisar...

Filtro por Título

Exibir # 50

Filtro por Título

Título	Data de publicação	Autor	Acessos
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2024 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PROJETOS TÉCNICOS E EXECTIVOS, DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, ART'S, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICO ON GRI (/transparencia/adm/licitacoes/concorrencia-publica/concorrencia-eletronica-n-07-2024-contratacao-de-empresa-para-fornecimento-de-projetos-tecnicos-e-exectivos-documentos-complementares-art-s-materiais-equipamentos-e-servicos-para-instalacao-do-sistema-de-geracao-de-energia-solar-fotovoltaico-on-grid-homologado-e-comissionado-pelo-orgao-competente-nas-dependecias-do-cmei-anaju-e-ginasio-de-esportes-do-bairro-jardim-floresta)	15/05/2024	Escrito por Miria Mencatto	**Acessos: 122**
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2024 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE 03 ABASTECEDOUROS COMUNITÁRIOS NAS COMUNIDADES DE SANTA BARBARA, LINHA KENNEDY E ROSÁRIO D'OESTE, CONFOME PROJETOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E DEMAIS DOCUMENTOS EM A (/transparencia/adm/licitacoes/concorrencia-publica/concorrencia-eletronica-n-06-2024-contratacao-de-empresa-especializada-para-execucao-de-03-abastecedouros-comunitarios-nas-comunidades-de-santa-barbara-linha-kennedy-e-rosario-d-oeste-confome-projetos-planilhas-orcamentarias-e-demais-documentos-em-anexo-ao-processo)	15/05/2024	Escrito por Miria Mencatto	**Acessos: 59**

Título	Data de publicação	Autor	Acessos
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 05/2024 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m. (/transparencia/adm/licitacoes/concorrencia-publica/concorrencia-eletronica-n-05-2024-contratacao-de-empresa-para-executar-obra-de-pista-de-caminhada-em-acesso-ao-cemiterio-municipal-na-pr-471-km-193-82m-a-km-194-137m)	09/05/2024	Escrito por Miria Mencatto	**Acessos: 80**
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 04/2024 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS PÚBLICAS URBANAS, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N° 953315/2023 DO MINISTÉRIO DAS CIDADES. (/transparencia/adm/licitacoes/concorrencia-publica/concorrencia-n-04-2024-contratacao-de-empresa-para-executar-pavimentacao-asfaltica-em-vias-publicas-urbanas-conforme-contrato-de-repasse-n-953315-2023-do-ministerio-das-cidades)	08/05/2024	Escrito por Miria Mencatto	**Acessos: 125**
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 03/2024 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA UNIDADE OPERACIONAL DA COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS CONFORME PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DEMAIS DOCUMENT (/transparencia/adm/licitacoes/concorrencia-publica/concorrencia-n-03-2024-contratacao-de-empresa-especializada-para-execucao-de-obra-de-ampliacao-da-infraestrutura-da-unidade-operacional-da-coleta-seletiva-de-residuos-solidos-urbanos-conforme-projetos-planilha-orcamentaria-e-demais-documentos-anexos-ao-processo)	11/04/2024	Escrito por Miria Mencatto	**Acessos: 189**
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 02/2024 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ. (/transparencia/adm/licitacoes/concorrencia-publica/concorrencia-n-02-2024-contratacao-de-empresa-para-construcao-de-estacao-de-residuos-solidos-urbanos-no-municipio-de-tres-barras-do-parana)	11/04/2024	Escrito por Miria Mencatto	**Acessos: 199**

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

PROPOSTAS DO PROCESSO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024
Processo Administrativo Nº 41/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 09/05/2024 11:36:17

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: OB Val. Ref.: 556.550,93

Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 088	Obra	556.550,93
PARTICIPANTE 073	Obra	556.550,93

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

PROPOSTAS DO PROCESSO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024
Processo Administrativo Nº 41/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 09/05/2024 11:36:17

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: OB Val. Ref.: 556.550,93

Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m

[redacted]tor	Marca/Modelo	Valor
DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	Obra	556.550,93
CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	Obra	556.550,93

DOCUMENTOS ANEXADOS

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA

Horário: 22/05/2024 14:48 **Documento:** Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social)
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/4fb2d56c9f814804aa9f2c8700b2ca87.pdf

Horário: 22/05/2024 14:48 **Documento:** Cadastro de CNPJ
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/82bc5246432946b6a09d9be82ef69d95.pdf

Horário: 22/05/2024 14:48 **Documento:** Certidão conjunta de débitos relativos a Tributos Federais
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/76ce4b01093f41f5ad2c1bc38586eee9.pdf

Horário: 22/05/2024 14:48 **Documento:** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/61db1eb7081e4c1d80a4ad6754e5a347.pdf

Horário: 22/05/2024 14:48 **Documento:** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/bda3cab2700040e28a355f246ff6991a.pdf

Horário: 22/05/2024 14:48 **Documento:** Certidão de regularidade débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/665a4494eafe4752885765940c4ba325.pdf

Horário: 22/05/2024 14:48 **Documento:** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/66dc75772df84e0289f7ce318456ae1c.pdf

Horário: 22/05/2024 14:48 **Documento:** Certidão Negativa de Falência ou Concordata
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/11a7cedacbec45e098c124e16e86a1ce.pdf

Horário: 22/05/2024 14:48 **Documento:** Certidão Simplificada da Junta Comercial
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/6c9bff1caae84a28b0c891b09a69676e.pdf

Horário: 22/05/2024 14:48 **Documento:** Declaração de cumprimento dos requisitos de Habilitação
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/ffaf109cc55b441094c4880fafc1a545.pdf

Horário: 22/05/2024 14:48 **Documento:** Declaração de enquadramento no regime de tributação de ME/EPP
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/5f29e0c95b134d50a278ade22b7e592b.pdf

Horário: 22/05/2024 14:48 **Documento:** Declaração de inexistência de fatos impeditivos ou supervenientes
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/6d92c66c07e6423e8364df5040b1ad90.pdf

Horário: 22/05/2024 14:48 **Documento:** Declaração de não utilização de mão de obra infantil
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/764b435eca97419294479d8477291a9b.pdf

Horário: 22/05/2024 14:48 **Documento:** Declaração de responsabilidade
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/960f9b890ddf4c46a9515b1571b10fba.pdf

Horário: 22/05/2024 14:48 **Documento:** Outros documentos
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/18a4022ea5d84ef18cda035a1486946c.pdf

Horário: 22/05/2024 14:48 **Documento:** Proposta em papel timbrado, assinada e com CNPJ
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/84df8ca36377491db57ee353b9e03aa3.pdf

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA

Horário: 23/05/2024 11:14 **Documento:** Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social)
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/cfb40c6569af4440a6fffd93de3ace6c.pdf

Horário: 23/05/2024 11:14 **Documento:** Cadastro de CNPJ
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/b6aad6b3a1604b089f1b4d355e7196ee.pdf

Horário: 23/05/2024 11:14 **Documento:** Certidão conjunta de débitos relativos a Tributos Federais
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/b2d476977cde4b45917a6acf2c313513.pdf

Horário: 23/05/2024 11:14 **Documento:** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/a931a14bdab74b038f04d06014f17df8.pdf

Horário: 23/05/2024 11:14 **Documento:** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/1a36076db7b64e02a528c398835e9e5a.pdf

Horário: 23/05/2024 11:14 **Documento:** Certidão de regularidade débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/20d55157a08e47b8b3a45cc919bf2066.pdf

Horário: 23/05/2024 11:14 **Documento:** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/1c70ef3c08dd4bfea78eb5094edc7bc4.pdf

Horário: 23/05/2024 11:14 **Documento:** Certidão Negativa de Falência ou Concordata
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/d1c74067fcc140308a88d93bfbaeb0e7.pdf

Horário: 23/05/2024 11:14 **Documento:** Certidão Simplificada da Junta Comercial
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/281c2c6ea7f74bf2aca0042db2b898f9.pdf

Horário: 23/05/2024 11:14 **Documento:** Declaração de cumprimento dos requisitos de Habilitação
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/43116ce69fe5456b91b16fa1fde97b77.pdf

Horário: 23/05/2024 11:14 **Documento:** Declaração de enquadramento no regime de tributação de ME/EPP
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/74fb4cfdf6c94a6f87a36a51c20b902e.pdf

Horário: 23/05/2024 11:14 **Documento:** Declaração de inexistência de fatos impeditivos ou supervenientes
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/266dcf84959a435b9d205a6db1c249f1.pdf

Horário: 23/05/2024 11:14 **Documento:** Declaração de não utilização de mão de obra infantil
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/fda8456c45a5472fac635c17bc960440.pdf

Horário: 23/05/2024 11:14 **Documento:** Declaração de responsabilidade
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/4bc17c8be9024628a226e6f90c30d93a.pdf

Horário: 23/05/2024 11:14 **Documento:** Outros documentos
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/65d71b23988347828bb80459a487edf8.pdf

Horário: 23/05/2024 11:14 **Documento:** Proposta em papel timbrado, assinada e com CNPJ
Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/d0c1efd14e554055b1e1117679b8dd0c.pdf

ARQUIVOS ANEXADOS À ITENS

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE SESSÃO - DISPUTA - Parte 1 de 1

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024
Processo Administrativo Nº 41/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 09/05/2024 11:36:17

MOVIMENTOS DO PROCESSO

20/05/2024 17:06:50	**CADASTRO DE PROPOSTA**	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA
22/05/2024 14:48:56	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA
22/05/2024 16:00:47	**CADASTRO DE PROPOSTA**	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA
23/05/2024 11:14:54	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA

LOTE 1 - HABILITAÇÃO
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: OB Marca: Obra Modelo:
Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 430.000,00 **Valor Total:** 430.000,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA	073	04.877.915/0001-30	556.550,93	430.000,00		Sim
2	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV	088	41.375.870/0001-22	556.550,93	432.000,00	0,47	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

09/05/2024 11:36:17	**PUBLICADO**		
09/05/2024 15:00:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
28/05/2024 08:00:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
28/05/2024 09:01:25	**DISPUTA**		
28/05/2024 09:01:25	**LANCE**	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	**556.550,93**
28/05/2024 09:01:25	**LANCE**	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	**556.550,93**
28/05/2024 09:02:24	**LANCE**	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	**555.000,00**
28/05/2024 09:03:08	**LANCE**	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	**554.000,00**
28/05/2024 09:03:25	**LANCE**	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	**553.000,00**
28/05/2024 09:03:36	**LANCE**	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	**552.000,00**
28/05/2024 09:03:51	**LANCE**	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	**551.000,00**
28/05/2024 09:04:02	**LANCE**	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	**550.000,00**
28/05/2024 09:04:30	**LANCE**	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	**549.000,00**
28/05/2024 09:04:39	**LANCE**	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	**548.000,00**

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

28/05/2024 09:04:59	LANCE	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	545.000,00
28/05/2024 09:05:12	LANCE	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	542.000,00
28/05/2024 09:05:29	LANCE	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	540.000,00
28/05/2024 09:05:46	LANCE	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	539.000,00
28/05/2024 09:05:58	LANCE	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	538.000,00
28/05/2024 09:06:08	LANCE	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	537.000,00
28/05/2024 09:06:25	LANCE	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	535.000,00
28/05/2024 09:06:32	LANCE	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	536.000,00
28/05/2024 09:06:39	LANCE	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	534.000,00
28/05/2024 09:06:54	LANCE	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	532.000,00
28/05/2024 09:07:06	LANCE	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	531.000,00
28/05/2024 09:07:20	LANCE	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	530.000,00
/05/2024 09:07:38	LANCE	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	529.000,00
28/05/2024 09:07:54	LANCE	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	525.000,00
28/05/2024 09:08:08	LANCE	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	520.000,00
28/05/2024 09:08:27	LANCE	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	518.000,00
28/05/2024 09:08:41	LANCE	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	515.000,00
28/05/2024 09:08:52	LANCE	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	513.000,00
28/05/2024 09:09:07	LANCE	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	512.000,00
28/05/2024 09:09:18	LANCE	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	510.000,00
28/05/2024 09:09:26	LANCE	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	509.000,00
28/05/2024 09:09:27	PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA		
28/05/2024 09:09:42	LANCE	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	505.000,00
28/05/2024 09:09:54	LANCE	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	500.000,00
28/05/2024 09:10:10	LANCE	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	498.000,00
28/05/2024 09:10:24	LANCE	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	497.000,00
28/05/2024 09:10:40	LANCE	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	496.000,00
/05/2024 09:10:48	LANCE	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	495.000,00
28/05/2024 09:11:05	LANCE	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	490.000,00
28/05/2024 09:11:21	LANCE	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	480.000,00
28/05/2024 09:11:36	LANCE	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	475.000,00
28/05/2024 09:11:47	LANCE	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	465.000,00
28/05/2024 09:12:13	LANCE	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	464.000,00
28/05/2024 09:12:33	LANCE	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	463.000,00
28/05/2024 09:12:40	LANCE	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	462.000,00
28/05/2024 09:12:46	LANCE	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	460.000,00
28/05/2024 09:12:54	LANCE	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	459.000,00
28/05/2024 09:13:05	LANCE	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	445.000,00
28/05/2024 09:14:11	LANCE	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	444.000,00
28/05/2024 09:14:33	LANCE	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	443.000,00
28/05/2024 09:15:36	LANCE	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	442.000,00
28/05/2024 09:15:55	LANCE	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	441.000,00
28/05/2024 09:16:33	LANCE	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	440.000,00
28/05/2024 09:16:55	LANCE	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	439.000,00

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

28/05/2024 09:17:54	**LANCE**	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	**438.000,00**
28/05/2024 09:18:05	**LANCE**	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	**437.000,00**
28/05/2024 09:18:57	**LANCE**	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	**436.000,00**
28/05/2024 09:19:20	**LANCE**	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA (PARTICIPANTE	**432.000,00**
28/05/2024 09:21:20	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
PARTICIPANTE 073 possui direito de desempate conforme Lei Complementar nº 123/2006.			
28/05/2024 09:21:20	**DESEMPATE**		
28/05/2024 09:21:41	**LANCE**	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (PARTICIPANTE 073)	**430.000,00**
28/05/2024 09:26:20	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta deve verificar e readequar seus valores unitários para este lote.			
28/05/2024 09:26:20	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA			
28/05/2024 09:26:20	**HABILITAÇÃO**		

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

Diretora do Departamento de Contabilidade MIRIA KUNHEN MENCATTO

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

VENCEDORES DO PROCESSO - DISPUTA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024
Processo Administrativo Nº 41/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 09/05/2024 11:36:17

			TOTAL DO PROCESSO:	**430.000,00**
CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA		**04.877.915/0001-30**		**430.000,00**
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 073	Lance: 430.000,00	**Total: 430.000,00**
Item: 1	Unidade: OB	Marca: Obra	Modelo:	

Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m

Quantidade: 1	Val. Ref.: 556.550,93	**Valor Unit.: 430.000,00**	Total Item: 430.000,00

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

Diretora do Departamento de Contabilidade MIRIA KUNHEN MENCATTO

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

SOCIEDADE LIMITADA
ALTERACAO CONTRATUAL Nº 03
DA SOCIEDADE CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA
CNPJ. Nº 04.877.915/0001-30

Dalvo Koerich Junior, brasileiro, casado por comunhão Parcial de bens, Engenheiro Civil, nascimento 15/05/1978, residente e domiciliado na Rua Urubici nº. 26, Centro, nesta cidade de Salto do Lontra, Paraná, portador da Cédula deIdentidade RG n.º. 5.742.546-6. expedida pelo instituto de identificação do estado do Paraná e do CIC n.º 007.138.249-64 e **Dalvina Koerich**, brasileira,solteira, maior, data de nascimento em 02/09/1955, empresária, residente e domiciliado, Centro, nesta cidade de Salto do Lontra – PR. a Rua Urubici nº 26. portador da Rg. 5.378.218-03, expedido pelo instituto de identificação do Paraná e do CPF. 793.926.529-68, sócios componentes da sociedade mercantil que gira sob o nome Comercial de **"Construtora de Obras Conskova Ltda.**na cidade de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, à Rua Urubici nº. 26, Centro, CEP: 85.670-000, Inscrita no CNPJ.nº. 04.877.915/0001-30, com o contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob o nº 4120472757-3 por despacho em sessão em 23 de Janeiro de 2002 e subseqüente alteração de Contrato Social arquivado sob o nº. 20020387350 por despacho em sessão em 15 de março de 2002; n.º, 200209744736, arquivada em 06 de Maio de 2002; resolvem por este instrumento particular de Alteração de Contrato modificar seu contrato primitivo de acordo com as cláusulas seguinte:

Clausula Primeira: Fica alterada a clausula 3ª da 2ª alteração de contrato social onde mencionava a distribuição do capital:

O capital social, que é de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais) totalmente integralizado, e dividido em 50.000 (cinqüenta mil) quotas, no valor de cada quota de $ 1,00 (um real), passa a ser de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) com aumento no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais) com aproveitamento da Reserva de Lucros Acumulados, no Balanço Geral, Encerrado em 31 de Dezembro de 2004, dividido em 200.000 (duzentos mil) quotas no valor de cada uma de $ 1,00 (um real) sendo que o total do capital social passa a ser distribuido em:

SÓCIOS	N.º QUOTAS	CAPITAL (R$)
Dalvo Koerich Junior	**100.000**	**100.000,00**
Dalvina Koerich	**100.000**	**100.000,00**
TOTAL	**200.000**	**200.000,00**

Clausula Segunda: - DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO: À vista da modificação ora ajustada e em consonância com que determina o art. 2.031 da Lei nº 10.406/2002, os sócios RESOLVEM, por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequado às disposições da referida Lei n.º 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DE
CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA
CNPJ Nº. 04.877.915/0001-30

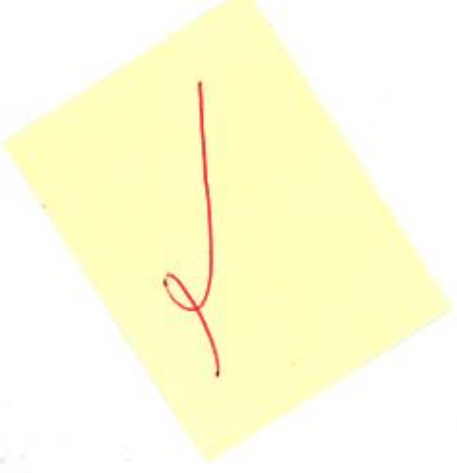
CLÁUSULA PRIMEIRA- A sociedade girara sob o nome empresarial **"CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA"** e terá sede e domicílio na Rua Urubici nº. 26, CEP. 85670-000, Centro, Salto do Lontra, Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA- A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA TERCEIRA- A sociedade terá por objeto atividade de industria da Construção Civil, construção de edifícios comerciais residenciais, fabricação de estruturas metálicas, serviços de terraplanagens e pavimentação de estradas e vias urbanas.

CLÁUSULA QUARTA- A sociedade iniciou suas atividades em 30 de Janeiro de 2002 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado .





JUNTA COMERCIAL
DO PARÁ

ESCRITÓRIO REGIONAL

SOCIEDADE LIMITADA
ALTERACAO CONTRATUAL Nº 03
DA SOCIEDADE CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA
CNPJ. Nº 04.877.915/0001-30

CLÁUSULA QUINTA- O capital social é de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), dividido em 200.000 (Duzentos mil) quotas de R$ 1,00 (um real), cada uma, subscritas e já integralizadas, em moeda corrente do Pais, pelos sócios e distribuídas da seguinte forma:

SÓCIOS	N.º QUOTAS	CAPITAL (R$)
Dalvo Koerich Junior	**100.000**	**100.000,00**
Dalvina Koerich	**100.000**	**100.000,00**
TOTAL	**200.000**	**200.000,00**

CLÁUSULA SEXTA- A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme dispõe o art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA SÉTIMA - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA - A administração da sociedade caberá a **Dalvo Koerich Junior,** com os poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade, representá-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade,autorizado o uso do nome empresarial individualmente .

§ 1.º- Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir mandatários da sociedade, especificados no instrumento os atos e operações que poderão praticar.

§ 2.º- É vedado o uso do nome empresarial em atividades em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA NONA - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único- O mesmo procedimento será adotado sem outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA -O Administrador declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

SOCIEDADE LIMITADA
ALTERACAO CONTRATUAL Nº 03
DA SOCIEDADE CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA
CNPJ. Nº 04.877.915/0001-30 Fls 03

financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o foro de Salto do Lontra-Pr para exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, datam, lavram e assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto do Lontra, Pr. 31 de Março de 2005

Dalvo Koerich Junior

Dalvina Koerich

Testemunhas:

André Ângelo Spada
Rg.5.211.524-8 – Pr.

Luiz Spada
Rg. 1.426.691-PR

VISTADO EM 21/03/2005
Gilberto Maria
OAB-PR.11999
CPF. 409.174.609-87

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
ESCRITORIO REGIONAL DE FRANCISCO BELTRAO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 07/04/2005
SOB NÚMERO: 20051122278
Protocolo: 05/112227-8
Empresa:41 2 0472757 3
CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA

MARIA THEREZA LOPES SALOMÃO
SECRETARIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
FRANCISCO BELTRÃO

05/11222/08

SOCIEDADE LIMITADA
ALTERACAO CONTRATUAL Nº 04
DA SOCIEDADE CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA EPP
CNPJ. Nº 04.877.915/0001-30

Dalvo Koerich Junior, brasileiro, casado por comunhão Parcial de bens, Engenheiro Civil, nascimento 15/05/1978, residente e domiciliado na Rua Urubici nº. 26, Centro, nesta cidade de Salto do Lontra, Paraná, portador da Cédula de identidade RG n.º. 5.742.546-6. expedida pelo instituto de identificação do estado do Paraná e do CIC n.º 007.138.249-64 e **Dalvina Koerich**, brasileira,solteira, maior, data de nascimento em 02/09/1955, empresária, residente e domiciliado, Centro, nesta cidade de Salto do Lontra – PR. a Rua Urubici nº 26, portadora da Rg. 5.378.218-03, expedido pelo instituto de identificação do Paraná e do CPF. 809.386.479-20, sócios componentes da sociedade mercantil que gira sob o nome Comercial de "**Construtora de Obras Conskova Ltda EPP.** na cidade de Salto do Lontra, Estado do Paraná, à Rua Urubici nº. 26, Centro, CEP: 85.670-000, Inscrita no CNPJ.nº. 04.877.915/0001-30, com o contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob o nº 4120472757-3 por despacho em sessão em 23 de Janeiro de 2002 e subseqüente alteração de Contrato Social arquivado sob o nº. 20020387350 por despacho em sessão em 15 de março de 2002; n.º, 200209744736, arquivada em 06 de Maio de 2002 e sob o n°20051122278. em data de 07/04/2005 resolvem por este instrumento particular de Alteração de Contrato modificar seu contrato primitivo de acordo com as cláusulas seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA:

Fica alterada a clausula 5ª da 3ª alteração de contrato social onde mencionava a distribuição do capital:

O capital social, que é de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) totalmente integralizado, e dividido em 200.000 (Duzentos mil) quotas, no valor de cada quota de $ 1,00 (um real), passa a ser de R$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) com aumento no valor de R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) com aproveitamento da Reserva de Lucros Acumulados, no Balanço Geral, Encerrado em 31 de Dezembro de 2008, dividido em 500.000 (Quinhentos mil) quotas no valor de cada uma de $ 1,00 (um real) sendo que o total do capital social passa a ser distribuído em:

SÓCIOS	N.º QUOTAS	CAPITAL (R$)
Dalvo Koerich Junior	**250.000**	**250.000,00**
Dalvina Koerich	**250.000**	**250.000,00**
TOTAL	**500.000**	**500.000,00**

CLAUSULA SEGUNDA:

Fica alterada parte da clausula 1ª, da Terceira Alteração de Contrato social, onde constava, tendo sua sede e foro em Salto do Lontra, Estado do Paraná, a Rua Urubici n°. 26, Centro, CEP. 85.670-000.

Parágrafo Primeiro: Em virtude da modificação a cláusula 1ª. da Terceira Alteração de Contrato Social, passa a ter a seguinte redação: A sua sede e domicilio na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná a Av. Brasil n°. 124, Centro, Cep 85.485-000.

CLAUSULA TERCEIRA:

O endereço do sócio, Dalvo Koerich Junior, passa a partir desta data para a Av. Brasil n°. 124, Centro CEP. 85485-000, na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná.

CLAUSULA QUARTA:-

Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições de presente instrumento.

E, por assim terem justos e contratados, lavram datam e assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Salto do Lontra, Pr. 24 de Março de 2009

Dalvina Koerich

Dalvo Koerich Junior

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE DOIS VIZINHOS
CERTIFICO O REGISTRO EM: 20/04/2009
SOB NÚMERO: 20090435915
Protocolo: 09/043591-5, DE 07/04/2009
Empresa:41 2 0472757 3
CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA - EPP
LUIZ CARLOS SALVARO
SECRETARIO GERAL

SOCIEDADE LIMITADA
ALTERACAO CONTRATUAL Nº 05
DA SOCIEDADE CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA EPP
CNPJ. Nº 04.877.915/0001-30

Dalvo Koerich Junior, brasileiro, casado por comunhão Parcial de bens, Engenheiro Civil, nascimento 15/05/1978, residente e domiciliado na Av. Brasil nº. 124, Centro, nesta cidade de Três Barras do Paraná, Paraná, portador da Cédula de identidade RG n.º. 5.742.546-6. expedida pelo instituto de identificação do estado do Paraná e do CIC n.º 007.138.249-64 e **Dalvina Koerich**, brasileira,solteira, maior, data de nascimento em 02/09/1955, empresária, residente e domiciliado, Centro, nesta cidade de Salto do Lontra – PR. a Rua Urubici nº 26, portadora da Rg. 5.378.218-03, expedido pelo instituto de identificação do Paraná e do CPF. 809.386.479-20, sócios componentes da sociedade mercantil que gira sob o nome Comercial de "**Construtora de Obras Conskova Ltda EPP.** na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, à Av. Brasil nº. 124, Centro, CEP: 85.485-000, Inscrita no CNPJ.nº. 04.877.915/0001-30, com o contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob o nº 4120472757-3 por despacho em sessão em 23 de Janeiro de 2002 e subseqüente alteração de Contrato Social arquivado sob o nº. 20020387350 por despacho em sessão em 15 de março de 2002; n.º, 200209744736, arquivada em 06 de Maio de 2002 e sob o nº20051122278. em data de 07/04/2005 e alteração sob o nº. 20090435915 em data de 20/04/2009. **resolvem** por este instrumento particular de Alteração de Contrato modificar seu contrato primitivo de acordo com as cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA:

A sócia, Dalvina Koerich, que possui na sociedade 250.000 (duzentos e cinqüenta mil) quotas de R$ 1,00(um real) cada uma totalizando a R$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais) integralizados, na condição de cedente, cede e transfere o valor de 245.000 (duzentos e quarenta cinco mil) quotas ao sócio, DALVO KOERICH JUNIOR, na condição de cessionário, pelo preço certo e ajustado de R$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais) que declara haver recebido neste ato, em moeda corrente, dando e recebendo, junto ao cessionário, plena geral, rasa e irrevogável quitação por essas quotas, direitos e haveres e elas referentes na sociedade, para nada mais a reclamar seja a que título for.

CLAUSULA SEGUNDA:

Fica alterada a clausula 1ª da 4ª alteração de contrato social onde mencionava a distribuição do capital: O capital social, que é de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) totalmente integralizado, e dividido em 500.000 (quinhentos mil) quotas, no valor de cada quota de $ 1.00 (um real) passa a ser de R$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais) com aumento no valor de R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) com aproveitamento da Reserva de Lucros Acumulados, no Balanço Geral, Encerrado em 31 de Dezembro de 2011, dividido em 1.500.000 (Um milhão e quinhentos mil) quotas no valor de cada uma de $ 1,00 (um real) sendo que o total do capital social passa a ser distribuído em:

SÓCIOS	%	N.º QUOTAS	CAPITAL (R$)
Dalvo Koerich Junior	99,00%	1.485.000	1.485.000,00
Dalvina Koerich	1.00%	15.000	15.000,00
TOTAL	100,00%	1.500.000	1.500.000,00

CLAUSULA TERCEIRA:

Fica alterada a cláusula 3ª da 3ª Alteração de Contrato Social, onde constava a sociedade terá por objeto atividade de industria da Construção Civil, construção de edifícios comerciais residenciais, fabricação de estruturas metálicas, serviços de terraplanagens e pavimentação de estradas e vias urbanas

passa a ser: A sociedade terá por objeto a atividade de:

4120-4/00-Construção de edificios.
4211-1/01-Construção de Rodovias.
4211-1/02-Pintura para sinalização em pistas rodoviárias.
4213-8/00-Obras de urbanização –Ruas, praças e calçadas.
4330-4/99-Outras obras de acabamento da construção.
7732-2/01-Aluguel de maquinas e equipamentos para construção.
8130-3/00-Atividade Paisagisticas.
7112-0/00-Serviços de engenharia.
0161-0/03-Serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita.
4313-4/00-Obras de Terraplenagem.

SOCIEDADE LIMITADA
ALTERACAO CONTRATUAL Nº 05
DA SOCIEDADE CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA EPP

4311-8/02-Preparação de canteiro e limpeza de terreno.
Parágrafo Único: Em virtude da modificação da cláusula 1ª da 1ª alteração de contrato social passa a ter a seguinte redação: A sociedade terá por objeto a atividade de:
4120-4/00-Construção de edifícios.
4211-1/01-Construção de Rodovias.
4211-1/02-Pintura para sinalização em pistas rodoviárias.
4213-8/00-Obras de urbanização –Ruas, praças e calçadas.
4330-4/99-Outras obras de acabamento da construção.
7732-2/01-Aluguel de maquinas e equipamentos para construção.
8130-3/00-Atividade Paisagísticas.
7112-0/00-Serviços de engenharia.
0161-0/03-Serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita.
4313-4/00-Obras de Terraplenagem.
4311-8/02-Preparação de canteiro e limpeza de terreno.

CLAUSULA QUARTA:-
O endereço da sócia Dalvina Koerich, passe a partir desta data para a Rua Pedro Paulo Koerig nº 466, CEP. 85670-000, Salto do Lontra – Estado do Paraná

CLAUSULA QUINTA:-
Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições de presente instrumento.

E, por assim terem justos e contratados, lavram datam e assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Três Barras do Paraná, Pr. 06 de Fevereiro de 2012

DALVINA KOERICH

DALVO KOERICH JUNIOR

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE DOIS VIZINHOS
CERTIFICO O REGISTRO EM 16/02/2012
SOB NÚMERO 20120686473
Protocolo: 12/068647-3, DE 07/02/2012
Empresa:41 2 0472757 3
CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA EPP
SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
DOIS VIZINHOS

SOCIEDADE LIMITADA
ALTERACAO CONTRATUAL Nº 06
DA SOCIEDADE CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA EPP
CNPJ. Nº 04.877.915/0001-30

Dalvo Koerich Junior, brasileiro, casado por comunhão Parcial de bens, Engenheiro Civil, nascimento 15/05/1978, residente e domiciliado na Av. Brasil nº. 124, Centro, nesta cidade de Três Barras do Paraná, Paraná, portador da Cédula de identidade RG n.º. 5.742.546-6. expedida pelo instituto de identificação do estado do Paraná e do CIC n.º 007.138.249-64 e **Dalvina Koerich**, brasileira,solteira, maior, data de nascimento em 02/09/1955, empresária, residente e domiciliado, Centro, nesta cidade de Salto do Lontra – PR. a Rua Pedro Paulo Koerig nº.466, CEP.85670-000, portadora da Rg. 5.378.218-03, expedido pelo instituto de identificação do Paraná e do CPF. 809.386.479-20, sócios componentes da sociedade mercantil que gira sob o nome Comercial de "**Construtora de Obras Conskova Ltda EPP.** na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, á Av. Brasil nº. 124, Centro, CEP: 85.485-000, Inscrita no CNPJ.nº. 04.877.915/0001-30, com o contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob o nº 4120472757-3 por despacho em sessão em 23 de Janeiro de 2002 e subseqüente alteração de Contrato Social arquivado sob o nº. 20020387350 por despacho em sessão em 15 de março de 2002; n.º, 200209744736, arquivada em 06 de Maio de 2002 e sob o nº20051122278. em data de 07/04/2005 e alteração sob o nº. 20090435915 em data de 20/04/2009 e alteração sob o nº. 20120686473 em data de 16/02/2012; **resolvem** por este instrumento particular de Alteração de Contrato modificar seu contrato primitivo de acordo com as cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA:
Fica alterada a cláusula 3ª da 5ª Alteração de Contrato Social, onde constava a sociedade terá por objeto atividade de:
4120-4/00-Construção de edifícios.
4211-1/01-Construção de Rodovias.
4211-1/02-Pintura para sinalização em pistas rodoviárias.
4213-8/00-Obras de urbanização –Ruas, praças e calçadas.
4330-4/99-Outras obras de acabamento da construção.
7732-2/01-Aluguel de maquinas e equipamentos para construção.
8130-3/00-Atividade Paisagísticas.
7112-0/00-Serviços de engenharia.
0161-0/03-Serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita.
4313-4/00-Obras de Terraplenagem.
4311-8/02-Preparação de canteiro e limpeza de terreno.
PASSA A SER: A sociedade terá por objeto a atividade de:
4120-4/00-Construção de edifícios.
4211-1/01-Construção de Rodovias.
4211-1/02-Pintura para sinalização em pistas rodoviárias.
4213-8/00-Obras de urbanização –Ruas, praças e calçadas.
4330-4/99-Outras obras de acabamento da construção.
7732-2/01-Aluguel de maquinas e equipamentos para construção.
8130-3/00-Atividade Paisagísticas.
7112-0/00-Serviços de engenharia.
0161-0/03-Serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita.
4313-4/00-Obras de Terraplenagem.
4311-8/02-Preparação de canteiro e limpeza de terreno.
4930-2/02-Transporte rodoviário de cargas em geral, internacional, interestadual e internacional.

SOCIEDADE LIMITADA
ALTERACAO CONTRATUAL Nº 06
DA SOCIEDADE CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA EPP
CNPJ. Nº 04.877.915/0001-30

Parágrafo Único: Em virtude da modificação da cláusula 3ª da 5ª alteração de contrato social **passa a ter a seguinte redação**: A sociedade terá por objeto a atividade de:
4120-4/00-Construção de edifícios.
4211-1/01-Construção de Rodovias.
4211-1/02-Pintura para sinalização em pistas rodoviárias.
4213-8/00-Obras de urbanização –Ruas, praças e calçadas.
4330-4/99-Outras obras de acabamento da construção.
7732-2/01-Aluguel de maquinas e equipamentos para construção.
8130-3/00-Atividade Paisagisticas.
7112-0/00-Serviços de engenharia.
0161-0/03-Serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita.
4313-4/00-Obras de Terraplenagem.
4311-8/02-Preparação de canteiro e limpeza de terreno.
4930-2/02-Transporte rodoviário de cargas em geral, internacional, interestadual e internacional.

CLAUSULA SEGUNDA:-
Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições de presente instrumento.

E, por assim terem justos e contratados, lavram datam e assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Três Barras do Paraná, Pr. 11 de Setembro de 2013

DALVINA KOERICH

DALVO KOERICH JUNIOR

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE DOIS VIZINHOS
CERTIFICO O REGISTRO EM 30/09/2013
SOB NUMERO: 20135292590
Protocolo: 13/529259-0, DE 19/09/2013
SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
DOIS VIZINHOS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
04.877.915/0001-30 MATRIZ		23/01/2002

NOME EMPRESARIAL
CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CONSKOVA	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.11-1-02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
01.61-0-03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV BRASIL	124	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.485-000	CENTRO	TRES BARRAS DO PARANA	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(46) 3538-1314

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	23/01/2002

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **15/04/2024** às **15:43:49** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA
CNPJ: 04.877.915/0001-30

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:27:49 do dia 16/04/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 13/10/2024.
Código de controle da certidão: **8C6F.B47E.9378.799E**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

000258

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 033296192-06

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **04.877.915/0001-30**
Nome: **CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 14/08/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (16/04/2024 14:32:30)

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

CAPITAL DO FEIJÃO

CERTIDÃO NEGATIVA NR. 1237/2024

Cadastro Econômico: 7950

Razão Social.: CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA.
CPF/CNPJ.....: 04.877.915/0001-30
Nome Fantasia: CONSTRUTORA DE OBRAS
Endereço.....: AV BRASIL
Bairro.....: CENTRO
Atividade....: CONSTRUCÃO DE EDIFICIOS, INSTALACOES
Alvará.....: 795

Certificamos de acordo com a Legislação em vigor, e face ao requerimento protolado sob nº , no dia que o cadastro Economico nº 795-0 localizado nesta cidade de Três Barras do Paraná, não possui débitos referente a móveis, nem imóveis, ou qualquer outro debito fiscal, NADA DEVE para a Fazenda Pública deste municipio, referente a impostos atrasados.

A presente certidão emitida pelo Portal do Cidadão servira exclusivamente para fins de Emissão de Certidão

A presente certidão não exclui o direito da Fazenda Municipal exigir a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

Certidão emitida com base em Lei Municipal do municipio de Três Barras do Paraná.
Emitida em: 21/05/2024
Válida até: 20/06/2024
Ano/Número da certidão.....: 2024/1237
Código de autenticidade da certidão: 824209185824209
Certidão emitida gratuitamente pelo portal do cidadão.
ATENÇÃO: QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.877.915/0001-30
Razão Social: CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA
Endereço: AV BRASIL 124 / CENTRO / TRES BARRAS DO PARANA / PR / 85485-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:13/05/2024 a 11/06/2024

Certificação Número: 2024051305020995408241

Informação obtida em 22/05/2024 17:45:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 04.877.915/0001-30
Certidão nº: 26769877/2024
Expedição: 16/04/2024, às 15:39:36
Validade: 13/10/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.877.915/0001-30, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de CATANDUVAS

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO – FINS GERAIS – CÍVEIS – FALÊNCIA – NEGATIVA

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CÍVEIS, especificamente: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL desta Secretaria, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA
CNPJ: 04.877.915/0001-30
Local da Sede: Três Barras do Paraná - PR

Orientações:

Esta certidão NÃO APONTA ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como Autor(a).
São apontados os feitos em tramitação cadastrados no Sistema Informatizado referente à comarca de CATANDUVAS
Não existe qualquer conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.
A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais.
Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8°, §2° da Resolução CNJ 121/2010.
A presente certidão menciona somente o registro de distribuição, para dados complementares do procedimento, deve-se dirigir até a Secretaria para onde foi distribuído e solicitar uma CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ.
A Busca de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL e EMPRESÁRIO INDIVIDUAL abrange também a pessoa física.

CATANDUVAS, 17 de abril de 2024

Adriane Strzelecki
Distribuidor

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná

JUCEPAR

PARANÁ

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA - EPP **NIRE :** 41204727573 **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** PRC2420484200
NIRE (Sede) 41204727573	**CNPJ** 04.877.915/0001-30	**Data de Ato Constitutivo** 23/01/2002	**Início de Atividade** 30/01/2002

Endereço Completo
Avenida BRASIL, Nº 124, CENTRO - Três Barras do Paraná/PR - CEP 85485-000

Objeto Social
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS; PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS; OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO; ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO; ATIVIDADE PAISAGÍSTICAS; SERVIÇOS DE ENGENHARIA; SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DE TERRENO, CULTIVO E COLHEITA; OBRAS DE TERRAPLENAGEM; PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO; TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS EM GERAL, INTERNACIONAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL.

Capital Social R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) **Capital Integralizado** R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)	**Porte** EPP (Empresa de Pequeno Porte)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
DALVO KOERICH JUNIOR	007.138.249-64	R$ 1.485.000,00	Sócio	S	Indeterminado
Nome	**CPF/CNPJ**	**Participação no capital**	**Espécie de sócio**	**Administrador**	**Término do mandato**
DALVINA KOERICH	809.386.479-20	R$ 15.000,00	Sócio	N	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
DALVO KOERICH JUNIOR	007.138.249-64	Indeterminado

Último Arquivamento			
Data 30/09/2013	**Número** 20135292590	**Ato/eventos** 002 / 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 23/04/2024, às 15:00:33 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.pr.gov.br**, com o código **XHCFNA9H**.
LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ao
Agente de Contratação do Município de Três Barras do Paraná

CONCORRÊNCIA N° 05/2024

Construtora de Obras Conskova Ltda inscrita no CNPJ/MF n° 04.877.915/0001-30, sediada Avenida Brasil; 124 Centro Três Barras do Paraná declara para fins de participação na CONCORRÊNCIA N° 05/2024, e sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos em seu edital, conforme previsto no artigo 63°, inciso I, da Lei 14.133/2021.
Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Três Barras do Paraná, 28 de Maio de 2024.

04.877.915/0001-30
CONSTRUTORA DE OBRAS
CONSKOVA LTDA.
AVENIDA BRASIL, 124
CENTRO - CEP 85485-000
TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PARANÁ

Construtora de Obras Conskova Ltda
CNPJ: 04.877.915/0001-30
Dalvo koerich Júnior
Representante Legal
RG: 5.742.546-6

Dalvo Koerich Júnior
CPF 007.138.249-64
CREA: 62963-D-PR
ENGENHEIRO CIVIL

CONSTRUTORA DE OBRAS
CONSKOVA LTDA

CNPJ: 04.877.915/0001-30 I.E. 90290199-05

ANEXO III -
MODELO DE DECLARAÇÃO TRATAMENTO DIFERENCIADO LEI 123/2006
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024

A empresa Construtora de Obras Conskova Ltda, inscrita no CNPJ sob o Nº 04.877.915/0001-30, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a) Dalvo Koerich Junior, portador(a) da Carteira de Identidade Nº 5.742.546-6, do CPF Nº 007.138.249-64, DECLARA, para fins do disposto no edital supracitado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

(X) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme art. 1º do Decreto nº 8.538/2015.

Afirma ainda que quer participar da referida licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006 e que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Que do capital da Empresa não participa pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar;

Que o titular ou sócio da Empresa não participa com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar.

Que estará observando as disposições do § 2º do art. 4, não tendo celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, no ano-calendário de realização da licitação.

Três Barras do Paraná, 28 de Maio de 2024.

04.877.915/0001-30
CONSTRUTORA DE OBRAS
CONSKOVA LTDA
AVENIDA
CENTRO
TRÊS BARRAS DO PARANÁ

Construtora de Obras Conskova Ltda
CNPJ: 04.877.915/0001-30

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR

Ao
Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná
CONCORRÊNCIA Nº 05/2024

Construtora de Obras Conskova Ltda, inscrita no CNPJ/MF nº 04.877.915/0001-30, sediada na Avenida Brasil; 124 Centro Três Barras do Paraná, declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.
Declara também, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência.
Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Três Barras do Paraná, 28 de Maio de 2024.

04.877.915/0001-30
CONSTRUTORA DE OBRAS
CONSKOVA LTDA
AVENIDA
CENTRO
PARANÁ

Construtora de Obras Conskova Ltda
CNPJ: 04.877.915/0001-30
Dalvo koerich Júnior
Representante Legal
RG: 5.742.546-6

Dalvo Koerich Júnior
CPF 007.139.249-04
CREA 52660/D-PR
ENGENHEIRO CIVIL

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE TRABALHO DE MENOR

Ao
Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná
CONCORRÊNCIA Nº 05/2024

Construtora de Obras Conskova Ltda, CNPJ Nº 04.877.915/0001-30, sediada na Avenida Brasil; 124 Centro de Três Barras do Paraná / PR, declara sob as penas da Lei, que cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, ou seja, não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso, ou menores de 16 (dezesseis) anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
A empresa está ciente de que o descumprimento do disposto acima, durante a vigência do contrato, acarretará a sua rescisão.

Três Barras do Paraná, 28 de Maio de 2024.

04.877.915/0001-30
CONSTRUTORA DE OBRAS
CONSKOVA LTDA.
AVENIDA BRASIL, 124
CENTRO - CEP 85485-000
TRÊS BARRAS DO PARANÁ - PARANÁ

Construtora de Obras Conskova Ltda
CNPJ: 04.877.915/0001-30
Dalvo koerich Júnior
Representante Legal
RG: 5.742.546-6

Dalvo Koerich Júnior
CPF 007.138.249-64
CREA: 62963-D-PR
ENGENHEIRO CIVIL

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

À Comissão de Contratação do Município de Três Barras do Paraná.
CONCORRÊNCIA Nº 05/2024

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Construtora de Obras Conskova Ltda, inscrita no CNPJ/MF nº 04.877.915/0001-30, sediada na Avenida Brasil; 124 Centro Três Barras do Paraná, declara, sob as penas da Lei, conforme o disposto no edital em epígrafe, caso venhamos a vencer a licitação, o responsável técnico será:

NOME	FORMAÇÃO	Nº REGISTRO	DATA DO REGISTRO
DALVO KOERICH JUNIOR	ENGENHEIRO CIVIL	62963-D	22/03/2001

Declara também, que a empresa se responsabiliza em emitir Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART) de execução até o início dos serviços.
Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Três Barras do Paraná, 28 de Maio de 2024.

04.877.915/0001-30
CONSTRUTORA DE OBRAS
CONSKOVA LTDA.
AVENIDA BRASIL, 124
CENTRO - CEP 85485-000
TRÊS BARRAS DO PARANÁ PARANÁ

Construtora de Obras Conskova Ltda
CNPJ: 04.877.915/0001-30
Dalvo koerich Júnior
Representante Legal
RG: 5.742.546-6

Dalvo Koerich Junior
Engenheiro Civil
CREA Nº: 62963-D PR
Responsável Técnico

Dalvo Koerich Júnior
CPF 007.138.249-64
CREA 62963-D-PR
ENGENHEIRO CIVIL

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

CONCORRÊNCIA Nº 05/2024

A Comissão de Contratação do Município de Três Barras do Paraná.

DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

O representante legal e responsável técnico da empresa Construtora de Obras Conskova Ltda inscrita no CNPJ/MF nº 04.877.915/0001-30, declaram, sob as penas da Lei, que renunciam à Visita Técnica ao local da obra do objeto licitado e, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e/ou financeiras para com o Município de Três Barras do Paraná.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Três Barras do Paraná, 28 de Maio de 2024.

04.877.915/0001-30
CONSTRUTORA DE OBRAS
CONSKOVA LTDA.
AVENIDA BRASIL, 124
CENTRO - CEP 85485-000
TRÊS BARRAS DO PARANÁ - PARANÁ

Construtora de Obras Conskova Ltda
CNPJ: 04.877.915/0001-30
Dalvo koerich Júnior
Representante Legal
RG: 5.742.546-6

Dalvo Koerich Júnior
RESPONSÁVEL TÉCNICO
Engenheiro Civil
CREA Nº 62963-D

Dalvo Koerich Júnior
CPF 007.138.249-64
CREA: 62963-D-PR
ENGENHEIRO CIVIL

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro Profissional e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: 66658/2024 — Validade: 20/11/2024

Nome civil:
DALVO KOERICH JUNIOR

CPF:
007.138.249-64

Carteira - CREA-PR Nº:
PR-62963/D

RG:
57425466

Registro Nacional:
1700884824

Órgão emissor:
SSP-PR/PR

Registrado(a) desde:
22/03/2001

Filiação:
PAI: DALVO KOERICH
MÃE: NATALINA CANCELIER KOERICH

Naturalidade:
[redacted]LTO DO LONTRA/PR

Encontra-se quite com o exercício 2024.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

TÍTULOS

Título: ENGENHEIRO CIVIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Data da Colação de Grau: 13/03/2001 - Diplomação: 07/10/2003

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º de 11/12/1933

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º de 24/12/1966

Obs.: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.

RESPONSABILIDADE TÉCNICA/QUADRO TÉCNICO:

CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA

CNPJ: 04877915000130

Desde: 19/03/2002 Carga Horária: 4h

KW ARTEFATOS E TUBOS DE CIMENTO LTDA - ME

CNPJ: 25101787000109

Desde: 17/08/2017 Carga Horária: 4h

Para fins de: Concorrências

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 151036/2024, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).
Emitida via Internet em 22/05/2024 16:10:31

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 66661/2024 — Validade: 20/11/2024

Razão social:
CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA

CNPJ:
04.877.915/0001-30

Num. Registro:
39204

Data do Registro:
20/03/2002

Capital Social:
R$ 1.500.000,00

Endereço:
AVENIDA BRASIL, 124, CENTRO

CEP:
85485-000

Cidade:
TRES BARRAS DO PARANA-PR

Nº da Alteração Contratual:
6

Data da última alteração:
30/09/2013

Objetivo Social:
Construção de edifícios; construção de rodovias; pintura para sinalização em pistas rodoviárias; obras de urbanização - ruas, praças e calçadas; outras obras de acabamento da construção; aluguel de máquinas e equipamentos para construção; atividade paisagística; serviços de engenharia; serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita; obras de terraplenagem; preparação de canteiro e limpeza de terreno; transporte rodoviário de cargas em geral, internacional, interestadual e internacional.

Restrição de atividade:
Atividades circunscritas as atribuições do responsável técnico.
Restrição impeditiva para atividade paisagísticas e serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita.

Encontra-se quite com o exercício 2024
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Responsáveis técnicos pela Matriz - CNPJ: 04.877.915/0001-30

NOME CIVIL: DALVO KOERICH JUNIOR

Carteira: PR-62963/D - Data de expedição: 22/03/2001

Desde 19/03/2002 - Carga horária: 4h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

Obs.: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º

Para fins de: Concorrências

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 151039/2024, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).
Emitida via Internet em 22/05/2024 16:11:57

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Acervo Técnico
1892/2019

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução n° 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional DALVO KOERICH JUNIOR referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **DALVO KOERICH JUNIOR**
Registro: **PR-62963/D** RNP: **1700884824**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **20142074774** Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO
Tipo de ART:ART de Obra ou Serviço Registrada em: 19/05/2014 Baixada em: 15/04/2019 Forma de registro: Inicial
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS DO PARANA** CNPJ: **78.121.936/0001-68**

Rua: AV BRASIL Nº: 245

Complemento: Bairro: **CENTRO**

Cidade: TRES BARRAS DO PARANA UF: PR CEP: 85485-000

Contrato: TP 01/2014 celebrado em 19/05/2014

Valor do contrato: R$ 359.345,01 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

Dimensão: 7.202,33 Unidade de Medida: M2

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: VARIOS LOCAIS Nº: S/N

Complemento: QD: VARIAS LT: VARIOSBairro: PERIMETRO URBANO

Cidade: TRES BARRAS DO PARANA UF: PR CEP: 85485-000

Coordenadas Geográficas:

Data de início: 19/05/2014 Conclusão efetiva: 09/02/2017

Finalidade: Outro

Proprietário: CPF:

Atividade Técnica: Tipo de Contrato: **EMPREITADA**, Atividade Técnica: **EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO**, Área de Competência: **SISTEMAS DE TRANSPORTES**, Tipo de Obra/Serviço: **OUTROS (TRANSPORTES)**, Serviço Contratado: **EXECUÇÃO**

Observações:
TRATA-SE DE EXECUÇÃO DE OBRA DE INFRAESTRUTURA URBANA COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE7.202,33 M² EM VARIOS LOCAIS DO PERIMETRO URBANO. DE ACORDO COM TP01/2014 MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANA - PR

EXECUÇÃO DE OBRA

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança A 064381, o atestado expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 1892/2019

22/05/2024 16:13

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autencidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço https://www.crea-pr.org.br, informando o número do protocolo: 148035/2019.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto para os devidos fins que se fizer necessário, que a empresa **CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 04.877.915/0001-30, LOCALIZADA NA AV. BRASIL, 124 EM TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PR, realizou a execução de **INFRAESTRUTURA URBANA COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 7.202,33 M² PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PR CNPJ: 78.121.936/0001-68**, tendo como responsável técnico o **Engenheiro DALVO KOERICH JUNIOR, CREA PR – 62963/D**, de acordo com serviços descritos na planilha em anexo:

PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO - QUADRO RESUMO

Município:	TRÊS BARRAS DO PARANÁ - PR				TP .:	01/2014
Projeto:	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS				CONTRATO	39/2014
Local:	CENTRO					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT (a)	PREÇO (R$) unitário (b)	PREÇO (R$) parcial (c = a . b)	PREÇO (R$) subtotal
311.01	**SERVIÇOS PRELIMINARES**					**4.086,82**
311.01.01	**PLACAS**					1.066,38
311.01.01.002	Placa de obra - (4,00 x 2,00m)	uc	1,00	1.066,38	1.066,38	
311.01.04	**DEMOLIÇÕES**					3.020,44
311.01.04.005	Remoção de Pavimento Asfáltico	m³	20,39	24,96	508,93	
	Demolição de meio fio	m³	27,09	92,71	2.511,51	
311.02	**TERRAPLENAGEM**					**2.487,68**
311.02.02	**ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE**					2.487,68
311.02.02.001	Remoção Revestimento Primário	m³	432,64	5,75	2.487,68	
311.03	**DRENAGEM**					**8.322,44**
311.03.01	**SERVIÇOS INICIAIS**					1.314,11

Jean Carlos de Lima
Engenheiro Civil
CREA-PR 167397/D

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

Helio Kuerten Bruning
Prefeito Municipal

311.03.01.013	Escavação Mecânica de Valas - 1ª Cat.	m³	76,20	6,55	499,11	
311.03.01.020	Reaterro sem Apiloamento	m³	45,30	10,51	476,10	
311.03.01.021	Reaterro com Apiloamento	m³	19,41	17,46	338,90	
311.03.02	**GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS**					3.615,69
311.03.02.001	Corpo de BSTC ø 0,40 sem Berço	m	63,50	56,94	3.615,69	
311.03.03	**CAIXAS / POÇOS**					3.392,64
311.03.03.032	Boca de Lobo Simples	ud	4,00	848,16	3.392,64	
311.03.05	**DISSIPADOR**					0,00
311.04	**BASE / SUB-BASE**					**58.027,68**
311.04.01	**SUB-LEITO**					9.821,11
311.04.01.005	Regularização e Compactação Subleito	m²	4.326,48	2,27	9.821,11	
311.04.02	**SUB-BASE**					18.520,89
311.04.02.001	Sub-Base de Macadame Seco	m³	277,01	66,86	18.520,89	
311.04.03	**BASE**					29.685,68
311.04.03.005	Base de Brita Graduada	m³	277,01	82,04	22.725,90	
311.04.03.040	Colchão de Argila	m³	266,25	26,14	6.959,78	
311.05	**MEIO-FIO E SARJETA**					**32.886,96**
311.05.02	**MEIO-FIO E SARJETA**					32.886,96
311.05.02.005	Meio-Fio Simples de Concreto Pré-Moldado (15X30)	m	780,51	26,39	20.597,66	
311.05.02.011	Meio-Fio com Sarjeta de Concreto (0,042 m3/m)	m	503,66	24,40	12.289,30	
311.06	**REVESTIMENTO**					**106.967,59**
311.06.02	**PINTURA**					10.065,14
311.06.02.001	Pintura de Ligação com Emulsão	m²	2.308,52	0,89	2.054,58	
311.06.02.006	Imprimação - CM-30	m²	2.308,52	3,47	8.010,56	
311.06.03	**CALÇAMENTO / REVESTIMENTO PRIMÁRIO**					37.860,11
311.06.03.001	Pedra Irregular	m²	1.774,97	21,33	37.860,11	
311.06.06	**USINADO**					59.042,34
311.06.06.005	Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)	ton	239,99	246,02	59.042,34	
311.07	**PAISAGISMO / URBANISMO**					**119.652,78**
311.07.01	**SERVIÇOS INICIAIS**					1.216,32
311.07.01.002	Remoção de Paver	m²	222,77	5,46	1.216,32	
311.07.02	**CALÇADA**					113.174,55

Jean Carlos de Lima
Engenheiro Civil
CREA-PR 167397/D

Helio Kuerten Bruning
Prefeito Municipal

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

311.07.02.001	Calçada em Concreto 7 cm	m²	596,94	38,54	23.006,07	
	Calçada em Paver - h= 6,0 cm	m²	1.639,05	54,16	88.770,95	
	Reassentamento de Paver	m²	135,42	10,32	1.397,53	
311.07.04	**CONTENSÕES**					5.261,91
311.07.04.001	Alvenaria de blocos de concreto estrutural	m²	200,07	26,3	5.261,91	
311.08	**SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO**					**7.262,96**
311.08.01	**SINALIZAÇÃO VERTICAL**					2.083,20
311.08.01.005	Placa de Regulamentação - Octógono	ud	6,00	347,20	2.083,20	
311.08.02	**SINALIZAÇÃO HORIZONTAL**					5.179,76
311.08.02.001	Pintura de Faixas - Brancas	m²	289,95	17,86	5.178,51	
311.08.02.005	Pintura de Faixas - Amarelas	m²	0,07	17,86	1,25	
311.09	**SERVIÇOS DIVERSOS**					**19.650,10**
311.09.01	**DIVERSOS**					19.650,10
	Eletroduto PVC rígido roscável - 40mm (1.1/2")incl conexões	m	40,00	17,86	714,40	
	Eletroduto Aço galvanizado - 40mm (1.1/2")incl conexões	m	6,00	31,74	190,44	
	Cabo de cobre Isolado 750V - 6mm2	m	120,00	5,07	608,40	
	Caixa de Passagem 0,30x0,30x0,40 com tampa e dreno com brita	m	4,00	146,82	587,28	
	Superposte circular de concreto - compr 15m - daN 400 - completo com 04 luminárias tipo pétala, lampada vapor metálico - 400W, reator e fiação até caixa de passagem no pé do poste - fornecimento e instalação	ud	2,00	8.215,30	16.430,60	
	Guarda corpo, inclusive corrimão em tubos de aço galvanizado – inclusive colocação	m	30	37,29	1.118,98	
				PREÇO GLOBAL		**359.345,01**

Valor Total: R$ 359.345,01 (Trezentos e Cinquenta e Nove Mil, Trezentos e Quarenta e Cinco Reais e Um Centavo)

Obras estas realizadas no MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ - PR, EM VARIOS TRECHOS, de acordo com ART de execução n.º 20142074774 Com inicio da obra em 19/05/2014 e término em 09/02/2017, no valor de R$ 359.345,01 **(TREZENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL, TREZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E UM CENTAVO).**

Jean Carlos de Lima
Engenheiro Civil
CREA-PR 167397/D

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

Helio Kuerten Bruning
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Tento executado a mesma dentro das especificações do Projeto.

TRÊS BARRAS DO PARANÁ, 15 DE ABRIL DE 2019.

RECONHECIDA

Jean Carlos de Lima
Engenheiro Civil
CREA-PR 167397/D

ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA PREFEITURA

RECONHECIDA

Helio Kuerten Bruning
Prefeito Municipal

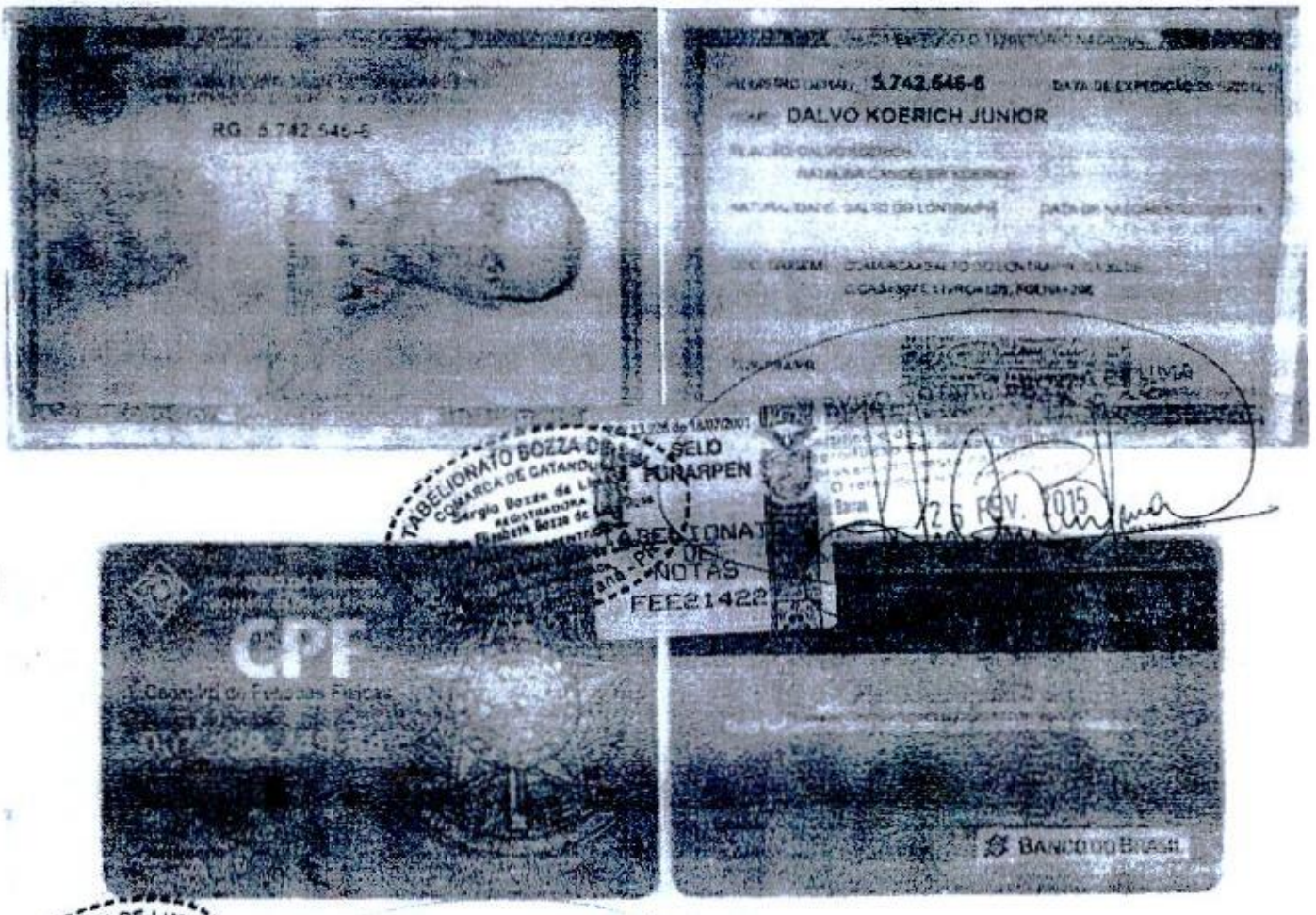
PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ - PR
CONTRATANTE

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA - PR
A 064381

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - SERVIÇO DISTRITAL DE NOTAS
TRÊS BARRAS DO PARANÁ - COMARCA DE CATANDUVAS - ESTADO DO PARANÁ SERVIÇO NOTARIAL DE TRÊS BARRAS
AVENIDA PARANÁ, 551 - CENTRO - CEP 85485-000 - TRÊS BARRAS DO PARANÁ - FONE/FAX: (45) 3235-1290

Selo Digital nº puskj.ktvqp.ehIWt, Controle: vtcFT.72Vby.
Consulte em http://funarpen.com.br
Reconheço por Semelhança as assinaturas de JEAN CARLOS DE LIMA e HELIO KUERTEN BRUNING, a pedido das partes. Dou fé. 0004 *7880321. Três Barras do Paraná, 18 de abril de 2019 - 08:46:38h
Em Test° da Verdade
Adriana Rosa
Escrevente

SELIONATO BOZZA DE LIMA
COMARCA DE CATANDUVAS
Registradora
Janair Rosa
Escrevente
Gilda Bozza de Lima
Aux. Juramentada
Três Barras do Paraná - PR


RG 5.742.646-6
5.742.646-6
DALVO KOERICH JUNIOR
CPF
BANCO DO BRASIL
TABELIONATO BOZZA DE LIMA
COMARCA DE CATANDUVAS
SELO
FUNARPEN
TABELIONATO DE NOTAS
FEE21422
26 FEV. 2015
TABELIONATO BOZZA DE LIMA
COMARCA DE CATANDUVAS
SELO
FUNARPEN
Três Barras do Norte
TABELIONATO DE NOTAS
FEE21423
16 FEV. 2015



038/0288-0

09/03/69

BANESTADO

92.310/7837

CIC

DALVINA KOERICH

02.09155

Dalvina Koerich



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

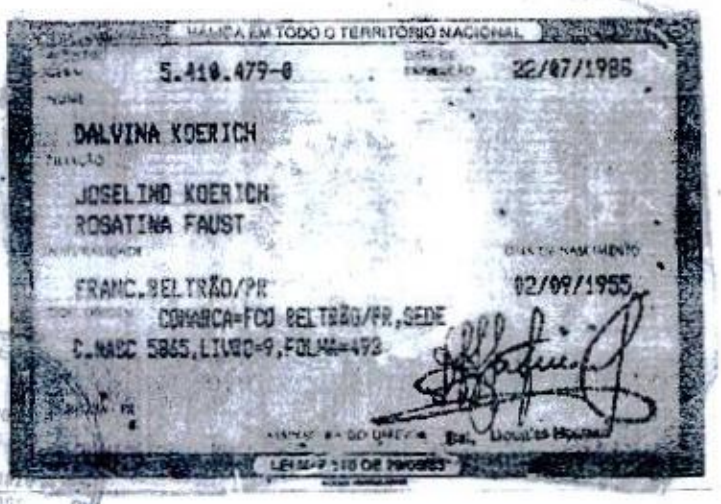
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

POLEGAR DIREITO

Dalvina Koerich

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

5.410.479-0

22/07/1986

DALVINA KOERICH

JOSELINO KOERICH

ROSATINA FAUST

FRANC.BELTRÃO/PR

02/09/1955

COMARCA=FCO BELTRÃO/PR,SEDE

C.NASC 5865,LIVRO=9,FOLHA=473


RG: 5.742.546-6
5.742.546-6
DALVO KOERICH JUNIOR
CPF
Cadastro de Pessoas Físicas
BANCO DO BRASIL
TABELIONATO BOZZA DE LIMA
COMARCA DE CATANDUVAS
SELO
FUNARPEN
FEE21422
FEE21423
SERVIÇO NOTARIAL BOZZA DE LIMA


038/0288-0
09/03/89
BANESTADO
92.310/7837


SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CIC
DALVINA KOERICH
02.09155


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ
POLEGAR DIREITO
Dalvina Koerich
ASSINATURA DO TITULAR
CARTEIRA DE IDENTIDADE


VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
5.410.479-0
22/07/1988
DALVINA KOERICH
JOSELINO KOERICH
ROSATINA FAUST
FRANC.BELTRÃO/PR
COMARCA-FCO BELTRÃO/PR,SEDE
C.MASC 5865,LIVRO=9,FOLHA=493

ANEXO I - CARTA PROPOSTA

CONCORRÊNCIA Nº 05/2024

A Comissão de Contratação do Município de Três Barras do Paraná/PR.

CARTA PROPOSTA

A empresa CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA, com sede à AV. BRASIL 124, TRÊS BARRAS DO PARANA - PR, CNPJ nº 04.877.915/0001-30, apresenta sua proposta de preço para a execução do objeto da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 05/2024, ficando assim estabelecido:

1. Considera como proposta, a importância total de R$: R$ 556.550,93 (Quinhentos e Cinquenta e Seis Mil e Quinhentos e Cinquenta Reais e Noventa e Três Centavos).
2. O prazo de execução conforme edital.
3. O prazo de validade da proposta é 60 (sessenta) dias, a contar da abertura da licitação.

4. Se vencedora da licitação, assinará o contrato de execução de obra, na qualidade de representante legal o Sr. Dalvo Koerich Junior, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.742.546-6 e CPF nº 007.138.249-64.

Três Barras do Paraná - PR, 28 de Maio de 2024.

Dalvo Koerich Júnior
CPF 007.138.249-64

04.877.915/0001-30
CONSTRUTORA DE OBRAS
CONSKOVA LTDA.
AVENIDA BRASIL, 124
CENTRO - CEP 85485-000
TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PARANÁ

Construtora de Obras Conskova Ltda.
CNPJ: 04.877.915/0001-30
Dalvo Koerich Junior
Representante Legal
RG: 5.742.546-6

CONCORRENCIA ELETRÔNICA 05/2024

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

PLANILHA DE SERVIÇOS

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ	BDI PADRÃO: 30,64%	BDI LIGANTES: 20,64%
OBJETO: PISTA DE CAMINHADA - ACESSO CEMITÉRIO MUNICIPAL	DATA BASE REFERENCIAL DER-PR:	set/23
LOCALIZAÇÃO: PR-471 (471M0111MUN - 4715011 2EPR) - Km 193+82m A Km 194+137	DATA DO ORÇAMENTO:	mai/24

REF. DE PREÇOS REF.	REF. DE PREÇOS CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	EXECUÇÃO	BDI
		1	SERVIÇOS PRELIMINARES					4.042,40		
SANEPAR	001005001	1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA METÁLICA	M²	8,00	389,79	505,10	4.042,40	I	P
DER-PR	512050	2.2	DEMOLIÇÃO MECÂNICA DE PAVIMENTO	M³	0,46	44,55	58,20	20,95	I	P
		2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA					34.960,01		
DER-PR	410200	2.1	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE 1ª CATEGORIA - 0 A 200 m	M³	195,58	8,29	10,83	2.118,13	I	P
DER-PR	411000	2.2	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE 1ª CATEGORIA - 800 A 1000 m (BOTA-FORA)	M³	158,93	9,55	12,48	1.983,45	I	P
DER-PR	415000	2.3	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE 1ª CATEGORIA - 4000 A 5000 m	M³	914,36	17,89	23,37	21.368,59	I	P
DER-PR	401000	2.4	COMPACTAÇÃO DE ATERROS 100% PN (A)	M³	951,01	6,58	8,60	8.178,69	I	P
DER-PR	401160	2.5	REGULARIZAÇÃO, CONFORMAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE LEITO	M²	1.973,19	0,25	0,33	1.311,15	I	P
		3	DRENAGEM					259.964,82		
DER-PR	810250	3.1	MEIO-FIO DE CONCRETO TIPO D1 (PRÉ MOLDADO) - (OBEM MFC 05/DNIT)	M	88,24	38,75	50,62	4.466,71	I	P
DER-PR	653500	3.2	SARJETA TRAPEZOIDAL DE CONCRETO - TIPO 3A	M	489,00	63,29	82,68	40.430,52	I	P
DER-PR	610400	3.3	CORPO DE BSTC D = 0,40m SEM BERÇO	M	186,70	139,46	182,19	34.014,87	I	P
DER-PR	610600	3.4	CORPO DE BSTC D = 0,60m SEM BERÇO	M	3,70	328,95	429,74	1.590,04	I	P
DER-PR	610800	3.5	CORPO DE BSTC D = 0,80m SEM BERÇO	M	237,00	522,72	682,88	161.842,56	I	P
COMP	PMTB-001	3.6	CAIXA COLETORA DE SARJETA - CCS	UD	8,00	1.359,48	1.776,02	14.208,16	I	P
COMP	PMTB-002	3.7	CAIXA DE QUEDA / PASSAGEM	UD	1,00	1.074,53	1.403,77	1.403,77	I	P
DER-PR	620000	3.8	BOCA DE BSTC = 0,40m	UD	1,00	615,44	804,01	804,01	I	P
COMP	PMTB-003	3.9	DISSIPADOR DE ENERGIA - 0,70x2,00M	UD	2,00	460,88	602,09	1.204,18	I	P
		4	PAVIMENTAÇÃO					165.357,51		
		4.1	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE ÁREAS COM TRÂNSITO DE PEDESTRES							
DER-PR	531000	4.1.1	BRITA GRADUADA 100% PI - (INCL. TRANSPORTE - VIDE COMPOSIÇÃO)	M³	76,50	385,97	504,23	38.573,60	I	P
DER-PR	560400	4.1.2	IMPRIMAÇÃO IMPERMEAB. EXCL. FORNEC. DO CM - (INCL. TRANSPORTE - VIDE COMPOSIÇÃO)	M²	1.092,82	0,95	1,24	1.355,10	I	P
DER-PR	561100	4.1.3	PINTURA DE LIGAÇÃO EXCL. FORNECIMENTO DA EMULSÃO - (INCL. TRANSPORTE - VIDE COMPOSIÇÃO)	M²	1.092,82	0,53	0,69	754,05	I	P
DER-PR	570000	4.1.4	C.B.U.Q. - EXCL. FORNEC. DO CAP (até 10.000t) - (INCL. TRANSP. - VIDE COMPOSIÇÃO)	T	81,96	351,70	459,46	37.657,94	I	P
		4.2	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE ÁREAS COM TRÂNSITO DE VEÍCULOS							
DER-PR	531350	4.2.1	MACADAME SECO BRITADO PREENCHIDO COM BICA CORRIDA - (INCL. TRANSPORTE - VIDE COMPOSIÇÃO)	M³	22,64	320,77	419,05	9.487,29	I	P
DER-PR	531000	4.2.2	BRITA GRADUADA 100% PI - (INCL. TRANSPORTE - VIDE COMPOSIÇÃO)	M³	19,40	385,97	504,23	9.782,06	I	P
DER-PR	560400	4.2.3	IMPRIMAÇÃO IMPERMEAB. EXCL. FORNEC. DO CM - (INCL. TRANSPORTE - VIDE COMPOSIÇÃO)	M²	161,70	0,95	1,24	200,51	I	P
DER-PR	561100	4.2.4	PINTURA DE LIGAÇÃO EXCL. FORNECIMENTO DA EMULSÃO - (INCL. TRANSPORTE - VIDE COMPOSIÇÃO)	M²	161,70	0,53	0,69	111,57	I	P
DER-PR	570000	4.2.5	C.B.U.Q. - EXCL. FORNEC. DO CAP (até 10.000t) - (INCL. TRANSP. - VIDE COMPOSIÇÃO)	T	16,17	351,70	459,46	7.429,47	I	P
		4.3	LIGANTES BETUMINOSOS							
DER-PR	589420	4.3.1	FORNECIMENTO DE DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR-1C (PINTURA DE LIGAÇÃO - 0,0005T/M²)	T	0,61	4.520,62	5.451,68	3.435,82	I	L
DER-PR	589100	4.3.2	FORNECIMENTO DE ASFALTO DILUÍDO CM-30 (IMPRIMAÇÃO - 0,0012T/M²)	T	1,51	7.777,80	9.383,34	14.168,54	I	L
DER-PR	589000	4.3.3	FORNECIMENTO DE CAP 50/70 (CBUQ - 0,057T/T)	T	5,59	6.287,60	7.585,36	42.402,16	I	L
		4.4	CALÇADAS							
DER-PR	534916	4.4.1	PAVIMENTO C/ BLOCO INTERTRAVADO DE CONCRETO (PAVER COR NATURAL) E=6CM, INCL. COLCHÃO DE PÓ-DE-PEDRA	M²	99,82	77,55	101,31	10.112,36	I	P
		5	SINALIZAÇÃO					40.360,80		
		5.1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL							
DER-PR	822000	5.1.1	FAIXA DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL C/ TINTA RESINA ACRÍLICA A BASE DE SOLVENTE (FAIXAS/ZEBRADOS/SETAS)	M²	576,17	30,68	40,08	23.092,89	I	P
DER-PR	873000	5.1.2	TACHÃO REFLETIVO BIDIRECIONAL	UD	84,00	30,28	39,56	3.323,04	I	P
		5.2	SINALIZAÇÃO VERTICAL							
DER-PR	820000	5.2.1	PLACA DE SINALIZAÇÃO COM PELÍCULA REFLETIVA (ADVERTÊNCIA - LADO DE 1,00m - 1,00m²/UD)	M²	6,00	576,96	753,74	4.522,44	I	P
DER-PR	820000	5.2.3	PLACA DE SINALIZAÇÃO COM PELÍCULA REFLETIVA (REGULAMENTAÇÃO - D = 1,00m - 1,00m²/UD)	M²	3,00	576,96	753,74	2.261,22	I	P
DER-PR	820000	5.2.4	PLACA DE SINALIZAÇÃO COM PELÍCULA REFLETIVA (REGULAMENTAÇÃO - R1 - LADO 0,414 m - 1,00m²/UD)	M²	4,00	576,96	753,74	3.014,96	I	P
DER-PR	820000	5.2.5	PLACA DE SINALIZAÇÃO COM PELÍCULA REFLETIVA (REGULAMENTAÇÃO - R2 - 0,43m²/UD)	M²	1,00	576,96	753,74	753,74	I	P
DER-PR	820000	5.2.7	PLACA DE SINALIZAÇÃO COM PELÍCULA REFLETIVA (DELINEADOR 0,30x0,90m 0,27m²/UD)	UD	0,27	576,96	753,74	203,51	I	P
DER-PR	821000	5.2.8	SUPORTE DE MADEIRA 3"x3" P/ PLACA DE SINALIZAÇÃO - H=3,00M	UD	15,00	162,74	212,60	3.189,00	I	P
		6	PROTEÇÃO VEGETAL					27.901,45		
DER-PR	800000	6.1	ENLEIVAMENTO	M²	1.857,62	11,50	15,02	27.901,45	I	P
		7	PROTEÇÕES					23.963,94		
DER-PR	823000	7.1	DEFENSA SIMPLES MALEÁVEL C/ ESPAÇADOR E CALÇO	M	38,00	482,72	630,63	23.963,94	I	P
			TOTAL DA OBRA COM BDI					556.550,93		

LEGENDA:

REGIME DE EXECUÇÃO: (I) INDIRETA (D) DIRETA

BDI: (P) PADRÃO (L) LIGANTES

TRÊS BARRAS DO PARANÁ, 28 DE MAIO DE 2024

DALVO KOERICH JUNIOR
Engenheiro Civil
CREA PR-62963/D

Dalvo Koerich Júnior
CPF 007.138.249-64
CREA: 62963-D-PR
ENGENHEIRO CIVIL

CNPJ 04.877.915/0001-30
CONSTRUTORA DE OBRAS
CONSKOVA LTDA.
AVENIDA BRASIL, 124
CENTRO - CEP 85465-000

CONCORRENCIA ELETRÔNICA 05/2024

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

CADERNO DE COMPOSIÇÕES

CÓDIGO	DESCRIÇÃO				UNIDADE
PMTB-001	CAIXA COLETORA DE SARJETA - CCS				UD
		Custo	Unid.	Cons.	Custo Unit.
DER-740000	CONCRETO MAGRO, PREPARO EM BETONEIRA E LANÇAMENTO	400,42	M³	0,05	20,02
DER-602100	FORMA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA	70,84	M²	3,25	230,23
DER-730000	AÇO CA-50 FORNEC. DOBRA E COLOCAÇÃO	15,51	KG	16,75	259,79
DER-730600	AÇO CA-60 FORNEC. DOBRA E COLOCAÇÃO	16,92	KG	3,17	53,64
DER-742000	CONCRETO FCK=20MPa, PREPARO EM BETONEIRA E LANÇAMENTO	506,06	M³	0,40	202,42
DER-603500	ALVENARIA DE TIJOLOS MACIÇOS	1318,63	M³	0,45	593,38
CUSTO UNITÁRIO FINAL					1.359,48

CÓDIGO	DESCRIÇÃO				UNIDADE
PMTB-002	CAIXA DE QUEDA / PASSAGEM				UD
		Custo	Unid.	Cons.	Custo Unit.
DER-740000	CONCRETO MAGRO, PREPARO EM BETONEIRA E LANÇAMENTO	400,42	M³	0,05	20,02
DER-602100	FORMA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA	70,84	M²	2,59	183,48
DER-730000	AÇO CA-50 FORNEC. DOBRA E COLOCAÇÃO	15,51	KG	14,22	220,55
DER-730600	AÇO CA-60 FORNEC. DOBRA E COLOCAÇÃO	16,92	KG	2,44	41,28
DER-742000	CONCRETO FCK=20MPa, PREPARO EM BETONEIRA E LANÇAMENTO	506,06	M³	0,37	187,24
DER-603500	ALVENARIA DE TIJOLOS MACIÇOS	1318,63	M³	0,32	421,96
CUSTO UNITÁRIO FINAL					1.074,53

CÓDIGO	DESCRIÇÃO				UNIDADE
PMTB-003	DISSIPADOR DE ENERGIA - 0,70x2,00M				UD
		Custo	Unid.	Cons.	Custo Unit.
DER-740000	CONCRETO MAGRO, PREPARO EM BETONEIRA E LANÇAMENTO	400,42	M³	0,10	40,04
DER-602100	FORMA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA	70,84	M²	2,85	201,89
DER-742000	CONCRETO FCK=20MPa, PREPARO EM BETONEIRA E LANÇAMENTO	506,06	M³	0,31	156,88
DER-530160	RACHÃO SEM BRITAGEM	45,60	M³	0,21	9,58
DER-741500	CONCRETO FCK=15MPa, PREPARO EM BETONEIRA E LANÇAMENTO	477,15	M³	0,11	52,49
CUSTO UNITÁRIO FINAL					460,88

CÓDIGO	DESCRIÇÃO				UNIDADE
512050	DEMOLIÇÃO MECÂNICA DE PAVIMENTO				M³
(A) CUSTO DIRETO TOTAL (vide composição DER)					39,33
(B) TRANSPORTE					
	Fórmula	X1	X2	Custo	Unid.	Cons.	Custo Unit.
Material de pavim. demolido	Loc.: 1,00x1 + 1,21x2 + 2,52	0,50	0,20	3,26	t	1,6000	5,22
CUSTO UNITÁRIO FINAL (A) + (B)							44,55

04.877.915/0001-30

CONSTRUTORA DE OBRAS
CONSKOVA LTDA.

AVENIDA BRASIL, 124
CENTRO - CEP 85485-000
TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

CADERNO DE COMPOSIÇÕES

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE
531000	BRITA GRADUADA 100% PI	M³

(A) CUSTO DIRETO TOTAL (vide composição DER) 130,32

(B) TRANSPORTE

	Fórmula	X1	X2	Custo	Unid.	Cons.	Custo Unit.
Massa (brita graduada)	Loc.: 1,00x1 + 1,21x2 + 2,52	30,00	0,00	106,52	t	2,4000	255,65
	Com.: 1,00x1 + 1,21x2	74,00	0,00				

CUSTO UNITÁRIO FINAL (A) + (B) **385,97**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE
570100	C.B.U.Q. - NA USINA EXCL. FORNEC. DO CAP (até 10.000t)	T

(A) CUSTO DIRETO TOTAL (vide composição DER) 158,15

(C) TRANSPORTE

	Fórmula	X1	X2	Custo	Unid.	Cons.	Custo Unit.
Areia (usina)	Loc.: 1,00x1 + 1,21x2 + 2,52	30,00	0,00	147,52	t	0,1000	14,75
	Com.: 1,00x1 + 1,21x2	115,00	0,00				
Cal Hidratada CH-I (usina)	Loc.: 0,73x1 + 0,87x2 + 7,32	30,00	0,00	392,03	t	0,0150	5,88
	Com.: 0,73x1 + 0,87x2	497,00	0,00				
Cimento asfáltico CAP 50/70 (usina)	0,91x1 + 44,50	504,00	0,00	503,14	t	0,0570	28,68
Pedra britada (Usina asfalto)	Loc.: 1,00x1 + 1,21x2 + 2,52	0,00	0,00	0,00	t	0,8280	0,00
	Com.: 1,00x1 + 1,21x2	0,00	0,00				

CUSTO UNITÁRIO FINAL (A) + (B) **207,46**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE
570000	C.B.U.Q. - INCL. FORNEC. DO CAP (até 10.000t)	T

(A) CUSTO UNITÁRIO DE EXECUÇÃO (vide composição DER) 34,19

(B) C.B.U.Q. - NA USINA EXCL. FORNEC. DO CAP (até 10.000t) 207,46

(C) TRANSPORTE

	Fórmula	X1	X2	Custo	Unid.	Cons.	Custo Unit.
Massa (CBUQ)	Loc.: 1,00x1 + 1,21x2 + 6,05	30,00	0,00	110,05	t	1,0000	110,05
	Com.: 1,00x1 + 1,21x2	74,00	0,00				

CUSTO UNITÁRIO FINAL (A) + (B) + (C) **351,70**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE
531350	MACADAME SECO BRITADO PREENCHIDO COM BICA CORRIDA	M³

(A) CUSTO DIRETO TOTAL (vide composição DER) 104,54

(B) TRANSPORTE

	Fórmula	X1	X2	Custo	Unid.	Cons.	Custo Unit.
Bica corrida p/ macadame seco	Loc.: 1,00x1 + 1,21x2 + 2,52	30,00	0,00	106,52	t	0,6800	72,43
	Com.: 1,00x1 + 1,21x2	74,00	0,00				
Pedra britada 4" (Rachão)	Loc.: 1,00x1 + 1,21x2 + 2,52	30,00	0,00	106,52	t	1,3500	143,8
	Com.: 1,00x1 + 1,21x2	74,00	0,00				

CUSTO UNITÁRIO FINAL (A) + (B) **320,77**

04.877.915/0001-30

CONSTRUTORA DE OBRAS
CONSKOVA LTDA.

AVENIDA BRASIL, 124
CENTRO - CEP 85485-000
TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PARANÁ

Dalvo Koerich Júnior
CPF 007.138.249-64
CREA: 62963-D-PR
ENGENHEIRO CIVIL

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

CADERNO DE COMPOSIÇÕES

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE
560400	IMPRIMAÇÃO IMPERMEAB. EXCL. FORNEC. DO CM	M²

(A) CUSTO DIRETO TOTAL (vide composição DER) 0,49

(B) TRANSPORTE

	Fórmula	X1	X2	Custo	Unid.	Cons.	Custo Unit.
Asfalto diluído CM-30	0,82x + 40,05	415,00	0,00	380,35	t	0,0012	0,46

CUSTO UNITÁRIO FINAL (A) + (B) **0,95**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE
561100	PINTURA DE LIGAÇÃO EXCL. FORNECIMENTO DA EMULSÃO	M²

(A) CUSTO DIRETO TOTAL (vide composição DER) 0,34

(B) TRANSPORTE

	Fórmula	X1	X2	Custo	Unid.	Cons.	Custo Unit.
Emulsão (Trecho)	0,82x + 40,05	415,00	0,00	380,35	t	0,0005	0,19

CUSTO UNITÁRIO FINAL (A) + (B) **0,53**

TRÊS BARRAS DO PARANÁ, 28 DE MAIO DE 2024

DALVO KOERICH JÚNIOR
Engenheiro Civil
CREA/PR-62963/D

Dalvo Koerich Júnior
CPF 007.138.249-64
CREA: 62963-D-PR
ENGENHEIRO CIVIL

04.877.915/0001-30
CONSTRUTORA DE OBRAS
CONSKOVA LTDA.
AVENIDA BRASIL, 124
CENTRO - CEP 85485-000
TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PARANÁ

CONCORRENCIA ELETRÔNICA 05/2024

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ
OBJETO: PISTA DE CAMINHADA - ACESSO CEMITÉRIO MUNICIPAL
LOCALIZAÇÃO: PR-471 (471M0111MUN - 47150112EPR) - Km 193+82m A Km 194+137

ITEM	DESCRIÇÃO DOS AGRUPADORES DE SERVIÇO	ÍNDICE	1° MÊS		2° MÊS		3° MÊS		4° MÊS		5° MÊS		TOTAL
			%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	0,01	100,00%	4.042,40		0,00		0,00		0,00		0,00	4.042,40
2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA	0,06	100,00%	34.960,01		0,00		0,00		0,00		0,00	34.960,01
3	DRENAGEM	0,47	20,00%	51.992,96	45,00%	116.984,17	35,00%	90.987,69		0,00		0,00	259.964,82
4	PAVIMENTAÇÃO	0,30		0,00		0,00	40,00%	66.143,00	60,00%	99.214,51		0,00	165.357,51
5	SINALIZAÇÃO	0,07		0,00		0,00		0,00	20,00%	8.072,16	80,00%	32.288,64	40.360,80
6	PROTEÇÃO VEGETAL	0,05		0,00		0,00		0,00		0,00	100,00%	27.901,45	27.901,45
7	PROTEÇÕES	0,04		0,00		0,00		0,00		0,00	100,00%	23.963,94	23.963,94
	TOTAL	1,00											556.550,93

	TOTAIS MENSAIS	16,35%	90.995,37	21,02%	116.984,17	28,23%	157.130,69	19,28%	107.286,67	15,12%	84.154,03	
	TOTAIS ACUMULADOS	16,35%	90.995,37	37,37%	207.979,54	65,60%	365.110,23	84,88%	472.396,90	100,00%	556.550,93	

Referencial de preços serviços:
DER-PR - SETEMBRO/23
BDI PADRÃO: 30,64%
BDI LIGANTES: 20,64%

Dalvo Koerich Júnior
CPF 007.138.249-64
CREA: 62963-D-PR
ENGENHEIRO CIVIL

04.877.915/0001-30
CONSTRUTORA DE OBRAS
CONSKOVA LTDA.
AVENIDA BRASIL, 124
CENTRO - CEP 85.[illegible]-000
TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PARANÁ

TRÊS BARRAS DO PARANÁ, 28 DE MAIO DE 2024

DALVO KOERICH JUNIOR
Engenheiro Civil
CREA: PR-62963/D

000287

CONCORRENCIA ELETRÔNICA 05/2024

MUNICÍPIO TRÊS BARRAS DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

CÁLCULO DE BDI

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ
OBJETO: PISTA DE CAMINHADA - ACESSO CEMITÉRIO MUNICIPAL
LOCALIZAÇÃO: PR-471 (471M0111MUN - 471S0112EPR) - Km 193+82m A Km 194+137

Identifique o tipo de obra:	2	
		Informe a base de cálculo do ISSQN.
Construção de praças urbanas, rodovias, ferrovias, recapeamento e pavimentação:	2	(0) Sobre os serviços. X Sobre a mão-de-obra.
		Informe a ocorrência da DESONERAÇÃO da folha de pagamento. Lei 12844/2013.
		0 SEM Desoneração. X COM Desoneração.

Item Componente do BDI	Intervalo de admissibilidade			Valores Propostos
	1º Quartil	Médio	3º Quartil	
Administração Central	3,80%	4,01%	4,67%	4,00%
Seguro e Garantia	0,32%	0,40%	0,74%	0,66%
Risco	0,50%	0,56%	0,97%	0,95%
Despesas Financeiras	1,02%	1,11%	1,21%	1,20%
Lucro	6,64%	7,30%	8,69%	6,16%
I1: PIS e COFINS				3,65%
I2: ISSQN (conforme legislação municipal)				5,00%
I3: Cont.Prev s/Rec.Bruta (Lei 12844/13 - Desoneração)				4,50%

BDI - SEM Desoneração da folha de pagamento	24,20%
BDI - COM Desoneração da folha de pagamento	**30,64%**

Declaramos que esta planilha foi elaborada conforme equação para cálculo do percentual do BDI recomendada pelo Acórdão 2622/2013 - TCU, representada pela fórmula abaixo.

BDI - SEM Desoneração = [(1+AC+S+G+R)X(1+DF)X(1+L)/(1-I1-I2)]-1

BDI - COM Desoneração = [(1+AC+S+G+R)X(1+DF)X(1+L)/(1-I1-I2-I3)]-1

TRÊS BARRAS DO PARANÁ, 28 DE MAIO DE 2024

04.877.915/0001-30
CONSTRUTORA DE OBRAS
CONSKOVA LTDA.
AVENIDA BRASIL, 124
CENTRO - CEP 89485-000
TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PARANÁ

Dalvo Koerich Júnior
CPF 007.138.249-64
CREA: 62963-D-PR
ENGENHEIRO CIVIL

DALVO KOERICH JÚNIOR
Engenheiro Civil
CREA: PR-62963/D

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 04877915000130

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 28/05/2024 15:33:51

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA**
CNPJ: **04.877.915/0001-30**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

CONSTRUTORA DE OBRAS
CONSKOVA LTDA
CNPJ.: 04.877.915/0001-30 I.E. 90290199-05

ANEXO I - CARTA PROPOSTA

CONCORRÊNCIA Nº 05/2024

A Comissão de Contratação do Município de Três Barras do Paraná/PR.

CARTA PROPOSTA

A empresa CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA, com sede à AV. BRASIL 124, TRÊS BARRAS DO PARANA - PR, CNPJ nº 04.877.915/0001-30, apresenta sua proposta de preço para a execução do objeto da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 05/2024, ficando assim estabelecido:

1. Considera como proposta, a importância total de R$: R$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil Reais).
2. O prazo de execução conforme edital.
3. O prazo de validade da proposta é 60 (sessenta) dias, a contar da abertura da licitação.

4. Se vencedora da licitação, assinará o contrato de execução de obra, na qualidade de representante legal o Sr. Dalvo Koerich Junior, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.742.546-6 e CPF nº 007.138.249-64.

Três Barras do Paraná - PR, 28 de Maio de 2024.

04.877.915/0001-30
CONSTRUTORA DE OBRAS
CONSKOVA LTDA.
AVENIDA BRASIL, 124
CENTRO - CEP 85485-000
TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PARANÁ

Construtora de Obras Conskova Ltda.
CNPJ: 04.877.915/0001-30
Dalvo Koerich Junior
Representante Legal
RG: 5.742.546-6

Dalvo Koerich Júnior
CPF 007.138.249-64
CREA: 62963-D-PR
ENGENHEIRO CIVIL

CONCORRENCIA ELETRÔNICA 05/2024

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

PLANILHA DE SERVIÇOS

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ						BDI PADRÃO:	30,64%	BDI LIGANTES:	20,64%	
OBJETO: PISTA DE CAMINHADA - ACESSO CEMITÉRIO MUNICIPAL						DATA BASE REFERENCIAL DER-PR:			set/23	
LOCALIZAÇÃO: PR-471 (471M0111MUN - 471S0112EPR) - Km 193+82m A Km 194+137						DATA DO ORÇAMENTO:			mai/24	
REF. DE PREÇOS		ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	EXECUÇÃO	BDI
REF.	CÓDIGO									
		1	SERVIÇOS PRELIMINARES					2.090,24		
SANEPAR	001005001	1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA METÁLICA	M²	8,00	200,00	261,28	2.090,24	I	P
DER-PR	512050	1.2	DEMOLIÇÃO MECÂNICA DE PAVIMENTO	M³	0,36	44,55	58,20	20,95	I	P
		2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA					34.960,01		
DER-PR	410200	2.1	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE 1ª CATEGORIA - 0 A 200 m	M³	195,58	8,29	10,83	2.118,13	I	P
DER-PR	411000	2.2	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE 1ª CATEGORIA - 800 A 1000 m (BOTA-FORA)	M³	158,93	9,55	12,48	1.983,45	I	P
DER-PR	415000	2.3	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE 1ª CATEGORIA - 4000 A 5000 m	M³	914,36	17,89	23,37	21.368,59	I	P
DER-PR	401000	2.4	COMPACTAÇÃO DE ATERROS 100% PN (A)	M³	951,01	6,58	8,60	8.178,69	I	P
DER-PR	401160	2.5	REGULARIZAÇÃO, CONFORMAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE LEITO	M²	1.979,19	0,25	0,33	1.311,15	I	P
		3	DRENAGEM					176.989,58		
DER-PR	810250	3.1	MEIO-FIO DE CONCRETO TIPO 03 (PRÉ MOLDADO) - (OEM MFC 05/DNIT)	M	88,24	58,75	50,62	4.466,71	I	P
DER-PR	653500	3.2	SARJETA TRAPEZOIDAL DE CONCRETO - TIPO 3A	M	489,00	60,00	78,38	38.327,82	I	P
DER-PR	610400	3.3	CORPO DE BSTC D = 0,40m SEM BERÇO	M	186,70	100,00	130,64	24.390,49	I	P
DER-PR	610600	3.4	CORPO DE BSTC D = 0,60m SEM BERÇO	M	3,70	200,00	261,28	966,74	I	P
DER-PR	610800	3.5	CORPO DE BSTC D = 0,80m SEM BERÇO	M	237,00	300,00	391,92	92.885,04	I	P
COMP	PMTB-001	3.6	CAIXA COLETORA DE SARJETA - CCS	UD	8,00	1.209,00	1.567,68	12.541,44	I	P
COMP	PMTB-002	3.7	CAIXA DE QUEDA / PASSAGEM	UD	1,00	1.074,53	1.403,77	1.403,77	I	P
DER-PR	620000	3.8	BOCA DE BSTC = 0,40m	UD	1,00	615,27	803,79	803,79	I	P
COMP	PMTB-003	3.9	DISSIPADOR DE ENERGIA - 0,70x2,00M	UD	2,00	460,86	602,09	1.204,18	I	P
		4	PAVIMENTAÇÃO					147.825,08		
		4.1	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE ÁREAS COM TRÂNSITO DE PEDESTRES							
DER-PR	531000	4.1.1	BRITA GRADUADA 100% PI- (INCL. TRANSPORTE - VIDE COMPOSIÇÃO)	M³	76,50	385,97	504,23	38.573,60	I	P
DER-PR	560400	4.1.2	IMPRIMAÇÃO IMPERMEAB. EXCL. FORNEC. DO CM - (INCL. TRANSPORTE - VIDE COMPOSIÇÃO)	M²	1.092,82	0,80	1,05	1.147,46	I	P
DER-PR	561100	4.1.3	PINTURA DE LIGAÇÃO EXCL. FORNECIMENTO DA EMULSÃO - (INCL. TRANSPORTE - VIDE COMPOSIÇÃO)	M²	1.092,82	0,44	0,57	622,91	I	P
DER-PR	570000	4.1.4	C.B.U.Q. - EXCL. FORNEC. DO CAP (até 10.000t) - (INCL. TRANSP. - VIDE COMPOSIÇÃO)	T	81,96	295,00	385,39	31.586,56	I	P
		4.2	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE ÁREAS COM TRÂNSITO DE VEÍCULOS							
DER-PR	531350	4.2.1	MACADAME SECO BRITADO PREENCHIDO COM BICA CORRIDA - (INCL. TRANSPORTE - VIDE COMPOSIÇÃO)	M³	22,64	320,77	419,05	9.487,29	I	P
DER-PR	531000	4.2.2	BRITA GRADUADA 100% PI - (INCL. TRANSPORTE - VIDE COMPOSIÇÃO)	M³	19,40	385,97	504,23	9.782,06	I	P
DER-PR	560400	4.2.3	IMPRIMAÇÃO IMPERMEAB. EXCL. FORNEC. DO CM - (INCL. TRANSPORTE - VIDE COMPOSIÇÃO)	M²	161,70	0,80	1,05	169,79	I	P
DER-PR	561100	4.2.4	PINTURA DE LIGAÇÃO EXCL. FORNECIMENTO DA EMULSÃO - (INCL. TRANSPORTE - VIDE COMPOSIÇÃO)	M²	161,70	0,44	0,57	92,17	I	P
DER-PR	570000	4.2.5	C.B.U.Q. - EXCL. FORNEC. DO CAP (até 10.000t) - (INCL. TRANSP. - VIDE COMPOSIÇÃO)	T	16,17	295,00	385,39	6.231,76	I	P
		4.3	LIGANTES BETUMINOSOS							
DER-PR	589420	4.3.1	FORNECIMENTO DE DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR-1C (PINTURA DE LIGAÇÃO - 0,0005T/M²)	T	0,63	3.793,50	4.580,70	2.885,84	I	L
DER-PR	589100	4.3.2	FORNECIMENTO DE ASFALTO DILUÍDO CM-30 (IMPRIMAÇÃO - 0,0012T/M²)	T	1,51	6.500,00	7.841,60	11.840,82	I	L
DER-PR	589000	4.3.3	FORNECIMENTO DE CAP 50/70 (CBUQ - 0,057T/T)	T	5,59	5.250,00	6.333,60	35.404,82	I	L
		4.4	CALÇADAS							
DER-PR	534916	4.4.1	PAVIMENTO C/ BLOCO INTERTRAVADO DE CONCRETO (PAVER COR NATURAL) E=6CM, INCL. COLCHÃO DE PÓ-DE-PEDRA	M²	99,82	77,55	101,31	10.112,76	I	P
		5	SINALIZAÇÃO					29.847,62		
		5.1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL							
DER-PR	822000	5.1.1	FAIXA DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL C/ TINTA RESINA ACRÍLICA A BASE DE SOLVENTE (FAIXAS/ZEBRADOS/SETAS)	M²	576,17	21,00	27,43	15.804,34	I	P
DER-PR	873000	5.1.2	TACHÃO REFLETIVO BIDIRECIONAL	UD	84,00	25,00	32,66	2.743,44	I	P
		5.2	SINALIZAÇÃO VERTICAL							
DER-PR	820000	5.2.1	PLACA DE SINALIZAÇÃO COM PELÍCULA REFLETIVA (ADVERTÊNCIA - LADO DE 1,00m - 1,00m²/UD)	M²	6,00	480,00	627,07	3.762,42	I	P
DER-PR	820000	5.2.3	PLACA DE SINALIZAÇÃO COM PELÍCULA REFLETIVA (REGULAMENTAÇÃO - D = 1,00m - 1,00m²/UD)	M²	3,00	480,00	627,07	1.881,21	I	P
DER-PR	820000	5.2.4	PLACA DE SINALIZAÇÃO COM PELÍCULA REFLETIVA (REGULAMENTAÇÃO - R1 - LADO 0,414 m - 1,00m²/UD)	M²	4,00	480,00	627,07	2.508,28	I	P
DER-PR	820000	5.2.5	PLACA DE SINALIZAÇÃO COM PELÍCULA REFLETIVA (REGULAMENTAÇÃO - R2 - 0,43m²/UD)	M²	1,00	480,00	627,07	627,07	I	P
DER-PR	820000	5.2.7	PLACA DE SINALIZAÇÃO COM PELÍCULA REFLETIVA (DEFENSOR 0,30x0,90m - 0,27m²/UD)	UD	0,27	480,00	627,01	169,31	I	P
DER-PR	823000	5.2.8	SUPORTE DE MADEIRA 3"x3" P/ PLACA DE SINALIZAÇÃO, H=3,00M	UD	15,00	120,00	156,77	2.351,55	I	P
		6	PROTEÇÃO VEGETAL					21.845,61		
DER-PR	800000	6.1	ENLEIVAMENTO	M²	1.857,62	9,00	11,76	21.845,61	I	P
		7	PROTEÇÕES					16.441,46		
DER-PR	823000	7.1	DEFENSA SIMPLES MALEÁVEL C/ ESPAÇADOR E CALÇO	M	38,00	331,19	432,67	16.441,46	I	P
			TOTAL DA OBRA COM BDI					430.000,00		

LEGENDA:

REGIME DE EXECUÇÃO: (I) INDIRETA - (D) DIRETA

BDI: (P) PADRÃO - (L) - LIGANTES

TRÊS BARRAS DO PARANÁ, 28 DE MAIO DE 2024

DALVO LOBRICH JUNIOR
Engenheiro Civil
CREA PR-62963/D

04.877.915/0001-30
CONSTRUTORA DE OBRAS
CONSKOVA LTDA.
AVENIDA BRASIL, 124
CENTRO - CEP 85485-000
TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PARANÁ

Pedro Konskova Junior
CPF 007.138.249-64
CREA: 62963-D-PR
ENGENHEIRO CIVIL

CONCORRENCIA ELETRÔNICA 05/2024

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ
OBJETO: PISTA DE CAMINHADA - ACESSO CEMITÉRIO MUNICIPAL
LOCALIZAÇÃO: PR-471 (471M0111MUN - 471S0112EPR) - Km 193+82m A Km 194+137

ITEM	DESCRIÇÃO DOS AGRUPADORES DE SERVIÇO	ÍNDICE	1° MÊS		2° MÊS		3° MÊS		4° MÊS		5° MÊS		TOTAL
			%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	0,00	100,00%	2.090,24		0,00		0,00		0,00		0,00	2.090,24
2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA	0,08	100,00%	34.960,01		0,00		0,00		0,00		0,00	34.960,01
3	DRENAGEM	0,41	20,00%	35.398,00	45,00%	79.645,49	35,00%	61.946,49		0,00		0,00	176.989,98
4	PAVIMENTAÇÃO	0,34		0,00		0,00	40,00%	59.130,03	60,00%	88.695,05		0,00	147.825,08
5	SINALIZAÇÃO	0,07		0,00		0,00		0,00	20,00%	5.969,52	80,00%	23.878,10	29.847,62
6	PROTEÇÃO VEGETAL	0,05		0,00		0,00		0,00		0,00	100,00%	21.845,61	21.845,61
7	PROTEÇÕES	0,04		0,00		0,00		0,00		0,00	100,00%	16.441,46	16.441,46
	TOTAL	1,00											430.000,00

TOTAIS MENSAIS	16,85%	72.448,25	18,52%	79.645,49	28,16%	121.076,53	22,02%	94.664,57	14,46%	62.165,17	
TOTAIS ACUMULADOS	16,85%	72.448,25	35,37%	152.093,74	63,53%	273.170,26	85,54%	367.834,83	100,00%	430.000,00	

Referencial de preços serviços:
DER-PR - SETEMBRO/23
BDI PADRÃO: 30,64%
BDI LIGANTES: 20,64%

TRÊS BARRAS DO PARANÁ, 28 DE MAIO DE 2024

DALVO KOERICH JÚNIOR
Engenheiro Civil
CREA: PR-62963/D

Dalvo Koerich Júnior
CPF 007.338.249-44
CREA: 62963-D PR
ENGENHEIRO CIVIL

04.877.915/0001-30
CONSTRUTORA DE OBRAS
CONSKOVA LTDA.
AVENIDA BRASIL, 124
CENTRO - CEP 85485-000
TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PARANÁ

000293

CONCORRENCIA ELETRÔNICA 05/2024

MUNICÍPIO TRÊS BARRAS DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

CÁLCULO DE BDI

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ
OBJETO: PISTA DE CAMINHADA - ACESSO CEMITÉRIO MUNICIPAL
LOCALIZAÇÃO: PR-471 (471M0111MUN - 471S0112EPR) - Km 193+82m A Km 194+137

Identifique o tipo de obra:	**2**
Construção de praças urbanas, rodovias, ferrovias, recapeamento e pavimentação:	2

Informe a base de cálculo do ISSQN.

(0) Sobre os serviços.
X Sobre a mão-de-obra.

Informe a ocorrência da DESONERAÇÃO da folha de pagamento. Lei 12844/2013.

0 SEM Desoneração.
X COM Desoneração.

	Intervalo de admissibilidade			
Item Componente do BDI	**1º Quartil**	**Médio**	**3º Quartil**	**Valores Propostos**
Administração Central	3,80%	4,01%	4,67%	**4,00%**
Seguro e Garantia	0,32%	0,40%	0,74%	**0,66%**
Risco	0,50%	0,56%	0,97%	**0,95%**
Despesas Financeiras	1,02%	1,11%	1,21%	**1,20%**
Lucro	6,64%	7,30%	8,69%	**6,16%**
I1: PIS e COFINS				**3,65%**
I2: ISSQN (conforme legislação municipal)				**5,00%**
I3: Cont.Prev s/Rec.Bruta (Lei 12844/13 - Desoneração)				**4,50%**

BDI - SEM Desoneração da folha de pagamento	24,20%
BDI - COM Desoneração da folha de pagamento	**30,64%**

Declaramos que esta planilha foi elaborada conforme equação para cálculo do percentual do BDI recomendada pelo Acórdão 2622/2013 - TCU, representada pela fórmula abaixo.

BDI - SEM Desoneração = [(1+AC+S+G+R)X(1+DF)X(1+L)/(1-I1-I2)]-1

BDI - COM Desoneração = [(1+AC+S+G+R)X(1+DF)X(1+L)/(1-I1-I2-I3)]-1

TRÊS BARRAS DO PARANÁ, 28 DE MAIO DE 2024

DALVO KOERICH JÚNIOR
Engenheiro Civil
CREA: PR-62963/D

Dalvo Koerich Júnior
CPF 007.139.249-44
CREA: 62963-D-PR
ENGENHEIRO CIVIL

04.877.915/0001-30
CONSTRUTORA DE OBRAS
CONSKOVA LTDA.
AVENIDA BRASIL, 124
CENTRO - CEP 85488-000
TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PARANÁ

BLL COMPRAS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024
Processo Adm: Nº 41/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m

Empresas vencedoras valor total: R$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais): **CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA** (04877915000130) com os lotes: 1 no valor total de R$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais).

TRÊS BARRAS DO PARANA (PR), terça-feira, 28 de maio de 2024

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
CONDUTOR DE PROCESSOS

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024.

Em cumprimento ao disposto na legislação, torna-se público o resultado da classificação das propostas, julgamento e habilitação da licitação em epígrafe.

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO/JULGAMENTO

- 1º LUGAR – CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA – CNPJ Nº 04.877.915/0001-30 – R$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais).
- 2º DSD. CONSTRUÇÕES. RH &SRV TERCEIRIZADO LTDA – CNPJ Nº 41.375.870/0001-22 – R$ 432.000,00 (Quatrocentos e trinta e dois mil reais).

EMPRESA HABILITADA

- CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA – CNPJ Nº 04.877.915/0001-30

EMPRESAS DESCLASSIFICADAS

- **NÃO HOUVE.**

EMPRESAS INABILITADAS

- **NÃO HOUVE.**

Três Barras do Paraná/Pr, 28 de maio de 2024.

Vanessa M. A. Oenning

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Agente de Contratação

Abre Crédito Especial no Orçamento Geral do Município, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os dispositivos das Leis nºs 2.582/23, de 30.11.2023 e, 2.602/23, de 28.12.2023;

DECRETA

Art. 1º Fica Aberto Crédito Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

05.00	SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS, VIAÇÃO E SERV. URBANOS	
05.01	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIO	
2678200062.014000	Manutenção do Dpto de Serviços Rodoviário	
3.3.90.39.00(2120)-2504	Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	R$ 60.000,00

TOTAL .....R$ 60.000,00

Art. 2º Para cobertura do presente Crédito Especial será utilizado o Superávit Financeiro do Exercício de 2023, da seguinte fonte:

FONTE	Especificação	Valor R$
2504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	60.000,00
	TOTAL	60.000,00

Art. 3º Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2024, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei nº. 2.165/21; Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei nº. 2.582/23; e Lei Orçamentária Anual (LOA) Lei nº. 2.602/23, conforme ***Caput***, do Art. 1º, deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 28 de maio de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:D8129F11

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 5.851/24

Data 28.05.2024

Abre Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os dispositivos das Leis nºs 2.582/23, de 30.11.2023 e, 2.602/23, de 28.12.2023;

DECRETA

Art. 1º Fica Aberto Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
1030100082.054000	Manutenção do Bloco de Custeio das Ações e Serv.Públ.de Saúde/Atenção Básica	
3.3.90.30.00(319)-494	Material de Consumo	R$ 50.000,00
3.3.90.39.00(322)-494	Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	R$ 50.000,00

TOTAL .....R$ 100.000,00

Art. 2º Para cobertura do presente Crédito Suplementar será utilizado à anulação da seguinte dotação orçamentaria:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
1030100082.054000	Manutenção do Bloco de Custeio das Ações e Serv.Públ.de Saúde/Atenção Básica	
3.1.90.11.00(317)-494	Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	R$ 100.000,00

TOTAL .....R$ 100.000,00

Art. 3º Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2024, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei nº. 2.165/21; Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei nº. 2.582/23; e Lei Orçamentária Anual (LOA) Lei nº. 2.602/23, conforme ***Caput***, do Art. 1º e 2º, deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 28 de maio de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:98012A8A

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024

Em cumprimento ao disposto na legislação, torna-se público o resultado da classificação das propostas, julgamento e habilitação da licitação em epígrafe.

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO/JULGAMENTO

1º LUGAR – CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA – CNPJ Nº 04.877.915/0001-30 – R$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais).

2º DSD. CONSTRUÇÕES. RH &SRV TERCEIRIZADO LTDA – CNPJ Nº 41.375.870/0001-22 – R$ 432.000,00 (Quatrocentos e trinta e dois mil reais).

EMPRESA HABILITADA

CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA – CNPJ Nº 04.877.915/0001-30

EMPRESAS DESCLASSIFICADAS

NÃO HOUVE.

EMPRESAS INABILITADAS

NÃO HOUVE.

Três Barras do Paraná/Pr, 28 de maio de 2024.

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Agente de Contratação

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:FC8CA066

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 001/2024

DATA 28/05/2024
O Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, de acordo com o contido na **CARTA CIRCULAR Nº 2024 SECID/GS datada de 03 de maio de 2024.**
RESOLVE

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

RELATÓRIO DE LANCES

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024

Processo Administrativo Nº 41/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 09/05/2024 11:36:17

LOTE 1 - Lote 1

28/05/2024 09:01:25 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**556,550.93**
28/05/2024 09:01:25 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**556,550.93**
28/05/2024 09:02:24 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**555,000.00**
28/05/2024 09:03:08 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**554,000.00**
28/05/2024 09:03:25 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**553,000.00**
28/05/2024 09:03:36 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**552,000.00**
28/05/2024 09:03:51 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**551,000.00**
28/05/2024 09:04:02 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**550,000.00**
28/05/2024 09:04:30 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**549,000.00**
28/05/2024 09:04:39 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**548,000.00**
28/05/2024 09:04:59 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**545,000.00**
28/05/2024 09:05:12 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**542,000.00**
28/05/2024 09:05:29 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**540,000.00**
28/05/2024 09:05:46 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**539,000.00**
28/05/2024 09:05:58 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**538,000.00**
28/05/2024 09:06:08 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**537,000.00**
28/05/2024 09:06:25 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**535,000.00**
28/05/2024 09:06:32 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**536,000.00**
28/05/2024 09:06:39 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**534,000.00**
28/05/2024 09:06:54 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**532,000.00**
28/05/2024 09:07:06 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**531,000.00**
28/05/2024 09:07:20 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**530,000.00**
28/05/2024 09:07:38 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**529,000.00**
28/05/2024 09:07:54 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**525,000.00**
28/05/2024 09:08:08 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**520,000.00**
28/05/2024 09:08:27 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**518,000.00**
28/05/2024 09:08:41 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**515,000.00**
28/05/2024 09:08:52 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**513,000.00**
28/05/2024 09:09:07 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**512,000.00**
28/05/2024 09:09:18 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**510,000.00**
28/05/2024 09:09:26 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**509,000.00**
28/05/2024 09:09:42 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**505,000.00**
28/05/2024 09:09:54 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**500,000.00**
28/05/2024 09:10:10 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**498,000.00**
28/05/2024 09:10:24 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**497,000.00**
28/05/2024 09:10:40 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**496,000.00**
28/05/2024 09:10:48 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**495,000.00**
28/05/2024 09:11:05 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**490,000.00**

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

28/05/2024 09:11:21 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**480,000.00**
28/05/2024 09:11:36 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**475,000.00**
28/05/2024 09:11:47 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**465,000.00**
28/05/2024 09:12:13 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**464,000.00**
28/05/2024 09:12:33 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**463,000.00**
28/05/2024 09:12:40 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**462,000.00**
28/05/2024 09:12:46 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**460,000.00**
28/05/2024 09:12:54 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**459,000.00**
28/05/2024 09:13:05 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**445,000.00**
28/05/2024 09:14:11 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**444,000.00**
28/05/2024 09:14:33 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**443,000.00**
28/05/2024 09:15:36 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**442,000.00**
28/05/2024 09:15:55 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**441,000.00**
28/05/2024 09:16:33 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**440,000.00**
28/05/2024 09:16:55 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**439,000.00**
28/05/2024 09:17:54 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**438,000.00**
28/05/2024 09:18:05 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**437,000.00**
28/05/2024 09:18:57 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**436,000.00**
28/05/2024 09:19:20 DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV TERCEIRIZADO LTDA	
VÁLIDO	**432,000.00**
28/05/2024 09:21:41 CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA	
VÁLIDO	**430,000.00**

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024
Processo Administrativo Nº 41/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 09/05/2024 11:36:17

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 29/05/2024 11:09:22
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: OB Marca: Obra Modelo:
Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 430.000,00 **Valor Total:** 430.000,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA	073	04.877.915/0001-30	556.550,93	430.000,00		Sim
2	DSD. CONSTRUÇÕES. RH & SRV	088	41.375.870/0001-22	556.550,93	432.000,00	0,47	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

AUTORIDADE: GERSO FRANCISCO GUSSO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024
Processo Adm: Nº 41/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m

Empresas vencedoras valor total: R$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais): **CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA** (04877915000130) com os lotes: 1 no valor total de R$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais).

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quarta-feira, 29 de maio de 2024

GERSO FRANCISCO GUSSO
AUTORIDADE DE PROMOTOR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024
Processo Adm: Nº 41/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m

Empresas vencedoras valor total: R$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais): **CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA** (04877915000130) com os lotes: 1 no valor total de R$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quarta-feira, 29 de maio de 2024

GERSO FRANCISCO GUSSO
AUTORIDADE COMPETENTE

Valor: LOTES 01, RS111.140,00 (cento e onze mil, cento e quarenta reais).
Vigência: 29/05/2025.

Tomazina, 29 de maio de 2024.

FLAVIO XAVIER DE LIMA ZANROSSO
Prefeito

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:EBE23B32

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024

Processo Adm: Nº 41/2024

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m
Empresas vencedoras valor total: R$ 430.000,00(quatrocentos e trinta mil reais):**CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA**(04877915000130) com os lotes: 1 no valor total de R$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais).
TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quarta-feira, 29 de maio de 2024

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:A6BC1550

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024

Processo Adm: Nº 41/2024

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m
Empresas vencedoras valor total: R$ 430.000,00(quatrocentos e trinta mil reais):**CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA**(04877915000130) com os lotes: 1 no valor total de R$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei nº 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.
TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quarta-feira, 29 de maio de 2024

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:867536DF

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 111/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82M A KM 194+137M
PARTES: Município de Três Barras do Paraná e CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA.
FUNDAMENTO: Lei Federal Nº 14.133/21 e Concorrência Eletrônica nº 05/2024
VALOR: R$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais).
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado.
DATA DE ASSINATURA: 29 de maio de 2024.

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:267D7B68

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 07/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 44/2024

ARTIGO 75, INCISO VIII, DA LEI Nº 14.133/2021

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que pretende realizar a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL EM ENFERMAGEM PARA PLANTÕES DIURNOS E NOTURNOS NO HOSPITAL MUNICIPAL**, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar das **08h00m** do dia **30/05/2024** até as **08h00m** do dia **07/06/2024**, oportunidade em que os interessados cadastrados poderão participar da fase de lances, que iniciará as **08h30m** até as **15h30m** do dia **07/06/2024.**
Informações poderão ser solicitados pela plataforma BLL (www.bll.org.br), ou diretamente no Departamento de Licitações pelo telefone (45) 3235-1212 ou, e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br das 8h30 ás 17 horas.

Três Barras do Paraná/PR, 29 de maio de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:F487A211

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO 4º (QUARTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 131/2021

Partes: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR E ADRIANO DIAS DOS SANTOS 07471192950

Objeto: Constitui o objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência para 12 (doze) meses, referente ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 131/2021 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR CURSOS/OFICINAS PARA ATENDER PROGRAMAS E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL com fundamento no art. 57 e 65, II, da Lei nº 8.666/93.
Valor do Aditivo: R$ 31.441,92 (Trinta e um mil quatrocentos e quarenta e um reais e noventa e dois centavos).
Data da assinatura do aditivo: 29/05/2024
Vigência: 31/05/2025
Ficam ratificadas as demais exigências do Contrato.
Pregão Presencial 22/2021

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:CAD2B847

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA N° 111/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 41/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 05/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA, EM REGIME DE EXECUÇÃO **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** E A EMPRESA **CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA.**

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n° 78.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, **Sr. GERSO FRANCISCO GUSSO**, brasileiro, casado, odontólogo, inscrito no CPF/MF N° 409.886.600-59 e portador da Carteira de Identidade N° 902.308.139-2 SSP/RS, residente e domiciliado nesta cidade de Três Barras do Paraná/PR, doravante designado **CONTRATANTE,** de um lado e, de outro, a empresa **CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Brasil N° 124, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o N° **04.877.915/0001-30**, neste ato representada por **Sr. DALVO KOERICH JUNIOR**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, residente e domiciliado a Avenida Brasil, N° 124, Centro, Três Barras do Paraná/PR, portador do RG N° 5.742.546-2 SSP/PR e CPF N° 007.138.249-64**,** doravante designada **CONTRATADA;**

Estando às partes sujeitas as normas da **Lei Federal N° 14.133/2021,** suas alterações e demais legislações aplicáveis subsequentes, AJUSTAM o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA,** em decorrência da **Licitação Modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 05/2024**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO E FUNDAMENTO LEGAL
ARTIGO 92, INCISO I E II

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82M A KM 194+137M**, de acordo com projetos de engenharia, memoriais descritivos e condições estabelecidas no Termo de Convênio firma com a Itaipu Binacional e no Edital de **Concorrência Eletrônica N° 05/2024.**

PARÁGRAFO ÚNICO – Integram e complementam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando e vinculando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de **CONCORRÊNCIA N° 05/2024,** juntamente com seus anexos, projetos, memoriais, cronograma, planilhas, Termo de Referência, Edital de Concorrência e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL
ARTIGO 92, INCISOS IV, VII E XVIII

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O regime de execução do presente contrato dar-se-á em **REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA**, **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, recaindo sobre a CONTRATADA a responsabilidade pela execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O **PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL** terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato nos Diários Oficiais, nos termos do parágrafo 1° do Artigo 54 da Lei N° 14.133/2021, e terá duração de **12 (doze) meses,** nos termos do Artigo 105 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

PARÁGRAFO QUARTO - Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Artigo 183 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - O **PRAZO MÁXIMO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** será de **150 (cento e cinquenta) dias,** contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

PARÁGRAFO SEXTO - A Ordem de serviço será emitida em até 10 (dez) dias após a publicação do Extrato do Contrato, salvo prorrogação justificada pelo Departamento de Engenharia.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR
ARTIGO 92, INCISO V

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor global para a execução dos serviços é de **R$ R$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais)**, daqui por diante denominado VALOR CONTRATUAL. Os custos estão previstos em planilhas constando no processo acima citado e arquivada no mesmo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Pelos serviços prestados a CONTRATADA receberá o valor total de **R$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais)**, sendo que:

a) Será retido ao INSS 11% (onze por cento). A alíquota será calculada conforme legislação vigente.

b) Na primeira medição será liberada mediante apresentação de ART/RRT de execução da obra, devidamente recolhida e quitada.

c) Os pagamentos serão liberados mediante apresentação das notas fiscais acompanhadas das medições e dos seguintes documentos:

1 *– Relação dos funcionários da obra;*
2 *– GPS por matrícula;*
3 *– FGTS;*
4 *– GEFIP ou SEFIP.*

d) Para liberação dos pagamentos será exigido do contratado a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

e) Para liberação da última parcela será obrigatória a apresentação do Certificado de Conclusão de Obra.

f) Os pagamentos serão efetuados preferencialmente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, na forma de avisos de crédito, ordens bancárias ou transferências eletrônicas, disponibilizados pelas Instituições Financeiras, em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor, devendo este ser obrigatoriamente o fornecedor contratado (IN nº 89/2013 – TCE/PR).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento será, após fiscalização das medições, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente recolhida e quitada. Será retido ao INSS 11% (onze por cento), sobre o valor correspondente

a mão de obra. **A alíquota será calculada conforme legislação vigente.**

PARÁGRAFO TERCEIRO - Não gerarão direito a reajustes e atualizações monetárias os serviços que forem entregues com atrasos imputáveis à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - RECURSO ORÇAMENTÁRIO
ARTIGO 92, INCISO VIII

PARÁGRAFO PRIMEIRO As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta das seguintes dotações orçamentárias:

a) 05.03.15.451.0007.1.003.000.4.4.90.51.00

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE
ARTIGO 92, INCISO V DA LEI N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais, elaboradas com base na **Tabela SINAPI com data base de 09/2023.**

PARÁGRAFO TERCEIRO - Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA/IBGE** do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do parágrafo 7°, do Artigo 25 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO OITAVO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
PARÁGRAFO NONO - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO
ARTIGO 92, INCISO XII

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do Artigo 96 da Lei N° 14.133/2021, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do Contrato.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia, títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

PARÁGRAFO QUARTO - A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora

PARÁGRAFO SEXTO - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente

PARÁGRAFO OITAVO - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do Artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO NONO - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do Artigo 20 da Circular Susep N° 662/2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

ARTIGO 92, INCISO XIX

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) *Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;*
b) *Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Artigo 137 da Lei N° 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os Artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO QUINTO - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme Artigo 131, caput, da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do Artigo 14, inciso IV, da Lei N° 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

ARTIGO 92, INCISOS X, XI E XIV

PARÁGRAFO PRIMEIRO - São obrigações do Contratante:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

c) Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

d) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

f) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o Artigo 143 da Lei N° 14.133/2021;

g) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

h) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

j) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

k) Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do Artigo 93, parágrafo 2° da Lei N° 14.133/2021.

l) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

m) Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

n) Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

o) Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

p) Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

ARTIGO 92, INCISO XIV, XVI E XVII

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

b) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (Artigo 137, inciso II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

c) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei N° 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

f) Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

g) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do Artigo 48, parágrafo único da Lei N° 14.133/2021.

h) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

i) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

j) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

k) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

l) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

m) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

n) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação disposta no Artigo 116 da Lei N° 14.133/2021.

o) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, Artigo 116, parágrafo único da Lei N° 14.133/2021
p) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
q) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Artigo 124, inciso II, alínea "d" da Lei N° 14.133/2021;
r) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
s) Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
t) Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
u) Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
v) Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
w) Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
x) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
y) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
z) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
aa) Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
bb) Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
cc) Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
dd) Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
ee) Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
ff) Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por

todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

PARÁGRAFO QUARTO - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

PARÁGRAFO QUINTO - Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

PARÁGRAFO SEXTO - Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

ARTIGO 92, INCISO XIV

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da Lei N° 14.133/2021 o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa à inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no Artigo 5° da Lei N° 12.846/2013 - A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;
b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;
c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no

âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As sanções previstas no Parágrafo Segundo poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme dispõe o Artigo 156, parágrafo 9° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, nos termos do Artigo 156, parágrafo 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme Artigo 157 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme Artigo 156, parágrafo 8° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO OITAVO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do Artigo 158 da Lei N° 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO NONO - Na aplicação das sanções serão considerados as disposições do Artigo 156, parágrafo 1° da Lei N° 14.133/2021, sendo:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei N° 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei N° 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida, em seu Artigo 159.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do Artigo 160 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Artigo 163 da Lei N° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O gerenciamento e a fiscalização das contratações decorrentes deste

processo licitatório caberá a Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica designado como gestor deste contrato:

a) Sr. WALDIR ANTONIO TODESCATTO, Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, CPF/MF 906.363.509-59;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) JEAN CARLOS DE LIMA, Engenheiro Civil, CPF nº 088.693.709-41, fiscal titular.

b) CAMILA CRISTINA THEISEN, Departamento de Engenharia, CPF nº 108.348.229-70, fiscal suplente.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal titular será responsável pela fiscalização da obra realizada. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

PARÁGRAFO QUINTO - Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução do objeto disposto no presente processo licitatório, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela fornecedora, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO OITAVO - O fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

PARÁGRAFO NONO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Artigos 124 e seguintes da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do Artigo 132 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Artigo 136 da Lei N° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS
ARTIGO 92, INCISO III

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei N° 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor e, normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO - *ARTIGO 92, PARÁGRAFO 1°*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica eleito o foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato e, possíveis os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme Artigo 92, parágrafo 1° da Lei N° 14.133/2021.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Três Barras do Paraná, 29 de maio de 2024.

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA
DALVO KOERICH JUNIOR
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

Mirian K. Muncatto
Nome:
CPF 07645654945

Nome:
CPF

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRAS N° 111/2024

OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82M A KM 194+137M
PARTES:	Município de Três Barras do Paraná e CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA.
FUNDAMENTO:	Lei Federal N° 14.133/21 e Concorrência Eletrônica nº 05/2024
VALOR:	R$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais).
VIGÊNCIA:	O prazo de vigência do contrato é de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado.

DATA DE ASSINATURA: 29 de maio de 2024.

Valor: LOTES 01, R$111.140,00 (cento e onze mil, cento e quarenta reais).
Vigência: 29/05/2025.

Tomazina, 29 de maio de 2024.

FLAVIO XAVIER DE LIMA ZANROSSO
Prefeito

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:EBE23B32

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024

Processo Adm: Nº 41/2024

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m
Empresas vencedoras valor total: R$ 430.000,00(quatrocentos e trinta mil reais):**CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA**(04877915000130) com os lotes: 1 no valor total de R$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais).
TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quarta-feira, 29 de maio de 2024

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:A6BC1550

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024

Processo Adm: Nº 41/2024

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m
Empresas vencedoras valor total: R$ 430.000,00(quatrocentos e trinta mil reais):**CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA**(04877915000130) com os lotes: 1 no valor total de R$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei nº 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.
TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quarta-feira, 29 de maio de 2024

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:867536DF

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 111/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82M A KM 194+137M
PARTES: Municipio de Três Barras do Paraná e CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA.
FUNDAMENTO: Lei Federal Nº 14.133/21 e Concorrência Eletrônica nº 05/2024
VALOR: R$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais).
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado.
DATA DE ASSINATURA: 29 de maio de 2024.

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:267D7B68

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 07/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 44/2024

ARTIGO 75, INCISO VIII, DA LEI Nº 14.133/2021

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que pretende realizar a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL EM ENFERMAGEM PARA PLANTÕES DIURNOS E NOTURNOS NO HOSPITAL MUNICIPAL,** podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar das **08h00m** do dia **30/05/2024** até as **08h00m** do dia **07/06/2024**, oportunidade em que os interessados cadastrados poderão participar da fase de lances, que iniciará as **08h30m** até as **15h30m** do dia **07/06/2024.**
Informações poderão ser solicitados pela plataforma BLL (www.bll.org.br), ou diretamente no Departamento de Licitações pelo telefone (45) 3235-1212 ou, e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br das 8h30 às 17 horas.

Três Barras do Paraná/PR, 29 de maio de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:F487A211

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO 4º (QUARTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 131/2021

Partes: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR E ADRIANO DIAS DOS SANTOS 07471192950

Objeto: Constitui o objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência para 12 (doze) meses, referente ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 131/2021 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR CURSOS/OFICINAS PARA ATENDER PROGRAMAS E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL com fundamento no art. 57 e 65, II, da Lei nº 8.666/93.
Valor do Aditivo: R$ 31.441,92 (Trinta e um mil quatrocentos e quarenta e um reais e noventa e dois centavos).
Data da assinatura do aditivo: 29/05/2024
Vigência: 31/05/2025
Ficam ratificadas as demais exigências do Contrato.
Pregão Presencial 22/2021

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:CAD2B847

DECLARAÇÃO DE CONFERÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS VENCEDORAS DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 41/2024.

A Pregoeira VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING e a Equipe de Apoio CARLOS SNIEZKO e MIRIA KUHNEN MENCATTO nomeados pelo Decreto Municipal n° 5634/2024 de 31 de janeiro de 2024, DECLARAM, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que os documentos apresentados pelas empresas classificadas em primeiro lugar nos itens da licitação acima citada, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PISTA DE CAMINHADA EM ACESSO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL NA PR-471 KM 193+82m A KM 194+137m.

Foram todos analisados na fase de habilitação, porém devido ao montante de página tornou-se inviável que todas as páginas fossem vistadas pelos membros.

Sendo devidamente assinados somente os relatórios disponibilizados pela Plataforma de Pregão Eletrônico BLL, referentes a cada fase do processo.

Nestes termos, para fins de direito e, declarando a veracidade dos documentos a presente declaração supre todas as ausências de assinaturas no presente processo licitatório.

Três Barras do Paraná/PR, 03 de junho de 2024.

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Pregoeira

CARLOS SNIEZKO
Equipe de Apoio

MIRIA KUHNEN MENCATTO
Equipe de Apoio